



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

THAÍS RODRIGUES DE SOUZA

**INTERCONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA OBRA
DE ANGELA DAVIS: AS MULHERES NEGRAS E A DIALÉTICA
ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS**

Guarulhos, SP
2022

THAÍS RODRIGUES DE SOUZA

**INTERCONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA OBRA
DE ANGELA DAVIS: AS MULHERES NEGRAS E A DIALÉTICA
ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como requisito para obtenção do título de Doutora em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Política, Conhecimento e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Edson Luis de Almeida Teles

Guarulhos, SP
2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

Souza, Thaís Rodrigues de.

Interconexões entre gênero, raça e classe na obra de Angela Davis: As mulheres negras e a dialética entre opressões e resistências / Thaís Rodrigues de Souza. – Guarulhos, 2022. – 205 f.

Tese (Doutorado em Filosofia). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Orientador: Edson Luis de Almeida Teles.

Interconnections between gender, race and class in the work of Angela Davis: Black women and the dialectics of oppression and resistance.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Classe 4. Angela Davis. 5. Mulheres Negras. 6. Filosofia política contemporânea. I. Orientador. II. Título.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☒ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Thaís Rodrigues de Souza
Matrícula: 1276102

Título do Trabalho: Interconexões entre gênero, raça e classe na obra de Angela Davis: A dialética entre opressões e resistências

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

_____, Brasília, ____/01/04/2022.
Local Data

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

Thais Rodrigues de Souza

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

THAÍS RODRIGUES DE SOUZA

**INTERCONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA OBRA
DE ANGELA DAVIS: AS MULHERES NEGRAS E A DIALÉTICA
ENTRE OPRESSÕES E RESISTÊNCIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como requisito para obtenção do título de Doutora em Filosofia.

Data da Aprovação: 18/01/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Luis de Almeida Teles
Orientador – UNIFESP

Profa. Dra. Maria Fernanda Novo dos Santos
Examinadora Externa – USP

Profa. Dra. Izilda Cristina Johanson
Examinadora Interna – UNIFESP

Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello
Examinadora Interna – UNIFESP

Profa. Dra. Halina Macedo Leal
Examinadora Externa – FURB

Guarulhos, SP
2022



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ATA DE DEFESA DISSERTAÇÃO E TESE nº 0964864/2022/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Guarulhos, 25 de janeiro de 2022.

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO - VIA DO ALUNO				
Identificação do (a) pós-graduando (a)				
Programa de Pós-Graduação	Filosofia			
Pós-graduando (a)	Thais Rodrigues de Souza	Ano de ingresso: 2017	Nível: D	
Título da Tese	Interconexões entre gênero, raça e classe na obra de Angela Davis: as mulheres negras e a dialética entre opressões e res			
Orientador (a) Prof.(a) Dr.(a)	Edson Luis de Almeida Teles			
Indicação da Defesa de tese de Doutorado				
Dia: 18 de janeiro de 2022 (terça-feira)		Hora: 14h00		
Local: Webconferência				
Composição da Comissão Julgadora				
Comissão Julgadora				
Titulação	Nome completo do (a) docente	Nome (sigla) e Local de Instituição		
Presidente: Prof.(a) Dr.(a)	Edson Luis de Almeida Teles	Universidade Federal de São Pau		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Izilda Cristina Johanson	Universidade Federal de São Pau		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Marina Pereira de Almeida Mello	Universidade Federal de São Pau		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Halina Macedo Leal	Fundação Universidade Regiona		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Maria Fernanda Novo dos Santos	Universidade Estadual Paulista		
Abertura dos Trabalhos: às 14h05, o (a) presidente da banca apresentou o (a) pós-graduando (a), o título da respectiva Tese de Doutorado e os membros da Comissão J inicialmente ao (a) pós-graduando (a), que teve trinta minutos, no máximo, para expor sua Tese. Em seguida, passou a palavra à Comissão Julgadora, cujos membros t minutos para as respectivas arguições, bem como ao (a) pós-graduando (a) o direito de resposta, em, no máximo trinta minutos.				
Parecer da Comissão Julgadora: tendo o (a) pós-graduando (a) respondido as questões em tempo hábil, após apresentarem considerações finais sobre a Tese, os membri emitiram parecer pela APROVAÇÃO do candidato.				
Encerramento dos Trabalhos: às 19h10, o (a) presidente da banca, ouvindo os demais membros da Comissão Julgadora, lavrou esta Ata de Defesa de Tese de Doutora CEPG do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, para a devida homologação.				
Comissão Julgadora				
Titulação	Nome completo do (a) docente	Assinatura do (a) docente Via SE		
Presidente: Prof.(a) Dr.(a)	Edson Luis de Almeida Teles	Assinatura do (a) docente Via SE		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Izilda Cristina Johanson	Assinatura do (a) docente Via SE		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Marina Pereira de Almeida Mello	Assinatura do (a) docente Via SE		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Halina Macedo Leal	Assinatura do (a) docente Via SE		
Examinador: Prof.(a) Dr.(a)	Maria Fernanda Novo dos Santos	Assinatura do (a) docente Via SE		

ORIENTAÇÕES AO PÓS-GRADUANDO PARA TITULAÇÃO E DIPLOMA

- 1) Em até 60 (sessenta) dias à defesa, o pós-graduando deverá entregar na secretaria do programa a versão final da tese, conforme orientações disponíveis na página de <http://ppg.filosofia.sites.unifesp.br/informes-pt/entrega-final-da-dissertacao-tese>.
- 2) Para solicitar a emissão do diploma, o pós-graduando deverá seguir as orientações disponíveis na página da Câmara de Pós-Graduação da EFLCH (<https://ppg.guarulhos.sites.unifesp.br/informes/solicitacao-de-documentos-academicos#emiss%C3%A3o-de-diplomas>). O prazo mínimo para emissão do diploma é d Esta ata tem validade legal de 01 (um) ano.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Luis de Almeida Teles, Docente**, em 25/01/2022, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izilda Cristina Johanson, Docente**, em 25/01/2022, às 20:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Halina Macedo Leal, Usuário Externo**, em 25/01/2022, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Pereira de Almeida Mello, Docente**, em 26/01/2022, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Fernanda Novo dos Santos, Usuário Externo**, em 07/02/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clicando aqui](https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **0964864** e o código CRC **6FF33890**.

Estrada do Caminho Velho 333 - Bairro Jardim Nova Cidade - Guarulhos - SP CEP 07252-312 - <http://www.unifesp.br>

Agradecimentos

À minha família, em especial ao meu pai, José Francelino de Souza, homem simples, sábio e generoso, possuidor de algumas das características humanas que mais prezo e amo. À minha mãe Edilma Benedito Rodrigues de Souza (in memoriam), por ter me dado a vida e me ensinado o poder e a beleza dos livros. Às minhas irmãs Rhaiane Rodrigues de Souza e Yanka Maria Rodrigues de Souza pelo incentivo e acolhimento. Às minhas avós Maria e Fidelina (in memoriam), que foram exemplo de fortaleza e assertividade. Ao meu avô Joaquim, pelas longas horas de aprendizado em livros, bíblias e caça-palavras. Ao meu tio Edson, às demais tias e tios, aos primos e primas.

Ao professor Edson Teles, por ter aceito sem titubear o projeto, e por sua gentileza e generosidade intelectual na orientação, meus sinceros agradecimentos. Estendo estes aos professores essenciais para minha formação, da inicial, com professoras como Ana Lúcia e Fátima, aos universitários como Alex Ratts, Carmelita Brito, José Nicolau Heck (in memoriam), Adriano Correia, Gonzalo Armijos, Olgária Matos, Halina Leal e tantos outros e outras que são exemplo da conexão entre ensino e cuidado.

Aos meus muitos amigos, os da infância e adolescência, Rosane Santos, Renata Matos, Diego Marques, Marilisa Sombra, Roberto Luiz, Augusto Lima. Aos amigos novos, do período da universidade, e àqueles que auxiliaram e alegraram o percurso deste doutorado: Camila Lima, Chiara Santos, Juliana Barbosa, Jelyson Guimaraes, Leonardo Barros, Adam Henrique, Naiara Paes, Antônio Silva, Wandergleudson Pereira, Ádison Santos, Juliana César, Renata Monteiro, Antônio Balbino, Lucas Bento, Tainah Ranzeiro, Leandro Ribeiro, Mariana Rubiano, Laíssa Ferreira, Regiane Novais, Franceila, Daniéis, Gilmar Sá, Harthur Santos, Ana Elizabete, Maiani Santos, Janira Sodré, Renato Ferreira, Ernesto Mané Jr, Thays Bernardes, sua mãe Ivone; aos amigos de trabalho Luiz Henrique, Larissa Marques, Michele Nascimento e Marcela Suarez. Agradeço ainda ao Moçambique Coração de Maria, de Catalão, pela acolhida, e aos colegas do FiloPol – Núcleo de filosofia política da UNIFESP, pelos férteis debates.

Por fim, agradeço entusiasticamente à Yalorixá Rilda Rocha Pitta, por ter me recebido em sua casa, por seu afeto e cuidado, à Laura Santos, pela disponibilidade de ensinar sempre, e aos demais irmãos e irmãs da casa Ase Opô Afonjá Ilê Osun.

Agradeço à Unifesp, e em particular à secretária Daniela pela solicitude de sempre, e ao Instituto Federal de Goiás, instituição na qual trabalho com grande orgulho, e que me concedeu dois anos de licença para a conclusão desta tese.

Agradeço às mulheres negras que vieram, que aqui estão e que virão. Nossa busca por independência, respeito e equidade é contínua.



RESUMO

Esta tese tem como principal objetivo discutir as contribuições teóricas da filósofa e ativista estadunidense Angela Davis para o entendimento das interconexões entre gênero, raça e classe na produção das opressões, ativismos e alterações das estruturas de pensamento político tradicional. Esta tese examina, a partir de pesquisa bibliográfica, as relações estabelecidas por Angela Davis entre os feminismos e a luta antirracista e sua contribuição para o desenvolvimento dos feminismos negros. Nossa hipótese é a de que as considerações elaboradas por Angela Davis foram e continuam sendo fundamentais para o desenvolvimento destes movimentos e de uma ação coordenada contra as opressões, que tem por consequência a criação de novas formas de atuação e de reflexão política. Abordaremos suas elaborações em torno de noções como opressões, resistências, liberdade e cultura, questionando como esses construtos conceituais se alteram ou se aprofundam no decorrer do desenvolvimento de sua obra; quais conceitos ganham relevância neste percurso; com quais tradições dialoga. Para tanto, novas epistemologias e novas formas de produzir conhecimento que visem à transformação das relações sociais são necessárias, assim como a mudança contínua de vocabulário que torne possível a criação de alianças pautadas em identidade políticas de combate às opressões. Consideramos que de forma autônoma e contínua a autora conecta suas elaborações teóricas aos movimentos sociais e à cultura, como possibilidade de resistência negra/estadunidense/afrodiaspórica ao racismo, sexismo e exploração de classe. Em sua obra, o resgate da humanidade do sujeito subalternizado e a imprescindível recuperação de sua identidade, longe de ser uma busca abstrata, se configuram como resistência multiforme que visa à liberdade e a criação de condições alternativas de existência, colaborando para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

Palavras-chave: Angela Davis; interconexões; gênero; raça; classe; poder; opressões; resistências.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to discuss the theoretical contributions of the American philosopher and activist Angela Davis to the understanding of the interconnections between gender, race and class in the production of oppression, activism and changes in the structures of traditional political thought. This thesis examines the relationships established by Angela Davis between feminisms and the anti-racist struggle and their contribution to the development of black feminisms. The main hypothesis is that the considerations elaborated by Angela Davis have been fundamental for the development of these movements and for a coordinated action against oppression, which results in the creation of new forms of action and political reflection. This work approaches Davis' elaborations around notions such as oppression, resistance, freedom and culture, questioning how these conceptual constructs change or are deepened in the course of the development of her work; which concepts gain relevance in this journey and with which traditions she dialogues. Therefore, new epistemologies and new ways of producing knowledge aimed at transforming social relations are needed, as well as the continuous change in the vocabulary that enables the creation of alliances based on political identities to combat oppression. This thesis considers that, in an autonomous and continuous way, Angela Davis connects her theoretical elaborations to social movements and culture, as a possibility of Black/US/Afrodiasporic resistance to racism, sexism and class exploitation. In her work, the rescue of humanity from the subjugated condition and the essential recovery of his/her identity, far from being an abstract search, is configured as a multiform resistance that seeks freedom and the creation of alternative conditions of existence, contributing to the full development of human potentialities.

Keywords: Angela Davis; interconnections; gender; race; class; power; oppressions; resistances.

Sumário

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. INTERCONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM ANGELA DAVIS – ABORDAGENS INICIAIS	14
1.1. Gênero, raça e classe enquanto categorias centrais para o entendimento das opressões	15
1.2. Uma introdução ao lugar das mulheres negras nas sociedades afrodiaspóricas ..	22
1.3. Uma análise inicial da opressão das mulheres sob o capitalismo	30
1.4. Mulheres, Raça e Classe – uma obra pioneira	44
1.5. Angela Davis e as teorias da interseccionalidade	52
CAPÍTULO 2. CENTRALIDADE DO FEMINISMO ANTIRRACISTA E ANÁLISE DAS MÚLTIPLAS OPRESSÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	59
2.1. As mulheres negras e a dialética entre opressões e resistências	62
2.2. A opressão em suas dimensões econômica, política e ideológica	72
2.3. Múltiplas vozes e práticas de resistência	92
CAPÍTULO 3. CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS CONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E CULTURA	110
3.1. Cultura, conhecimento e consciência histórica	111
3.2. <i>Blues Legacies and Black Feminism</i> e a constituição de uma consciência histórica de gênero, raça e classe	120
3.3. A cultura em seu potencial político de denúncia das opressões	132
CAPÍTULO 4. “AS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UTOPIA”	150
4.1. Lutas políticas contemporâneas e “alternativas abolicionistas”	151
4.2. Novas concepções de democracia	163
4.3. Abordagem crítica do conceito de liberdade	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

Em seus variados livros, artigos e falas públicas, Angela Davis tem instado indivíduos e movimentos sociais a uma ação política que compreenda as conexões entre as variadas opressões, sendo necessárias às lutas por justiça social uma reflexão e ação integradas. Para o entendimento de suas análises sobre opressões e ativismos de mulheres negras, suas elaborações sobre as interconexões entre gênero, as noções de raça e classe são fundamentais. Sendo indispensáveis para uma compreensão mais ampla de sua obra, torna-se igualmente necessário o entendimento de noções como resistência, liberdade e cultura, em sua relação com os feminismos negros e as alterações e aprofundamentos pelos quais passam esses construtos conceituais no decorrer de seu desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, são objeto dessa tese os conceitos que ganharam relevância em seu percurso, o modo como a autora dialoga com tendências filosóficas fundamentais à sua formação e a maneira como ela articula suas análises à ação política das mulheres negras.

Partindo da afirmação de Joy James (1998) de que ao desafiar os fundamentos do discurso dominante, Davis influencia profundamente o feminismo antirracista e os estudos críticos na contemporaneidade, objetivamos a interpretação e a análise do modo como Davis elabora as conexões entre sistemas de opressão tais como racismo, sexismo e exploração de classe, responsáveis, segundo ela, pela manutenção de relações sociais pautadas na opressão e injustiça social e econômica.

De Simone de Beauvoir a Judith Butler, passando por inúmeras pensadoras e lideranças políticas, a teoria feminista tem assinalado a dificuldade representada pela efetivação de uma compreensão de sujeito que entenda a alteridade como uma categoria central do pensamento político. Embora a noção de sujeito seja fértil na tradição filosófica, utilizamo-la aqui, em consonância com as autoras citadas, com o objetivo de pensar sua produção através da legitimação e exclusão de grupos sociais nas operações políticas que regem a sociedade¹

¹ As elaborações de Simone de Beauvoir sobre o sujeito encontram-se em especial em *O Segundo Sexo* e em suas autobiografias, obras nas quais a autora centra-se na relação de não reciprocidade entre gêneros e na negação da condição de sujeito das mulheres. No pensamento de Judith Butler “o sujeito é uma questão crucial para a política feminista, pois os sujeitos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política” (BUTLER, 2003, p. 19).

Muito em voga nos dias atuais, os estudos que visam à compreensão da articulação entre a categoria gênero e marcadores sociais como raça, etnia, classe e sexualidade têm alcançado os espaços acadêmicos, para além das discussões realizadas no interior dos movimentos sociais. É cada vez mais ampliada a compreensão de que a categoria “mulheres”, mormente vista como o sujeito das discussões a partir das quais se questiona os lugares de hegemonia e subalternidade nas interações entre os gêneros, não possui uma identidade fixa, que possa ser compreendida “em termos estáveis e permanentes” (BUTLER, 2003, p. 18).

Nesse sentido, a concepção responsável pela homogeneização do sujeito “mulher” – que teria sido presumida pela teoria feminista clássica – tem sido questionada, em especial por estudiosas que advogam a necessidade de um melhor entendimento das especificidades das mulheres, pois estas tornam distintos os interesses e demandas no interior das estruturas políticas, sociais e jurídicas que visam equidade. Reconhecida por grande parte das teóricas do feminismo como “uma unanimidade falsa” (DAVIS, 2019b, p. 63), a categoria “mulher” e a própria noção de sujeito tem sido disputada, ainda que validada na maior parte das discussões, devido à sua relevância para a constituição de uma política feminista.

Verifica-se, nesse contexto, em seus questionamentos sobre os sujeitos e na busca por demandas específicas, o surgimento dos feminismos negros². Tendência de reflexão e atuação política que permite refletir a interação entre as variadas formas de sujeição geradas pela interconexão de marcadores sociais como gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual e outros.

Uma das expoentes desse pensamento é a filósofa estadunidense Angela Davis, intelectual que partilha com outras autoras a posição que advoga a necessidade de considerar as especificidades das comunidades negras e o histórico de escravização e discriminação racial. Inclui no conjunto teórico do feminismo a perspectiva das mulheres negras, sem, no entanto, hierarquizar opressões que agem simultaneamente.

Ao longo da pesquisa realizada, identificamos na obra de Angela Davis os seguintes conteúdos centrais: prisões, opressões, resistências, marxismo, antirracismo, feminismos, liberdade, identidade política e cultura. A partir disso, pretendemos analisar e interpretar sua obra à luz destes grandes temas, partindo do argumento inicial de que

² Optamos pela escrita no plural para enfatizar a pluralidade dos movimentos e organizações feministas negras e abordaremos o tema em profundidade no capítulo final da tese.

encontra-se sempre presente em suas análises o entendimento da convergência entre racismo, sexismo e exploração de classe nas sociedades ocidentais modernas e contemporâneas. Logo, compreendemos que Davis elenca estes como os três sistemas discriminatórios interdependentes cruciais para o entendimento da modernidade e para a superação das condições de opressão de nosso tempo.

No entanto, ainda que possamos identificar os escritos sobre as prisões, os feminismos negros e as análises culturais como três dos temas estruturantes abordados em sua obra, consideramos que estes dialogam em toda a sua produção intelectual, podendo ser interpretados como teorias e estratégias, elaboradas por sujeitos e movimentos políticos, passíveis de compreensão a partir de noções como resistência, emancipação e liberdade. Esta última, a liberdade, é o horizonte o qual todas as análises e preocupações de Davis vislumbram, de seu objetivo inicial de tese de doutoramento – a noção de liberdade em Kant – ao seu último livro, publicado em 2016, *A Liberdade é uma Luta Constante*.

Tais conceitos e temas centrais sofrem influências diversas ao longo de sua trajetória: se alteram, aprofundam, perdem ou ganham relevância por motivos variados. Tendo em vista a profusão de diálogos, conexões e contradições que tal empreitada nos coloca, por uma questão metodológica e pela centralidade que o tema possui em sua obra, optamos por privilegiar as interconexões entre gênero, raça e classe na produção intelectual da autora. Seus desenvolvimentos em sua obra e sua contribuição para os feminismos antirracistas, ainda que inevitavelmente tal escolha nos obrigue a abordar o modo como estas análises se dão quando das elaborações sobre o abolicionismo penal e a cultura afrodiaspórica. Consideraremos dessa maneira a contribuição de Angela Davis para dois campos teóricos: o feminismo e a teoria social e política crítica ao capitalismo.

Minhas formulações sobre o objeto proposto estão estruturadas em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Interconexões entre gênero, raça e classe em Angela Davis – abordagens iniciais*”, revisito parte da obra inicial da autora a abordar essas categorias, em sua relação com as opressões contemporâneas e o racismo, o sexismo e a exploração de classe, estes entendidos como sistemas de opressão que cristalizam desigualdades e injustiça econômica, não obstante se atualizem a depender dos processos históricos. Priorizo nesse momento artigos iniciais da autora e a obra *Mulheres, Raça e Classe* para demonstrar o caráter singular e precursor de suas análises que, ao associar uma crítica feminista negra a uma crítica marxista ao capitalismo, contribuíram

significativamente para uma expansão dos estudos que visaram à compreensão dessas categorias e modificaram radicalmente a teoria feminista a partir da década de 1980.

No segundo capítulo “*Centralidade do feminismo antirracista e análise das múltiplas opressões na sociedade contemporânea*”, apresento dois dos mais importantes movimentos da obra da autora, a saber, o diagnóstico de opressões simultâneas baseadas em gênero, raça e classe e a visibilização de ações de resistência às opressões empreendidas por mulheres negras. Argumento que a partir da obra de Davis é possível afirmar que as mulheres negras estão inseridas em um movimento que denomino dialética entre opressões e resistências e que é caracterizado pela exposição contínua e simultânea às opressões racista, sexista e de classe, o que as exige a elaboração de estratégias de resistência a estas, das triviais às complexas, existentes no passado das comunidades de pessoas escravizadas e na atualidade dos presídios, favelas e universidades, inseridas nas sociedades afrodiaspóricas. Elas conformam múltiplas práticas de resistência.

No capítulo 3, intitulado “*Contribuições para pensar as conexões entre gênero, raça, classe e cultura*” analiso as relações que Davis estabelece entre tais categorias, sua compreensão de cultura, em relação com seu entendimento da história e a capacidade de manifestações artísticas e culturais conformarem a subjetividade humana e seus valores, possuindo relativa autonomia, mas sendo capaz de realizar o trabalho de despertar atitudes críticas frente às opressões. Aqui demonstro que, ainda que Davis dê em sua obra especial atenção à dimensão econômica das opressões simultâneas de gênero, raça e classe, a autora considera a expressão corporal das concepções de mundo de um grupo social por meio da cultura, que tem em si o potencial político de transformação. Este capítulo aborda ainda a centralidade de tradições africanas para a elaboração de formas de vida na diáspora, tema que a autora aborda em particular em *Blues Legacies and Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*, obra ainda sem tradução em nosso país.

Finalmente, no capítulo quarto, “*As mulheres negras na construção de uma nova utopia*”, abordo a centralidade que possui na obra de Davis o abolicionismo penal e a busca por alternativas que possibilitem novas concepções de democracia. Apresento as relações estabelecidas pela autora entre esses conceitos, suas origens e desenvolvimentos posteriores. Saliento, entretanto, que como parte considerável de sua obra e um conteúdo que exigiria uma nova tese, tal tema é abordado de maneira breve e em relação com os objetivos iniciais da tese, quais sejam, o entendimento das conexões entre racismo, sexismo e capitalismo. A noção de liberdade também possui centralidade neste capítulo,

haja vista o fato de considerarmos que, em Davis, o conceito de liberdade ganha uma nova abordagem e a liberdade em si mesma é o horizonte que vislumbra toda a sua obra.

Por fim, gostaria de acrescentar que este texto está sendo finalizado em meio a uma pandemia mundial sem precedentes, a qual levou à morte apenas no Brasil mais de 600.000 pessoas. Há ainda controvérsias, mas seu surgimento foi associado a um vírus comum em outros seres vivos com os quais seres humanos não possuíam contato, o que tem se alterado com frequência, haja vista a deterioração do meio ambiente e destruição da vida selvagem. Somando-se a isso, vivemos um governo genocida e negacionista que investe na desinformação e em políticas de morte que têm afetado desproporcionalmente populações negras, indígenas e pobres. Mais que nunca temos a certeza que a liberdade é uma luta constante.

CAPÍTULO 1. INTERCONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM ANGELA DAVIS – ABORDAGENS INICIAIS

Mundialmente conhecida como ativista dos direitos das mulheres, população negra e carcerária, Angela Davis e sua obra tem sido hodiernamente interpretada a partir de tópicos que relacionam i. prisões, repressão, resistências, ii. marxismo, antirracismo, feminismo; iii. estética e cultura³. Em consonância com essa interpretação, compreendemos que as interconexões entre gênero, raça e classe estão presentes em todas as suas análises e configuram a espinha dorsal da obra da autora, para quem os marcadores sociais supracitados são não apenas definidores de identidades individuais e coletivas, mas indicadores sociais fundamentais à cristalização de sistemas de opressão interligados. Estes agem simultaneamente e de forma estrutural, de modo a criar e manter a subalternização de mulheres negras e a desigualdade social e econômica própria à sociedade capitalista moderna e contemporânea.

Abordaremos neste tópico o modo como Davis compreende essas categorias e conexões em suas obras iniciais e, com isso, investigo as múltiplas conotações atribuídas pela autora às interconexões entre gênero, raça e classe para a consolidação e manutenção da subalternização social atribuída às mulheres negras. Realizo esse trabalho em três frentes, a saber: a partir da consideração dessas categorias enquanto categorias relacionais centrais para o entendimento das opressões contemporâneas; a partir da análise do papel atribuído por Davis às mulheres negras nas sociedades afrodiáspóricas; e na análise do pioneirismo da autora nas análises integrativas e interseccionais, ainda que ela não utilize esses termos e imponha críticas a estas tendências de atuação e reflexão política, como veremos.

Ocorre, entretanto, que as teorizações sobre gênero, raça e classe acontecem a partir de influências múltiplas e variadas, simultaneamente ao desenvolvimento dos estudos que visam à compreensão das conexões entre essas categorias. Davis acompanha esses desenvolvimentos, impõe críticas aos movimentos sociais daí surgidos e propõe a criação de novas maneiras de pensar e atuar politicamente, ainda que prevaleçam bases teóricas vinculadas à Tradição Radical Negra, à Teoria Crítica e ao Marxismo.

³ Divisão proposta pela pesquisadora Joy James, organizadora da coletânea *Angela Davis Reader* (1998). Para mais informações, ver a introdução à *Angela Davis Reader*. Joy James (org.), New York: Blackwell, 1998.

Consideraremos no capítulo a seguir como essas questões estão postas em suas obras de juventude, para posteriormente verificar o objeto que dá unidade à sua obra.

1.1. Gênero, raça e classe enquanto categorias centrais para o entendimento das opressões

A categoria gênero, tal qual a concebemos na atualidade, foi longamente construída no decorrer do século XX por antropólogos, sociólogos e feministas, com o objetivo de evidenciar aspectos sociais atribuídos às masculinidades e feminilidades. Utilizado por psicólogos e intelectuais diversos, é somente a partir das pesquisas feministas e da análise de obras clássicas, como a de Simone de Beauvoir, que passa a se relacionar à contestação ao determinismo biológico.

A partir da década de 1960 o termo passa a ser compreendido como categoria de análise sociológica e como possibilidade de análise histórica, após a publicação, em 1986, do fundamental artigo de Joan Scott *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. No âmbito da filosofia, uma das obras mais importantes na atualidade é *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, publicada em 1990, sendo esta uma categoria com a qual Davis trabalha em suas obras iniciais no intuito de compreender as relações de dominação, desigualdade e poder.

Na obra de Angela Davis o termo gênero é instrumentalizado em seu caráter relacional, em associação com classe e raça. Em textos iniciais, a convergência entre estas categorias é mencionada quando da discussão sobre as prisões e a elaboração de políticas públicas que têm impacto na vida cotidiana dos indivíduos (DAVIS, p. 1998a, p. 65), na discussão sobre a questão carcerária (DAVIS, 1998a, p. 64, 70), sobre a desconsideração do gênero quando conveniente no período escravocrata (DAVIS, 1998a, p. 90) e como categoria ausente nas discussões foucaultianas e de outros autores sobre as prisões (DAVIS, 1998a, p. 98, 104).

Em *Mulheres, Raça e Classe* o termo “gênero” surge poucas vezes, em especial quando da desconsideração deste para mulheres negras no período de escravização moderna (DAVIS, p. 2016b, p. 17 e 19). Em *Mulheres, Cultura e Política* ele é utilizado como categoria instrumentalizada para a discriminação (DAVIS, p. 2017, p. 16, 37) e em um contexto de análises eleitorais (DAVIS, 2017, p. 29).

Na introdução à *Blues Legacies and Black Feminism* [Legados do Blues e Feminismo Negro], importante obra da autora de 1998, o termo é empregado em seu

sentido relacional, no que concerne à consciência do pertencimento político de gênero e raça em cantoras clássicas do *blues* estadunidense, expresso em músicas e performances. No decorrer da obra, ele é analisado como categoria politicamente estruturante nas comunidades negras (DAVIS, 1998b, p. 20), em seu sentido relacional (DAVIS, 1998b, p. 22), discriminatório (DAVIS, 1998b, p. 36), como política que subverte papéis tradicionais de gênero no *blues* (DAVIS, 1998b, p. 41, 46, p. 76, 101, 121, 162, 165, 171-173, 175 - 180, 195), como conformadora de uma nova consciência quanto ao trabalho e afetos no pós-abolição (DAVIS, 1998b, p. 47, 67, 68, 142).

Menções ao gênero são também encontradas em um discurso intitulado *Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism* [Violência Contra as Mulheres e o Desafio Permanente ao Racismo], realizado em 1985, no qual ao tratar do estupro, Davis indica a existência de estruturas de poder que a ele se relacionam, complexas estruturas que refletem a “complexa *interconexão* de raça, gênero e opressão de classe” (1998a, p. 145, grifos nossos), definição retomada em *Mulheres, Cultura e Política* (2017, p. 49).

Também em entrevista, realizada em 1995 e denominada *Reflections on Race, Class and Gender in the USA* [Reflexões sobre Raça, Classe e Gênero nos Estados Unidos], o termo surge como categoria conformadora do movimento feminista (DAVIS, 1998a, p. 308), de consciência nas comunidades negras (DAVIS, 1998a, p. 314) e de análise dos movimentos negros que devem visar à igualdade e que por vezes teria sido negligenciado em organizações como o Partido dos Panteras Negras (Davis, 1998a p. 309). Além disso, o termo se apresenta também como categoria que em convergência incita mulheres de cor⁴ a “abordar a interseccionalidade e as interações mútuas e complexas de raça, classe, gênero e sexualidade” (DAVIS, 1998a, p. 313), fundamental para o desenvolvimento de pesquisas e de estratégias de organização, estando o conceito de patriarcado, essencial para os estudos feministas nas últimas décadas, ausente na maior parte das obras analisadas, ainda que o entendimento deste seja crucial para a compreensão dos desenvolvimentos das pesquisas sobre as relações de gênero na atualidade⁵.

⁴ O termo “mulheres de cor” não tem conotação negativa no contexto estadunidense, como tem no Brasil. Foi positivado para abarcar um número mais amplo de mulheres racializadas, pertencentes a minorias étnicas, como as latinas e asiáticas.

⁵ Para um entendimento dos desenvolvimentos do conceito de patriarcado na pesquisa feminista, ver “*O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista*”, de Fernanda Maria Caldeira, texto no qual a autora recupera as contribuições de Carole Pateman, Sílvia Walby e Heleieth Saffioti. Ver também *Dicionário Crítico do Feminismo*, com organização de Helena Hirata, “*Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista*”,

Nesta breve pesquisa terminológica verificamos que a problemática de gênero em Davis é mais bem compreendida quando considerada em seu caráter relacional, como categoria instrumentalizada para a elaboração e manutenção das opressões, mas também para a construção de estratégias de organização que visem à resistência. Esta nos parece ser a abordagem recorrente nas obras ora analisadas, consideradas as mais relevantes para o entendimento de gênero, raça e classe em sua obra, quais sejam, os livros *Mulheres, Raça e Classe*, *Mulheres Cultura e Política*, *Blues Legacies and Black Feminism* e artigos selecionados da coletânea *Angela Davis Reader*.

Parte da transformação pela qual passa a escrita filosófica do século XX, mas também como reflexo da peculiaridade da relação estabelecida por Davis entre teoria e *práxis*, produção intelectual e ativismo político, seus estudos estão interessados na discussão de um problema filosófico que remete ao poder e às interrelações entre sistemas históricos de opressão que continuam a influenciar e a negar condições de existência alternativas, nas quais as potencialidades humanas possam ser desenvolvidas. Racismo, sexismo e capitalismo são os sistemas “escolhidos” por Davis pois conformam, em seu entendimento, opressões que agem simultaneamente, são interdependentes, se retroalimentam e estruturam a sociedade.

Ainda assim, consideramos importante ressaltar que uma das peculiaridades da obra de Davis, no que concerne aos estudos da convergência entre sistemas de opressões, reside na postura engajada com o compromisso anticapitalista. Tal postura não se verifica de modo contundente em outras importantes autoras vinculadas aos feminismos negros, sendo esta perceptível em organizações como a *Aliança de Mulheres Negras*, depois tornada *Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo*, organização estadunidense fundada em 1970, e no Coletivo *Rio Combahee*, responsável pelo importante manifesto de 1977 *Combahee River Collective Statement* [Manifesto do Coletivo Combahee River]⁶, no qual as autoras citam o primeiro artigo publicado de Davis em 1971.

Interpretamos como fundamental o trabalho precursor dessas organizações, em consonância com a autora. Entretanto, consideramos relevante informar que, ainda que indicada por organizações de mulheres negras em anos anteriores, enquanto problemática filosófica esta convergência é abordada de modo pioneiro por Davis, ao articular uma

de Milena Barroso e “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo” de Cinzia Arruza, todos disponíveis nas referências.

⁶ Disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/download/159864/154434/357814>. Acesso em 16 de março de 2021.

crítica feminista antirracista à crítica marxista ao capitalismo, tal como a que realiza no artigo *Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation* [Mulheres e Capitalismo: Dialética da Opressão e Libertação]⁷ e em outras obras iniciais.

Neste texto Davis indica as peculiaridades da opressão feminina no capitalismo, os prejuízos para as mulheres da alteração do status do trabalho, de valor de uso para valor de troca; o exercício da autoridade masculina no ambiente familiar; o acréscimo de opressão quando da efetiva entrada das mulheres nos espaços produtivos no contexto contemporâneo. São parte de suas análises as peculiaridades das condições de existência das mulheres negras sob o capitalismo, em sua relação com a superexploração do trabalho, os legados da escravização e do racismo, sua consequente subalternização social.

O que fica claro nessas análises é que Davis não aborda as questões de gênero como exegeta ou historiadora, mas como filósofa crítica que pretende compreender as maneiras pelas quais as opressões estruturais inibiram a mobilização social e organização política, utilizando-se das conexões entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe. Para tanto, gênero é sempre categoria analítica relacional e definições de “mulher” são avaliadas criticamente, já que não fixas, passíveis de mudanças a depender do contexto histórico, podendo ser inclusive cooptadas pelos próprios sistemas de opressão.

Clara Araujo (2021, p. 69) apresenta, em um artigo sobre as relações entre feminismo e marxismo, a relevância da categoria “gênero” para os estudos atuais. Segundo ela,

[...] trata-se de importante recurso analítico para pensar a construção/desconstrução das identidades de gênero, isto é, os caminhos através dos quais os atributos e lugares do feminino e do masculino são social e culturalmente construídos, muito mais como significados do que como essência. Gênero é relacional e, nesse sentido, um gênero só existe em relação com o outro. Essa característica permite considerar que tanto o processo de dominação quanto o de emancipação envolvem relações de interação, conflito e poder entre homens e mulheres. Numa perspectiva política, nos obriga a ampliar o olhar sobre os atores. O problema deixa de ser apenas das mulheres, requerendo alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral. Esse conceito contribuiu para incorporar na agenda feminista a luta no plano da

⁷ Relativamente pouco conhecido no contexto de pesquisas sobre Angela Davis no país, o artigo *Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation* [Mulheres e Capitalismo: Dialética da Opressão e Libertação] é um importante exemplo do modo como as relações de gênero são suscetíveis a variações a depender das conexões entre gênero, raça e classe. Neste a autora propõe uma análise dessas inter-relações sob uma perspectiva marxista e, escrito no período em que Davis esteve aprisionada, o texto tem por destinatário o Simpósio da Sociedade para o Estudo Filosófico do Materialismo Dialético, tendo sido publicado originalmente em *Marxismo, Revolução e Paz*, editado por Howard Parsons and John Sommerville, em 1977, constando da coletânea de 1998 *Angela Davis Reader*, organizada por Joy James.

cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e o feminino.

Segundo a autora, entretanto, podem os atores sociais incorrer no risco de uma ênfase exagerada nos aspectos subjetivos do gênero, em desatenção às questões materiais, o que Davis não o faz, como pretendemos demonstrar.

Aqui é importante destacar algumas polêmicas quanto aos desenvolvimentos da teorização sobre exploração, opressão e patriarcado. Em primeiro, existem diversas teorias que distinguem exploração e opressão, aproximando o primeiro termo de uma análise marxista da sociedade, na qual exploração remete ao processo de exploração do trabalho de uma classe dominante sobre as dominadas; e opressão, identificada nessas discussões com a dominação a que estão submetidos determinados grupos sociais, no contexto aqui analisado, as mulheres.

Essa distinção é relevante na medida em que muitos dos debates sobre as relações entre racismo, capitalismo e patriarcado tiveram, ao longo da história, a tendência a sobrepor um desses sistemas de opressão aos outros, com primazia para o entendimento de que a exploração de classe, própria ao capitalismo, seria superior e instrumentalizadora das opressões de gênero e raça.

Milena Fernandes Barroso em *Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista* informa a existência dessa discussão desde meados de 1970, indicando a posição segundo a qual há uma indissociabilidade entre exploração e opressão, nos parecendo ser esta a posição de Davis em meio ao debate, ainda que a mesma não o informe. No texto, Barroso indica a existência de quatro principais teses a debater o tema: “a tese da indiferencialidade do capitalismo sobre as opressões (WOOD, 2011); o ponto de vista da teoria unitária (ARRUZZA, 2015); a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989 e 2002) e a perspectiva da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais (KERGOAT, 2010; SAFFIOTI, 2004; CISNE, 2014)” (BARROSO, 2018, p. 449)⁸.

⁸ Aqui é importante destacar que a obra de Heleieth Saffioti tem sido lida por outras autoras como uma teoria única na qual há atenção à categoria raça e denúncia da unidade ou fusão entre racismo, patriarcado e capitalismo, sendo esta autora mencionada por Lélia Gonzalez em seu importante artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Consideramos, entretanto, que esta atenção está explícita no uso dos termos apenas em obras a partir do final da década da 1980. Para mais informações ver da autora “Poder do Macho” e “Gênero, Patriarcado e Violência, assim como “Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleieth Saffioti” de Daniele Cordeiro Motta.

Segundo Barroso, a tese da indiferencialidade do capitalismo, proposta em especial por Elen Wood, afirma a opressão de gênero como reminiscência de formas sociais e de produção anteriores ao capitalismo, sendo este último indiferente às relações de gênero (assim como às de raça), e o capitalismo indiferente às identidades sociais dos trabalhadores, podendo inclusive cooptá-las, como a quaisquer outras. Assim, a opressão de gênero não tem um status privilegiado no capitalismo, nem há necessidade estrutural específica desta para o sistema.

O ponto de vista da teoria unitária, com destaque para a obra de Cinzia Arruzza, afirma que o capitalismo produz opressão por necessidade e argumenta isso em um nível lógico e histórico, apresentando esta distinção e indicando que ainda que em nível abstrato pudéssemos afirmar que o capitalismo prescinde da opressão de gênero, historicamente isso não se sustenta, inexistindo nas sociedades capitalistas um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo. A autora não subestima a centralidade da opressão de gênero, mas considera relevante compreender o capitalismo não apenas como um conjunto de leis econômicas, mas como sistema em movimento no qual se articulam relações de exploração, dominação e alienação.

A tese da interseccionalidade, sistematizada pela jurista Kimberlé Crenshaw e muita em voga no momento, afirma a intersecção de gênero, raça e classe na formação das opressões, se aproximando de formas concretas e visuais de entendimento destas e de sua centralidade para a organização coletiva e constituição de políticas públicas. Esta tese tem sofrido diversas críticas, em especial de autoras da tese da consubstancialidade e coextensividade das relações sociais, como Danielle Kergoat, para quem a interseccionalidade é um instrumento que coloca sistemas discriminatórios em posições fixas, ainda que isso não ocorra nas situações concretas. Para esta última corrente, as relações sociais são consubstanciais. Gênero, raça e classe se entrelaçam, sendo possível a distinção apenas no nível de análise sociológica. Assim, ainda que possuam particularidades que os caracterizem, patriarcado e capitalismo compõem um sistema de codependência no qual as relações são dinâmicas, havendo três relações fundamentais que se imbricam, quais sejam, sexo/gênero, raça e classe, nos parecendo haver o entendimento da primazia de exploração sobre opressão e de classe sobre os demais sistemas discriminatórios.

Barroso afirma estar Davis mais próxima a esta última tendência. Entretanto, em oposição a esta interpretação, salientamos que as análises da consubstancialidade “incluem” raça apenas após desenvolvimentos ulteriores de suas pesquisas e, nesse

sentido, se distinguem diametralmente de Davis, que desde seus primeiros escritos interpretou raça como categoria central para o entendimento da modernidade e das relações simultâneas de exploração e opressão, as quais estavam submetidas as mulheres negras escravizadas e suas descendentes. Para Davis, raça é categoria central para as análises sobre a hegemonia capitalista no ocidente. Barroso, Arruzza e Safiotti parecem aceder na compreensão da indissociabilidade entre opressão/dominação e exploração no entendimento de patriarcado. Entretanto, em Davis, esta simultânea exploração e opressão se dá não apenas no âmbito das relações de gênero patriarcais, mas configuram relações complexas e contraditórias nas quais gênero, raça e classe convergem, instrumentalizadas para a constituição e manutenção da exploração capitalista e de sistemas de opressão que agem conjuntamente, tanto em nível ideológico, como em sua dimensão econômica.

Quanto aos conceitos fundamentais aos estudos de gênero e no que diz respeito à sujeita “mulher negra”, esta é uma noção interpretada em seu sentido relacional, já que a posição subalterna a qual mulheres estão submetidas no capitalismo sofre “acréscimos” de opressão quando analisada junto a categorias como raça e classe, dando ensejo ao surgimento de um novo sujeito político⁹. Para Davis, as mulheres negras são entendidas a partir da inferiorização racial e de gênero que informa classe, em uma relação de interdependência na qual raça, classe e gênero informam-se umas às outras, sendo convenientemente utilizadas para a manutenção das opressões. Assim, quando acréscimo é escrito entre aspas pretendemos a indicação de que é uma relação complexa não passível de dimensionamento em termos matemáticos.

Quando Davis afirma que agressões e estupro teriam sido formas específicas de dominação impostas às mulheres negras escravizadas, que não poderiam dispor de seus corpos, por exemplo, ela está interpretando que as mulheres negras que vivem em diáspora têm sido compreendidas a partir da opressão simultânea de gênero, raça e classe,

⁹ A noção da “mulher negra” como um novo sujeito político tem sido interpretada por variadas estudiosas da história do movimento feminista. E tal como Davis afirma em entrevista de 1995, a emergência deste novo sujeito em termos conceituais tem sido tributada ao fundamental texto *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* [Essa Ponte Chamada minhas Costas: Escritos de Mulheres de Cor Radicais], editada por Cherrie Moraga e Gloria E. Anzaldúa, em 1981. Entretanto, Davis afirma, a consolidação desse entendimento possui uma genealogia que remete a organizações como as mencionadas Aliança Feminina do Terceiro Mundo e o Coletivo Rio Combahee, constituídas na década de 1970, às lutas pelos direitos civis, às associações de mulheres negras, porto-riquenhas, asiático-americanas. Esta genealogia não deve ser apagada, pois que informa a relação entre sua construção e a atuação política de mulheres negras em distintos espaços de conhecimento que não apenas o acadêmico.

herdada do período escravocrata, que as inseriam em condições de existência atravessadas pela exploração e opressão racial/sexual/capitalista, *simultaneamente*. Quando afirma que “nós, as mulheres negras de hoje, devemos aceitar todo o peso de um legado feito com sangue por nossas mães acorrentadas” (DAVIS, 1998a, p. 127), ela nos indica que as condições de existência das mulheres negras do tempo presente estão permeadas pelo histórico de escassez e violência “legado” pelo período escravocrata.

Com estas elaborações, Davis se insere em uma orientação específica do feminismo negro consolidado na década de 1980. Embora, para ela, haja múltiplos projetos feministas negros, e que tal como afirma, não devamos supor que estes se iniciaram há algumas décadas ou em reação ao feminismo de classe média elaborado por mulheres brancas (DAVIS, 1998a, p. 314). Para a autora, as análises e organização política que interpreta as conexões entre gênero, raça e classe possuem agenda própria e o feminismo ao qual ela se filia articula a crítica feminista antirracista à crítica marxista ao capitalismo. Este é um entendimento crucial para a compreensão de sua produção intelectual e ativista. Este trabalho está presente em toda a sua obra, sendo indicado desde textos escritos ainda no cárcere em 1971, como o artigo *Women and Capitalism* (DAVIS, 1998a), e possuindo na obra *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves* [Reflexões Sobre o Papel da Mulher Negra na Comunidade de Pessoas Escravizadas] (DAVIS, 1998a) sua elaboração privilegiada.

1.2. Uma introdução ao lugar das mulheres negras nas sociedades afrodiaspóricas

Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves é, efetivamente, o primeiro artigo publicado por Angela Davis. Reflete sobre o papel das mulheres negras na era da escravização moderna, partindo do que a autora considera uma escassez de literatura sobre as mulheres negras nos Estados Unidos do período. Escrito com alguma dificuldade, na medida em que a autora possuía recursos limitados de pesquisa na prisão, o texto chama-se “Reflexões”, na medida em que se pretende uma coletânea de ideias que objetivava conduzir a uma reinvestigação do modo como interagiam as mulheres negras e seu povo em um ambiente opressivo de ausência de liberdade (DAVIS, 1998a, p. 111).

Além do interesse acadêmico, a escrita do referido artigo auxiliou Davis a refletir sobre estereótipos imputados às mulheres negras, tendo em vista alguns trechos de sua

acusação que afirmavam sua culpa através de argumentos sexistas que a relacionavam ao amigo e ativista George Jackson¹⁰. A experiência do sexismo em organizações negras, interconectado à experiência do racismo enquanto presa política, acrescida do diagnóstico de escassez de literatura sobre o tema são o mote para suas reflexões.

A partir da consideração da existência de poucos estudos sobre mulheres negras, opressões e resistências, o que Davis identifica nos estudos a que tem acesso são representações das mulheres negras estadunidenses permeadas por clichês e estereótipos, que atribuíam a elas posturas matriarcais, agressivas e castradoras. Parte fundamental de toda a construção de sua obra, o diagnóstico do quão arraigados estão estereótipos e imagens fictícias depreciativas de mulheres negras em seu tempo, é por nós considerado orientação essencial de sua escrita. A indicação do papel das mulheres negras em iniciativas de resistência política às opressões, um segundo procedimento recorrente. Consideramos estas as estratégias utilizadas pela autora que contribuem com a positivação das condições de existência das mulheres negras e que se opõem à desumanização a elas imposta. Com a primeira estratégia, Davis aponta para a necessidade de uma reelaboração da representação das mulheres negras, tendo em vista que estereótipos como os acima citados estariam ainda muito vivos, possuindo significativa importância para o modo como são vistas as mulheres negras através das lentes do Estado¹¹.

¹⁰ George Jackson (1941 - 1971) foi um escritor e ativista estadunidense, conhecido por sua obra *Soledad Brother: As Cartas da Prisão de George Jackson*. Aqui faz-se referência à prisão de Davis por 16 meses entre os anos de 1971 e 1972, denunciada por conspiração, sequestro e assassinato, acusação da qual foi inocentada meses depois.

¹¹ No contexto brasileiro, e de modo semelhante ao que ocorreu nos Estados Unidos, os estudos sobre as condições de existência das mulheres negras escravizadas demoraram a ser realizados. Um estudo importante nesse sentido é o livro *Mulher e Escrava*, de Sônia Giacomini, publicado em 1988 e disponível nas referências da presente tese. Nele, a autora indica a necessidade de atenção ao surgimento de novas categorias teóricas advindas dos movimentos sociais, o que poderia contribuir para a emergência de novos paradigmas teóricos. Em um diálogo com a escassa historiografia brasileira sobre o tema, Giacomini afirma a negligência de parte considerável de estudiosos do tema, e o reforço a estereótipos escravistas como norma. A condição peculiar de vida das mulheres negras escravizadas é interpretada a partir de suas relações com a maternidade, a família, o trabalho doméstico como “mãe preta” ou “ama de leite”, a exploração sexual e da função reprodutiva, a “rivalidade” com mulheres brancas da classe escravocrata. Para mais informações, ver também MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988. Ademais, a participação da mulher negra na sociedade escravista é apresentada também em artigos fundamentais de Lélia Gonzalez, dentre eles os textos “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político econômica” (1982) e o anteriormente citado “Racismo e Sexismo na cultura brasileira” (1984).

No que concerne à segunda estratégia, contrariando a posição dominante que afirmava terem as mulheres negras na tomada da centralidade do poder em suas comunidades minimizado o papel do homem e diminuído a possibilidade de ações de resistência ao regime escravista, sua elaboração traz à luz importantes ações protagonizadas por mulheres. Este procedimento preenche uma lacuna que invisibilizava práticas de organização social e também produção intelectual sobre o tema. Reflete uma característica essencial do feminismo negro emergente no período que é a fusão entre trabalho intelectual e ativismos. No artigo, Davis dialoga com preconceitos comuns à sociedade estadunidense do período, confrontando imagens fictícias que haviam sido objeto de debate em anos anteriores, no contexto de discussões sobre a diminuição da pobreza nas comunidades negras. Faz um retorno ao período escravista para mostrar o equívoco de muitas das imagens reificadas de mulheres negras e suas consequências para o tempo presente.

O primeiro mito analisado ou a primeira crítica à ideologia realizada por Davis diz respeito a um suposto “matriarcado negro”, existente desde o período escravista e responsável, segundo órgãos governamentais e senso comum, pelas raízes da opressão e estado de subalternidade da população negra. Davis questiona o que nomeia o mito do matriarcado negro, compreensão que tem raízes antigas e que remete à existência de sociedades semelhantes no continente africano. Elemento este introjetado na cultura que desconsideraria a multiplicidade de sociedades existentes neste grande continente e as muitas variações no modo como o poder poderia ser exercido nessas culturas. Esse processo remete, para ela, a um retorno a um passado mítico africano, muito distinto das condições objetivas de existência no período escravocrata e também no pós-abolição. Tendo sido utilizado como mecanismo de atribuição de imperatividade às mulheres negras, o que teria sido prejudicial para a consolidação das famílias, resultando na pobreza das comunidades negras¹².

Em uma entrevista recente, intitulada *O Futuro do Radicalismo Negro*, Davis afirma, em retrospectiva, ter sido também um dos objetivos desse trabalho refutar “[...]”

¹² Tema de inúmeras pesquisas nos Estados Unidos e Brasil, a concepção de matriarcado negro é vasta em África e diáspora, por vezes considerado em uma perspectiva positiva, como matripotência, como em Oyèrónké Oyèwùmí, por vezes remetendo à experiência histórica de desumanização e exclusão advindas da colonização e racismo, como em “O matriarcado da miséria”, de Sueli Carneiro. Davis trata do tema neste primeiro artigo e no texto “The Mith of the Black Matriarch”, publicado em *The First Ms. Reader*, em 1973. Para mais informações, ver também “10 Referências sobre o Matriarcado Africano e o Papel da Mulher em África”, disponível em: <https://www.geledes.org.br/10-referencias-sobre-o-matriarcado-africano-e-o-papel-da-mulher-em-africa/>. Acesso 03 de fevereiro de 2021.

ideias masculinistas generalizadas (como a necessidade de hierarquias de liderança baseadas no gênero, concebidas para garantir a dominância masculina negra) que circulavam no movimento negro no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970” (DAVIS, 2021a, s/p).

Recuperando o estado de opressão vivido pelas mulheres negras durante a escravização, a autora indica, em seu primeiro artigo, a impossibilidade de tal estrutura. Segunda ela, um sistema matriarcal pressupõe poder, e o exercício do poder pela comunidade de pessoas escravizadas era algo incompatível com o regime escravista. Este não poderia legitimar ou reconhecer símbolos de autoridade nas comunidades negras, sob pena de colocar em risco o próprio sistema escravocrata. Contrariamente, a subalternização e desorganização da vida comunitária era a norma que, segundo Davis, objetivava impedir qualquer estrutura social que possibilitasse ações que poderiam culminar em insurgências contra o regime. Para a autora,

[...] a designação de mulheres negras como matriarcas é um cruel equívoco. É um equívoco porque implica estruturas de parentesco estáveis, nas quais a mãe exerce autoridade decisiva. É cruel por que ignora os profundos traumas que as mulheres negras experienciaram quando tinham que entregar sua gravidez a interesses econômicos alienados e predatórios (DAVIS, 1998a, p. 84, tradução nossa).¹³

Ao indicar o erro da construção de pensamento que atribuía às mulheres negras alto poder decisório em suas comunidades, Davis permite-nos uma compreensão ampla do modo como a existência da mulher negra no período escravocrata diferia sobremaneira da existência dos homens negros escravizados e de homens e mulheres brancas da classe dominante.

Para a autora, no contexto escravista, o exercício da autoridade plena de mulheres negras em uma sociedade estruturada a partir do monopólio da violência pela classe escravocrata não era possível. O exemplo maior do modo como se configurava o cerceamento da liberdade e a busca por desumanização e subalternização da população negra, e em especial da mulher negra, era a reificação que a compreendia como um mero aparelho reprodutor de novas crianças que se tornariam escravas e a completa indiferença e insensibilidade ao naturalizar essa atitude e impedir às mães o contato com seus filhos.

¹³ No original em inglês: “The designation of the black woman as a matriarch is a cruel misnomer. It is a misnomer because it implies stable kinship structures within which the mother exercises decisive authority. It is cruel because it ignores the profound traumas the black woman must have experienced when she had to surrender her childbearing to alien and predatory economic interests” (1998a, p. 84). Desta tradução em diante todas são de minha autoria.

Violência física e psicológica que serviam certamente, segundo ela, à subjugação e busca por desmobilização das mulheres negras escravizadas.

Davis investiga os contrastes nas condições de existência do indivíduo escravizado e indica a existência de contradições nas relações vivenciadas naquelas comunidades. Para ela, ainda que as mulheres negras fossem tolhidas do exercício da autoridade em suas comunidades, elas tiveram significativo papel na construção de estratégias de resistência às opressões, embora tal fato fosse ainda pouco documentado. Em sua interpretação, o espaço doméstico, em geral compreendido pelas mulheres brancas abastadas como o *locus* da passividade, possuía uma dimensão completamente distinta para as mulheres negras escravizadas, pois no contexto de opressão no qual viviam, eles foram o único espaço de humanização e mínima liberdade permitida à comunidade.

Sendo ele o lugar onde as responsabilidades “naturalmente” eram entregues às mulheres, em virtude da compreensão supremacista masculina branca e também de tradições patriarcais africanas, o espaço doméstico dos dormitórios eram também o único lugar no qual o trabalho e seus frutos não eram imediatamente reclamados pelo opressor, distanciando-se, na medida do possível, da arena de dominação. Nesse contexto, a mulher negra exercia um papel essencial para a *sobrevivência* da comunidade e também para que outras formas de resistência tivessem êxito (DAVIS, 1998a, p. 115).

Tendo em vista o procedimento recorrente de visibilização de ações de resistência que demonstrem modos de organização social de mulheres negras, Davis analisa em seu texto a importância da recuperação histórica com vistas à transformação da sociedade. Partindo de um estudo de Herbert Aptheker¹⁴ sobre revoltas de pessoas escravizadas, Davis elabora a posição que afirma a contínua e ativa participação de mulheres negras escravizadas em revoltas contra o sistema escravista.

Em um esboço das interconexões entre gênero, raça e classe que serão aprofundadas em obras posteriores, Davis aborda nesse artigo a existência de modos próprios de punição de mulheres escravizadas, mecanismos específicos de contrainsurgência utilizados conscientemente por feitores e proprietários para dissuadir

¹⁴ Herbert Aptheker (1915-2003) foi um importante historiador marxista e ativista político estadunidense, especializado na história afro-americana e autor de *American Black Slave Revolts* (1943). O estudo em questão ao qual Davis teve acesso chama-se *The Negro Woman*, publicado no periódico marxista *Masses e Mainstream*.

mulheres negras escravizadas que se engajaram em ações de resistência às opressões. Para a autora, o uso do gênero como mecanismo de controle foi uma estratégia de subordinação que visou indicar a essas mulheres a vulnerabilidade particular a que estavam submetidas enquanto mulheres. Em casos de punição contra insurgências, por exemplo, há relatos de mulheres sendo queimadas vivas, enquanto homens eram “apenas” enforcados. Para Davis, agressões sexuais e estupros teriam sido formas específicas de dominação impostas às mulheres negras que não poderiam dispor de seus corpos e que por vezes eram submetidas a utilizá-los como moeda de troca, objetivando segurança para si e seus filhos, tratamento menos degradante, dentre outras demandas.

Em uma dimensão coletiva, a violência sexual servia como um mecanismo terrorista que visava dissuadir revoltas, em um grupo social com papel relevante nas comunidades, afetando ainda o homem negro, ao expor a impossibilidade destes em proteger as mulheres de sua convivência. Para Davis, essas estratégias demonstram o quão racionais eram os mecanismos de controle elaborados para a manutenção do domínio econômico e estado de subalternidade das populações negras. Ainda sobre essa questão, segundo a autora, estupros são contemporaneamente utilizados de forma massiva como arma de guerra em países em conflito. Mistificações, tais como a da “mulher negra castradora” ou aliada da classe branca opressora, eram em seu tempo ainda muito comuns. Elas possuíam, segundo Davis, o claro objetivo de prejudicar a organização coletiva da população negra estadunidense e de outros lugares da diáspora¹⁵.

No que concerne à resistência, ao apresentar longamente em seu artigo os variados relatos de participação de mulheres negras nos *maroons* [quilombos]¹⁶, em revoltas junto aos homens e em outras formas de oposição à escravidão, Davis indica a importância dessas ações para o fim do sistema escravista. Retoma a recusa ao mito da docilidade da população negra esboçada em suas *Lectures on Liberation* [Discursos sobre Libertação],

¹⁵ “A palavra diáspora foi originalmente usada no Antigo Testamento para designar a dispersão dos judeus de Israel para o mundo. Recentemente, tem se aplicado como vocábulo, por analogia à condição judaica, aos movimentos dos povos africanos e afrodescendentes no interior do continente ou fora dele. A diáspora traz em si a ideia do deslocamento que pode ser forçado, como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida” (MACEDO, 2008, p. 181). No presente texto, o termo diáspora é utilizado como referência ao deslocamento forçado de povos africanos, e salientamos que o uso do termo diáspora africana ou afrodiáspora foi elaborado criticamente também por autores do movimento da Negritude, em especial Aimé Césaire.

¹⁶ No contexto brasileiro, uma autora a se debruçar com profundidade sobre a experiência de vida nos quilombos é Maria Beatriz do Nascimento. Ver, por exemplo, a coletânea *Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

aulas ofertadas por ela no outono de 1969, na Universidade de Los Angeles Califórnia (UCLA). Para a autora, “desbancar o mito do matriarcado negro é esclarecer a matriz histórica da dominação de sua opressão e evocar respostas por vezes heroicas à dominação escravocrata”, já que “o famoso clichê, a ‘mulher emasculada’, tem suas raízes na inferência falaciosa de que, ao desempenhar um papel central na ‘família’ escrava, a mulher negra se relacionava com a classe escravista como colaboradora” (DAVIS, 1998a, p. 112).

Para a autora, imagens fictícias como essas compunham o discurso ideológico que responsabilizava as mulheres negras pelo não desenvolvimento de suas comunidades, pelos elevados índices de desemprego e pobreza, pelo elevado índice de natalidade e pelos gastos governamentais com assistência social. Em seu entendimento,

[...] o conceito de matriarca, abraçando o clichê “castradora feminina”, é, em última instância, uma arma aberta de guerra ideológica. Homens e mulheres negros continuam sendo suas vítimas potenciais – homens inconscientemente se lançando contra a mulher, equiparando-a ao mito, mulheres afundando nas sombras, para que uma postura agressiva não ressuscite o mito em si mesmas (DAVIS, 1998a, p. 126).

Contra a postura que afirma a convivência dos escravizados com sua escravização e o apoio das mulheres negras à classe escravocrata, Davis afirma que esta só foi mantida a partir de um brutal monopólio da violência e ainda assim recusada através de múltiplas formas de resistência, das abertas às triviais. A resistência é por ela entendida como componente orgânico da vida escrava, alimentada por uma organização social constituída por eles mesmos no espaço doméstico, único espaço de humanização e mínima liberdade; sendo as atividades orientadas para a sobrevivência em si mesmas formas de resistência e pré-requisito para todos os níveis superiores de luta.

A especificidade das condições de existência das mulheres negras escravizadas residiria, ainda, na obrigatoriedade do trabalho, o que diferia sobremaneira das experiências das mulheres brancas, tuteladas à hierarquia masculina e distantes do trabalho produtivo. Para Davis, a experiência das mulheres negras na diáspora ao longo dos últimos séculos tem sido determinada pelo trabalho; na contemporaneidade são perceptíveis a reprodução de papéis sociais herdados da era escravocrata. Essa condição teve como resultado naquele período uma igualdade na opressão com homens negros, “igualdade” que se fazia presente na crueldade das punições, que desconsideravam, por exemplo, situações biológicas como a maternidade, e que proporcionavam uma consciência da opressão distinta da de mulheres brancas confinadas a suas casas. Tal

como afirma em *Mulheres, Raça e Classe*, as condições de vida das mulheres negras escravizadas eram regidas pela conveniência: “quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (2016b, p. 19).

Para Davis, longe do lugar mítico matriarcal, de um comportamento castrador e agressivo, ou considerada mero objeto, as mulheres negras desenvolveram um papel relevante nas comunidades de pessoas escravizadas ao garantir espaços mínimos de liberdade no ambiente doméstico, o que proporcionava a elaboração conjunta de formas de resistir à crueldade do regime escravista. Elas foram assim, segundo Davis, incentivadoras da resistência e liberdade. Caberia às mulheres negras de seu tempo a recuperação desse histórico de lutas para a construção de respostas aos desafios hoje impostos, em grande medida herdeiros de mitificações do período escravista. Em suas palavras,

[...] nós, as mulheres negras de hoje, devemos aceitar todo o peso de um legado feito com sangue por nossas mães acorrentadas. Nossa luta, embora idêntica em espírito, reflete diferentes condições e, portanto, implica diferentes caminhos de luta. Mas, como herdeiros de uma tradição de suprema perseverança e resistência heroica, devemos nos apressar em ocupar nosso lugar onde quer que nosso povo esteja avançando em direção à liberdade (DAVIS, 1998a, p. 127).

A ideia de “legado” da escravização será retomada em *Mulheres, Raça e Classe*, no intuito de demonstrar que perseverança, resistência e insistência na busca por igualdade permanecem vivas no cotidiano das mulheres afrodiáspóricas, sendo valores fundamentais para a construção de parâmetros para uma nova condição da mulher (DAVIS, 2016b, p 41). E por isso destacamos aqui, que desde esse primeiro artigo, a obra de Davis pode ser lida a partir de um movimento que denominamos dialética entre opressões e resistências: não obstante tenhamos um passado de exposição à violência e opressões, nas quais se interconectam racismo, sexismo e exploração de classe, a resistência a essas opressões compõem parte considerável do trabalho realizado pelas mulheres negras; não apenas na diáspora africana nas Américas, mas em todos os lugares nos quais nos fazamos presentes, sendo as resistências múltiplas e variadas.

Em adição a isso, nesse momento é possível identificar outro importante tópico analisado por Davis no que concerne às relações de exploração e opressão no contexto da escravização. Para a autora, embora a opressão de gênero existisse antes do capitalismo, como é possível depreender de *Women and Capitalism*, sendo também historicamente

observável, esta opressão se modificou substancialmente sob o sistema capitalista e isso é crucial ao possibilitar o entendimento das relações de gênero no contexto racial e de classe do período escravista.

Submetidas à exploração econômica das classes escravocratas, as mulheres negras escravizadas experienciaram uma opressão de gênero distinta, já que esta era exercida pelos homens brancos das elites dominantes e não pelos homens negros de seu convívio, também submetidos à exploração econômica e opressão racial próprias ao regime. Deste modo, para Davis, a destruição da família e de todas as relações de parentesco entre escravizados, assim como as formas específicas de trabalho, deram origem a uma subversão das relações de poder de gênero entre escravizados, que ela denomina em *Mulheres, Raça e Classe* “igualdade negativa”. Mulheres negras eram igualmente exploradas no âmbito econômico, mas no contexto único de suas comunidades estabeleceram relações de gênero mais igualitárias e fluidas, nas quais a divisão sexual do trabalho era flexível, sendo tanto homens e mulheres responsáveis por atividades ditas femininas como, por exemplo, as colheitas. Retomaremos esse tópico, entretanto, aqui é importante ressaltar, essa interpretação das conexões entre gênero, raça e classe no contexto escravista é exemplo de que as relações de gênero são suscetíveis a variações a depender das relações raciais, de classe, de produção e reprodução.

1.3. Uma análise inicial da opressão das mulheres sob o capitalismo

A análise da categoria gênero na obra de Angela Davis é realizada, como vimos, de maneira relacional. Neste texto não a consideramos unicamente uma estudiosa do gênero nos termos tradicionais, mas uma intelectual que visa à compreensão dos fios que conectam racismo, sexismo e capitalismo, estes entendidos como sistemas históricos de opressão que subalternizam e impedem o desenvolvimento humano.

A singularidade de sua obra reside na articulação entre uma crítica feminista antirracista e uma crítica marxista ao capitalismo, e, portanto, não consideramos haver em sua obra uma explicação geral sobre a natureza da opressão feminina, tal como há em outras teóricas do feminismo. Para ela, tanto sexismo quanto racismo são anteriores ao capitalismo, mas que se aprofundam de maneira singular sob esse sistema econômico, se

interligando de tal maneira que tem se tornado cada vez mais difícil dissociá-los. É esse processo e dinâmica que interessa a autora.

Davis inicia o trabalho de entendimento das conexões entre racismo, sexismo e capitalismo em um texto escrito no cárcere, o qual possui dois aspectos relevantes que pretendemos demonstrar, quais sejam: um diálogo agudo com a teoria marxista que não se fará ver de modo tão contundente em obras posteriores e o cerne de seu entendimento sobre a luta anticapitalista. Entretanto, antes de adentrarmos a essas considerações, uma breve explanação do conteúdo do texto faz-se necessária.

Neste artigo, ao abordar o autoisolamento do movimento feminista da década de 1970, Davis afirma que a grande maioria das mulheres pertencentes ao movimento feminista do período vivia a supremacia masculina como a única experiência de opressão social, o que poderia, segundo ela, ter exacerbado a incapacidade teórica destas de descobrir “os *fiões que conectam* a opressão feminina a outros *antagonismos sociais* visíveis” (DAVIS, 1998a, p. 162, tradução e grifos nossos). Haveria, portanto, ausência de reflexão sobre o tema e até mesmo uma tentativa deliberada de ofuscá-lo. Davis considera esta uma fraqueza de um ponto de vista marxista, o que poderia atestar uma base teórica inadequada,

[...] mas [que] pode muito bem ter uma origem mais profunda e fundamental. Pois o problema idêntico de descobrir a *interpenetração mútua* de *modos de opressão* aparentemente não relacionados pode ser detectado em quase todos os movimentos radicais da era contemporânea (DAVIS, 1998a, p. 162).

Nesse momento é possível estabelecer um diálogo com a sensibilidade emergente no período de que haveria uma convergência entre sistemas discriminatórios, estando ainda a questão racial ausente dos debates que aproximavam as categorias gênero e classe. O objetivo inicial de Davis (1998a, p. 162) no artigo é “descobrir inferencialmente nas obras de Karl Marx, depois de estabelecer sua sensibilidade inicial para o problema, os contornos gerais da opressão das mulheres e seu desenvolvimento sócio-histórico”, visando “especificar as maneiras pelas quais a subjugação das mulheres e sua rejeição ideológica à esfera da natureza estiveram indissolavelmente ligadas à consolidação do capitalismo”. Davis chama a atenção, portanto, ao projeto moderno de diferenciação entre natureza e cultura, e tendo em vista a relação entre capitalismo e opressão de gênero, o texto aborda ainda o quanto a opressão feminina tem dimensões distintas a depender da racialidade das mulheres. Conclui que a opressão a que as mulheres escravizadas estiveram submetidas diferia da opressão das demais mulheres e que essa condição peculiar contribuiu para a consolidação das relações de opressão no capitalismo, devendo

ser consideradas por movimentos de denúncia ao caráter exploratório desse sistema econômico.

Interpretação semelhante pode ser encontrada em *Mulheres, Raça e Classe*, como veremos, com a distinção de que no caso da obra de 1981, a categoria raça possui centralidade, diferente do que nos parece acontecer no texto ora analisado. Nesse artigo, introdutório e com objetivo definido, qual seja, uma contribuição acadêmica para o diálogo entre gênero, raça e classe de um ponto de vista marxista, Davis utiliza categorias do arcabouço teórico de Marx e Engels para compreender a indissociabilidade entre a opressão feminina e de classe para o avanço e consolidação do capitalismo. Parte da oposição clássica (e reforçada pela burguesia capitalista) entre natureza e racionalidade, estando as mulheres associadas à primeira e os homens à segunda.

Dialogando com Hobbes, para quem a natureza significava hostilidade e mistério a ser conquistado (tal qual a mulher), e com Marcuse, para quem a mulher poderia representar uma antítese do princípio de desempenho (segundo o qual a sociedade é estratificada de acordo com o desempenho econômico competitivo de seus membros), Davis afirma em suas elaborações que “[...] a opressão real das mulheres hoje está inextricavelmente ligada ao modo capitalista de se apropriar e dominar a natureza” (1998a, p. 164).

Davis aborda, dessa maneira, a relação do ser humano com a natureza e o trabalho, com vistas ao entendimento do lugar das mulheres no âmbito da produção social em sociedades pré-capitalistas e capitalistas. Dialoga em especial com os textos de Marx, como *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, o texto *Formações Econômicas Pré-capitalistas*, a *Contribuição à Crítica da Economia Política* e *A Ideologia Alemã*, além de autores como Engels, Lukács, Marcuse e Alfred Schmidt, com conceitos como alienação e ideologia.

Para a autora, no capitalismo, a opressão das mulheres assume uma dimensão e função social decisiva, ainda que a opressão das mulheres no ocidente seja anterior a esse sistema econômico. No entendimento da associação ideológica das mulheres com a natureza reside a inferiorização social das mulheres, reforçada pela separação do trabalhador com a natureza e a comunidade de produtores, advinda da consolidação do sistema capitalista. Davis considera a associação das mulheres ao espaço familiar a origem da opressão moderna das mulheres e o trabalho de reprodução social exercido nesse espaço uma pré-condição para o capitalismo, não parecendo haver assim uma equivalência entre esses sistemas de opressão.

Ainda assim, a família exerce uma função singular de manutenção ideológica da dominação, na medida em que apoia a fragmentação do trabalhador frente à desintegração da comunidade de produtores. A partir do trabalho ocorre uma separação da natureza que fundamenta a criação das mulheres como seres naturais que na verdade não são mais naturalmente necessários, na medida em que o trabalho possui um caráter abstrato.

Uma outra função exercida pela opressão das mulheres reside no entendimento dessas como receptáculo de emoções frente a uma sociedade abstrata e reificada, na qual a família perde cada vez mais o seu caráter comunitário e por isso a insistência na valorização da família insular. O que ocorre para Davis é uma unidade entre opressão das mulheres e exploração dos trabalhadores, na medida em que elas se reforçam, havendo, portanto, a necessidade de uma consciência anticapitalista na luta pela libertação das mulheres (DAVIS, 1998a p. 184).

O entendimento da centralidade do anticapitalismo na obra de Davis é, desta maneira, fundamental. Há, por exemplo, quem considere que o cerne de sua obra reside justamente em uma crítica à cultura capitalista, na qual está subsumido o entrelaçamento da opressão de classe com a opressão de gênero, de sexo e racial. Este é o caso de Cristina Frances Lo Tempio, autora que, a partir de uma análise da obra de Arendt, Adorno e Davis, expressa o entendimento da existência de uma crítica ao capitalismo nesses autores, cada uma a seu modo.

Partindo do arcabouço teórico marxista, Tempio considera “cultura capitalista” a “multiplicidade de maneiras como a vida humana em um ambiente capitalista incorpora a prática e a trajetória do próprio capitalismo”. Para uma definição de capitalismo, vai à Marx e sua definição de mais-valor, esta entendida como o valor do trabalho extra que o capitalista obtém gratuitamente do trabalhador, sendo que o “objetivo do capital, ou o objetivo do capitalista, não é apenas criar esse trabalho excedente, mas criar as condições sob as quais o trabalho torna-se um componente necessário das relações de trabalho” (TEMPIO, 2019, p. 10). Seu objetivo é, portanto, maximizar a mais-valia através da exploração do trabalho, sendo essencial a essas relações a desigualdade material básica entre trabalhador e proprietário.

Para Tempio, na análise histórica de Davis há o rastreamento do desenvolvimento simultâneo do capitalismo, da opressão sexual e de gênero e do racismo nos Estados Unidos. Tal trabalho é realizado com atenção à consideração de que a cultura capitalista implanta o racismo e o sexismo como estratégias para perpetuar a ordem econômica

capitalista, inerentemente opressiva e aliada à manutenção da violência, pobreza e desigualdade. Para esta autora,

[...] o trabalho de Davis oferece um método para considerar formas entrelaçadas de opressão. Claramente enraizado em Marx e Frankfurt, Davis une uma crítica do capitalismo com uma crítica de gênero e raça. Seu trabalho histórico detalhado revela a maneira como os desafios de nosso momento político atual estão enraizados em nosso passado econômico, bem como em nosso passado político (...). Reconhecer que o racismo e o sexismo não são fenômenos únicos ou isolados, mas inextricáveis da própria cultura capitalista, oferece um passo significativo para abordar a cultura capitalista nos termos que deve ser tratada (TEMPPIO, 2019, p. 98-9).

Segundo essa autora, Davis apresenta o entrelaçamento entre capitalismo, sexismo e racismo de dois modos: em primeiro lugar, Davis considera que o ideal de feminilidade só surgiu e se consolidou por uma demanda do capitalismo, o que a autora faz a partir das análises históricas dos processos de industrialização e seus desenvolvimentos; em segundo, Davis afirma o recrudescimento do racismo sob o capitalismo e as funções políticas e econômicas que este exerce. Tempio considera que embora haja na atualidade extensa bibliografia sobre o uso das conexões entre gênero, raça e classe, em especial com o advento das teorias interseccionais, Davis se distancia desse entendimento por privilegiar a crítica ao capitalismo. Ela “é capaz de centrar uma crítica da cultura capitalista e da opressão capitalista de uma forma que centra simultaneamente sexo, gênero e opressão racial” (2019, p. 102-3), partindo de uma base teórica que é devedora de uma estrutura marxista e frankfurtiana.

Tempio nomeia de “abordagem marxista-interseccional-negra feminista” (2019, p. 106) a construção conceitual de Davis e de forma sintética explica a maneira como Davis elabora argumentos para afirmar o entrelaçamento entre racismo e capitalismo e capitalismo e sexismo. O ideal de feminilidade e a criação da imagem das donas de casa a partir do processo de industrialização é entendido como consequência ideológica do capitalismo industrial, que permitiu a algumas mulheres estar fora dos espaços de produção social, o que as relegou ao espaço familiar e reforçou a inferiorização feminina. Já o racismo, como componente essencial da lógica capitalista, e estratégia que extraía superlucros das populações racializadas, também neutralizador das hostilidades de trabalhadores brancos para com proprietários, hostilidade direcionada às populações negras e de minorias étnicas. Para Davis, o momento crítico de popularização da ideologia racista também reside na consolidação do capitalismo industrial (TEMPPIO, 2019, p. 110).

Há desta maneira, na obra de Davis, a elaboração dos usos econômicos e ideológicos do racismo e sexismo pelo sistema capitalista. Entretanto, Tempio (2019, p.

112) adverte: “o trabalho teórico que tenta fazer conexões entre coisas diferentes, diferentes tipos de opressão, neste caso, deve proceder com cautela, evitando qualquer tipo de eclipse ou minimização que possa resultar em dizer que uma coisa, um tipo de opressão, é exatamente o mesmo que outro”. Em seu entendimento, a obra de Davis é clara nesse sentido ao argumentar, por exemplo, que o alcance do sufrágio para mulheres e negros abria caminho para a igualdade política, mas não para a igualdade econômica. Em sua interpretação, há a primazia do entendimento de que o capitalismo é ainda o maior inimigo a ser combatido. Entretanto, em suas palavras, “isso não quer dizer que Davis priorize a opressão capitalista, mas sim que, da ampla variedade de opressões que identificamos e contra as quais pretendemos lutar, ela incentiva uma lente que revela as raízes capitalistas e as conexões dessas opressões (2019, p. 117).

Davis revela que outras formas de opressão, particularmente opressão de gênero e opressão racial, são ainda instâncias adicionais do capitalismo se reforçando. O objetivo por trás dessas opressões não é manter uma certa ordem de gênero ou racialização, mesmo que essa seja a ideologia incorporada por aqueles que executam as doses diárias dessas opressões. Em vez disso, sexismo e racismo são utilizados pelo sistema capitalista abrangente, para perpetuar esse mesmo sistema. Essa perpetuação ocorre de duas maneiras: primeiro, e mais óbvia, uma opressão adicional de populações específicas. Em segundo lugar, uma válvula de escape para as agressões dos oprimidos. Aqui, mulheres e minorias servem como bodes expiatórios para as frustrações comuns da vida sob o capitalismo (TEMPIO, 2019, p. 118).

Na interpretação de Tempio, é possível a partir da obra de Davis afirmar que a cultura capitalista implanta o racismo e o sexismo como um método para perpetuar a ordem econômica capitalista. Ao mostrar o entrelaçamento dessas opressões, Davis elabora uma contundente crítica ao capitalismo, inserindo-se em uma tradição que remonta à Marx e à Escola de Frankfurt de crítica a esse sistema econômico, entendido como inerentemente opressivo e permeado por discursos e imagens que compõem um quadro ideológico que visam à sua manutenção.

A noção de ideologia é, assim, essencial para o entendimento da obra de Davis. Ela está presente desde os seus primeiros escritos, nos quais indica a ideologia racista essencial para a manutenção da escravização em suas *Lectures on Liberation*, fundamental também à subalternização das mulheres, com a consolidação do ideal de feminilidade, componente essencial para no período contemporâneo manter mulheres negras no atravessamento de racismo e sexismo. Os mitos e imagens fictícias por ela analisados são os mais variados: animalização e desumanização da população negra, atribuição de maternidade compulsória às mulheres, inferiorização baseada em

componentes biológicos, mito da matriarcalidade nas comunidades de pessoas escravizadas, criminalidade e propensão ao estupro para homens negros, dentre outros.

Não obstante a noção de ideologia seja uma das mais ricas da tradição de pensamento do Ocidente¹⁷, a compreensão de ideologia adotada por Davis remete, sobretudo, à *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, na qual os autores a definem como “falsa consciência”. Alguns autores compreendem que há em Marx uma segunda concepção de ideologia, elaborada em obras posteriores, em especial no Prefácio à *Crítica da Economia Política* de 1859, na qual esta remete à superestrutura jurídica e política que determina formas de consciência social e é condicionada pela base material, um aprofundamento da concepção inicial. Para Davis o uso do termo remete em geral a uma consciência que, enganadora, esconde as funções reais a que se propõe.

Em Davis, com em Marx, as condições sociais e históricas são fundamentais para o modo como as ideias são produzidas, e a ideologia que a conforma pode exercer funções políticas, jurídicas e econômicas. A ideologia tem o papel de obscurecer que as ideias são mutáveis e socialmente determinadas, a partir da cristalização da ideia de que as ideias existem em si mesmas e serão as mesmas por toda a eternidade, naturaliza-as e sacraliza-as, portanto. E isso ocorre na sociedade capitalista por motivos determinados.

Partindo da compreensão de que a luta de classes é o elemento crucial de entendimento da história, as ideologias têm a função de tornar hegemônicas as ideias da classe dominante. No capitalismo prevalecem então as ideias que visam a manutenção do poderio da classe econômica que está no poder: os proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, racismo e sexismo conformam um conjunto de teorias e práticas que naturalizam a inferioridade de mulheres e população negra, com a intenção de manutenção do poderio econômico. Davis (1998a, p. 164) então considera que a opressão das mulheres sob o capitalismo é uma ideologia e, como tal, uma “consciência ilusória”, “uma representação distorcida e obscurecida da realidade”.

Na busca pelo entendimento da oposição entre o ser humano e a natureza como parte fundamental da justificação da inferioridade feminina, Davis afirma que em um sentido crítico e não ideológico, as mulheres são seres naturais, mas os homens também o são, já que de acordo com Marx, os seres humanos só podem sobreviver agindo sobre e transformando o material da natureza, sendo o trabalho condição natural da existência

¹⁷ Ver, por exemplo, EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. [Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges]. São Paulo: Editora Boitempo-UNESP, 1997.

humana e o intercâmbio material entre o homem e a natureza independente da forma da sociedade. O que importa, desta feita, é verificar quais alterações seriam significativas para a compreensão das relações entre os seres humanos e o trabalho no sistema capitalista e como estas impactariam as relações entre os gêneros. Algo que em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, texto clássico sobre o tema, Engels teria deixado de aprofundar, ainda que tivesse esboçado (DAVIS, 2016b, p. 227).

O que Davis pretende com sua interpretação inicial é, portanto, indicar a atenção da teoria marxista às opressões as quais mulheres são submetidas pela especificidade de sua condição e as transformações pela qual passa a noção de trabalho no pensamento de Marx: de uma compreensão que visa a valorização da interação criativa do ser humano com a natureza através do trabalho livre nos escritos de juventude, em especial nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, à compreensão mais complexa de que ainda que se possa abolir os antagonismos sociais próprios à sociedade capitalista, o trabalho permanece vinculado ao reino da necessidade e portanto, da restrição e da falta de liberdade, presente em *O Capital*. Sendo o controle e reorganização da produção um meio para o alcance de condições mais favoráveis e dignas de existência humana, a relação entre homens e mulheres no âmbito da produção social precisa ser considerada e reelaborada.

Ao visar em sua análise a opressão feminina nas sociedades ocidentais modernas, Davis afirma que a opressão a que estavam submetidas as mulheres em períodos pré-capitalistas estava mais próxima às determinações biológicas, ainda que também socialmente determinadas. Isso não configurava uma relação direta com a inferiorização social destas, na medida em que o trabalho realizado no âmbito da produção social era considerado de valor. O próprio valor do trabalho era outro, estando voltado à reprodução dos indivíduos e da comunidade.

Com o advento do capitalismo a opressão feminina ganha novos contornos. Baseado no trabalho abstrato, no qual independe a individualidade do trabalhador, e em um sistema econômico que pretende o domínio da natureza através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, no capitalismo residiria a possibilidade de superação da divisão de trabalho baseada no gênero. Entretanto, o que ocorre em realidade é o contrário: da possibilidade de “superação histórica da divisão do trabalho de base sexual” o que se vê é a transmutação de “uma opressão mais ou menos naturalmente condicionada em uma opressão cujo conteúdo se tornou inteiramente sócio-histórico” (DAVIS, 1998a, p. 173).

Tal alteração encontra sua explicação para Davis na mudança do valor do trabalho a partir da industrialização e em questões relacionadas à subjetividade dos trabalhadores no novo sistema. O valor de uso do trabalho pré-capitalista, voltado à subsistência do indivíduo e comunidade, teria dado lugar ao valor de troca, onde o que vale é o lucro produzido. Essa alteração tem consequências importantes, como a criação de subjetividades fragmentadas, que em sua interpretação poderiam demandar a constituição de espaços outros para a individualidade e exercício de autoridade, não mais possíveis no espaço da produção.

Para Davis, a alteração do status do trabalho de valor de uso para valor de troca, acrescido ao caráter improdutivo das atividades domésticas, substituídas pelas indústrias, e ao exercício da autoridade no ambiente familiar, demandado por subjetividades fragmentadas, teriam relegado a mulher a uma inferioridade, na qual seu trabalho não tem grande relevância por não possuir valor de troca, o único fundamental à produção capitalista, e mesmo com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, o que ocorre é o “acréscimo” de opressão.

Desta feita, da promessa de novas configurações familiares e de interação entre os gêneros a partir da participação das mulheres no processo de produção, o que se verifica em realidade é seu oposto: a participação feminina na produção

[...] não alterou muito a estrutura da família, nem melhorou significativamente o status social das mulheres. Embora o trabalho fora de casa tenha proporcionado importantes vantagens a algumas mulheres, a maioria teve de aceitar seu efeito reafirmante e amplificador sobre sua opressão (DAVIS, 1998a, p. 182).

Uma alteração desse status dependeria em última instância de uma reelaboração do papel das mulheres e da família na estrutura da sociedade, pois “enquanto o lugar “natural” da mulher for proclamado como o lar – em termos concretos: enquanto ela permanecer acorrentada a um homem e a uma economia doméstica privada – sua condição de servil é inevitável” (DAVIS, 1998a, p. 183).

Para Davis, isso não significa que as mulheres não devam buscar maior participação na produção social, associada a maior acesso a direitos, equidade e soluções para as necessidades femininas, como na demanda por creches, licenças maternidade e abortos gratuitos; pois que, em sua interpretação, “sem esse tratamento especial e apenas aparentemente desigual, a “igualdade” tende para a sua própria negação” (1998a, p. 183).

Entretanto, é crucial apontar, as vantagens do trabalho fora de casa proporcionado a *algumas* mulheres não incluía as mulheres negras, já que a condição específica que as

obrigou ao trabalho fora do espaço doméstico na modernidade, a saber, a escravização e a posterior discriminação racial, objetivavam, em um primeiro momento, apenas o lucro dos proprietários e após isso sua própria sobrevivência. Essa condição as coloca em posição distinta nas demandas dos movimentos feministas iniciais, que visavam inserção no mundo do trabalho, mas que ainda assim não as garantiu maior liberdade ou libertação do estigma da inferioridade feminina. Tais contribuições devem ser visibilizadas e consideradas pelos movimentos feministas que, segundo Davis, têm tradicionalmente falhado “em reconhecer a especificidade da subjugação social das mulheres que vivem fora da classe privilegiada sob o capitalismo” (DAVIS, 1998a, p. 184).

Aqui é importante atentar para o fato de que o objetivo é demonstrar que ainda que a opressão das mulheres associada à constituição biológica seja comum em períodos capitalistas e pré-capitalistas, ela se altera sobremaneira com o advento deste sistema econômico. A condição de vida das mulheres negras sob o regime escravista demonstra esse processo de forma cristalina: a condição feminina não é impedimento para a inserção no trabalho e as limitações biológicas associadas à inferiorização social como a maternidade eram a elas negadas ou desconsideradas, quando não, utilizadas como estratégias de opressão.

A capacidade reprodutiva, central às explicações clássicas para a inferiorização social de mulheres, ganha novos contornos quando da análise da condição peculiar de mulheres negras escravizadas. Sob o regime escravista ela poderia ser desconsiderada, em especial quando recordamos o fato de que uma gravidez não era desejada na maior parte do período escravocrata, sendo mais lucrativa para proprietários a aquisição de novos escravizados e escravizadas. Podendo também ser considerada e incentivada, como quando nos anos finais do regime escravocrata e fim do tráfico transatlântico de escravizados, o que impossibilitava novas compras. A conclusão a que chega Davis é que “como coerção social evidente, a opressão das mulheres negras na escravidão não poderia ocultar seu caráter social contingente” (1998a, p. 171). E essa compreensão impõe importante ruptura com a teoria feminista tradicional, que privilegiava a reprodução como elemento primordial de explicação da opressão feminina.

Apenas esboçado nesse artigo, alguns dos principais pontos para a compreensão da especificidade da opressão das mulheres sob o capitalismo são aprofundadas por Davis em outras de suas obras posteriores. Entretanto, acreditamos que neste artigo ela investiga algumas de suas principais preocupações e contribui para a reflexão sobre a opressão feminina e as estratégias para sua superação. Em primeiro lugar, é para ela importante

que se esclareça a condição peculiar da opressão feminina no sistema capitalista, caracterizada por “um estado de servidão familiar e inferioridade social” que é demandado não pelos homens, mas pela classe dominante, que necessita do trabalho não remunerado de mulheres, do apoio emocional ao trabalhador e à sua condição fragmentada, que tem por consequência uma hierarquização no âmbito familiar e o exercício de autoridade não possível no espaço da produção, ainda que, em última instância, sua “opressão sirva para maximizar a eficácia da dominação” (DAVIS, 1998a, p. 185).

No caso da opressão das mulheres negras, que na Américas tem, em suas palavras, “uma origem de classe e também uma origem nacional”, em resposta às “estruturas de opressão feminina inextricavelmente ligadas ao capitalismo, a emancipação feminina deve ser simultânea e explicitamente a busca da libertação negra e da liberdade de outros povos nacionalmente oprimidos” (DAVIS, 1998a, p. 185). Aqui vemos uma posição que perpassa toda a sua obra e que atualmente tem se tornado comum a muitos movimentos sociais: a compreensão de que as lutas por direitos e vida digna não são separadas e que racismo e capitalismo se retroalimentam.

Davis tratará da temática em décadas posteriores, analisando o desenvolvimento dos movimentos sociais progressistas e apontando a necessidade do que ela denominará “interseccionalidade de lutas” (DAVIS, 2018b, p. 33). Entretanto, é para ela também absolutamente relevante que o movimento de libertação das mulheres esteja ciente “da primazia da revolução social mais ampla”. Que compreenda que “o modo de produção capitalista deve ser derrubado, assim como as estruturas políticas e jurídicas que o sustentam”. Sendo fundamental também que “a revolução social mais ampla esteja ciente do lugar vital e do papel do impulso para a emancipação das mulheres” (DAVIS, p. 1998a, p. 185). Mais uma vez, as lutas sociais de oposição ao sexismo e capitalismo devem compreender a indissociabilidade que as conecta.

Segundo Davis, “o movimento socialista nunca deve esquecer que, embora a luta econômica seja indispensável, ela não é de forma alguma o único terreno de significativa atividade anticapitalista. Assim, as características únicas da luta das mulheres não podem se restringir apenas à agitação econômica” (1998a, p. 185). A economia deve deixar de ser o centro da sociedade para que um dia o trabalho se torne livre. Para tanto, a participação plena das mulheres na produção não seria o suficiente, como pretendia vertentes socialistas, segundo a autora. Ainda que seja requerida, o objetivo deve ser a possibilidade de uma sociedade orientada para a satisfação das necessidades materiais e

espirituais de seus membros. Algumas das estratégias fundamentais apontadas pela autora são a dissolução da economia doméstica privada, novas abordagens teóricas da família e o controle autônomo da capacidade reprodutiva, sendo essas “apenas algumas das pré-condições negativas para uma liberação afirmativa das potencialidades humanas das mulheres” (DAVIS, 1998a, p. 185).

No que concerne à situação das mulheres negras, sobrecarregadas *simultaneamente* pelas estruturas da supremacia masculina, da exploração de classe e da opressão racial, ao revelar as formas mais drásticas de opressão, suas condições de existência desmascaram a função sócio-histórica da subjugação das mulheres e a permanência de hierarquias sociais baseadas em gênero, raça e classe. Portanto, a libertação das mulheres negras deve ser entendida como uma prioridade na tentativa mais ampla de emancipação feminina, assim como a incorporação de uma consciência socialista no movimento de mulheres, o que o tornaria uma “força radical e subversiva de proporções ainda incalculáveis” na busca pelo fim do sistema capitalista (DAVIS, 1998a, p. 186).

Desta feita, o que vemos nesse texto introdutório é uma preocupação com o aprendizado entre as conexões entre racismo, sexismo e capitalismo, que aqui ela denomina “interpenetração mútua de modos de opressão”. É perceptível nesse primeiro texto para conferência, realizado no contexto de sua prisão no início da década de 1970, que Davis estava atenta à necessidade de construção de novas teorias e práticas, novos vocabulários e epistemologias que auxiliassem na compreensão das conexões entre os modos de opressão. Já aqui é possível depreender que as categorias gênero, raça e classe não são importantes em si mesmas, não são apenas marcadores sociais de diferença, mas têm sido reconhecidas como condições para a consecução de hierarquias de poder e desigualdade. Configuram categorias que se atualizam e retroalimentam, sendo, portanto, fundamental ao tempo presente o entendimento dessas relações que, como ela dirá posteriormente, podem ser mútuas e/ou cruzadas, não havendo primazia de uma sobre as outras (DAVIS, 2021b, s/p).

Tendo em vista seu referencial político e filosófico, Davis busca por respostas a essa problemática na teoria marxista, teoria esta que afetou profundamente o pensamento político afro-americano, a começar por W. E. B. Du Bois, uma importante influência para sua obra. Ainda que, como no Brasil, o pensamento negro e marxista sejam frequentemente postos em atrito, Davis tenciona deslocar nesse momento a atenção das discordâncias, para pensar procedimentos de apoio mútuo e organização consciente das

conexões existentes entre os sistemas de opressão apoiados no racismo, sexismo e exploração de classe, de modo a visibilizar identidades políticas nas lutas contra estes. Em uma entrevista na qual rememora a escrita desse texto a autora afirma que,

tendo seguido especialmente as teorias e as práticas de comunistas negros e anti-imperialistas dos Estados Unidos, África, Caribe e outras partes do mundo, e tendo trabalhado dentro do Partido Comunista durante vários anos com a formação negra que levou os nomes de Che Guevara e Patrice Lumumba, o marxismo, na minha perspectiva, sempre foi simultaneamente um método e um objeto de crítica. Consequentemente, eu não vejo os termos “marxismo” e “marxismo negro” como opostos (DAVIS, 2021a, s/p).

Sua filiação ao marxismo nesse escrito não a exime de impor críticas a organizações socialistas que desconsideraram historicamente o papel do impulso da emancipação das mulheres na revolução mais ampla que visa o fim do capitalismo. Está presente na análise histórica das modificações pelas quais passaram a subordinação das mulheres na transição para a consolidação do capitalismo, em suas peculiaridades quando associadas à categoria raça, demonstrando a existência de uma função sócio-histórica da subjugação das mulheres, também perceptível no âmbito econômico quando da análise do período escravista, argumento que desenvolve em seu artigo *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*.

No que concerne ao seu entendimento do marxismo como um método, Davis utiliza o materialismo histórico e dialético como métodos de análise, buscando compreender as leis que regem os fenômenos sociais, suas transformações e efeitos, priorizando a materialidade em detrimento das ideias entendidas como entes abstratos, o estudo das relações das classes com os meios de produção e as forças produtivas, atribuindo, portanto, papel primordial (mas não único) à teoria econômica para a explicação dos fenômenos sociais e produção e reprodução da vida material do ser humano. A autora considera, em acordo com a teoria marxista, que a produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política, espiritual e da cultura.

De viés leninista, seu pensamento confere grande importância à teoria revolucionária, aos trabalhadores e à vanguarda de um partido, em detrimento de uma atividade espontânea dos trabalhadores, considerando ainda imperialismo um conceito fundamental à compreensão do capitalismo contemporâneo. Por fim, por compreender a realidade como parte de um movimento dinâmico e contraditório, Davis considera o conflito essencial ao processo histórico de transformação social que faz surgir novas realidades.

Para Bottomore as principais conotações da significação filosófica da “concepção materialista da história” de Marx são: i. a negação da autonomia, e portanto, do primado das ideias na vida social; ii. o compromisso metodológico com a pesquisa historiográfica concreta, em oposição à reflexão filosófica abstrata; iii. a concepção da centralidade da práxis humana na produção e a reprodução da vida social; iv. a ênfase na significação do trabalho enquanto transformação da natureza e mediação das relações sociais, na história humana; v. a ênfase na significação da natureza para o homem, que se altera no decorrer de sua produção intelectual; e vi. a preferência pelo simples realismo cotidiano e compromisso, que se aprofunda posteriormente, tornando-se realismo científico (BOTTOMORE, 1988, p. 254).

Consideramos que as análises empreendidas por Davis das condições de existência das mulheres negras estão permeadas por algumas dessas características. Em primeiro lugar, Davis parte em suas obras da análise histórica da escravização que moldou a vida das populações negras e femininas, buscando compreender as relações materiais estabelecidas por estas em suas comunidades, as transformações e efeitos atuais legados por essa história. Em segundo, considera o papel primordial do trabalho na vida das mulheres negras, a ausência de liberdade como um fato social a moldar as suas existências, e também a agência na busca pela transformação dessas condições opressivas. Há, em sua obra, ênfase na objetividade em sua compreensão e análise da história, na análise das relações econômicas organizadas para a consecução de uma sociedade estratificada, assim como no papel desempenhado pela ideologia para a manutenção das hierarquias sociais, tema ao qual retornaremos adiante.

Escrevendo na década de 1970, período no qual coexistiam nações socialistas e capitalistas, movimentos de massa e de ruptura cultural relevantes, e ainda a emergência de organizações femininas que associavam as lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas, Davis contribui fortemente para a elaboração e sistematização desse pensamento, surgido em especial no bojo dos movimentos sociais não acadêmicos e burgueses. Dialoga introdutoriamente com a teoria marxista, acrescentando à tradição de pensamento negra dos Estados Unidos uma análise da convergência entre a opressão sexista e de raça na dinâmica de exploração capitalista, que será aprofundada em *Mulheres, Raça e Classe*. Aproxima sua obra à de grandes teóricos como W. E. B. Du Bois e Cedric Robinson, fundamentais estudiosos das conexões entre o marxismo e o pensamento político afro-americano, além de na obra supracitada, atualizar as

contribuições de nomes femininos relevantes invisibilizados nessa tradição como Ida B. Wells¹⁸ e Anna Julia Cooper¹⁹.

Por fim, é importante ressaltar, de acordo com o texto *Women and Capitalism*, que a obra de Angela Davis se insere em uma perspectiva de pensamento e ação política comprometidos com a transformação radical da sociedade e com a superação do capitalismo. As conexões entre racismo, sexismo e exploração de classe, introduzidas nesse incipiente artigo visam à análise das convergências, mas o horizonte prático é o da construção de uma sociedade livre da injustiça social e econômica. E por isso a ação integrada entre movimentos sociais anticapitalistas e de combate ao racismo e sexismo é tão importante. Os prejuízos da dissociação entre essas lutas serão expostos em anos posteriores em *Mulheres, Raça e Classe*, e por isso a compreensão da convergência entre gênero, raça e classe na produção das opressões e resistências deve ser esclarecida.

1.4. Mulheres, Raça e Classe – uma obra pioneira

Publicado em 1981, e por muitas e muitos considerado o mais importante livro de Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe* é uma obra que expressa o contexto intelectual e político do período. Ao recuperar algumas das ideias apresentadas em seu primeiro artigo *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*, Davis nos apresenta nessa obra um estudo histórico e filosófico amplo sobre as condições de existência da mulher negra em seu tempo.

Remontando às campanhas feministas e abolicionistas do século XIX e à dificuldade do movimento negro em elaborar estratégias de enfrentamento ao sexismo na luta antirracista, o livro trata também do enfrentamento ao racismo na luta pelos direitos das mulheres e da tendência desses movimentos a não levar em consideração as especificidades das mulheres negras e trabalhadoras. Parte fundamental de suas análises é a desconstrução de estereótipos e imagens fictícias atribuídas às mulheres negras, a

¹⁸ Ida B. Wells (1862-1931) foi uma jornalista, escritora e ativista pelos direitos civis estadunidense, conhecida por suas denúncias contra o linchamento de pessoas negras e uma das fundadoras da NAACP Associação Nacional pelo Progresso das Pessoas de Cor (National Association for the Advancement of Colored People, no original), uma das mais importantes organizações em favor dos direitos da população negra nos Estados Unidos.

¹⁹ Anna Julia Cooper (1858-1964) foi uma escritora, educadora e oradora estadunidense. Ativista pelos direitos da população negra e proeminente oradora, é conhecida por sua obra *A Voice From the South* [Uma Voz do Sul], publicada em 1892.

oposição a um discurso hegemônico do movimento de mulheres que invisibilizava a produção intelectual e as práticas de organização social de mulheres negras e a recuperação de iniciativas individuais e coletivas de resistência às opressões.

Para compreendê-la, é importante ressaltar que essa obra inicial de Davis se insere em um momento de revisitação da história da escravização, no qual análises sobre as comunidades negras estavam sendo publicadas, embora, tal como afirma a autora, poucas pesquisas centralizassem a experiência das mulheres negras e as consequências destas para a compreensão do racismo, sexismo e capitalismo contemporâneos. Uma alteração deste status começa a ocorrer a partir da publicação de textos como o *Combahee River Collective Statement*, de 1977, da obra *White Woman: Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood*, de Hazel Carby, em 1982, o livro *Ain't I a Woman: Black Woman and Feminism*, publicado por bell hooks em 1981, a antologia *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color*, organizada por Cherrie Moraga e Gloria Anzaldúa e também a própria obra de Davis, o que configurou uma expansão da discussão sobre raça e gênero nos Estados Unidos naquela década.

Além das obras citadas, nas quais mulheres negras passaram a ter lugar de centralidade, foram também publicadas em um período anterior obras mais abrangentes cujo objeto eram as condições materiais de existência das comunidades negras estadunidenses. *The Negro Family: Case for National Action*, relatório realizado pelo governo estadunidense em 1965 e redigido pelo sociólogo Daniel Moynihan²⁰ possui lugar de destaque, na medida em que apresenta posições depreciativas das comunidades negras do período, afirmando serem suas raízes advindas da centralidade de poder exercida pelas mulheres negras em suas famílias, um dos muitos “mitos” a ser desconstruído por Davis, tarefa iniciada no primeiro artigo *Reflections*.

Como vimos, este primeiro artigo teve como um dos principais objetivos a contraposição a concepções estereotipadas das mulheres negras, que eram responsabilizadas pelo senso comum e documentos oficiais pelos problemas presentes em suas comunidades. Estes problemas seriam advindos de uma inversão de valores nas quais as mulheres exerciam majoritariamente o poder, e o trabalho de reelaboração da

²⁰ Daniel Moynihan (1927 - 2003) foi um político e sociólogo estadunidense cujo trabalho enfocava as raízes e soluções para o problema da pobreza em seu país. As conclusões de seu trabalho indicavam a existência de uma dificuldade no progresso da população negra no que concerne à igualdade econômica e política que seria causada pela tradição matriarcal predominante nessas comunidades, argumento veemente rechaçado por intelectuais negros e feministas do período.

representação da mulher negra e reexame da escravidão na perspectiva das mulheres negras é retomado em *Mulheres, Raça e Classe*, revelando-nos procedimentos de análise que perpassam suas obras.

No texto, Davis privilegia temas centrais como trabalho e violência em um de seus livros mais históricos. Composto por treze capítulos, a obra aborda de modo sistemático a situação peculiar da mulher negra escravizada, os movimentos abolicionistas e feminista estadunidenses em seus primórdios, a relação entre estes, o movimento trabalhista e os movimentos de mulheres negras contemporâneo. Investiga ainda violência sexual, emancipação e educação, temas contemporâneos como direitos reprodutivos e a exploração do trabalho doméstico.

Considerado um livro pioneiro no entendimento das inter-relações entre gênero, raça e classe, o texto possui a singularidade de oferecer uma análise não apenas abstrata, mas comprometida com a transformação social e com a crítica ao capitalismo. Esse aspecto da obra, ainda que cristalino já em suas linhas iniciais, tem sido negligenciado na recepção à produção intelectual e ativismo de Davis. Assim como a importância de suas filiações políticas – nomeadamente sua atividade no Partido Comunista dos Estados Unidos e em menor grau no Partido dos Panteras Negras –, fundamentais para sua formação e reflexão sobre a ação política.

Também suas filiações intelectuais, ancoradas na tradição marxista, na teoria crítica, e no pensamento negro de autores como W. E. B. Du Bois²¹, têm em alguns momentos sido negligenciadas, o que tem contribuído para uma despolitização do pensamento feminista negro com o qual a autora dialoga, a despeito de a obra estar permeada por referências a esses autores e tradições. Sendo ainda a recuperação da memória e atuação política de ativistas negras como Ida B. Wells e comunistas como Claudia Jones parte considerável do livro.

O primeiro capítulo, intitulado *O legado da Escravidão: Parâmetros para uma Nova Condição da Mulher*, ao abordar o legado do período escravista, reflete sobre as particularidades das condições de vidas das mulheres negras escravizadas e o modo como

²¹ William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) foi um sociólogo, historiador, ativista, autor e editor estadunidense. Publicou mais de vinte livros ao longo de sua vida entre publicações acadêmicas, autobiográficas, novelas e poesia, sendo ainda um dos fundadores da *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP). É considerado o pai do pan-africanismo estadunidense, sendo especialmente conhecido por suas obras *As Almas da Gente Negra* (*The Souls of Black Folk*) e *A Reconstrução Negra na América* (*Black Reconstruction in America*).

sexismo, racismo e exploração de classe se retroalimentam em sociedades marcadas por um passado escravocrata. Ele configura um aprofundamento da discussão iniciada em seu artigo *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*, no qual a autora propõe um reexame da história das mulheres negras durante a escravidão.

A violência, e em especial a violência sexual, foi, segundo Davis, uma das dimensões que permearam as condições de existência das mulheres negras escravizadas, a ela correspondendo interesses econômicos e de manutenção do poder político que precisam ser consideradas. Utilizado como instrumento de subjugação em toda a história da humanidade, o estupro ganha novos contornos na análise de Davis, na medida em que é compreendido como mecanismo de terror utilizado “para colocar as mulheres negras em seu lugar”, já que, “se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas” (DAVIS, 2016b, p. 37).

Desse modo, à violência física “necessária” para a subjugação e a exploração das populações negras escravizadas se soma, no caso das mulheres negras, a violência sexual como mecanismo de dominação e seu “uso terrorista”. Essa interpretação de Davis é crucial na medida em que se afasta de explicações simplistas e biologizantes que afirmavam as pulsões sexuais de homens brancos e a sedução exercida por mulheres negras como motivações para o estupro. Distanciam-se também do elogio à miscigenação, no Brasil utilizado à exaustão e mesmo incentivado institucionalmente, com ocorrência também nos Estados Unidos, ainda que em menor grau. Nesta obra Davis dá o nome correto à violência sexual infringida às mulheres negras escravizadas, e a suposta liberdade sexual que estas gozavam é desvelada como abuso. Segundo a autora,

apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas “miscigenação” (DAVIS, 2016b, p. 37).

Havia, nesse sentido, vertentes de interpretação pautadas na naturalização dos abusos sexuais e mesmo na romantização destes, descritos a partir da existência de idílicos casais interracialis que viviam em harmonia. Em oposição a elas, Davis afirma que a norma era a vulnerabilidade à coerção sexual, e o estupro “uma expressão ostensiva

do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (2016b, p. 21).

Nesse trecho reside um importante exemplo da convergência entre racismo, sexismo e exploração de classe na produção de opressões. Distante da exteriorização de paixões desenfreadas, a violência sexual é interpretada por Davis no contexto escravocrata como expressão de domínio daqueles que por seu poderio econômico podiam dispor dos corpos de mulheres negras, tanto através do abuso sexual, em seu uso como mecanismo de subjugação, como através da exploração da função reprodutiva, com vistas ao lucro.

Disso resulta que a ideologia dominante que afirmava a fragilidade feminina não poderia ser aplicada às mulheres negras, já que essenciais para o trabalho produtivo e exploradas como mão de obra escrava tanto quanto os homens. Aos homens negros não caberia o papel de provedores da família nos termos das relações patriarcais do período, já que também subjugados à autoridade dos senhores de escravos. Neste contexto, homens e mulheres negras escravizadas eram provedores apenas para as classes proprietárias dominantes (DAVIS, 2016, p. 20). Desta análise é possível depreender que a articulação entre gênero, raça e classe na produção de opressões tem na condição de existência das mulheres negras escravizadas um exemplo singular: elas eram racialmente oprimidas, economicamente exploradas e sexualmente subjugadas, tudo isso simultaneamente.

No que concerne à exploração da função reprodutiva, Davis indica que esta passa a ser fundamental ao empreendimento escravista após o fim do tráfico internacional de mão de obra escrava. Considera que as mulheres negras passam a ser avaliadas a partir de seu potencial para a reprodução, sendo elas reconhecidas como “reprodutoras”, sem direitos legais sobre filhos e filhas geradas. Em acréscimo, nem mesmo as situações biológicas da gravidez e amamentação as eximiam do trabalho extenuante; Davis recupera relatos de ex-escravizados que descreviam as cruéis violências a que foram submetidas mulheres negras grávidas e lactantes insubmissas. A partir desses dados, conclui que, regidas pela conveniência que visava o lucro, as mulheres negras escravizadas eram quando trabalhadoras desprovidas de gênero, quando “reprodutoras” exploradas em razão dele.

A análise de Davis sobre as condições de existência das mulheres negras escravizadas, iniciada em seu primeiro artigo e continuada em *Mulheres, Raça e Classe*, desvela as inter-relações entre raça, classe e gênero para a manutenção das opressões e a atualização destas a depender do contexto social. Os dados históricos que a autora

interpreta são indicativos em sua obra da versatilidade que o capitalismo encerra, ao atualizar as inter-relações entre raça e gênero para a exploração econômica e produção de opressões interconectadas.

A interpretação das conexões entre gênero, raça e classe na obra de Davis possui lugar privilegiado, como pretendemos demonstrar aqui. Em suas obras iniciais elas são articuladas a partir da análise das condições de existência das mulheres negras escravizadas, havendo centralidade da discussão das questões raciais negro-africanas e diaspóricas. Isso ocorre em razão de estar a autora interessada no entendimento das relações entre sexismo, racismo e exploração capitalista – mais do que na definição destas categorias –, por serem estes os sistemas discriminatórios identificados como cruciais para o entendimento da modernidade e tempo presente. Certamente esta não é uma escolha arbitrária.

No que concerne ao entendimento da opressão de gênero, Davis se insere em uma tradição de interpretação marxista, que propõe a análise desta singular opressão a partir das alterações ocorridas com o advento do capitalismo e seus desenvolvimentos posteriores. Entretanto, acrescenta a essa análise a categoria raça, compreendida como componente estrutural para o entendimento das opressões a que estão submetidas parcelas significativas da população das Américas. Considera o racismo um sistema de opressão que em conexão com a exploração de classe produz exploração e desigualdade econômica, mantendo privilégios para as classes dominantes, detentoras do capital.

Deste modo, em acordo com intelectuais negras brasileiras como Sueli Carneiro, há na obra de Davis a insistência na denúncia do caráter estrutural do racismo, elaborada desde os primeiros artigos sobre as prisões em *If They Come in the Morning: Voices of Resistance* [*Se Eles Vierem pela Manhã: Vozes de Resistência*], e em escritos mais recentes sobre a Palestina, em sua penúltima obra publicada *A Liberdade é uma Luta Constante*.

Para a autora, a ideologia do racismo desempenha uma função política e econômica singular nos Estados Unidos, e nos anos 1970, era responsável pela extração de superlucros do trabalho mal remunerado de mais de 15% da população americana, assim como instrumentalizado como mecanismo de terror racista, com vistas ao não surgimento de resistências nas comunidades negras e da classe trabalhadora (DAVIS, 1998a, p. 50). Exerce, portanto, a função econômica de exploração e acumulação capitalista e a função política de dominação através do medo nas populações racialmente oprimidas.

Existindo em muitas dimensões, o racismo em seu caráter estrutural é indicado como categoria central para a compreensão da sociedade estadunidense em uma palestra de 1997, intitulada “Race Matters! [Raça importa!]” (DAVIS, 1998a, p. 62). Nesta Davis o descreve como profundamente enraizado nas estruturas econômicas, sendo atualmente o maior exemplo sua instrumentalização para o aumento da população carcerária, cujos benefícios servem às corporações privadas de segurança, que lucram com o investimento do Estado, mas também com o uso da mão de obra extremamente mal paga (quando o é) nos presídios de seu país.

Entretanto, a denúncia do racismo, de seu caráter estrutural e exploratório em níveis econômicos possui uma longa genealogia nos estudos raciais estadunidenses, a iniciar com as análises de Du Bois sobre o sistema de arrendamento de condenados, no qual as prisões administradas pelo Estado lucravam com a contratação de empresas privadas do trabalho de presidiários no pós-abolição²².

Não obstante haja uma larga tradição, as definições mais popularizadas sobre as dimensões do racismo encontram-se na obra do ativista negro Stokely Carmichael²³, para quem “capitalismo e racismo parecem andar juntos”, sendo necessária uma análise do capitalismo norte-americano e internacional que se inicie por raça (CHARMICHAEL, 2018, p. 32).

Em sua mais importante obra, Carmichael (2021, p. 20) define o racismo como “a predicação de decisões e políticas em considerações de raça, com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo”. Em um importante discurso de 1967, o autor distingue o racismo como racismo individual e racismo institucional, o primeiro consistindo em atos abertos de discriminação nos quais indivíduos são vitimizados. O segundo, menos aberto e mais sutil, “trata-se da operação geral de forças aceitas e respeitadas na sociedade” (CHARMICHAEL, 2018, p. 17) ²⁴.

²² Davis aborda o tema em capítulos de *Mulheres, Raça e Classe*, de *Angela Davis Reader* e em textos mais recentes sobre as prisões aos quais faremos menção, ainda que breve, no presente texto. Entretanto, por não ser este o objeto da pesquisa, sugerimos a leitura das seguintes obras sobre o tema: W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction* (New York: Russell and Russell, 1963), e Alex Lichtenstein, *Twice the Work of Free Labor: The Political Economy of Convict Labour in the New South*, Verso Press, 1996.

²³ Stokely Carmichael (1941-1998) foi um reconhecido ativista negro estadunidense, graduado em filosofia pela Howard University e vinculado a princípio à importante organização SNCC (Student Non Violent Coordinating Committee), a qual Davis também fez parte, e posteriormente ao Partido dos Panteras Negras e outras organizações antirracistas.

²⁴ Para mais informações ver ainda Carmichael S, Hamilton CV. *Black Power: The Politics of Liberation in America*. New York: Vintage Books; 1967, e Powell J.A. Structural Racism: Building upon the Insights of John Calmore. *North Carolina Law Review*. 2008, p. 791–816.

No Brasil, as definições recentes mais didáticas sobre o tema foram propostas por Silvio Almeida, que indica a existência de diferenciações relevantes entre racismo institucional e racismo estrutural. Para Almeida, “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 31). Em seus aprofundamentos o racismo é definido “como processo histórico e político, [que] cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (2018, p. 34).

Lélia Gonzalez é outra importante intelectual a apresentar distinções sobre o racismo que, para ela, pode ser compreendido como sistema de opressão que desempenhou um papel fundamental na internalização da superioridade do colonizador frente o colonizado. Compreendido enquanto racismo disfarçado e racismo aberto “ele apresenta ao menos duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão” (GONZALEZ, 2018, p. 324). Gonzalez considera opressão e exploração faces da mesma moeda e a articulação ideológica que mantêm as hierarquias raciais fundamental para sua manutenção em formações históricas distintas, como é o caso do Brasil, que representa o racismo disfarçado e de Estados Unidos e outras sociedades de origem anglo-saxônicas, germânicas ou holandesas, exemplos de racismo aberto (GONZALEZ, 2018, p. 324-8).

Aqui reputamos necessário esclarecer que os modos de constituição e entendimento do racismo podem ser muito distintos em diferentes lugares da diáspora, tais como Estados Unidos e Brasil, possuindo os estudos das questões étnico-raciais longa tradição em ambos os países. Entretanto, e de acordo com as menções de Davis à função política, econômica e ideológica do racismo (DAVIS, 1998a, p. 50), e suas manifestações institucionais e individuais (DAVIS, 1998a, p. 272), consideramos possível afirmar que para a autora o racismo é compreendido como um sistema histórico de opressão, apreensível a partir de seu caráter estrutural, ainda que não haja menções a este termo antes da década de 1990, tal como apontamos na palestra de 1997²⁵.

²⁵ Consideramos ser um possível motivo para tal ausência os desenvolvimentos recentes do conceito, que passou por aprofundamentos desde a década de 1960. A sistematização da noção de racismo institucional iniciada por Stokely Carmichael correspondeu à necessidade histórica de que o racismo fosse compreendido não mais como advindo de ações individuais, mas como expressão entranhada nas instituições, estando este sentido presente nas obras iniciais de Davis sobre as prisões, ainda na década de 1970. O desenvolvimento teórico da compreensão do racismo em sua dimensão estrutural pode ser considerado relativamente recente,

1.5. Angela Davis e as teorias da interseccionalidade

A discussão sobre o racismo na obra de Davis é realizada tomando-o como uma categoria relacional, tal como gênero, na busca pela compreensão das funções políticas, sociais e econômicas deste para o entendimento da sociedade estadunidense moderna e contemporânea. Consideramos que ao tratar de gênero e raça, junto à classe, em uma perspectiva relacional e histórica, a autora se insere na perspectiva de análise materialista da história, que requer um compromisso metodológico com a materialidade e a pesquisa historiográfica, em oposição a uma reflexão filosófica unicamente abstrata. É por isso que a questão racial, em suas dimensões enquanto escravização e opressão racista no pós-abolição, são relevantes e centrais em sua obra.

Todavia, como dito, Angela Davis não é uma historiadora. A peculiaridade de sua obra reside no aprendizado das conexões entre racismo, sexismo e exploração de classe, e por isso ela analisa o lugar das mulheres negras na sociedade estadunidense, posteriormente ampliando suas análises a outras sociedades marcadas pela escravização e discriminação racial. *Mulheres, Raça e Classe* e *Mulheres, Cultura e Política*, duas de suas obras fundamentais para o estudo do tema, centram-se na experiência das mulheres negras por estarem elas “situadas na intersecção entre racismo, sexismo e injustiça econômica”, suportando “o peso desse processo opressivo complexo” (DAVIS, 2017, p. 56).

Muitos são os desdobramentos dessa afirmação em sua obra, assim como para a teoria feminista produzida após a década de 1980. A começar pelo uso do termo “intersecção”, que dialoga com as teorias da interseccionalidade, anteriormente mencionadas e muito em voga nos estudos atuais sobre a ação política de mulheres negras no Brasil. Definido por Kimberlé Crenshaw como “uma conceituação do problema que

sendo os textos seguintes importantes referências para o entendimento do tema no âmbito estadunidense: Powell J.A. Structural Racism: Building Upon the Insights of John Calmore, disponível em *North Carolina Law Review*. 2008, p. 791–816; Bonilla-Silva E. Rethinking Racism: Toward a Structural Interpretation, in *American Sociological Review*. 1997;62(3):465–480; Jones C.P. Levels of Racism: A Theoretic Framework and a Gardener’s Tale, in *American Journal of Public Health*. 2000; 90 (8):1212–1215; BONILLA-SILVA, E. *Racism Without Racists: Colorblind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*, disponível em Maryland: Rowman & Littlefield, 2006. p. 465-480; e BETHENCOURT, F. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. No Brasil, a obra *Racismo Estrutural* de Silvio Almeida, publicada pela coleção Feminismos Plurais trata do tema, dos desenvolvimentos atuais e das distinções entre as dimensões do racismo de maneira didática e acessível.

busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação”, a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Entretanto, não obstante Davis reconheça a importância da formulação das teorias da interseccionalidade para os estudos feministas, a autora possui outra matriz de pensamento e a esta teoria impõe críticas. Isso é importante de ser dito na medida em que a recepção à obra de Davis no Brasil tem sido associada às teorias da interseccionalidade, que em muitos pontos divergem da produção intelectual e interpretação das relações sociais realizada pela autora. Embora possamos concordar com Angela Figueiredo, para quem na obra de Davis, “a correlação entre as categorias de opressão de gênero, raça e classe antecipa, portanto, o debate sobre interseccionalidade” (FIGUEIREDO, 2018, p. 10”).

Não obstante Davis possua ressalvas aos usos da interseccionalidade, a compreensão de que sua produção intelectual se aproxima dessa forma de análise está presente em muitos comentários à sua obra. Joy James, organizadora da coletânea *Angela Y. Davis Reader* afirma na introdução a esta importante obra a contribuição de Davis ao produzir uma análise que intersecciona gênero, raça e classe. Djamila Ribeiro, filósofa responsável pelo prefácio da edição brasileira de *Mulheres, Raça e Classe* afirma que essa obra é “a tradução do conceito de interseccionalidade” (RIBEIRO, 2016, p. 13). Do mesmo modo, Raquel Barreto (2005, p. 107) em sua dissertação, *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*, afirma que Davis (e também Gonzalez) “mesmo sem nomear teoricamente, (...) desenvolveram conceitualmente as perspectivas que posteriormente seriam apresentadas pelo conceito da interseccionalidade.

Também Figueiredo no prefácio para *A Liberdade é uma Luta Constante* afirma Davis como uma precursora do conceito, como vimos, assim como o filósofo Cornel West, que no prefácio à edição original deste mesmo livro afirma que, “de modo direto e conciso ela [Davis] personifica e representa a “interseccionalidade” – uma resposta estrutural, política e intelectual à dinâmica de violência, supremacia branca, patriarcado, poder do Estado, mercados capitalistas e políticas imperiais” (WEST, 2018, p. 14). Ainda que nos pareça um lugar comum a antecipação do conceito de interseccionalidade na obra

de Davis, as ressalvas da autora ao conceito precisam ainda que brevemente ser consideradas.

Em primeiro lugar, Davis empreende críticas ao termo especialmente no que concerne ao fato de ser a interseccionalidade um conceito jurídico passível de ser destituído de seu potencial transformador pela “seletividade” do direito contemporâneo e de seu essencial punitivismo, possuidor de estreitas relações com o racismo ainda em suas origens. Indicando as contribuições de Davis ao debate sobre a interseccionalidade, Akotirene (2018, p. 102) afirma que

[...] práticas de combate ao racismo institucional não servem para a prisão, afinal, ela nasceu por demanda do racismo. Neste sentido, o tom neoliberal da punição proposta pela interseccionalidade nos leva, segundo a pensadora [no caso, Davis], a nos concentrarmos nos indivíduos, em nós, vítimas individuais, retirar atenção do Estado apontando agressores negros ou policiais individuais, para quem fica a sentença pesada do racismo.

Na esteira da crítica a uma visão individualista possível a partir da interseccionalidade, Davis elabora ainda um alerta aos usos do termo. Quando questionada no que concerne ao seu pioneirismo na análise interseccional e à evolução de seu pensamento, Davis apresenta uma de suas principais críticas ao indicar que o conceito pode ser prejudicial ao invisibilizar um longo histórico de organizações políticas. Para a autora,

por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta. Uma história de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores. Menciono essa genealogia que leva a sério as produções epistemológicas de pessoas cujo trabalho principal é organizar movimentos radicais porque considero importante evitar que o termo “interseccionalidade” apague histórias cruciais de ativismo. Havia entre nós aquelas pessoas que, não tanto em virtude de análises acadêmicas, mas por causa de nossa experiência, reconheceram que tínhamos de descobrir uma forma de reunir tais questões, elas não estavam separadas em nosso corpo e também não estão separadas em termos de luta (DAVIS, 2018, p. 33-4).

Sua crítica visa então valorizar uma continuidade histórica que visibiliza organizações, que busca evitar a sacralização de indivíduos ou termos e seus criadores e que objetiva o fortalecimento e aprofundamento do ativismo e da produção intelectual de mulheres negras comprometidas com projetos de justiça social.

Convém salientar ainda que, em especial no que concerne à problematização da categoria classe social, Davis se distancia das formulações da interseccionalidade, elencando este como marcador central para a análise das relações e posições hierárquicas nas sociedades, junto a gênero e raça.

A centralidade da categoria classe em sua obra fica patente no terceiro capítulo de *Mulheres, Raça e Classe*, intitulado *Classe e Raça na Campanha pelos Direitos das Mulheres*, texto no qual Davis aponta que uma aliança entre operariado, população negra e mulheres teria beneficiado as lutas democráticas nos Estados Unidos nas décadas iniciais do século XX. Sendo o tema das alianças entre movimentos progressistas abordado quando da análise dos primórdios das lutas pela libertação negra e feminina no mesmo período (DAVIS, 2016b, p. 56).

Assim, as conexões entre gênero, raça e classe em Davis estão expostas ao longo de sua obra de modo a demonstrar a articulação entre a exploração econômica e as opressões racista e sexista, sendo essa dinâmica interpretada a partir de termos variados. No que concerne às reivindicações iniciais dos movimentos sufragistas, por exemplo, Davis afirma a desconsideração das mulheres das classes médias (maioria nesses movimentos nos anos finais do século XIX e início do século XX) às condições de existência e demandas das mulheres brancas das classes trabalhadoras, empregadas em fábricas e expostas à “dupla opressão que sofriam, como mulheres e trabalhadoras” (DAVIS, 2016b, p. 65). Em adição a isso, para a autora, “as líderes do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática” (2016b, p. 75).

Os movimentos feministas majoritariamente brancos são novamente criticados em *Mulheres, Cultura e Política*, por terem desconsiderado a tripla opressão a que mulheres negras estamos submetidas, tendo eles em muitos momentos insinuado que “a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela desprovida de elementos ligados à opressão racial e econômica” (DAVIS, 2017, p. 26). E em outro momento de *Mulheres, Raça e Classe*, no que concerne ainda ao racismo no movimento sufragista feminino, Davis afirma a existência de uma “opressão econômica” contra as populações negras, que não seria solucionada após o fim do regime de escravização, que orientou a luta por poder político através do direito ao voto e que ao ser negado às mulheres, resultou em vergonhosas atitudes racistas por parte do movimento sufragista inicial (DAVIS, 2016b, p. 85).

Ao afirmar a “convergência” entre racismo e sexismo, no contexto de discussão da predominância das mulheres negras no trabalho doméstico, Davis indica a existência de um critério racista para o exercício deste trabalho, que por sua associação à negritude, garante os mais baixos salários e hierarquiza mulheres negras, imigrantes e brancas que

o realizam, estas últimas, com remunerações levemente mais elevadas (DAVIS, 2016b, p. 102).

Na continuidade da abordagem do crescimento do racismo no movimento sufragista estadunidense, Davis interpreta a “combinação do sexismo com o racismo” como causa do culto sexista à maternidade, que ganhava relevância naquele período (DAVIS, 2016b, p. 127). Indicando ainda a ausência de entendimento de muitas das lideranças dos movimentos iniciais pelos direitos das mulheres, que através da penetração da ideologia burguesa nos movimentos feministas, se ressentiam do apoio das mulheres da classe trabalhadora e população negra aos homens de seu convívio. Estando estas “fundamentalmente unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo” (2016b, p. 145). Imersas em vivências nas quais se verificava a “combinação das restrições de sexo, raça e classe” (2016b, p. 149).

São muitos os momentos nas obras de Davis nos quais a autora aborda as conexões entre racismo, sexismo e exploração de classe, não obstante não haja o uso de um termo definitivo. Em todos eles se destacam o entendimento de que gênero, raça e classe são categorias importantes porque têm sido reconhecidas como condições para a consecução de hierarquias de poder. Essas categorias são fluidas, na medida em que se atualizam a depender do contexto histórico, tendo sido instrumentalizadas para a manutenção da subalternidade e desigualdades próprias ao sistema capitalista. E essa sensibilidade analítica tem estado presente em muitas autoras ao longo do século XX, nos Estados Unidos e em outras regiões do mundo.

Ao visibilizar, por exemplo, o importante papel desempenhado por mulheres comunistas nas reivindicações por direitos trabalhistas nos Estados Unidos, Davis aborda a teoria de Lucy Parsons, para quem no contexto de oposição ao capitalismo, mulheres e população negra não sofriam formas específicas de opressão, sendo sexo e raça “fatos da existência manipulados pelos empregadores, que buscavam justificar o modo como exploravam ainda mais as mulheres e as minorias étnicas” (DAVIS, 2016b, p. 159). Posição que, poderíamos dizer, considera a primazia da categoria classe sobre as demais. Já para Elizabeth Gurley Flynn, outra importante militante comunista analisada por Davis em *Mulheres, Raça e Classe*, “toda desigualdade e limitação impostas à mulher branca estadunidense são agravadas mil vezes entre as mulheres negras, triplamente exploradas – como negras, como trabalhadoras e como mulheres” (FLYN apud DAVIS, 2016, p. 169).

Em momentos dessa mesma obra, Davis aborda as conexões em termos de “efeito combinado” (DAVIS, 2016b, p. 179), afirmando que o “racismo alimenta o sexismo” (DAVIS, 2016b, p. 181), o que tem por resultado uma “opressão generalizada contra as mulheres” que constitui uma “muleta essencial para o capitalismo” (DAVIS, 2016b, p. 203). E perpassa nesse momento o entendimento de que os movimentos sociais e teorizações feministas deveriam orientar suas ações para a oposição ao capitalismo monopolista, este entendido como o sustentáculo e beneficiário do sexismo (2016b, p. 242).

Em *Mulheres, Cultura e Política*, outra de suas principais obras a promover a reflexão sobre as conexões entre gênero, raça e classe, Davis trata do tema em termos de “interconexões propositais entre a opressão econômica, racial e sexual”, atravessamento que tornam distintas as experiências das mulheres com o sexismo, já que

enquanto a experiência das mulheres brancas de classe média com o sexismo incorpora uma forma relativamente isolada dessa opressão, a experiência das mulheres da classe trabalhadora obrigatoriamente situa o sexismo no contexto da exploração de classe – e as experiências das mulheres negras, por sua vez, contextualizam a opressão de gênero nas conjunturas do racismo (DAVIS, 2017, p. 37).

Ao uso do termo “interconexões” se soma o uso do termo “intersecção” (DAVIS, 2017, p. 56), do termo “convergência” (DAVIS, 2016b, p. 102), do termo “interligação” (DAVIS, 2017, p. 49) e também do termo “inter-relação”, este o último dos vocábulos próximos, utilizado por Davis para indicar a existência de “interligações objetivas reais e complexas entre a exploração de classe, a opressão racista e a supremacia masculina”; que não sendo “experiências subjetivas” expressam “uma inter-relação objetiva entre racismo e sexismo no sentido de que o contexto geral das duas formas de opressão em nossa época é a luta de classes que se desenrola entre o capitalismo monopolista e a classe trabalhadora” (2016b, p. 140).

As menções ao caráter dialético das lutas por libertação, à convergência entre racismo e sexismo, à dupla ou tripla opressão a que estão submetidas as mulheres a depender da raça e classe, à combinação ou efeito combinado de racismo, sexismo e exploração de classe, às intersecções, interconexões, interligações e inter-relações, e ao próprio uso dos termos “opressão” para fenômenos como o racismo e o sexismo e “exploração” quando relativo à classe, impõe dificuldades. Se por um lado Davis faz uma análise interconectada que compreende racismo e sexismo como categorias centrais de entendimento da sociedade estadunidense, por outro, parece haver a primazia de uma

abordagem marxista na qual classe e crítica ao capitalismo tem predominância. Consideramos, entretanto, que a contribuição de sua obra pode ser mais bem avaliada quando instada à busca pela compreensão das conexões entre gênero, raça e classe como componentes fundamentais para a produção das opressões e hierarquias sociais.

Em lugar de filiar-se a um pensamento único, Davis incita-nos a compreender a complexidade desses processos. Informando em sua obra a necessidade de elaboração de um vocabulário que auxilie o entendimento das conexões entre sistemas de opressão que têm solapado as relações sociais e as possibilidades de uma vida humana mais justa e digna. Anos mais tarde ela dirá que “não estamos interessados em raça e gênero (e classe e sexualidade e deficiências) por si só, mas principalmente porque foram reconhecidos como condições para hierarquias de poder, para que possamos transformá-los em vetores entrelaçados de luta por liberdade” (DAVIS, 2012, p. 197).

Esta parece-nos ser a fundamental contribuição de Davis para o pensamento político contemporâneo: o entendimento de que perpassam o tempo presente sistemas históricos de opressão que instrumentalizam as categorias gênero, raça e classe, com o objetivo de produção de opressões e manutenção das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Estes sistemas agem de modo conectado, se atualizam e retroalimentam, mas encerram em si mesmos a possibilidade de resistência, através da construção de identidades políticas que se consolidam a partir dessas mesmas categorias e que podem visar à emancipação humana. A ideia de conexão e o próprio uso do termo interconexões (e não intersecções) no presente texto remete ainda a uma alteração na construção da teoria política produzida por mulheres negras, na medida em que sugere um modo não fragmentado, mas conectivo de produzir conhecimento e atuar politicamente.

CAPÍTULO 2. CENTRALIDADE DO FEMINISMO ANTIRRACISTA E ANÁLISE DAS MÚLTIPLAS OPRESSÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A crítica ao capitalismo empreendida por Davis, dos escritos de juventude às obras de maturidade, possui centralidade em sua produção intelectual, bem como a constante atenção às lutas antiprisionais, que logo se consolidarão em importante contribuição para as teorias do abolicionismo penal. Contudo, consideramos em acordo com Joy James, que a distintiva contribuição da obra de Davis reside em uma análise de gênero que “radicaliza o pensamento feminista por meio de uma análise antirracista e de classe, e oferece novas construções para a identidade e política feminina negra” (JAMES, 1998, p. 15).

Não obstante tal afirmação possa parecer na atualidade um fato dado, a publicação das obras iniciais de Davis impôs reflexões novas para o debate de gênero do período, assim como a demarcação da necessidade de atenção dos movimentos sociais negros à questão das mulheres. O incômodo com a abordagem das categorias classe e raça associadas ao gênero é perceptível nas primeiras resenhas à *Mulheres, Raça e Classe*. Considerada por alguns uma obra “subjéitiva” e “militante”, quando da análise histórica das diferentes demandas das mulheres negras e da classe trabalhadora, ela foi também descrita como uma obra “adulatória”, quando da recuperação da ação política de mulheres comunistas nos Estados Unidos.

Esta última afirmação, presente em uma resenha a *Mulheres, Raça e Classe*, veiculada no *The New York Times* logo após a publicação, conclui com a assertiva de que “mesmo para a Srta. Davis parece difícil reviver aquele sonho de uma libertação verdadeiramente unida dos negros e das mulheres, sem sugerir que uma luta é, afinal, absolutamente mais importante do que a outra” (JONES, 2021, s/p). Na interpretação da redatora da resenha parece haver a consideração da primazia de uma categoria sobre outras, além de uma capitulação de Davis ao Partido Comunista, expressa na visibilização de autoras ligadas a essa atuação política, em detrimento do uso de uma voz própria ²⁶.

²⁶ Ver as resenhas à *Mulheres, Raça e Classe* mencionadas em: <https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/books/98/03/08/home/davis-raceclass.html> e <https://scholarscompass.vcu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1065&context=ess>. Acesso em 14 de abril de 2021.

À parte as anedotas sobre as polêmicas ligadas à publicação da obra, o fato que se impõe é que ela dialoga com o movimento feminista do período, que se debruçava sobre questões como direitos reprodutivos e estupro, mas que também estava sendo forçado a reconhecer o racismo e a invisibilização das ações políticas de mulheres negras ao longo da história do movimento feminista estadunidense. A obra de Davis se insere em uma crítica e radicalização dos movimentos sociais feministas e auxilia na consolidação de um feminismo negro anticapitalista, que emergira em anos anteriores, em muitas áreas de atuação.

Ao que Ann Jones considera na resenha do *The New York Times*, “esboços adulatorios” de Davis às mulheres comunistas, corresponde a visibilização das ações políticas de mulheres negras e brancas que se dedicaram à criação de uma sociedade socialista, mas que teriam se perdido na história, pois não teriam produção intelectual reconhecida em termos de teoria ou mesmo literatura. Este é um procedimento recorrente na obra da autora, assim como análise que tem se consolidado em direção à sistematização de um pensamento feminista negro²⁷. Para Joy James, editora da coletânea *Angela Davis Reader*, “nas análises interseccionais do marxismo, antirracismo e feminismo, existe o conjunto de trabalhos escritos pelos quais Davis é mais conhecida”, sendo possível caracterizar a sua obra como um esforço para compreender e valorizar “o reaparecimento e o reconhecimento das contribuições das interseções das *práxis* marxistas, antirracistas e feministas” e das ativistas que atuaram nesse sentido (JAMES, 1998, p. 15). Sua contribuição reside também, portanto, na busca por entendimento das modificações pelas quais tem passado a ação política na contemporaneidade.

Tal reconhecimento é relevante na medida em que as conexões entre as lutas por libertação feminina e libertação negra constituíram importantes movimentos sociais na busca por possibilidades alternativas de vida humana. Sendo essencial a criação de alianças entre os grupos, já que a violência racista possui dimensões de gênero que afetam não apenas as mulheres negras, e a exploração de classe afeta ambas as mulheres, mas de modos distintos a depender da racialidade. Uma ação política que reconheça e integre as conexões entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe tem maiores chances de trazer benefícios a um número maior de mulheres e à sociedade de um modo geral. A

²⁷ A esse respeito ver o primeiro capítulo de *Pensamento Feminista Negro*, de Patricia Hill Collins, no qual a autora define a política feminista deste pensamento, sua histórica supressão e consolidação como teoria social crítica. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Política do Empoderamento*. Patricia Hill Collins. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

teorização das conexões entre o sexismo e o racismo, por muito tempo invisibilizadas nas contribuições da teoria feminista e política tradicional, ganharam na obra de Davis um tratamento singular, assim como as dimensões de classe para o entendimento da violência racista e sexista.

Este trabalho é realizado em *Rape, Racism and the Capitalism Setting* [Estupro, Racismo e o Contexto Capitalista], artigo que compõe a coletânea mencionada; também no que concerne às funções desempenhadas pela violência racista e sexista em uma sociedade racializada e patriarcal, abordagem realizada em *Violence Against Women and the Ongoing Challenge to Racism* [Violência contra as Mulheres e o Desafio Permanente ao Racismo]; assim como em *Joanne Little: The Dialectics of Rape* [Joanne Little: A Dialética do Estupro], texto interpretado à luz da possibilidade de cumplicidade do Estado com a violência sexual e racista (JAMES, 1998, p. 17).

Women and Capitalism, [Mulheres e Capitalismo], *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves* [Reflexões sobre o Papel das Mulheres Negras na Comunidade de Pessoas Escravizadas] e *The Approaching Obsolescence of Housework: A Working-Class Perspective* [A Obsolescência das Tarefas Domésticas se Aproxima: Uma Perspectiva da Classe Trabalhadora] constituem ainda três importantes textos, na medida em que abordam a exploração econômica da força de trabalho das mulheres, as condições de existência de mulheres escravizadas, a desconstrução de estereótipos e o trabalho doméstico na dinâmica capitalista. Compendo ainda os escritos feministas antirracistas da antologia *Angela Davis Reader* o artigo *Surrogates and Outcast Mothers: Racism and Reproductive Politics in the Nineties* [Barrigas de Aluguel e Mães Excluídas: Racismo e Política Reprodutiva nos Anos 90] e *Black Women and the Academy* [Mulheres Negras e Academia], textos nos quais Davis aborda o trabalho de reprodução biológica como forma de trabalho não remunerado e o trabalho político, de representação e de educação na busca por justiça social realizado por mulheres negras na academia (JAMES, 1998, p. 18).

Acrescidos *Mulheres, Raça e Classe*, *Mulheres Cultura e Política* e *Blues Legacies* [Legados do Blues] podemos considerar estes como os principais escritos de Davis a abordar as conexões entre gênero, raça e classe. Em todos eles é possível identificar procedimentos recorrentes de análise das conexões entre as opressões e visibilização da ação política organizada de mulheres negras.

Eles abordam o modo como sexismo, racismo e exploração de classe se conectam na produção das opressões, mas também na organização política de mulheres negras que

a estas impõem resistência. É necessário considerar, entretanto, que alguns dos conceitos elencados como fundamentais em sua obra passam por alterações no decorrer dos anos e dialogam com tendências de pensamento e atuação política que estão também em desenvolvimento, simultaneamente à evolução do pensamento da autora²⁸.

Neste sentido convém ressaltar que menções ao diálogo da autora com a filosofia tradicional, a teoria crítica, o marxismo e o pensamento negro estadunidense são fundamentais para o entendimento de sua obra, mas não a definem. Eles demonstram o potencial da obra da autora em propor uma atualização das epistemologias das ciências humanas. Sendo mais produtiva a abordagem da contribuição singular da autora no que concerne à radicalização da teoria feminista ao impor raça e classe como categorias centrais para o pensamento feminista, sua consequente contribuição para o desenvolvimento de um feminismo antirracista e anticapitalista; a recuperação da ação política de mulheres negras em movimentos sociais como o abolicionista, o sufragista, o movimento operário e de mulheres contemporâneo; o modo como raça e classe afetam as condições de existência de mulheres negras, em especial no que concerne a trabalho, violência e produção de conhecimento; o potencial emancipatório da inserção de novas categorias de análise ou modos interconectados de reflexão política.

2.1. As mulheres negras e a dialética entre opressões e resistências

Nas páginas iniciais de *Mulheres, Raça e Classe* Davis afirma, em um aprofundamento do seu primeiro artigo *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*, a existência de um papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava (DAVIS, 2016a, p. 17). Como vimos, este é o primeiro artigo no qual a autora trata do tema. Nele, o papel multidimensional dessas mulheres é abordado em pormenores, sendo central às análises o entendimento de que: i.

²⁸ Exemplos dessas alterações são os desenvolvimentos pelos quais passaram o conceito de racismo nos Estados Unidos, como vimos no capítulo anterior, a princípio considerado em nível individual, depois como parte das instituições, com a consolidação do termo “racismo institucional” e atualmente elaborado a partir da noção de “racismo estrutural”. O termo gênero também passou por alterações ao longo das últimas cinco décadas nas quais Davis atuou, não sendo a princípio termo comum em sua obra, mas posteriormente entrando para seu léxico, atualmente disputado e ampliado a compreensões que questionam sua universalidade e valorizam a historicidade. A própria compreensão do sujeito do feminismo tem sido reelaborada com o objetivo de incluir mulheres de minorias étnicas e transexuais, e como pretendemos demonstrar, Davis acompanha e contribui para esses desenvolvimentos, aprofunda e por vezes impõe críticas a alguns desses novos marcos teóricos e de atuação política.

mulheres negras escravizadas eram submetidas simultaneamente à opressão racial escravista, à exploração que visava ao acúmulo de capital e à violência sexual que funcionava como mecanismo terrorista de contrainsurgência e expressão do domínio econômico; ii. as mulheres negras desempenharam atividades domésticas que, naquele contexto, eram as únicas que não eram imediatamente reclamados pelo opressor, distanciando-se, na medida do possível, da arena de dominação, sendo cruciais para a sobrevivência da comunidade e criação de estratégias de resistências à opressão racial e escravismo; iii. não havendo divisões sexuais rígidas de trabalho no âmbito doméstico, e nem sendo possível a opressão sexista de homens negros escravizados para com as mulheres (já que ambos submetidos à opressão racial e econômica da classe escravista), as mulheres negras conquistaram uma igualdade sexual em suas comunidades, denominada igualdade negativa ou deformada, que legou às mulheres negras no pós-abolição valores de independência e autonomia, instrumentalizados posteriormente para a criação de estereótipos como “castradoras” e “emasculadas”; e iv. mulheres negras estiveram na linha de frente de ações de resistência ao regime escravista tanto quanto os homens.

Destas primeiras conclusões, Davis desenvolve um trabalho de investigação do modo como as conexões entre racismo, sexismo e exploração de classe têm sido fundamentais para a opressão das populações femininas e negras, e para a manutenção da dominação e subalternização de parcelas significativas dessas populações nos Estados Unidos, sendo possível, com ressalvas, estender suas análises para outros povos negro-diaspóricos²⁹.

Nesse sentido, as categorias gênero, raça e classe informam, quando conectadas, a existência de um complexo sistema que tem moldado as sociedades modernas e contemporâneas e que tem sido constantemente atualizado. Como mecanismos de opressão, por exemplo, Davis informa a instrumentalização dessas categorias para a alienação que nega a identidade, o conhecimento, a história e a cultura de matriz africana que forjaram as sociedades ocidentais. A dominação exercida através do monopólio da

²⁹ Aqui é importante esclarecer que ainda que as opressões as quais mulheres negras são submetidas possam se assemelhar, variáveis como território, constituição nacional, relações com outras minorias étnicas e recuperação da memória coletiva tornam significativas as alterações a partir das quais se vive e resiste ao racismo, sexismo e formas concomitantes de opressão. Assim, ainda que mulheres negras se vejam frequentemente atravessadas por opressões simultâneas de gênero, raça e classe, seria um erro equiparar inequivocadamente experiências de mulheres negras colombianas, estadunidenses e brasileiras. Embora permeiem as análises de muitas autoras negras temas próximos e prevaleça uma identidade política de lutas contra o racismo, sexismo e injustiça econômica, advinda do passado comum de escravização e racismo.

violência no período escravista, atualizada na construção de estereótipos que desumanizam e justificam a subalternidade no período contemporâneo; a exploração do trabalho, a violência, a violência sexual, a negação de direitos sociais e reprodutivos, a permanência de papéis sociais herdados do período escravocrata na figura das empregadas domésticas.

Entretanto, Davis compreende que a resistência está sempre presente quando há opressões. Importa, nesse sentido, recuperar essas ações, procedimento metodológico-político recorrente em sua obra. Este tem por objetivo desfazer o mito da docilidade e passividade das populações negras escravizadas por mais de trezentos anos (e também de seus descendentes), assim como garantir um *continuum* de lutas na busca das mulheres por igualdade, “que represente de modo sólido as aspirações de todas as mulheres da nossa sociedade” (DAVIS, 2017, p. 18).

Estão as resistências interpretadas nas suas obras de múltiplas maneiras: na resistência à escravização, das triviais aos quilombos; nas recusas individuais ao abuso sexual e nas rebeliões escravas; nos movimentos sociais abolicionistas, feministas, associativos; na luta antiprisional, nos feminismos negros, na reivindicação por educação e cultura.

No que concerne às opressões, muitos são os momentos da obra de Davis a interpretar raça, classe e gênero como categorias instrumentalizadas para a consecução de sistemas discriminatórios que produzem opressões. Nesse sentido, gênero, raça e classe são compreendidos pela autora não apenas como marcadores sociais produtores de identidades, mas como categorias utilizadas para a produção e manutenção de opressões, em especial no contexto de produção capitalista.

Na crítica ao capitalismo empreendida pela autora está subsumida a análise econômica própria à teoria marxista, mas também a consideração a aspectos outros das sociedades capitalistas em desenvolvimento e das lutas sociais empreendidas no último século. Assim, gênero é categoria central na medida em que a ela corresponde um papel relevante na produção e reprodução social, que vem se modificando com a entrada das mulheres nos processos de produção e que pode ter consequências distintas a depender da racialidade.

O fato de o desenvolvimento do capitalismo, e mesmo da modernidade, estar ancorado nas funções políticas, econômicas e ideológicas da instrumentalização da categoria raça também não pode ser desprezado. Pois constitutivo do que é a maior parte

das sociedades ocidentais, dos “descobrimentos” ao capitalismo global em sua dimensão atual. É por isso que consideramos que há em Davis, tal como nos dilemas que envolvem sua vida pessoal como ativista e sua produção intelectual como filósofa, dualidades, que não se pretendem dicotômicas, que reverberam na valorização das contradições, do movimento e do diálogo para a ação. Potencializam seu pensamento e permitem justamente a intersecção de condicionantes distintas, tais como as aludidas na obra entre raça, classe e gênero.

Essas dificuldades são expostas em sua *Uma Autobiografia* através da referência ao deus romano Jano, ligado aos inícios e transições e à relação entre passado e futuro. Retrato com duas faces opostas, nas quais em uma se vê por vezes um homem jovem e um idoso, este deus é trazido à luz por Davis em suas memórias para dizer das dificuldades de conciliar seu compromisso com a prática política e com sua produção intelectual. Tal como Joy James sugere ser possível na introdução a *Angela Davis Reader*³⁰, estabeleço um diálogo metafórico com a produção de Davis e um mito de Exu, orixá que no Brasil é correspondente a Eleguá – sendo sempre o primeiro a ser exaltado –, e que reflete valores negro-africanos que remetem à condição humana e às relações sociais permeadas por contradições e embates.

O mito narra que, certa vez, dois amigos de infância que jamais discutiam esqueceram-se de fazer as oferendas devidas a Exu. Foram trabalhar no campo normalmente em suas terras, que eram vizinhas e separadas apenas por um pequeno canteiro. Zangado com a negligência dos amigos, Exu decide pregar-lhes um golpe à sua maneira. Coloca sobre a cabeça um gorro bonito e pontudo, o qual era do lado direito branco e do esquerdo vermelho. Ao avistar os amigos cumprimenta-os educadamente, e estes o respondem de modo gentil, desejando um bom passeio. Entretanto, assim que Exu afasta-se, um dos trabalhadores pergunta: – quem será este estrangeiro de gorro branco? Ao qual o companheiro responde: – seu chapéu era vermelho! Inicia-se uma acirrada discussão sobre a cor do chapéu, na qual os amigos inseparáveis se ofendem e enfurecem. Cada um dos amigos tinha razão, mas a irritação e indisposição para o diálogo os leva à violência física, até que ambos matam um ao outro a golpes de enxada. Exu dança e canta ao sentir-se vingado³¹. Como moral religiosa, o mito subentende a necessidade de prestar

³⁰ Que faz breve menção a Eleguá, descrito por ela como “orixá yorubá da encruzilhada” (JAMES, 1998, p. 1).

³¹ Texto escrito a partir da sabedoria popular dos terreiros, com auxílio da obra *Lendas Africanas dos Orixás*, de Pierre Fatumbi Verger, publicado pela editora Fundação Pierre Verger.

honras ao orixá e à obrigação dos filhos de santo em não negligenciar seus deveres. No contexto aqui proposto, indica que as relações sociais estão permeadas pelo conflito e pela contradição, sendo necessária a busca por conciliação e diálogo para a convivência que visa o bem viver, assim como para as lutas políticas contra as opressões que visam o desenvolvimento humano.

Ainda que consideremos que não há na obra de Davis expectativas de síntese entre as categorias gênero, raça e classe ou entre movimentos sociais diversos que visam justiça social baseados nessas categorias, há o horizonte de emancipação que será alcançado apenas quando, coletivamente, grupos humanos compreenderem a necessidade de apoio mútuo entre projetos políticos de combate às opressões. Quando, enfim, as lutas por libertação negra, feministas, por justiça econômica e contrárias a maneiras correlatas de discriminação compreenderem que há elos que as conectam.

Essa compreensão está permeada por valores negro-africanos como o descrito no *itán* [mito], que demonstram que um mesmo fenômeno encerra possibilidades variadas de interpretação, a depender da perspectiva. Considera a realidade para além das dualidades dicotômicas e antagônicas e valoriza as contradições e o diálogo para o movimento e ação necessárias à vida.

Perpassa a obra de Davis a tentativa de interlocução entre perspectivas consideradas contrastantes, tais como as que opõem produção intelectual e ativismo político, que emulam uma incompatibilidade entre as lutas de classe e de oposição ao sexismo, a perspectiva marxista e os movimentos negros. Em verdade, para além de uma conciliação, parece-nos haver o convite à valorização da coexistência entre âmbitos considerados contrários, acompanhada de disposição ao diálogo e apoio mútuo quando há convergência de projetos.

Esta concepção fica patente se considerarmos que Davis se insere em uma tradição de pensamento negro marxista que há muito visa conciliar a crítica ao capitalismo e a crítica ao racismo, este último entendido como crucial para o desenvolvimento e manutenção do primeiro. Davis encontrará respostas a esta questão na tradição radical negra estadunidense, considerando que os desenvolvimentos de uma teorização sobre a relação entre capitalismo e racismo se mantiveram por muito tempo estagnados, devendo

ser retomados e complexificados³². Ao adicionar gênero à problemática as dificuldades se ampliam, embora o estudo destas conexões tenham dado ensejo ao surgimento de novas e importantes teorizações sobre a ação política nas últimas décadas³³.

Em uma segunda interpretação do mito, em sua relação com a coexistência, valorização do diálogo e convergência de projetos políticos, podemos dizer, em acordo com Davis, que a dissociação histórica das lutas por libertação feminina e negra (como se fosse possível que indivíduos e organizações olhassem apenas para um dos lados do gorro de Exu) traz malefícios, porque focados em apenas uma das opressões: racismo ou sexismo. Davis demonstra em suas análises históricas que a condição das mulheres negras no ocidente é emblemática porque deixa patente a impossibilidade destas de experienciar a opressão racial ou de gênero de modo isolado. Considera mais produtora uma visão dialética na qual os distintos lados da moeda, como no caso do gorro de Exu, sejam levados em consideração. Negligenciar aspectos das lutas sociais que afetam a toda a sociedade, ainda que não se pertença a determinado grupo, tende no mínimo a poucos ganhos, quando não, à destruição de movimentos sociais relevantes com potencial revolucionário, como foi o caso das lutas iniciais por libertação feminina e negra nos Estados Unidos³⁴.

As questões acima são extremamente relevantes para a construção de coalizões nos movimentos sociais e para as teorizações sobre as conexões entre racismo, sexismo e capitalismo. Remetem, por exemplo, ao conceito de “capitalismo racial” e ao desenvolvimento da noção recente de “interseccionalidade de lutas”. Impõem desta maneira a problematização dos paradigmas de atuação política e epistemologia vigentes. Neste momento, entretanto, faz-se necessária a interpretação de outro importante par

³² Tema tratado pela autora em “O Futuro do radicalismo negro”. Disponível em: <https://redeanticapitalista.net/angela-davis-uma-entrevista-sobre-o-futuro-do-radicalismo-negro/?print=print>. Acesso em 16 de abril de 2021.

³³ Tais como as teorias dos sistemas duplos ou triplos, da consubstancialidade das relações sociais, da interseccionalidade, mencionadas anteriormente.

³⁴ O tema das lutas antirracistas e feministas nos EUA é abordado em distintos capítulos de *Mulheres, Raça e Classe*, a princípio apontando a existência de alianças, como quando mulheres brancas abolicionistas, como as irmãs Sarah e Angelina Grinké desempenharam relevante papel nas lutas por libertação negra. E posteriormente de modo negativo, quando da assunção de posturas racistas nos movimentos sufragistas, e sexistas contra mulheres negras e trabalhadoras em associações trabalhistas e em movimentos negros organizados, considerados exemplos dos malefícios da dissociação entre as lutas pela libertação negra e feminina. Para Davis, a desatenção às articulações entre o movimento por libertação negra e o movimento de mulheres teria passado por um processo de continuidade histórica, prejudicial para as lutas progressistas em seu tempo, situação com a qual ela sugere ser necessário romper.

conceitual analisado pela autora: as opressões e as resistências. Elas revelam um movimento dialético que expressa as condições de existência das mulheres negras, epítome da convergência entre opressões geradas pelos marcadores sociais gênero, raça e classe e a oposição a estas.

Em Davis, a compreensão de que há conexões entre racismo, sexismo e capitalismo a leva a considerar, em seu texto *Women and Capitalism*, a existência de um movimento dialético entre as opressões baseado em gênero, raça e classe. Desta interpretação, consideramos ser possível afirmar a existência de um movimento semelhante que tem levado mulheres negras ao enfrentamento às opressões interconectadas as quais estão submetidas, e que denominamos dialética entre as opressões e resistências.

Nessa interpretação, a condição de existência das mulheres negras é mote para a elaboração descritiva de processos de subalternização e de resistência às opressões na obra de Davis. Procedimento que ela realiza a partir do diagnóstico da incidência de uma instrumentalização das categorias gênero, raça e classe para a manutenção de inferioridade social de mulheres negras e para a continuidade de um sistema político e econômico baseado nas desigualdades. Entretanto, como em grande parte de sua obra, o termo opressão não é definido de modo explícito ou sistemático, sendo utilizado em uma dimensão relacional, como dado que auxilia a compreender a complexidade do tempo presente, com vistas a alterações que possibilitem a criação de “futuros mais habitáveis” (DAVIS, 2021a, s/p).

Nas obras analisadas, Davis aborda as opressões racista, sexista, econômica e nacional, com o objetivo de estabelecer estes como fenômenos cruciais para o entendimento da sociedade norte-americana e para investigar o modo como dialogam e reforçam uns aos outros para a manutenção de sociedades pautadas na injustiça social e exploração econômica. Tais argumentos, presentes em artigo de sua primeira obra *If They Come in the Morning*, dialogam com tendências do pensamento negro e marxista que estavam em voga no período e que constituem parte do referencial teórico da autora. No que diz respeito, por exemplo, à denúncia das condições indignas de vida, estas correspondem a uma radicalização do pensamento negro estadunidense, ocorrida após as lutas pelos direitos civis e o diagnóstico de que estes não eram o suficiente para garantir um mínimo de bem-estar às populações negras do país. Coincide com esse período a atuação de ativistas radicais que se afastaram das posturas pacifistas mais populares nas

lutas anteriores, e que passam a apontar de modo mais contundente o racismo e a violência, dando ensejo à criação de organizações revolucionárias como o Partido dos Panteras Negras.

No que concerne à superexploração do trabalho de minorias étnicas e os superlucros daí advindos, estes argumentos dialogam com uma tradição marxista-leninista de problematização da questão nacional, e ao tratamento da opressão nacional em países europeus, elaborados desde o século XIX. Preocupação posteriormente ampliada para países como os Estados Unidos, haja vista a importância deste como país capitalista desenvolvido, tornado posteriormente imperialista (outro conceito caro à tradição leninista) e a crescente influência de posturas nacionalistas nos movimentos negros estadunidenses do início do século XX.

Neste contexto as organizações comunistas passam a discutir a questão nacional e depois racial nas edições da Internacional Comunista da década de 1920, atingindo o objetivo inicial de atrair membros negros para os quadros do Partido Comunista dos Estados Unidos, levando também essa discussão a Partidos Comunistas de outras regiões do mundo, em especial da América Latina e Europa ³⁵. A essas discussões, ocorridas no âmbito de associações socialistas, se somam a prática e a teorização própria de organizações negras nos Estados Unidos (não necessariamente associadas a uma interpretação marxista) que ganham destaque e remontam a ativistas e intelectuais como W. E. B. Du Bois, Eric Williams³⁶ e Cedric Robinson, este último mais recente, intelectual a abordar o conceito de capitalismo racial³⁷.

Tal como com o conceito de racismo, entendido a princípio apenas em sua dimensão individual, depois institucional e agora estrutural, o termo opressão nacional é léxico fundamental às reflexões políticas da primeira metade do século XX. Este remete à questão colonial, à anexação de territórios pelas potências econômicas e à noção de autodeterminação dos povos, sendo aprofundado posteriormente e dando ensejo ao debate da questão racial.

³⁵ Para mais informações sobre ver “Os precursores da interpretação marxista do problema racial”, disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo249artigo139artigo212artigo5.pdf. Acesso em 16 de abril de 2021.

³⁶ Historiador e político, Eric Williams é autor de “Capitalismo e Escravidão”, publicado em 1944 e considerada importante obra a relacionar os dois sistemas de opressão.

³⁷ Para mais informações, ver *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*, de Cedric Robinson. Disponível em <http://libcom.org/files/Black%20Marxism-Cedric%20J.%20Robinson.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2021.

Davis acompanha essas discussões e embates, pois vinculada à interpretação marxista-leninista da questão nacional, embora o uso do termo perca preponderância em produções posteriores à década de 1970, nas quais opressão nacional praticamente desaparece, dando lugar à opressão racial ou opressão racista.

A opressão da mulher ou opressão sexista é também recorrente na obra de Davis, e é explicada dentro do contexto particular das sociedades capitalistas e diaspóricas, em especial nos Estados Unidos, tendo sua formulação mais específica no artigo *Women and Capitalism*, e em capítulos de *Mulheres, Raça e Classe*, como *A Obsolescência das Tarefas Domésticas se Aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora*. O trabalho de reprodução biológica, como forma de trabalho não remunerado, fundamental às teorizações sobre a opressão feminina, é investigado em *Surrogates and Outcast Mothers: Racism and Reproductive Politics in the Nineties*, todos estes contendo em geral análises das interconexões entre a opressão sexista e os demais sistemas de opressão em sua dimensão econômica.

No que concerne à problematização da categoria classe social, esta é entendida como geradora de opressão econômica, compreensão vinculada à matriz interpretativa marxista-leninista e ao marxismo negro estadunidense. Estes pensamentos, por um lado, abordaram a opressão nacional e racial exercida pelos países imperialistas sobre os países mais pobres e/ou subordinados e por populações internas; por outro, indicaram a escravização africana como elemento crucial para a acumulação de capital, consolidação do capitalismo, superexploração de minorias étnicas e divisão racial do trabalho, mecanismos atualizados de manutenção da opressão econômica.

Assim, vemos em Davis a denúncia das opressões racista, sexista e de classe a partir de uma perspectiva que compreende os elos que as interligam. E ainda que não haja uma definição explícita dos termos, eles se tornam compreensíveis quando subtraídos sua essência dos exemplos práticos e históricos, da experiência compartilhada que permite generalizações. No que concerne à violência sexual, por exemplo, Davis (2017, p. 51) afirma que

(...) nunca conseguiremos ir além do primeiro passo na eliminação da horrorosa violência cometida contra as mulheres em nossa sociedade se não reconhecermos que o estupro é apenas um elemento na complexa estrutura de opressão das mulheres. E essa opressão sistemática não pode ser precisamente avaliada, exceto a partir de sua ligação, por um lado, com o racismo e a exploração de classe no país e, por outro, com a agressão imperialista.

A centralidade da análise e denúncia das opressões em Davis parece-nos ser realizada de modo relacional, em um sentido amplo, quando da indicação de racismo,

sexismo e capitalismo como sistemas discriminatórios em conexão. Elas têm nas condições de existência das mulheres negras seu exemplo paradigmático, mas podem ser interpretadas a partir de dimensões variadas da opressão, tais como a econômica, a política e a ideológica.

A socióloga estadunidense Patricia Hill Collins considera a obra de Angela Davis referência para o entendimento das opressões em sua dimensão econômica³⁸. Em uma sistematização do pensamento feminista negro no qual Davis se insere e para o qual contribui, Collins escreveu na década de 1990 a obra *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Política do Empoderamento*. Nesta, afirma ser um de seus objetivos “a promoção de um arcabouço ou um paradigma interpretativo que veio a ser conhecido como estudos de raça, classe e gênero”, contribuindo para o “desenvolvimento de um referencial epistemológico”. Rejeita modelos de opressão de tipo aditivo, examina as conexões entre sistemas de opressão investigados por trabalhos pioneiros e visa uma contribuição para o desenvolvimento deste pensamento como teoria social crítica (COLLINS, 2019, p. 57).

Ainda que possa parecer, a princípio, estranho para acadêmicos brasileiros a definição de Patricia Hill Collins do pensamento feminista negro como uma teoria social crítica, habituados que estamos a estabelecer uma relação mais direta entre a teoria crítica e autores da Escola de Frankfurt como Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, a teoria social crítica tem sido resgatada pelo feminismo negro em sua essência objetiva como um projeto de radical transformação da sociedade e busca por justiça. As teorias sociais surgidas no contexto dos feminismos negros têm visado encontrar estratégias de oposição às injustiças sociais e econômicas, resistindo a elas de muitos modos. Segundo Collins, “uma teoria social crítica consiste em teorizar o social em defesa da justiça econômica e social” (COLLINS, 2019, p.77).

Uma das principais contribuições da obra de Collins para o entendimento dos feminismos negros reside em sua definição de opressão como “qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso

³⁸ Além de *Mulheres, Raça e Classe* de Davis ser considerada referência para esta temática, Collins acrescenta a esta perspectiva as obras a seguir: *How Capitalism Underdeveloped Black America*, de Manning Marable (Boston, South End, 1983), *Labor of Love, Labor of Sorrow: Black Women, Work, and the Family from Slavery to the Present*, de Jacqueline Jones (Nova York, Basic Books, 1995) e *Race, Gender and Work: A Multicultural Economic History of Women in the United States*, de Tereza L. Amott e Julie Matthaei (Boston, South End, 1991).

aos recursos da sociedade” (2019, p. 33). Embora muitas possam ser as formas de opressão, o contexto de constituição das nações de passado escravocrata, em especial nas Américas, tem levado as mulheres negras a experienciar formas de opressão diversas e concomitantes, o que as leva a conviver com três dimensões distintas e interdependentes de opressão.

A dimensão econômica da opressão, elaborada dentre outras por Davis, diz respeito à exploração do trabalho das mulheres negras, fundamental ao capitalismo estadunidense, tanto no período escravocrata, quanto no pós-abolição e atualidade. A dimensão política da opressão, que remete à negação do acesso a direitos (em um passado não muito distante o direito ao voto e à participação política) e no tempo presente relacionada à persistente ausência de direitos que as relega a uma posição inferior na hierarquia da sociedade.

Às dimensões econômicas e política Collins acrescenta a não menos importante dimensão ideológica da opressão, responsável por manter vivas imagens de controle (conceito central em sua obra) e estereótipos negativos aplicados às mulheres negras. Estes remontam ao período da escravização e refletem os interesses de um grupo determinado de pessoas. Enraizados na estrutura social eles se tornam hegemônicos, são naturalizados e tornam-se fundamentais para a subalternização das mulheres negras e a manutenção de hierarquias sociais (COLLINS, 2019, p. 35).

Sistematizado por Collins a partir de um amplo estudo sobre a produção intelectual e prática política de mulheres negras, o pensamento feminista negro possui valores singulares, temas centrais, política, epistemologia e características distintivas, constituindo uma “tradição intelectual rica” que, no entanto, permanece invisibilizada. Davis é personalidade fundamental para a consolidação desse campo de estudos, tendo, diferente de outras autoras, alcançado notoriedade tanto por sua atuação política quanto por sua produção intelectual, considerada inovadora. Aqui argumento que as obras de Davis, em especial as que abordam mais diretamente as conexões entre gênero, raça e classe, contêm uma interpretação das variadas formas de opressão, sendo elas referência não apenas para o entendimento da opressão econômica, mas também da opressão política e ideológica.

2.2. A opressão em suas dimensões econômica, política e ideológica

Partindo da divisão proposta por Collins, abordo aqui a existência de dimensões distintas de apreensão das opressões na obra de Davis, que podem ser visualizadas em sua dimensão econômica, política e ideológica e que conformam as relações de poder e hierarquia na sociedade contemporânea, sendo assim não direcionadas apenas às mulheres negras, mas estas as que mais a elas estão expostas em nível simultâneo.

A opressão em sua dimensão econômica

A opressão econômica, a qual mulheres negras estiveram submetidas nos Estados Unidos, é abordada por Davis ao longo de toda a sua obra. O interesse no entendimento da convergência entre gênero, raça e classe perpassa sua produção, estando intimamente relacionada a uma crítica ao sistema capitalista, este entendido como sistema econômico que se baseia na exploração do trabalho e no acúmulo de capital por parcelas minoritárias da população. Davis impõe uma crítica ao capitalismo em sua dimensão mais básica, ou seja, como sistema no qual está subsumido uma luta de classes, na qual estão em oposição os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho e os proprietários dos meios de produção. Mas aprofunda sua crítica ao indicar que o racismo tem sido componente crucial para a manutenção desse sistema econômico, que em conexão com a exploração do trabalho das mulheres ganha novas dimensões.

No que diz respeito à condição específica das mulheres negras, a exploração do trabalho destas tem sido fundamental para o capitalismo estadunidense e as tem impelido aos níveis mais baixos de acesso a direitos, aos serviços com má remuneração e a condições de trabalho precárias. A análise das condições de existência das mulheres negras escravizadas demonstra, como vimos, que no quesito trabalho, elas foram exploradas tanto quanto os homens no desempenho das atividades produtivas, em especial no campo, sendo também exploradas com objetivos econômicos, através da incitação à reprodução biológica. Tal condição as localiza no espaço de produção e de reprodução, âmbitos que nas análises tradicionais marxistas estiveram em oposição. Davis interpreta estudos que afirmavam o custo baixo de compra de mulheres e homens escravizados se comparados aos lucros daí advindos, e o investimento mínimo para a manutenção da vida destes (que era ainda menor quando se tratava das mulheres) como mecanismos de acumulação de capital (DAVIS, 2016b, p. 23).

Como legado da escravidão, Davis afirma a continuidade da marginalização das mulheres negras na prestação de serviços com baixa remuneração, mas também uma atualização da instrumentalização das conexões entre gênero, raça e classe para a

manutenção da subalternização das mulheres negras, a qual corresponde uma hierarquia racial e de classe na qual as mulheres negras estão na base. Esta hierarquia racial atuaria como resquício do período escravista, estando as mulheres negras na base piramidal porque à opressão racial se conecta a de gênero. Tal imagem conceitual da pirâmide é expressiva do quanto o aspecto racial hierarquiza a sociedade e as mulheres.

Em sua argumentação, ela afirma que as mulheres brancas se encontram no alto da pirâmide, primeiro as mulheres da burguesia, logo após as das classes médias e depois as das classes trabalhadoras. Na parte mais baixa estão as mulheres negras e outras mulheres racialmente oprimidas, que em sua grande maioria pertencem à classe trabalhadora (DAVIS, 2017, p. 36). Para ela, esta imagem exemplifica uma hierarquização entre as mulheres que é pautada pela classificação econômica, mas que é aprofundada por uma classificação racial. Sua argumentação se insere em um contexto de análise dos movimentos sociais feministas estadunidenses, mas que pode ser pensada de forma próxima em outras sociedades racializadas como a brasileira.

A hierarquização racial remete à escravização e desumanização as quais foram submetidas as populações negras no limiar da modernidade e à manutenção das populações negras em espaços subalternizados no pós-abolição. Soma-se ainda o discurso de inferiorização racial que se consolidou com o racismo científico do início do século XX e que justificou a opressão econômica de negros e negras com o objetivo de domínio e manutenção dos privilégios das elites. Ela tem origem no regime escravista, mas é constantemente atualizada³⁹.

A exploração do trabalho própria ao sistema capitalista é reforçada pela opressão racista legada pelo histórico de escravização e discriminação racial: em primeiro momento como componente essencial para a acumulação de capital, denominado “Período Acumulativo” por intelectuais como Anna Julia Cooper⁴⁰ (COLLINS, 2019, p. 111), e posteriormente como mecanismo de controle social das populações de minorias étnicas e de manutenção dos privilégios das classes dominantes, como vimos. O exemplo das mulheres negras escravizadas e oprimidas pelas mulheres brancas que pertenciam às classes escravistas demonstra que o elemento racial não poderia ser negligenciado

³⁹ A temática dos contornos raciais da divisão do trabalho no sistema capitalista tem sido amplamente estudada nos Estados Unidos e Brasil. A esse respeito ver Patricia Hill Collins no capítulo sobre o trabalho de *Pensamento Feminista Negro*, e no contexto brasileiro, “Cultura, Etnicidade e Trabalho”, de Lélia Gonzalez em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*.

⁴⁰ Cf. Anna Julia Cooper, *A Voice from the South: By a Black Woman of the South*, publicado originalmente em 1892.

(DAVIS, 2016b, p. 105), inclusive mesmo pós-abolição, na medida em que as mulheres brancas das classes médias e altas a compor os movimentos feministas iniciais só puderam reivindicar seus direitos políticos em razão de mulheres negras e de outras minorias étnicas exercerem o trabalho doméstico que sua condição social permitia pagar (*Ibidem*, p. 104)⁴¹.

Desta feita, tal como afirma nas páginas iniciais de sua mais importante obra, o trabalho ocupa um enorme espaço na vida das mulheres negras em seu tempo. Ele é analisado por Davis como componente central, em relação com as modificações pelas quais passam ao longo da história dos Estados Unidos. A iniciar pela escravização, passando pela permanência das mulheres negras no exercício do trabalho doméstico, pela consolidação da industrialização, pela negação do acesso à educação, pelos movimentos trabalhistas de oposição à exploração do trabalho e por tendências de feminização da pobreza que afetam desproporcionalmente as mulheres de minorias étnicas.

Dentre estes, o trabalho doméstico é por Davis considerado importante dimensão da opressão econômica gerada pelas interconexões entre gênero, raça e classe, especialmente em dois capítulos de *Mulheres, Raça e Classe*: em um primeiro momento, no que diz respeito à permanência das mulheres negras nessas atividades como herança escravocrata e, no último capítulo, na denúncia da recusa da economia capitalista em criar condições para a industrialização das atividades domésticas. Neste último artigo de *Mulheres, Raça e Classe* Davis dialoga com os movimentos feministas por remuneração do trabalho doméstico e afirma que esta não é uma solução libertadora. Compreende o trabalho doméstico como uma precondição para a produção capitalista (DAVIS, 2016b, p. 236) e não um componente integrante desta. Nesse sentido, se insere em uma

⁴¹ Esta é ainda hoje uma realidade e no Brasil quem realiza as tarefas domésticas são as mulheres negras. Em países da América Latina como o Chile, estes são exercidos por peruanas e venezuelanas, estando as mulheres haitianas (em sua maioria negras retintas e outro importante grupo migratório) no exercício de atividades ainda mais socialmente inferiorizadas, ou mesmo vivendo nas ruas. Tal exemplo demonstra que o atual estágio das conexões entre as opressões de raça, gênero e classe não pode prescindir de uma atenção à categoria nação, em um especial momento de ondas migratórias, podendo ser analisado em outras regiões do mundo como Europa e Ásia. Para informações a respeito ver, “Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: Reflexões para o Caso Brasileiro a Partir dos Dados da PNAD Contínua”, disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444. Acesso em 08 de julho de 2021. Sobre o processo de equiparação das empregadas domésticas às demais categorias, ver “O trabalho doméstico e a segunda abolição brasileira: uma análise das audiências públicas para a discussão da PEC N° 478-A/2010”, disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23436>. Acesso em 08 de julho de 2021. Sobre o contexto chileno ver “O trabalho doméstico na América Latina”. Disponível em <http://www.mulheressocialistas.org.br/o-trabalho-domestico-na-america-latina/>. Acesso em 08 de julho de 2021.

perspectiva marxista feminista que se afasta de tendências que afirmavam a primazia da opressão de gênero sobre as de classe e/ou raça.

No que concerne à permanência das mulheres negras no trabalho doméstico, Davis analisa essa situação a partir de dados estatísticos do período pós-abolição nos Estados Unidos. Indica que entre o final do século XIX e meados do século XX, as populações negras, e em especial as mulheres negras, exerceram majoritariamente o trabalho doméstico, trabalhando também no campo, através do sistema de arrendamento, o que legou a muitas famílias a condição de servidão por dívida.

Em *Mulheres, Raça e Classe* Davis aborda a contratação de pessoas encarceradas, investigada por Du Bois, indicando os interesses econômicos desta e os lucros daí advindos para empresas e Estados, situação intimamente relacionada ao aprisionamento contemporâneo (DAVIS, 2016b, p. 96). Questiona o uso do termo “doméstica” como metáfora para o trabalho de controle social que visa à domesticação, o assédio sexual no trabalho e a inferiorização do trabalho doméstico que parte de uma definição tautológica que afirma que “negros são serviçais e serviçais são negros” (2016b, p. 102). O que é corroborado por pesquisas que apontavam que entre 60% e 90% das trabalhadoras negras eram domésticas no final do século XIX. Situação essa que passa por alterações ao longo do século, mas que permanecem em figuras como os mercados de empregadas domésticas comuns em Nova York na década de 1940⁴².

O assédio sexual ao qual muitas mulheres negras estiveram submetidas no desempenho de atividades domésticas é ainda importante elemento da opressão econômica interpretado por Davis, na medida em que a ele corresponde uma vulnerabilidade à violência sexual, intimamente relacionada à vulnerabilidade econômica advinda da urgência da necessidade do trabalho. Além disso, em um outro registro histórico, Davis analisa o período de urbanização e industrialização nos Estados Unidos, em relação com as transformações nas condições de vida das mulheres negras.

Para a autora, este período é marcado pela consolidação do ideal de feminilidade que, em certa medida, justificava a retirada do caráter produtivo do trabalho exercido pelas mulheres brancas no âmbito doméstico, substituído pelas fábricas, tornando-os trabalhos de caráter passivo. Ocorre simultaneamente ao período de auge dos movimentos

⁴² Comparado a um mercado de escravas pelas próprias trabalhadoras domésticas do período, estes eram aglomerações em lugares determinados na cidade de Nova York no qual famílias brancas escolhiam mulheres negras que se colocavam disponíveis a esse trabalho nas ruas da cidade. Os dados trazidos por Davis apontam a existência de mais de 200 destes mercados na cidade de nova York na década de 1940.

abolicionistas, os quais muitas mulheres brancas das classes médias e altas tomaram parte, devido, entre outros motivos, ao tempo livre. Esta atuação teria, segundo Davis, auxiliado essas mulheres na compreensão da opressão a que estavam submetidas, conscientizando também quanto à necessidade de direitos para o exercício político, o que configura importante contribuição para a consolidação do movimento sufragista (2016b, p. 51).

O cerne da discussão é, no entanto, que as mulheres negras passam a exercer o trabalho doméstico, e em menor grau o trabalho nas indústrias, quase sempre em funções não mecanizadas como lavadeiras, faxineiras e outras. Assim, tais mulheres não se inserem plenamente na ordem capitalista industrial e não se adéquam ao ideal de feminilidade, considerado um subproduto da industrialização (DAVIS, 2016b, p. 24). O trabalho exercido pelas mulheres das classes trabalhadoras e negras não teria sido considerado uma força de trabalho completa pelo ideário da supremacia masculina e racista, o que teria justificado longas jornadas, salários mais baixos e condições de trabalho precárias, configurando severa opressão econômica (DAVIS, 2016b, p. 31).

Para Davis, a questão contemporânea da feminização da pobreza é outro exemplo de opressão econômica gerada pelo atravessamento de racismo e sexismo, na medida em que afeta distintamente as mulheres, estando as mulheres negras mais vulneráveis, embora invisíveis até que o problema afete também mulheres brancas (DAVIS, 2017, p. 30). A culpabilização das mulheres negras pelo aumento da pobreza é um mito que a autora procura desvelar em *Mulheres, Cultura e Política*, através da denúncia do mito da mulher negra como beneficiária dos programas de assistência social, que tinham como objetivo justificar ideologicamente a retirada de direitos e a adoção de políticas econômicas neoliberais. Para Davis, tais ficções teriam tido graves consequências para as condições de vida das mulheres negras, acusadas de terem filhos com o objetivo de ser sustentadas pelo Estado e de isentar a comunidade negra da busca por trabalho.

Termo cunhado ainda na década de 1970, a noção de feminização da pobreza diz respeito a um aumento na diferença de níveis de pobreza entre homens e mulheres ou domicílios chefiados por homens e mulheres, estando essas últimas desfavorecidas nesse âmbito. Não significando apenas uma prevalência de níveis maiores de pobreza entre mulheres, a feminização da pobreza tem sido entendida mais recentemente como uma análise processual, embasada na comparação entre os gêneros que avalia a renda e o

aumento exponencial da pobreza de mulheres ou “lares chefiados por mulheres”⁴³. Controverso, o termo possui distintas definições e serve como parâmetro de análise das desigualdades sociais ao fazer o recorte de gênero, indicando em muitos casos a necessidade de implementação de políticas de redução da pobreza com essa perspectiva. A este entendimento Davis acrescenta a categoria raça e afirma que,

embora o índice geral de pobreza entre as mulheres esteja em ascensão, não é verdade que todas as mulheres foram afetadas igualmente por esse processo. De cada três pessoas adultas pobres, duas são mulheres; e de cada cinco crianças, uma é pobre. As mulheres chefiam metade de todas as famílias pobres, e mais da metade das crianças que vivem em lares chefiados por mulheres é pobre. Mas 68% das crianças negras e latinas em lares chefiados por mulheres são pobres. Entre as mulheres negras com mais de 65 anos que vivem sozinhas, o índice de pobreza é de 82%. No entanto, apesar do fato óbvio de que o fardo da pobreza é carregado penosamente pelas mulheres de minorias étnicas, muito do debate público sobre a “feminização da pobreza” se concentra nas “novas pobres”, ou seja, mulheres brancas de classe média cuja pobreza acontece em função de separações conjugais e divórcios. De modo tipicamente racista, o fenômeno da pobreza não foi reconhecido como uma questão legítima entre as mulheres até começar a afetar as mulheres brancas antes abastadas (2017, p. 29-30).

Para Davis, os dados de desemprego afetam homens brancos e negros e mulheres brancas e negras de forma distinta e por isso a dimensão econômica tem papel distinto nas lutas feministas a depender da racialidade (DAVIS, 2017, p. 34). Um dos exemplos que a autora nos fornece são as lutas por creches, lideradas em geral pelas mulheres pertencentes a classe trabalhadora⁴⁴. Aqui é importante salientar que os Estados Unidos possuem uma classe média negra há décadas, consolidada após o alcance dos direitos civis na década de 1960, mas que sofreu grandes retrocessos nas últimas décadas, sendo o desemprego e a feminização da pobreza consequências desse agravamento. Ainda assim, as experiências de opressão econômica são moldadas por opressões de gênero, raça e classe, que encontram sua convergência simultânea na experiência vívida das mulheres negras, mas que podem ser vivenciadas de modo distinto quando interpretamos as conexões entre estes marcadores em outros contextos. No que concerne ao trabalho aqui proposto, a experiência das mulheres negras é salutar na medida em que indica a

⁴³ Esta é uma definição possível elaborada pelo Centro Internacional da Pobreza, instituição de pesquisa do PNUD em parceria com o IPEA. Para mais detalhes ver, “O que entendemos por ‘Feminização da Pobreza’?” por Marcelo Medeiros e Joana Costa em *Centro Internacional de Pobreza*, n. 58, outubro 2008.

⁴⁴ Críticas à noção de feminização da pobreza têm sido feitas também por outras autoras que consideram, por exemplo, que esta tese é insensível aos efeitos de classe, divisões raciais e étnicas entre homens e mulheres, as conexões entre a pobreza das mulheres e dos homens, dentre outros fatores. Para mais informações ver de Martha Gimenez, *The Feminization of Poverty: Mith or Reality?* In: *Social Justice*, 17 (3): 43-69.

incidência de maior injustiça econômica nesta população, sendo elas as mais afetadas quando da adoção de políticas econômicas de austeridade, por exemplo.

O estupro é ainda outro fenômeno social analisado por Davis como mecanismo de opressão econômica (embora também crucial para a compreensão da opressão ideológica), utilizado como estratégia de controle no período escravocrata e na contemporaneidade. No passado, utilizado tanto como instrumento de contrainsurgência para a manutenção da exploração do trabalho, como com vistas à reprodução biológica de escravas que visava o acúmulo de capital⁴⁵. Entretanto, o estupro é também interpretado por Davis em suas dimensões de classe para o entendimento da violência racista e sexista em *Rape, Racism and the Capitalism Setting*, artigo presente em *Angela Davis Reader*, e em uma versão estendida no capítulo *Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro*, presente em *Mulheres, Raça e Classe*.

No texto primeiro, publicado a princípio no periódico *Black Scholar*, em 1978, a autora relaciona o elevado número de estupros e a opressão econômica, o que teria tornado os estupros mais recorrentes em sociedades capitalistas. Tal situação não ocorreria em países socialistas, posição que, entretanto, revê na publicação de 1998, afirmando a ausência de informações que corroborariam tal afirmação.

No que concerne ao mito do estuprador negro e especificamente à violência sexual em sua dimensão econômica, questiona as dimensões de classe que levam muitos homens negros a serem acusados, em oposição ao baixo índice de homens brancos condenados. Afirma a atuação do mito como componente ideológico racista e a possibilidade de que homens brancos, tal como no período escravocrata, utilizem a violência sexual como mecanismo de dominação econômica, a partir do fato de não serem acusados ou julgados pela posição privilegiada que ocupam socialmente (DAVIS, 1998a, p. 130; DAVIS, 2016b, p. 180). Para a autora,

embora os homens que são empregadores, executivos, políticos, médicos e professores sejam conhecidos por sua tendência a "tirar vantagem" de mulheres que consideram socialmente inferiores a eles, raramente seus atos vêm à tona no tribunal. Não é, então, bastante provável que esses homens da classe média e capitalista sejam responsáveis por uma proporção significativa de estupros não denunciados? Muitos desses estupros não relatados, sem dúvida, envolvem mulheres negras como vítimas. A experiência histórica das mulheres negras nada prova sobre o abuso sexual, se não que a ideologia racista implica um convite aberto ao estupro. Mas se a base oculta desse convite implícito é o poder econômico, então deve ser a estrutura de classes da sociedade capitalista que abriga o incentivo ao estupro. Parece, de fato, que os homens da classe

⁴⁵ Problemática crucial no primeiro escrito de Davis, como vimos, e não retomaremos a este tema.

capitalista e seus parceiros de classe média são imunes a processos porque cometem agressões sexuais com a mesma autoridade incontestável que legitima suas agressões diárias ao trabalho e à dignidade dos trabalhadores (...). O fato de as mulheres da classe trabalhadora serem exploradas ainda mais intensamente do que seus homens aumenta sua vulnerabilidade ao estupro, enquanto a coerção sexual reforça sua vulnerabilidade no trabalho (DAVIS, 1998a, p. 136).

Os elevados índices de violência sexual da década de 1980 são interpretados por Davis como indicativo de uma crise no capitalismo, que tem exacerbado posturas racistas e sexistas, na busca por maior dominação econômica das classes trabalhadoras. Há na atualidade estudos que apontam a relação entre períodos de crise econômica e a maior incidência de violência contra as mulheres, embora este seja um problema que exige atenção ao ser abordado. A própria autora faz alterações no texto que foi publicado em 1981, em *Mulheres, Raça e Classe*; na edição de 1998, do artigo original, inicialmente denominado *Rape, Racism and the Capitalism Setting*, afirma ter naquele período um maior entendimento da complexidade das questões ligadas à violência sexual.

O aspecto econômico relacionado ao estupro é também analisado em *JoAnne Little: The Dialectics of Rape*. Neste texto a autora afirma que a violência sexual possui dimensões econômicas singulares ao ser, em geral, corroborada por classes dominantes brancas e masculinas, que veem como de seu interesse a “dominação patriarcal arcaica – baseada na propriedade masculina das mulheres – que floresceu durante a era feudal” (DAVIS, 1998a, p. 158). Esta traz benefícios que se acumulam para a classe dominante, tais como a exploração do trabalho feminino de forma ainda mais flagrante do que o masculino e “a justificativa mais eficaz para não tornar o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos uma responsabilidade social” (DAVIS, 1998a, p. 158).

Por fim, em um artigo que relaciona a temática dos direitos reprodutivos aos desenvolvimentos científicos, Davis aborda a recuperação do culto da maternidade nos anos 1980, além do crescente uso de novas tecnologias de reprodução e historiciza a maternidade no país, em uma análise das nuances do exercício da maternidade a depender de classe e raça e a possível instrumentalização das novas tecnologias para a opressão. Tais questões são abordadas em *Surrogates and Outcast Mothers: Racism and Reproductive Politics in the Nineties*, ensaio publicado originalmente em 1994, na obra *It Just Ain't Fair: The Ethics of Health Care for African Americans* [Não é Justo: A Ética da Assistência à Saúde para Afro-americanos].

Para a autora, tendo em vista o histórico de escravização e o papel social exercido por muitas mulheres negras escravizadas como mães substitutas e amas de leite, faz-se

necessário questionar se esses elementos não poderiam ser instrumentalizados para tornar barrigas de alugueis programas geradores de lucros; considera a possibilidade de uma mercantilização da maternidade, mal paga, haja vista o que era praticado no período de sua publicação (DAVIS, 1998a, p. 215); aborda a noção de família nuclear e as dificuldades de constituição desta em ambientes economicamente deteriorados, as condições de existência de mulheres grávidas aprisionadas, o aborto e a esterilização compulsória; e por fim, as dimensões de classe e raça que tornam o aborto acessível às mulheres brancas e financeiramente estáveis, enquanto a esterilização, procedimento recorrente de controle abusivo de natalidade de mulheres negras, indígenas e de outras minorias étnicas.

Davis conclui que a opressão econômica a que estão submetidas as mulheres depende de sua localização na estrutura da sociedade e do modo como as opressões de gênero, raça e classe as afetam concomitantemente. Além das questões mencionadas, Davis problematiza o acesso aos “serviços sociais de que as mulheres precisam para fazer escolhas significativas de ter ou não filhos”. Serviços que incluem cuidados de saúde, creches, moradia, educação, empregos e todos os serviços básicos de que os seres humanos precisam para ter uma vida decente (DAVIS, 1998a, p. 220). Este tema remete ao acesso a direitos e sua negação enquanto mecanismo de opressão política, mas consideramos importante ressaltar que a opressão, em sua dimensão econômica, possui grande lugar na obra de Davis, e interpretamos como uma justificativa para isso sua filiação marxista, na qual análises voltadas ao aspecto econômico e materialidade têm preponderância.

A opressão em sua dimensão política

A dimensão política da opressão em Davis é elaborada a partir da negação do acesso a direitos às populações negras, e em especial às mulheres negras. Ela inicia-se novamente no período escravocrata, no qual, considerados propriedades, homens e mulheres escravizados não possuíam acesso a quaisquer direitos, nem mesmo o direito sobre a própria vida. No que concerne às mulheres negras, uma dimensão dramática dessa forma de opressão era o abuso de seus corpos, assim como a negação do direito à maternidade, já que a estas mulheres era negado o cuidado dos filhos, através de legislação que afirmava o pertencimento das crianças geradas aos proprietários de escravizados e escravizadas.

Com os movimentos abolicionistas, a liberdade dos homens e mulheres escravizados passa a ser exigida através de argumentos que apontavam a desumanidade do sistema escravista e que compreendiam a necessidade do fim de sua opressão econômica, o que passava pelo alcance de poder político. Nesse sentido, uma das reivindicações mais enfáticas do imediato pós-abolição estadunidense foi o exercício do voto, sendo o alcance do sufrágio para homens negros negado às sufragistas, o que acarretou posturas racistas por parte do movimento feminista inicial dos Estados Unidos, amplamente demonstrados por Davis (2016, p. 85) em *Mulheres, Raça e Classe*.

Com o fim do período de Reconstrução⁴⁶ nos Estados Unidos e a concomitante supressão do direito ao voto da população negra, um novo período de opressão política se inicia no país, sob o jugo das Leis Jim Crow⁴⁷. Neste contexto, dificultar ou proibir o acesso ao voto, a cargos públicos, ao sistema judicial e a direitos básicos como a educação formal, constituíram os principais mecanismos históricos de opressão política, instrumentalizados para a manutenção da subordinação das populações negras estadunidenses.

As dimensões atuais da opressão política a que estão submetidas mulheres negras são abordadas por Davis no que concerne à negação do acesso à saúde e, nesse sentido, ela informa que a política nunca se situa no polo oposto ao de nossa vida. Partindo da análise de dados do Projeto Nacional de Saúde para as Populações Negras, fundado em 1983, Davis indica a ausência de políticas em seu país que garantam o acesso à saúde como direito humano básico e a vulnerabilidade a qual mulheres negras estão submetidas em razão da pobreza, tais como doenças como anemias, desnutrição, mortalidade materna e infantil, doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, doenças mentais e muitas outras⁴⁸.

⁴⁶A Reconstrução foi um período da história dos Estados Unidos que se iniciou após o término da Guerra de Secessão, em 1865, e se estendeu até o ano de 1877. Marcado pelo retorno gradual dos estados que haviam se separado do país e pelo início do processo de integração dos ex-escravizados, representou grande esperança de transformação social para a população negra estadunidense, frustrada anos depois.

⁴⁷ As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais que impunham a segregação racial no sul dos Estados Unidos, promulgadas no final do século XIX e início do século XX, após o período da Reconstrução. Elas definiam, dentre outras posturas segregacionistas, que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (dentre eles serviços, trens e ônibus) apresentassem instalações diferentes para brancos e negros e vigoraram entre os anos de 1876 e 1965.

⁴⁸ Os dados analisados pela autora apontam que mulheres negras eram no período duas vezes mais propensas a doença cardiovascular hipertensiva do que brancas e três vezes mais propensas a pressão alta. A mortalidade materna três vezes maior e a infantil duas entre a população negra. O lúpus três vezes mais comum e a morte por câncer e diabetes mais frequente. O uso de drogas e infecção por HIV mais recorrentes e mulheres negras, doze vezes mais propensas a se infectar, havendo um médico ou médica para cada 1,5 mil pessoas, esse número crescendo para um em 4,5 mil em comunidades como o Harlem (2017, p. 57). No

No contexto de pandemia no qual vivemos, a ausência de políticas de universalização do acesso à saúde ganhou dimensões dramáticas, tema que a autora abordou em *Construindo Movimentos: Uma Conversa em Tempos de Pandemia*. No texto, em diálogo com a ativista Naomi Klein, Davis realizou um importante debate on-line sobre os rumos da globalização durante e após a pandemia de Covid-19, tratando de temas centrais como o modo como a doença atinge em especial as populações mais pobres, negras e femininas ao redor do mundo.

Os principais exemplos das dimensões da opressão política abordados por Davis em suas principais obras remetem ao voto e à negação de direitos substanciais como o acesso à educação e saúde, a empregos, moradia e bem viver. Para a autora, contemporaneamente, outros desafios se impõem, tal como a oposição à injustiça social e econômica construída coletivamente, que requer a reconstrução da concepção de democracia. Concepção que a dissocie do capitalismo e que se pautem em construções críticas à exploração de classe, ao racismo e ao sexismo, tema abordado dentre outros, em sua obra *A Democracia da Abolição*. Em sua mais recente visita ao Brasil, em 2019, a autora afirmou que

a democracia que exclui pessoas negras não é uma democracia de forma alguma. Se queremos compreender o segredo de estabelecer caminhos em direção à democracia devemos observar os movimentos liderados por mulheres negras (...). A democracia é muito mais complicada do que um processo eleitoral que nos permite selecionar representantes políticos. Além disso, nós sempre historicamente vivenciamos democracias que são profundamente falhas. Democracias que ativamente se engajaram em exclusão. Democracias que tem coexistido com a escravidão, com a colonização e de fato, com o genocídio que a possibilita. As democracias têm coexistido e têm sido influenciadas pela supremacia branca (2021d, s/p).

Brasil, resultado da reivindicação dos movimentos sociais por uma atenção especial à saúde da população negra, temos hoje a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída no ano de 2009 e que busca desenvolver ações específicas para nossa população, a partir do diagnóstico de um tratamento diferenciado advindo do racismo, estando incluídas na política estratégias direcionadas às mulheres negras. Um capítulo no Estatuto da Igualdade Racial dedicado à saúde, assim como campanhas como a “Não fique em silêncio – Racismo faz mal à saúde” são alguns dos mecanismos estatais criados recentemente para diminuir os impactos das desigualdades raciais e racismo institucional nas condições de saúde da população negra. Entretanto, não obstante esses mecanismos existam, a aplicação dessas políticas necessita de ampliação. Segundo um levantamento recente realizado por pesquisadores da SES-SP e da Universidade de São Paulo (USP) apenas 57 dos 5.570 municípios brasileiros implementaram as estratégias da PNSIPN. Para mais informações vide: FELIPE, E. Política nacional para saúde da população negra traz avanços, porém precisa ser mais divulgada. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2015/09/politica-nacional-para-saude-da-populacao-negratraz-avancos-porem-precisa-ser-mais-divulgada/> e BRASIL/MS. Política nacional de saúde integral da população negra. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em 20 de abril de 2021.

Para Davis, a análise do modo como os históricos sistemas de opressão interconectados tem solapado a democracia na atualidade tem indicado a necessidade de criação de comunidades de lutas e solidariedades transnacionais. Ou seja, políticas que não se satisfaçam com uma política de identidade, mas que sejam capazes de construir identidades políticas que transcendam fronteiras e compreendam as relações entre raça, classe e gênero, como categorias instrumentalizadas para a opressão em todo o mundo. Para a autora, “a presumível evidência de termos como democracia e liberdade tem possibilitado a agressão e a injúria” (DAVIS, 2019b, p. 85), sendo necessária a insistência na criação de noções de democracia que sejam efetivamente pautadas na justiça e igualdade econômicas, raciais, de gênero e de sexo (DAVIS, 2019b, p. 80). Isso vai além do exercício do voto, embora mesmo este direito seja roubado das pessoas em situação de cárcere como algo óbvio (DAVIS, 2019b, p. 36).

Retomaremos a abordagem crítica de Davis às noções de liberdade e democracia, tão caras à teoria política ocidental. Entretanto, consideramos fundamental a análise de outro tema recorrente na obra da autora e mesmo em outras intelectuais ligadas à perspectiva do feminismo negro: a dimensão ideológica da opressão.

A opressão em sua dimensão ideológica

O papel das ideologias é abordado por Davis desde suas primeiras reflexões, expostas em *Lectures on Liberation*. A autora, nesse texto, analisa a ausência de liberdade do indivíduo escravizado a partir da “ideologia racista prevalecente, que definiu os povos afrodescendentes como subumanos” (DAVIS, 1998a, p. 54), sendo essa “uma distorção dentro do reino das ideias, baseada em esforços reais e sistemáticos para negar aos negros seu legítimo status de seres humanos”. Segundo Davis,

para perpetuar a instituição da escravidão, os africanos foram forçosamente obrigados a viver e trabalhar em condições dificilmente adequadas para os animais. A classe escravista estava determinada a moldar os negros à imagem daqueles subumanos descritos na ideologia, justificando a opressão infligida aos escravos (DAVIS, 1998a, p. 55).

Assim, as imagens fictícias construídas para as pessoas negras corresponderam aos interesses das classes dominantes no período escravista, como ainda hoje correspondem a interesses políticos e econômicos daqueles que detém o poder. Para Davis, é conveniente que se produza o medo dos homens negros como criminosos

(DAVIS, 1998a, p. 65), das comunidades negras como violentas e das mulheres negras como promíscuas. Elas justificam o *apartheid* social em que vivemos.

A afirmação do racismo como “uma distorção dentro do reino das ideias” que visa a negação da humanidade do sujeito negro parece-nos ser a definição não explícita de ideologia no contexto do racismo produzida por Davis. Assim, como a seguir veremos, a ideologia em sua dimensão sexista, é definida como “consciência ilusória” necessária para a manutenção da subalternidade das mulheres. Todos esses mitos e estereótipos compõem ideologias que visam mascarar a realidade, desempenhando funções estritamente políticas e econômicas (DAVIS, 1998a, p. 50). Apoiam a exploração econômica e isolam movimentos sociais que visam à justiça, ao diminuir seu impacto.

Nesse sentido, para finalizar a abordagem das opressões, convém a análise de um dos procedimentos mais recorrentes na obra de Angela Davis: a crítica à ideologia e a desconstrução de estereótipos. Trabalho este que dialoga com as tradições de pensamento marxista, bem como também o pensamento negro que constantemente se opõe a uma visão animalizante, infantilizante e sexualizante das populações negras, e em especial das mulheres negras.

De Claudia Jones a autoras contemporâneas, diversas intelectuais negras elaboraram teorias que visaram refutar os estereótipos comuns da supremacia masculina e do racismo em relação à natureza do papel das mulheres negras. Dos Estados Unidos à África do Sul, passando pelo Brasil, Colômbia e muitas regiões do mundo, mulheres negras têm recusado as imagens fictícias a elas atribuídas, em elaborações que visam, em última instância, a recuperação da humanidade negada.

Segundo Davis, o mito de que as mulheres negras escravizadas exerciam na maior parte do tempo atividades domésticas serviu para apagar historicamente a exploração do trabalho no regime escravista e para a docilização e domesticação das populações negras no pós-abolição. Foi atualizada conforme os anos para justificar a presença única das mulheres negras no desempenho de atividades servis e mal remuneradas, assim como nas atividades de cuidado.

As categorias gênero, raça e classe foram instrumentalizadas também para a criação de mitos no que concerne aos homens. Considerados emasculados por suas mulheres no período escravista, na verdade, o motivo crucial (mas provavelmente não único) deles não desempenharem a supremacia masculina residia em estarem igualmente submetidos ao poder econômico escravista, tal qual suas companheiras. Este mito persiste

e responsabiliza as mulheres negras pela pobreza de suas comunidades. Se associa ao que afirma que homens negros eram preguiçosos e “malandros”, no imediato pós-emancipação, quando na verdade a estes não foram dadas oportunidades de trabalho depois de libertos. O mito de estupro negro é um exemplo dos mais paradigmáticos, na medida em que ele justificou a violência e o assassinato de milhares de homens negros, falsamente acusados de estupro, quando em realidade o que se pretendia era a manutenção da supremacia branca.

Os estereótipos e imagens fictícias possuem assim um lugar central na obra de Davis, e se associam à noção de ideologia, exposta no capítulo primeiro. De viés marxista ela remete à consciência ilusória que cristaliza ideias que visam à manutenção do poderio econômico das classes dominantes. E, como no caso das mulheres, a inferioridade das populações negras tem sido historicamente construída com base em uma associação destes à natureza, em verdade uma naturalização de suas existências, que em última instância primeiro naturaliza, para posteriormente animalizar e por fim inferiorizar, reduzir a humanidade.

Para entender tais estereótipos é necessário dizer que o procedimento de construção da ideologia age para a consolidação de formas de consciência social que corroborem a base material na qual a sociedade está constituída. Desta maneira, no caso do racismo, ela cria estereótipos e imagens fictícias que reforçam a suposta inferioridade das populações negras para, assim, mantê-las como parte de um grupo que na hierarquia social “merece” as posições mais baixas na participação da riqueza socialmente produzida. A ideologia, no pensamento marxista ao qual Davis se filia é, portanto, o processo a partir do qual as ideias da classe dominante passam a ser as ideias de todas as classes, tornam-se, portanto, hegemônicas, ou os assim chamados universais abstratos. Marx afirma que,

as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX, ENGELS, 2021, p. 47).

Ainda que não correspondam à realidade, por que não verificáveis no real concreto, as ideias e imagens fictícias atribuídas às populações negras se cristalizam.

Ainda que Kant afirme, a partir de Hume, não haver um único negro capaz de uma produção intelectual relevante, sabemos que isso não era verídico no século XVIII como não o é hoje.

A ideologia é, nessa perspectiva, resultado de uma divisão social do trabalho, que na sua especificidade também divide trabalho material e espiritual, sendo este último realizado por pensadores que cristalizam as ideias das classes dominantes e fazem-nas parecer naturais, quando são socialmente determinadas. Ela é, portanto, um instrumento de dominação que tem por anterioridade as bases materiais da sociedade e a busca pela manutenção do poder. Tem a função de dissimular as divisões sociais e sua origem, seu caráter abstrato e exploratório, a partir da universalização de suas tendências. Logo, uma consciência ilusória.

Estereótipos, imagens fictícias e imagens de controle são alguns dos termos utilizados pela teoria feminista para informar a existência de uma ideologia que, a partir da cristalização dessas ideias, sugerem um papel social único e determinado às mulheres. No que concerne especificamente às mulheres negras, essas imagens fictícias têm papel relevante na medida em que continuam incrivelmente atuais. A suposta imoralidade ou promiscuidade das mulheres negras e sua maior liberdade sexual, por exemplo, remetem à escravidão, ao abuso sexual a que muitas foram submetidas e à ausência da supremacia masculina nos padrões dominantes nas comunidades negras, impossível de ser efetivada no ambiente de escravidão. Este mito, no entanto, permanece presente, é explorado midiaticamente e até mesmo em seu potencial turístico. Está presente na música, no cinema, e ainda que tenha diminuído nas últimas décadas, não há uma mulher negra brasileira de trinta anos que não tenha sido descrita como “quente” em algum momento da vida.

Toda essa mitificação remete à hipesexualização dos corpos negros, que seguramente ocorre também com os homens, mas que atinge as mulheres negras em graus mais elevados, sendo estas as principais vítimas do tráfico de pessoas e exploração sexual no mundo. O livre acesso aos corpos das mulheres negras no período escravista tem ainda como legado o assédio sexual no trabalho, em especial sofrido por trabalhadoras domésticas, em sua maioria negras, consideradas na escravidão as únicas obrigadas a realizar este tipo de trabalho em razão de sua incapacidade mental e física (DAVIS, 1998a, p. 116).

A hipersexualização das pessoas negras remete, portanto, à mitificação racista que visa à bestialização e animalização das populações negras. Tal fenômeno tem servido para

justificar o abuso sexual, já que esta “atitude social tem sido encorajada” e “essa imagem estereotipada da mulher negra a rotulava como uma criatura motivada por instintos sexuais básicos e animais, portanto, não havia pecado em estuprá-la”. Por outro lado, ela tem desempenhado “e continua a desempenhar um papel significativo na justificativa da superexploração de seu trabalho. Pois tal mulher dificilmente seria distinguida de um animal de carga. Mais uma vez, ela é definida abertamente como propriedade” (DAVIS, 1998a, p. 155) ⁴⁹.

O mito do matriarcado negro, o primeiro abordado por Davis, que afirmava serem as mulheres negras na escravidão as únicas a exercer autoridade em suas comunidades, foi utilizado para justificar posteriormente os níveis de pobreza das comunidades negras, ao sugerir não haver autoridade masculina. Em um misto de racismo, que atribuía essa postura inadvertidamente a tradições africanas, e de supremacia masculina, que obliterava o real motivo da inexistência dessa supremacia, considerando essa ausência um malefício, as mulheres negras estadunidenses foram denominadas agressivas e castradoras.

O ideal de feminilidade é outro dos primeiros “mitos” abordados por Davis, interpretado como estereótipo criado para a submissão das mulheres e sua relegação ao espaço privado nos primórdios da industrialização. Utilizado como justificativa para a ocupação do espaço deixado vazio a partir do momento em que as atividades domésticas deixam de possuir caráter produtivo, este papel não servia às mulheres negras, pois estas eram consideradas essenciais para a acumulação de capital no contexto escravista. Davis considera, entretanto, que um novo ideal de feminilidade tem surgido nos anos finais do último século, em especial no que concerne à maternidade, instrumentalizado como meio de tornar mulheres submissas e mães devotas. Tal ferramenta estaria sendo utilizada, por exemplo, em ambientes prisionais femininos como mecanismo de correção (DAVIS, 1998a, p. 219).

⁴⁹ Aqui Davis dialoga com uma consciência coletiva feminista estadunidense que através da fala da poeta Zora Neale Hurston afirmava serem as mulheres negras as mulas do mundo. O poema diz o seguinte: “querida, o branco manda em tudo desde que eu me entendo por gente. [Talvez o homem negro esteja no poder em algum lugar do oceano, mas só sabemos o que vemos]. Por isso o homem branco larga a carga e manda o crioulo pegar. Ele pega porque tem que pegar, mas num carrega. Dá pras mulher dele. As crioula é as mula do mundo até onde eu sei” (HURSTON apud COLLINS, p. 99). No Brasil, há o termo “mulata” que possui a mesma origem e tem sido rechaçado pelas comunidades negras, e um ditado semelhante que motivou o nome de uma importante tese sobre mulheres negras e afetividade, escrita por Ana Claudia Lemos Pacheco e intitulada “Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia”. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280705#:~:text=Ana%20Claudia%20Lemos.-,Branca%20para%20casar%20e%20mulata%20para%20f...%20e%20negra,Ciencias%20Humanas%20e%20Campinas%20e%20SP>. Acesso em 27 de abril de 2021.

Davis impõe ainda críticas a ideologias mais gerais que afirmaram, por exemplo, a mulher como natureza. Em uma tentativa de “especificar as maneiras pelas quais a subjugação das mulheres e sua relegação ideológica à esfera da natureza estiveram indissoluvelmente ligadas à consolidação do capitalismo” (1998a, p. 162), Davis afirma que,

a definição das mulheres como natureza é uma ideologia; foi engendrada por e é uma resposta às condições reais de opressão. Como consciência ilusória, é uma representação distorcida e obscurecida da realidade. Ele distorce a opressão das mulheres, fazendo-a parecer inócua. É ao mesmo tempo uma indicação do que as relações humanas podem eventualmente se tornar e uma zombaria dessas relações. Finalmente, ele obscurece toda a história de uma luta dolorosa entre os seres humanos e a natureza, o efeito peculiar dessa luta nas mulheres - e especificamente, nas mulheres das classes trabalhadoras (1998a, p. 164).

Neste sentido a ideologia aponta para uma consciência ilusória que, com objetivos políticos definidos, visaram à subjugação das mulheres e sua relegação ao espaço familiar, não obstante tal ideal fosse possível apenas para as mulheres burguesas, as demais, imigrantes e negras, já inseridas no mundo do trabalho. Em adição à função política, Davis apresenta a função econômica exercida pela ideologia da feminilidade, que se consolida em sua dimensão atual apenas no período de industrialização. Demonstra que ela é aplicada apenas quando conveniente, não sendo possível às mulheres negras e das classes trabalhadoras, essenciais para o trabalho de produção social.

Clara Araujo considera uma importante contribuição do marxismo para o feminismo o enfoque histórico e material que permitiu a desnaturalização da inferiorização da mulher,

situando sua gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados; a interpretação da economia política em relação ao processo de trabalho capitalista e ao lugar do trabalho doméstico; e a análise sobre a ideologia, que oferece elementos para pensar outras dimensões das relações e dos conflitos sociais, para além dos vinculados à base material, mesmo quando mediados por esta (2021, p. 65).

Salientamos aqui que na análise histórica das condições de existência das mulheres negras e dando atenção à categoria raça, Davis acrescenta uma nova importante contribuição, na medida em que historiciza a subordinação da mulher ao demonstrar que nas mulheres negras tal subordinação está vinculada à base material, mas não somente. O que resulta, portanto, em um sistema de opressão que gera novas dimensões de conflitos sociais, violência e desigualdade.

O procedimento de desnaturalização da subordinação das mulheres tem sido uma constante nos estudos feministas e de gênero. De Beauvoir à Butler, a desbiologização da

categoria “mulher”, seu afastamento das condições naturais que fatalmente as descreviam, é uma busca constante. Em Davis ela ganha novos contornos, na medida em que em sua obra, a autora demonstra de maneira contundente que as condições biológicas ditas femininas podem ser desconsideradas para a manutenção do poderio econômico, podendo ser também valorizadas em razão dele. Nesse sentido elabora uma relevante contribuição sobre o papel das ideologias nas conexões entre racismo, sexismo e capitalismo.

Na discussão sobre a inexistência das famílias nas comunidades de pessoas escravizadas, assim como sobre a impossibilidade de um matriarcado, Davis questiona a noção burguesa de família e o papel socialmente atribuído às mulheres, e em especial às mulheres negras. Revela que as ideias que permitiram a cristalização desse entendimento foram lentamente construídas e reproduzidas com o objetivo de manutenção da subordinação política e econômica das populações negras. Demonstra, por exemplo, que da impossibilidade de relações familiares nos padrões burgueses prevalentes no período de escravização, as comunidades negras contemporâneas criaram novos modelos familiares não insulares, e do mito do matriarcado mulheres fizeram valorização da assertividade.

O mito anteriormente mencionado da mulher negra como beneficiária de programas sociais é outro exemplo de mistificação ideológica, na medida em que seu objetivo primordial era justificar o fim do estado de bem-estar social e a diminuição de políticas de assistência do Estado. Outro mito que podemos citar é de que as mulheres que sofrem abusos sexuais não impõem resistência ou que ao não fazê-lo performam um convite implícito ao estupro, culpabiliza a vítima por um grave problema social, que em sua complexidade remete mais ao exercício do poder do que à satisfação sexual (DAVIS, 1998a, p. 142 e 157).

Não menos importante para Davis, os mitos e estereótipos compuseram parte da literatura e cultura popular estadunidense, e em sua obra ela denuncia a existência destes, a começar pela importante escritora estadunidense Gertrud Stein, que afirmou em uma de suas obras a promiscuidade da mulher negra (DAVIS, 2016b, p. 181). Os estereótipos estão presentes também na clássica obra *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, que, em contradição com seus objetivos abolicionistas, é permeada por estereótipos racistas (DAVIS, 1998a, p. 268). A figura de Sambo, da Tia Jemina e da

Mammy⁵⁰, e mesmo a figura de Davis, sempre associada a uma representação visual da militância negra (nomeadamente uma jaqueta de couro), são pela autora consideradas representações midiáticas também recorrentes (DAVIS, 1998a, p. 276). Esta última retirou ao longo dos anos o caráter político de sua atuação enquanto ativista e intelectual, localizando-a em uma dimensão estética apolítica. Davis interpreta essas considerações como justificativas “adequadas para as necessidades ideológicas dos jovens capitalistas monopolistas”, assim como para “as incursões imperialistas na América Latina e no Pacífico”, e “a intensificação da exploração da mão de obra negra no Sul e da mão de obra imigrante no Norte e no Oeste” (2016b, p. 215).

Ao apresentar variados exemplos da permanência de estereótipos e imagens fictícias o que Davis realiza é um estudo que indica as atualizações históricas do discurso ideológico sexista, racista e classista. Para ela, eles constituem um mecanismo de opressão que tem consequências para o tempo presente, e que junto à opressão econômica e política, têm sido fundamentais para a manutenção da subalternidade das populações negras, e em especial das mulheres negras e da desigualdade social e econômica.

O discurso ideológico se atualiza por que as condições históricas de opressão e resistência se atualizam. Davis tem isso em mente e por isso aborda em suas obras a exploração das populações negras, feminina e da classe trabalhadora em diferentes períodos históricos. Demonstra as reminiscências das condições sociais e econômicas do período escravista na atualidade, para nos fazer ver que ainda que estrategicamente elaborados de maneira diversa hoje, racismo e sexismo continuam a desempenhar funções essenciais para a manutenção das desigualdades, possuindo por motor o capitalismo e seu *modus operandi* exploratório inerente.

⁵⁰ Em nota, a tradutora de *Mulheres, Raça e Classe* Heci Candiani esclarece a origem desses termos: “as figuras evocadas são personagens de livros, filmes e canções que se tornaram parte do imaginário popular e passaram a personificar certos estereótipos. O nome Sambo é atribuído a um dos escravos de A cabana do Pai Tomás e também ao personagem do livro infantil britânico *The Story of Little Black Sambo*; na cultura popular dos Estados Unidos no século XIX, era usado como uma referência, carregada de conotações pejorativas, à figura do homem negro como preguiçoso, despreocupado e malandro, tentando se aproveitar de situações para enganar os brancos. Tia Jemima, por sua vez, vem de uma canção dos shows de variedades do século XIX (“Old Aunt Jemima”, de 1875) e, posteriormente, tornou-se uma marca comercial de produtos de café da manhã, razão pela qual a expressão passou a ser usada para se referir à cozinheira negra. Já Mammy designava as mulheres negras que se incumbiam das crianças, provendo-lhes todo o cuidado de saúde, higiene e alimentação e, eventualmente, realizando outras tarefas da casa; foi também nome de uma personagem do livro *E o vento levou...*, assim como do filme nele baseado” (2016, p. 18)

Assim, o racismo explícito exerceu uma função específica em um determinado período histórico nos Estados Unidos, assim como os linchamentos. Na atualidade, o encarceramento em massa continua a exercer o controle social “necessário” à hierarquização da sociedade, e novas mitificações são necessárias, tais como a associação do homem negro ao crime, a criminalização das favelas, a violência política contra as mulheres negras, etc.

As ideologias correspondem ao conjunto de ideias das classes dominantes que visam à manutenção de seu poderio material. Entretanto, os sistemas econômicos estão em constante transformação. Do capitalismo mercantil passamos ao capitalismo industrial e financeiro, e as condições de exploração se atualizaram, assim como de oposição a estas. Não é possível que o conjunto de ideias que corroboram esse estado de coisas se mantenha o mesmo.

Nesse sentido, o procedimento de desconstrução de mitos, iniciado por Davis em seu primeiro artigo *Reflections on the Black Woman's Role in Community of Slaves*, e recorrente em toda a sua obra, corresponde a uma estratégia fundamental de contínua recuperação da humanidade e de “defesa ideológica e militante das mulheres negras – e dos homens negros – contra os danos causados pelo racismo”. Essas estratégias ocorrem desde as primeiras associações de mulheres negras criadas nos Estados Unidos (DAVIS, 2017, p. 15), e correspondem a apenas uma dentre as variadas estratégias de resistência elaboradas por mulheres negras contra sua opressão.

2.3. Múltiplas vozes e práticas de resistência

O primeiro livro publicado por Davis, em 1971, intitulado *If They Come in the Morning*, tem por subtítulo “vozes de resistência”. Estas são ainda tema de seu primeiro artigo publicado, no qual a autora aborda as estratégias de resistência de mulheres negras à escravidão em seu país. Em termos de ativismo, teorias e práticas, as resistências são o objeto abordado em seu penúltimo livro, *A Liberdade é uma Luta Constante*, sendo a dialética entre opressões e libertação o subtítulo de um de seus mais importantes artigos, o *Women and Capitalism*.

Haja vista essas considerações, afirmamos que o procedimento de interpretação e denúncia das opressões, mas também de visibilização de ações de resistência, compõe parte considerável da obra de Davis. Esses procedimentos têm objetivos definidos,

pautados na transformação social e na recusa a estereótipos que afirmavam a docilidade e passividade das populações negras frente sua escravização, opressão e exploração.

Desta maneira, ainda que não haja em sua obra uma definição explícita do termo resistência, a abordagem desta configura uma importante parte da obra da autora, presente em todos os seus livros. O artigo *Reflections on the Black Woman's Role in Community of Slaves* indica a relação dialética entre opressões e resistências nas condições de existência e organização de mulheres negras escravizadas, exercidas de muitas formas, dentre as quais os *marrons*, comunidades constituídas de pessoas escravizadas fugidas e descendentes, em nosso contexto, os quilombos.

Neste texto, Davis explica que os *marrons* foram comunidades que existiram de forma generalizada em muitas regiões dos Estados Unidos e que junto a ações como fugas, envenenamentos, sabotagens, recusa a violação das mulheres, à reprodução involuntária e às agressões, constituíram as principais formas de resistência direta à escravização de africanas, africanos e seus descendentes nas Américas. A estas acrescidas ações mais sutis, como o aprendizado da leitura e a oposição a leis de cunho racista através de ações coletivas e judiciais.

Na abordagem do tema da resistência em suas primeiras aulas, publicadas sob a forma das *Lectures on Liberation*, Davis elege a existência de formas físicas e psicológicas de resistência, forjadas no período escravocrata. As primeiras ocorrendo na forma de resistência física à violência escravista, através da recusa ao acoitamento ou na realização de ações como incêndios nas casas grandes, mas também a resistência psicológica, necessária para que o indivíduo escravizado recuse a definição de si mesmo como um escravo e passe a autodefinir-se a partir de parâmetros próprios, sendo estes momentos fundamentais para a jornada em direção à liberdade⁵¹.

Desta feita, para Davis, a “resistência foi um componente orgânico da vida escrava” (1998a, p. 115) e as mulheres desempenharam papel relevante no

⁵¹ Nesse contexto, podemos estabelecer um diálogo entre a reflexão realizada por Davis sobre a relação entre identidade e libertação na escravização e a problemática da autodefinição, uma das características distintivas do pensamento feminista negro, segundo Patricia Hill Collins. Para esta autora, a autodefinição é elemento central ao pensamento e prática feminista negra na medida em que a ela corresponde um relevante papel na reumanização de um grupo social que é constantemente animalizado pelos estereótipos naturalizados no tecido social. “Falar por nós mesmas” é uma constante em movimentos feministas negros em todo o mundo, sendo plausível e recomendável a fala advinda de distintos espaços de conhecimento e não apenas do conhecimento acadêmico ou científico. Para mais informações, COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Política do Empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

desenvolvimento nesse processo e na construção de uma “comunidade de resistência”, sendo esta entendida sempre em sua dimensão coletiva. Segundo a autora, as resistências estiveram presentes ao longo da história de exploração das populações negras, na resistência colonial empreendida por rainhas africanas como Nzinga (1998a, p. 189) e em momentos recentes como nas lutas contra o *apartheid* (1998a, p. 201). Tais experiências conformou uma “comunidade estética de resistência”, na criação de manifestações culturais variadas (em especial na música, dos *spirituals* ao *rap*, passando pelo *blues*, por ela analisado) (1998a, p. 237 e 2017, p. 167), mas foi também fundamental para a consolidação de uma identidade política negra antirracista nos anos 1960 (DAVIS, 1998a, p. 285).

As resistências foram elaboradas ao longo de séculos de opressão das populações negras de muitos modos, e a organização política para a criação destas foi fundamental para a diminuição das desigualdades. Elas ocorreram através da criação de coletivos, associações, partidos, através das manifestações culturais, dos movimentos abolicionistas (históricos e modernos) e dos feminismos. Essas organizações são por ela analisadas com minúcia, em especial em obras como *Mulheres, Raça e Classe*, *Mulheres, Cultura e Política* e *Blues Legacies and Black Feminism* [Legados do Blues e Feminismo Negro].

Neste sentido, consideramos que as contribuições de Angela Davis e dos feminismos negros elaborados a partir da década de 1980 conformaram a emergência e consolidação de uma nova abordagem das relações de poder. Isso explica, por exemplo, o interesse da pesquisa social atual nas teorias da interseccionalidade.

Entretanto, não obstante as condições de existência das mulheres negras estivessem sendo sempre atravessadas pelas opressões de gênero, raça e classe, em suas dimensões econômicas, políticas e ideológicas na modernidade, é apenas a partir do momento em que estas ingressam em maior número na arena do debate público que este se torna objeto de investigação e análise acadêmica. No caso da filosofia existe uma tradição da filosofia africana e afrodiaspórica que pelo menos desde o movimento da negritude, passando por Cheik Anta Diop e Franz Fanon, na qual o problema da raça é explorado. No contexto dos EUA, os trabalhos ainda no começo do século XX de Du Bois, Carter Woodson⁵² e Zora Hurston, e mesmo Frederic Douglass no século XIX

⁵² Carter G. Woodson (1875-1950) foi um historiador, jornalista e autor estadunidense, fundador da Associação para o Estudo da História e Vida Afro-americana (ASALH, na sigla original). Também

sugerem que ao invés de ausência, deveríamos falar em silenciamento e apagamento da contribuição do pensamento negro para as ciências humanas⁵³. Debate este que necessita aprofundamentos teóricos, haja vista a dificuldade para a consolidação da área, para a construção de novo vocabulário e a necessidade de atenção às armadilhas de apropriação das discussões.

Atualmente uma área de estudos em consolidação, os *Race, Gender and Class Studies* têm focado suas elaborações na apreciação destes marcadores como conformadores de identidade. Há, ainda, uma segunda tendência, pautada no entendimento de que ao comparar as semelhanças e diferenças nos modos como as desigualdades de raça, gênero e classe são criadas e mantidas, seria possível o desenvolvimento de explicações mais potentes sobre a natureza das desigualdades sociais em geral. Consideramos esta perspectiva mais próxima da que realiza Davis, que ao problematizar as conexões entre as opressões em suas múltiplas dimensões nos insta à problematização das relações de poder em níveis macrossociais.

Em nosso entendimento, as contribuições de Davis permitem a consolidação de feminismos com perspectivas mais amplas de transformação social e, tal como afirma Fregoso (2014, p. 214), toda a sua obra, mas em especial o livro *Mulheres, Raça e Classe* “é um texto fundamental para o que agora chamamos de ‘feminismo multicultural’, ‘feminismos de mulheres de cor’, feminismos do ‘Terceiro Mundo’” e para o entendimento das “mulheres racializadas como um projeto político”⁵⁴.

Na interpretação da comentadora, a obra de Davis contribui para uma reelaboração da história do movimento feminista, na qual ela recupera e elabora desenvolvimentos para o debate sobre raça e gênero, informando que o estabelecimento dessas conexões poderia ser rastreado em muitas intelectuais e ativistas ao longo do século XX. Ou seja, não seria o resultado das discussões realizadas apenas a partir da década de 1980, como apontaram historiadoras do movimento. Para Fregoso (2014, p. 216), Davis

dá voz ao desenvolvimento da mulher racializada como um sujeito político que, pelo menos nos Estados Unidos, antecede sua periodização na chamada

fundador do *The Journal of Negro History* e precursor da criação do mês da consciência negra nos Estados Unidos.

⁵³ Contribuições da filósofa e artista Maria Fernanda Novo, a quem agradeço pela leitura atenta e generosa.

⁵⁴ Aqui é importante enfatizar que ainda que Davis tenha contribuído para os desenvolvimentos de múltiplos feminismos, ela não necessariamente se filia a eles. Exercendo, por exemplo, críticas ao nomeado feminismo multicultural, conceito por vezes apropriado por feministas liberais e neoliberais.

“terceira onda”. Enquanto a historiografia feminista traça o surgimento do feminismo da “terceira onda” nos Estados Unidos até 1981 (uma data que coincide com a publicação de Moraga e Anzaldúa em *This Bridge Called My Back*), Angela Davis propõe uma genealogia alternativa para o desenvolvimento das mulheres negras como um sujeito político ao citar uma história rica e inexplorada de projetos políticos por mulheres racializadas e feminismos radicais que datam da era dos Direitos Civis no início dos anos 1960.

Uma segunda importante contribuição seria ainda “o antiessencialismo implícito em sua construção da identidade de gênero baseado em uma compreensão materialista marxista de como a consciência é produzida”, na qual “gênero aparece como uma forma de subjetividade corporificada/corporal, produzida por condições econômicas e históricas objetivas, incluindo trabalho, linguagem, práticas sociais e discursos de conhecimento, de poder e redes de relações e instituições sociais como a família e o Estado” (FREGOSO, 2014, p. 215). Enfatiza a importância de uma consciência histórica para a criação de continuidades nas lutas progressistas empreendidas coletivamente, contribui para o desenvolvimento dos estudos sobre a branquitude, ao informar a desconsideração à questão racial negra nos movimentos feministas iniciais, asseverando que “as demandas pela produção de novos sujeitos-cidadãos eram ambas racializadas e generificadas, pois o sujeito-cidadão legítimo do moderno estado-nação foi/tem como premissa tipos específicos de exclusões raciais e de gênero” (FREGOSO, 2014, p. 217). Percepção que contribui para leituras posteriores do caráter racial da divisão sexual do trabalho e da política.

Para Fregoso, Davis antecipa também a crítica de Habermas por Nancy Fraser à relação entre as esferas público-privada, ao permitir o apontamento das relações entre estas no capitalismo, se observada a natureza do trabalho doméstico realizado por mulheres negras, as quais transitam simultaneamente as esferas da produção e reprodução. Sendo o horizonte de constituição de resistências por um feminismo transnacional uma das mais relevantes contribuições da autora, que nos insta a rejeitar as oposições entre o local e o global, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade de oposição às manifestações de poder locais e globais, seu pensamento tem contribuído para o desenvolvimento de “um feminismo radical e antirracista em face do capitalismo planetário” (FREGOSO, 2014, p. 218).

Desta feita, as resistências compõem parte considerável de sua obra (mesmo não sendo conceituada, como o faz também filósofos como Marcuse e Adorno), compreendidas como múltiplas e como componentes orgânicos da sociedade. O trabalho de recuperação das ações de resistência empreendido por Davis configura um

procedimento que visa o que ela denomina um “*continuum* de trabalhos” (2017, p. 54), também nomeado continuidade histórica de lutas, que objetiva aprendizados nas lutas progressistas, essenciais para os seus avanços.

Os esforços de visibilização do racismo nos movimentos sufragistas e a denúncia de posturas machistas nos movimentos negros, por exemplo, têm por objetivo não a ruptura ou cisão entre movimentos, mas o aprendizado para que estes erros não mais se repitam, tendo em vista que as lutas sociais devem estar conectadas, já que racismo, sexismo e exploração do trabalho agem de forma conectada em um contexto global.

Este entendimento tem consequências teóricas relevantes, daí o interesse nesta área de estudos. No entanto, suas implicações práticas para a organização política dos movimentos de oposição às desigualdades de gênero, raça e classe parecem-nos ser mais importantes para a autora. Como sabemos, os movimentos antirracistas e os movimentos de mulheres negras têm historicamente refletido e pautado suas atuações em demandas muito práticas e por isso têm sido movimentos pragmáticos de defesa de direitos humanos básicos, amplamente usufruídos pelas parcelas não negras da população em seus territórios.

Davis tem em vista o caráter global do capitalismo, mesmo ainda na década de 1970, e as alianças entre causas são importante dimensão de sua obra, da primeira à última. Suas filiações políticas radicais informam também a localização epistemológica na qual sua produção se insere, e este é um dado relevante demais para ser negligenciado.

Ao compreender o marxismo como “método e objeto de crítica” (DAVIS, 2021a, s/p) e ao realizar uma abordagem que visa à construção de uma teoria crítica da sociedade, em consonância com autores como Marcuse, Davis produz críticas efetivas a conceitos fundamentais à teoria política, tais como liberdade e democracia, entendendo o poder como relação dinâmica conformada por categorias estruturantes do que é a modernidade capitalista, que ainda que possam ser moldadas a partir de contextos específicos, são estruturais para a sociedade estadunidense, podendo ser verificadas em outras sociedades racializadas e afrodiaspóricas.

Tendo em vista as relações entre sua filiação intelectual, sua atuação política e sua perspectiva revolucionária, Davis aborda as múltiplas resistências de mulheres negras em sua obra, considerando que a produção crítica de conhecimento é uma delas. Ao considerar em suas *Lectures* que a filosofia “deve certamente realizar a tarefa de generalizar aspectos da experiência, mas não apenas para formular generalizações ou descobrir fórmulas”, a autora afirma que “se uma filosofia não é relevante para os

problemas humanos, se não aborda estratégias para a erradicação da miséria no mundo, ela não merece o nome filosofia” (DAVIS, 2010, p. 66).

Ao rememorar a declaração de Sócrates para quem a filosofia deve nos ensinar a viver de maneira apropriada, Davis afirma que “a vida apropriada” em seu tempo se relaciona à libertação dos problemas urgentes da pobreza, necessidade econômica, doutrinação ideológica e opressão mental. Aqui vemos uma aproximação com a ideia formulada por Marx nas *Teses sobre Feuerbach* de que à filosofia cabe não apenas analisar, mas transformar o mundo, e com o compromisso dos autores da teoria crítica da primeira geração com a defesa da transformação radical da sociedade⁵⁵.

Em consonância com o entendimento emergente ainda na juventude da necessidade de elaborar análises que lidem com as contradições e abracem as dualidades, um estudo da obra de Davis deve levar em consideração a independência e originalidade de sua obra, mas também o envolvimento complexo com a tradição intelectual ocidental na qual se insere. No que concerne ao seu envolvimento e contribuição para a teoria crítica, por exemplo, a autora afirma que

a teoria crítica não concebe a filosofia tanto como uma comparação abstrata ou geral com questões relacionadas à existência humana; ao contrário, prevê uma relação produtiva entre filosofia e outras disciplinas - por exemplo, sociologia, estudos culturais, teoria feminista, estudos afro-americanos - e o uso desse conhecimento em projetos de transformação radical da sociedade. A teoria crítica, como foi formulada e fundada pela Escola de Frankfurt - que incluía Horkheimer e Marcuse - tem entre seus objetivos a transformação da sociedade: não apenas a transformação de ideias, mas a transformação social e a consequente redução e eliminação da miséria humana. Foi com base nessa insistência na aplicação social do pensamento crítico que pude imaginar uma relação entre filosofia e libertação negra (DAVIS apud YANCY 1998, p. 22).

Dessa maneira, ainda que nos estudos brasileiros a teoria crítica esteja majoritariamente vinculada às suas “origens alemãs”, isso não ocorre necessariamente em outras regiões do mundo, onde esta tem sido “liberada” dessa relação necessária⁵⁶

⁵⁵ Marcuse, por exemplo, em uma entrevista ao final da vida, interrogado a respeito do porquê escolhera essa carreira, responde que queria ser “filósofo num sentido hoje quase inconcebível, quer dizer, alguém que com base no que aprendeu e na sua experiência possa realmente entender, descobrir e transformar a realidade em que vive”. Disponível em “Herbert Marcuse. *A grande recusa hoje*”. Petrópolis: Vozes, 1999, Coleção Zero à Esquerda, p.11-12.

⁵⁶ Ver por exemplo, ALLEN, Amy. *The End of Progress: Decolonizing the normative foundations of critical theory*. New York: Columbia University Press, 2016 e RABAKA, Reiland. *African critical theory: reconstructing the black radical tradition, from W.E.B. Du Bois and C.L.R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral*. Plymouth: Lexington, 2009. O Pensamento Negro Feminista, assim elaborado por Collins tem também atribuído a si a elaboração de uma teoria social crítica produzida por mulheres negras. Para mais informações ver a obra da autora anteriormente mencionada.

(BUELLI, 2017, p. 5), promovendo o estabelecimento de uma relação entre a produção intelectual negra e a teoria crítica, compreendida como uma teoria social interdisciplinar que visa à transformação da sociedade tem sido realizado, possuindo tradição consolidada. A aproximação desta com a obra de Davis remete, portanto, a um procedimento de recuperação de uma tendência filosófica fundamental ao pensamento da autora, realizado academicamente em outras regiões do mundo (embora ainda incipiente em nosso país), em nenhum momento comparável a uma espécie de validação de sua obra por aproximação ao cânone⁵⁷.

A obra de Davis, ainda que filiada à tradição marxista, crítica e negra, possui singularidades que, tal como afirma Barnett, a torna pioneira ao demonstrar que a vida das mulheres negras pode ser fonte de conhecimento sobre as estratégias de resistência e sobrevivência, coletivas e únicas, produzidas por essas mulheres; que o pensamento e prática políticas destas têm afetado a sociedade na busca por justiça social, e, portanto, merecem reconhecimento e legitimidade acadêmica; que as mulheres negras estadunidenses participaram do processo de construção da teoria social, validade metodológica e resistência à opressão; que suas vidas refletem a interconexão de movimentos sociopolíticos e acadêmico-intelectuais; e que, enfim, a obra de Davis, ao colocar as mulheres negras no centro da análise, ilustra a natureza interligada, múltipla e simultânea de raça, gênero e sistemas de classes (BARNETT, 2003, p. 12).

Barnett, atualmente professora e membro da Seção de Raça, Gênero e Classe da American Sociological Association [Sociedade Americana de Sociologia] indica a contribuição fundamental de Davis para a constituição do que atualmente tem sido nomeado Estudos Integrativos de Raça, Gênero e Classe (*RGC Studies*). Informa o surgimento nos Estados Unidos desse campo de estudos acadêmico como consequência de décadas de consolidação de departamentos feministas e de estudos étnicos, focados nas comunidades negras, asiáticas, chicanas e porto-riquenhas. Para a pesquisadora,

Angela Davis, outras mulheres afro-americanas e muitas outras mulheres intelectuais de cor transformaram o conhecimento em filosofia, sociologia, história, literatura e outras disciplinas bem como os estudos negros/étnicos

⁵⁷ Ver, por exemplo, BUELLI, A. *Autobiografia e Interseccionalità. Angela Yvonne Davis Teórica Crítica*. Tese em História das Doutrinas Políticas. Universitat D'Bologna. 2017 e CUELLAR, E. *Freedom and Resistance: The Critical Theory of Angela Davis*. Disponível em <https://ssptjournal.files.wordpress.com/2015/07/angeladavis-critical-theory.docx>. Acesso em 01 de maio de 2021.

centrados na raça e os estudos femininos centrados no gênero (BARNETT, 2003, p. 12) ⁵⁸.

A comentadora salienta que Davis realiza um estudo de autoria única, quando naquele período de emergência desta área o mais comum eram as publicações de coletâneas e indica uma complexificação das relações sociais de poder, na medida em que a depender da localização de gênero, raça e classe, indivíduos podem se envolver em práticas opressivas, tais como as mulheres brancas sufragistas em posturas racistas e os homens pertencentes aos movimentos sociais negros na defesa da supremacia masculina, conteúdos abordados por Davis em *Mulheres, Raça e Classe*.

Barnett ressalta a importância da análise de classe empreendida por Davis, na qual está subsumida a interpretação tanto do caráter produtivo quanto do trabalho reprodutivo de mulheres negras para a consolidação do capitalismo, e, em consequência, para a reivindicação por justiça social da classe trabalhadora, para a luta pelos direitos humanos, libertação e participação democrática (BARNETT, 2003, p. 20).

Entretanto, os RGC *Studies*, como uma área que está em processo de consolidação, há alguns anos tem recebido muitas críticas. Estas são realizadas em especial na consideração de uma atenção insuficiente destes estudos à categoria classe. Autoras associadas à perspectiva do feminismo negro e também de tendências de atuação marxistas têm afirmado, por um lado, a desconsideração da categoria classe nesses estudos, e por outro, a equivalência equivocada das categorias gênero, raça e classe.

Uma das autoras a realizar essa crítica é a socióloga Gimenez (2001), para quem a perspectiva marxista poderia contribuir para a formulação de uma base teórica mais robusta para os estudos que visam à compreensão das conexões entre gênero, raça e classe. Segundo esta autora, para além da criação infinita de nomes que visem esse

⁵⁸ Barnett menciona ainda outras mulheres negras pioneiras, ativistas-intelectuais, como Rose Brewer, Bonnie Thornton Dill, Deborah King, Darlene Clark Hine, Elizabeth Higginbotham, Cheryl Townsend Gilkes, Patricia Bell Scott, Patricia Hill Collins, Barbara Smith, Gloria Hull, bell hooks, Audre Lorde, outras mulheres ativistas-intelectuais de cor como Maxine Baca Zinn, Evelyn Nakano Glenn, Ester Ngan-Ling Chow, e mulheres brancas ativistas-intelectuais como Margaret L. Andersen e Lynn Weber. Também as organizações já citadas Combahee River Collective e Third World Women's Alliance. Sendo ainda importantes marcos a criação do Centro de Pesquisa sobre Mulheres da Universidade de Memphis, o surgimento da revista *Race, Gender & Class* em 1994, da seção de gênero, raça e classe na Associação Americana de Sociologia, em 1995 e a publicação de Andersen e Collins de *Race, Class, and Gender: An Anthology* em 1992.

entendimento, importa elaborar seus pressupostos teóricos, que se adéquem aos objetivos emancipatórios que estas tendências de pensamento informam querer alcançar.

Em uma recuperação breve dos estudos integrativos recentes, a autora analisa a insuficiente abordagem da categoria classe nos EUA e afirma a existência de diferenças qualitativas importantes entre classe e outras formas de desigualdade e opressão. Tendência de atuação e reflexão política como as da interseccionalidade são por ela consideradas limitadas, descritivas e não explicativas, o que revelaria sua natureza essencialmente a-teórica.

Partindo de Collins, autora que segundo Gimenez apresenta as melhores definições dessas abordagens, os estudos integrativos de gênero, raça e classe visam o entendimento das conexões macro de sistemas de opressão bem como dos níveis microsociais no que concerne às identidades. Tais abordagens auxiliariam apenas na documentação da persistência de estereótipos baseados nessas categorias que permeiam as interações sociais, não explicando, entretanto, as fontes de desigualdades. Elas seriam categorias de análise, cujo significado permanece variável em distintos contextos. Há uma minimização da teoria e valorização da experiência como fonte de conhecimento, uma compreensão subjetivista da teoria, reflexo do indivíduo pesquisador e não um corpo de proposições com verdade histórica.

Para autora, a experiência é obviamente importante, entretanto, posterior às questões materiais que a produzem. Nesse sentido, e de um ponto de vista marxista, classe não pode ser considerado apenas mais um sistema de opressão. Ela é qualitativamente uma categoria diferente na medida em que não é necessariamente ruim, mas também não pode ser tomada de um ponto de vista da neutralidade. As relações de classe são dialeticamente uma unidade de opostos e são centrais pois dizem respeito à materialidade e sobrevivência econômica, auxiliam na compreensão das estruturas básicas de opressão. Nesse sentido, a teoria marxista teria muito a contribuir para os estudos que visam a compreensão das conexões entre gênero, raça e classe.

Entretanto, consideramos que não há na obra de Davis uma tentativa de uso neutro da categoria classe, mas um compromisso central com a crítica ao capitalismo. E nesse sentido elas não dizem apenas de identidades, mas de hierarquias de poder pautados em racismo, sexismo e exploração de classe.

Desta feita, em acordo com o dito nas linhas iniciais desse capítulo, consideramos que Davis realiza uma radicalização da teoria feminista ao impor raça e classe como categorias centrais para o pensamento feminista. Na reescritura da história do movimento

de mulheres estadunidense, realizada em *Mulheres, Raça e Classe*, que indica as dificuldades no entendimento da convergência dessas categorias e de criação de alianças entre os movimentos sociais, reside relevante contribuição que antecipa os estudos das conexões entre gênero, raça e classe e das distintas formas de opressão daí advindas. Com esta obra a autora contribui para o desenvolvimento de um feminismo antirracista e anticapitalista, assim como para a consolidação de novas áreas de estudos e teorias que visam o entendimento das relações de poder. Auxilia para a consolidação das teorias do abolicionismo penal, incitando à problematização da categoria gênero no ambiente prisional.

Por fim, consideramos que ao interpretar o modo como raça e classe afetam as condições de existência de mulheres negras, em especial no que concerne a trabalho, violência e produção de conhecimento, e ao recuperar a ação política de mulheres negras em movimentos sociais como o abolicionista, o sufragista, o movimento associativo e de mulheres contemporâneo, Davis contribui para a emergência de uma compreensão do conhecimento que teoriza tendo em vista a localização epistemológica do sujeito. Esse processo, enfim, configura uma importante estratégia de resistência intelectual.

Em um comentário ao primeiro artigo publicado por Davis, a antropóloga e educadora Johnetta Cole afirma que

é improvável que o trabalho acadêmico contribua para a libertação dos negros no contexto de uma nova e mais saudável sociedade até que seja perseguido por aqueles que têm profundo compromisso com tais objetivos. Na ausência de tais sentimentos, os esforços intelectuais provavelmente serão direcionados para controlar os negros e outras pessoas oprimidas e perpetuar a América como ela existe agora (COLE, 2021, p. 102).

Cole se tornou posteriormente a primeira presidenta da histórica instituição de educação para mulheres negras estadunidense, o *Spelman College*. Em suas palavras residem um importante movimento de questionamento do conhecimento, abordado por Davis, mas também por outras intelectuais negras estadunidenses, como Patricia Hill Collins, para quem “[...] recuperar tradições intelectuais feministas negras implica muito mais que desenvolver análises feministas negras com base em critérios epistemológicos tradicionais. Implica também desafiar os próprios termos do discurso intelectual” (COLLINS, 2019, p. 53).

Davis realiza esse trabalho em textos e falas públicas, esboçando-o em um primeiro momento em *Mulheres, Cultura e Política*, para posteriormente exemplificar essa discussão epistemológica na consideração dos *spirituals* como um gênero musical

conformador de uma consciência política nos escravizados, continuada e aperfeiçoada no *blues* das décadas iniciais do século XX.

Como veremos, o tema é aprofundado na obra *Blues Legacies*, publicada em 1998, no entanto, tal compreensão permeava os estudos feministas negros do período, e em *Black Women and the Academy* [Mulheres Negras e Academia], Davis agradece a sistematização do conhecimento produzido por mulheres negras em espaços alternativos de conhecimento elaborada por Collins. Ainda que haja divergências conceituais consideráveis na obra das autoras ⁵⁹.

Na obra *Pensamento Feminista Negro* Collins elabora uma epistemologia feminista negra, partindo da posição que advoga não existir conhecimento neutro, estando qualquer conhecimento relacionado a afinidades com o poder do grupo que o criou, em consonância com Karl Mannheim. Assim, para a autora, o pensamento feminista negro enquanto teoria social crítica reflete os interesses e o ponto de vista daquelas que o elaboraram (COLLINS, 2019, p. 401), e é por ela considerado um conhecimento subjugado, haja vista estarem essas mulheres distantes dos espaços de poder.

Para a autora, há de se considerar também o processo de supressão do conhecimento produzido por mulheres negras, que as levou a utilizar música, literatura e conversas cotidianas como espaços para a constituição de uma consciência feminista negra. Collins elenca os temas centrais trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político, elaborados a partir de paradigmas que enfatizam a importância das opressões interseccionais na modelagem da matriz de dominação estadunidense. Distingue paradigmas, metodologias e epistemologias, indicando ser essa última uma teoria abrangente do conhecimento, importante na medida em que determina quais perguntas merecem investigação, quais são os referenciais interpretativos utilizados e quais os objetivos decorrentes do processo de conhecimento produzido.

Avaliando os processos de validação do conhecimento, Collins afirma que a localização no complexo de opressões influi na reivindicação de validade do conhecimento e em sua produção. Como uma consequência de estarem as mulheres negras na base da hierarquia social, elas tiveram seu conhecimento suprimido ou

⁵⁹ Ver a respeito o texto de John h. Mcclendon III “*Angela Davis: Marxist Philosophy, Patricia Hill Collins, and the Matter of Black Feminist Thought*”, publicado na Newsletter da The American Philosophical Association, v. 10 número 1, de 2010. Disponível em: <https://cdn.ymaws.com/www.apaonline.org/resource/collection/950518C1-3421-484C-8153-CDA6ED737182/v10n1Black.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

desacreditado. Collins aborda ainda a tendência positivista de entendimento da pesquisa, e a dificuldade de se adequarem à pesquisa realizada por mulheres negras que, excluídas dos espaços intelectuais tradicionais, elaboraram conhecimentos a partir de padrões de averiguação da verdade aceitos entre as afro-americanas. Nesses espaços são valorizados: *i.* a experiência vivida, que conforma uma sabedoria coletiva essencial para a sobrevivência; *ii.* o uso do diálogo e o pressuposto de que as conexões, e não as separações, são componentes essenciais para o conhecimento, o que remete a raízes africanas de valorização da comunidade; *iii.* a ética do cuidar, que valoriza as singularidades, a expressividade pessoal, a emoção e a ruptura com a oposição entre esta e o intelecto, todos esses componentes relacionados a tradições e instituições que validam tais princípios, como as religiosas e as tradições de humanismo africano; e *iv.* a ética da responsabilidade pessoal, que visa coerência entre o que se diz e o que se faz, e que ao procurar dados em dimensões da vida individual de um autor, por exemplo, atestam a validade do conhecimento elaborado.

Para Collins, essas quatro dimensões, compostas de princípios, hábitos e *ethos*, constituem a epistemologia feminista negra, que tem concentrado esforços na articulação de um ponto de vista de mulheres negras, em detrimento da reivindicação de conhecimentos universais. A ideia é rearticular um ponto de vista de mulheres negras que reconstrói o particular e revela as dimensões humanas mais universais da vida cotidiana das mulheres negras. Podendo apresentar certa uniformidade na medida em que pautadas por conhecimentos que fomentem e visem a justiça social, é considerada profícua na medida em que questiona se os conhecimentos legitimados seriam capazes de resistir ao teste de métodos alternativos de validação da verdade.

Na obra a qual Davis faz menção, Collins afirma que abordar o poder a partir de suas relações sociais e da dominação requer um debate epistemológico que visa compreender a essência do que é o próprio conhecimento. Empreendimento que requer consideração à secular negação do acesso à educação formal para essas populações e a elaboração de outras formas de produção de conhecimento, válidas para as comunidades nas quais se inserem. Nos Estados Unidos o exemplo mais relevante elaborado por Collins e Davis é o *blues*, expressão musical originada nas classes trabalhadoras e população negra, frequentemente vista como uma importante contribuição não acadêmica para essa tradição intelectual.

Como mencionado em *Blues Legacies and Black Feminism*, Davis analisa o *blues*, produzido em especial nas décadas de 1920 e 1930, como uma resposta cultural específica

com dimensões estéticas e políticas. Para ela, através da música muitas intérpretes negras do *blues* descreveram o modo de vida das comunidades negras e se posicionaram politicamente frente às injustiças sociais e econômicas às quais estavam submetidas, se opondo ao racismo, aos linchamentos, refletindo sobre a experiência sexual e outras questões que perpassavam a experiência coletiva da diáspora. Segundo Buelli,

sua tese é, também aqui, que não existe uma única tradição feminista afro-americana e que essas tradições feministas não são apenas escritas: elas também são orais, "corpos culturais da cultura oral preservados". Essas oralidades revelam não apenas a reformulação dos traços culturais africanos, mas também o gênio com o qual os ex-escravizados forjaram novas tradições que simultaneamente contestavam o passado da escravidão e preservavam alguns de seus produtos culturais (BUELLI, 2017, p. 45).

Para essa autora, o diálogo empreendido pelo feminismo negro estadunidense com outras áreas do conhecimento o insere em uma teoria que visa à criação de interpretações do social e de experiências comuns na diáspora que perpassam a construção do que é o conhecimento na modernidade. Refletir sobre a reelaboração em condições adversas de conhecimentos de origens variadas e a preservação de expressões culturais que moldaram as nações de passado escravocrata requer a ampliação das perspectivas epistemológicas vigentes. Assim, para Collins (2019, p. 55),

[...] desenvolver o pensamento feminista negro como teoria social crítica implica incluir tanto as ideias de mulheres negras que não eram consideradas intelectuais – muitas das quais da classe trabalhadora, empregadas fora da academia – quanto as ideias que emanam dos ambientes de conhecimento mais formais e legitimados.

Este tem sido o papel desempenhado por uma parcela significativa de mulheres que contribuíram e contribuem na atualidade para a consolidação de um pensamento feminista negro, dentre elas Davis.

Entretanto, em uma recuperação histórica da produção intelectual de mulheres negras estadunidenses que trabalharam nesse sentido, Davis aponta para a necessidade de uma abordagem crítica de suas contribuições. Em *Black Women and Academy* a autora recupera o ativismo de intelectuais históricas como Fannie Barrier Williams e Elsie Johnson McDougall, afirmando que ainda que estas tivessem elaborado importantes contribuições – a primeira, na defesa da moralidade das mulheres negras frente aos estereótipos sexualizantes, e a segunda no que concerne à vida sexual e afetiva das mulheres negras – essas autoras incorreram em abordagens problemáticas ao negligenciar a agência das mulheres negras no exercício de sua sexualidade e na abordagem das

especificidades da categoria raça. Sendo necessário “efetuar algumas rupturas históricas conscientes” (DAVIS, 1998a, p. 226).

Para este trabalho Davis sugere que os estudos realizados sobre e por mulheres negras na academia estadunidense demoraram a se consolidar, sendo profícuo em seu tempo o diálogo com áreas do conhecimento não disciplinares e sujeitos do conhecimento variados, tais como outros pertencentes a comunidades racializadas como latinas, asiáticas e indígenas. Para ela,

[...] se a presença de um número crescente de mulheres negras na academia deve ter um impacto transformador tanto na academia quanto nas comunidades fora dela, temos que pensar seriamente sobre as ligações entre pesquisa e ativismo, sobre coalizões interracialis e transnacionais e sobre a importância de vincular nosso trabalho a agendas sociais radicais (DAVIS, 1998a, p. 230-1).

Em uma problematização sobre a posição das mulheres negras na academia, Davis indica que a complexidade do tempo presente impossibilita que apontemos inimigos únicos, como a supremacia branca. Também a atenção para que, enquanto produtoras de conhecimento, não nos consideremos as mulheres negras exemplares, definindo as massas de mulheres negras como meras vítimas. Por fim, que incorporem aos nossos estudos a produção intelectual de outras mulheres de minorias étnicas e não apenas de mulheres negras.

Davis analisa, nesse texto frases comuns na academia estadunidense que visam desqualificar o trabalho intelectual de mulheres negras, tais como “ela não é negra”, “ela nem parece negra”, “ela parece mais um pregador do que um erudito” e “ela não é uma estudiosa de verdade” (DAVIS, 1998a, p. 226). Considera estas estratégias responsáveis pela invalidação do conhecimento produzido por essas mulheres, tema também abordado por Collins e pela artista e intelectual portuguesa Grada Kilomba.

Kilomba afirma ser comum a afirmação de que seu trabalho possui “uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”, “muito emocional”, “muito específica”, sendo rotineiramente questionada sobre a objetividade dos fatos por ela elaborados (2019, p. 51). Para essa autora, entretanto,

as estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida” são controladas por acadêmicas/os brancas/os. Ambos, homens e mulheres, que declaram suas perspectivas como condições universais. Enquanto posições de autoridade e comando na academia forem negadas às pessoas negras e às *People of Color* (PoC) a ideia sobre o que são ciência e erudição prevalece intacta, permanecendo “propriedade” exclusiva e inquestionável da branquitude⁶⁰. Portanto, o que consideramos na academia

⁶⁰ Tema recentemente abordado nos estudos raciais brasileiros, a noção de branquitude possui vasta elaboração em países como Estados Unidos. Segundo Muller e Cardoso “a branquitude significa pertença

não é uma verdade objetiva científica, mas sim o resultado de relações desiguais de poder de “raça” (KILOMBA, 2019, p. 53).

Tais questionamentos e considerações, elaborados em sua obra *Memórias de Plantação: Episódios de racismo cotidiano*, problematizam processos raciais de validação do conhecimento e as relações de poder na pesquisa acadêmica. Em tal obra, a autora interpreta situações naturalizadas de racismo à luz da psicanálise, em uma abordagem contundente das feridas e traumas legados pelo colonialismo e racismo.

Ao colocar sob teste o conhecimento considerado válido, tal como sugerido por Collins, Kilomba nos apresenta, a partir de um episódio em sala de aula, o quão situado é o conhecimento. Em seu relato afirma que em todos os semestres inicia seus seminários na Alemanha com perguntas simples, tais como: o que foi a Conferência de Berlim, quais países africanos foram colonizados pela Alemanha, quantos anos durou essa colonização, quem foi a Rainha Nzinga, a escritora May Ayim ou quem escreveu *Pele Negra, Máscaras Brancas*. A reação mais comum é que a maioria dos estudantes brancos não tenham essas respostas, enquanto estudantes negros respondem prontamente à maioria delas. Na interpretação da autora os papéis se invertem e os alunos comumente invisíveis se tornam visíveis e vice-e-versa, os alunos silenciosos se tornam falantes e vice-e-versa. Desse teste conclui que conhecimento, erudição e ciência estão vinculados ao poder e autoridade racial, questiona a validação, o reconhecimento do conhecimento e a agenda acadêmica, e em uma postura política no que concerne à academia e sua prática. A autora demanda

uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante (KILOMBA, 2019, p. 58).

Consideramos que a abordagem de Davis, ao trazer para o centro de suas análises as conexões entre racismo, sexismo e opressão de classe contribuíram para o desenvolvimento e questionamento dos sujeitos do conhecimento, tais como os elaborados por Kilomba. Nas considerações à ampliação do escopo das teorias feministas,

étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais”. Para mais informações vide Tânia M. P. Müller, Lourenço Cardoso. *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eirel, 2018.

ao abordar as conexões entre gênero, raça e classe, e no entendimento destas como categorias que conformam sistemas históricos de opressão, Davis contribui para uma teorização que indica a relevância da localização epistemológica, sendo referência para intervenções feministas nas políticas acadêmicas e culturais. Nesse sentido, constituem uma resistência em níveis epistemológicos, de questionamento dos critérios de validação do conhecimento e do universalismo do pensamento político clássico, possibilitando a emergência de epistemologias alternativas na busca por emancipação das populações negras e femininas.

Ao questionar o significado de liberdade para mulheres escravizadas ou de emancipação para mulheres negras, Davis sugere que esses conceitos clássicos para a teoria política não possuem pressupostos imutáveis, mas são construídos em acordo com as condições sociais e econômicas. A liberdade não mais pode ser compreendida como inerente ao “homem” e a emancipação não é apenas um horizonte. Liberdade é, para pessoas escravizadas e em privação de liberdade, uma experiência concreta negada, e a emancipação é possível apenas quando da reelaboração das relações de trabalho que associam diretamente mulheres negras à servidão.

Esta dimensão da resistência, que coloca em xeque o conhecimento considerado válido, recusa a fragmentação entre o nível de análise e de intervenção política, compondo uma unidade dialética entre teoria e prática, possuindo o horizonte prático de recuperação da humanidade, negada por uma construção ontológica que define mulheres negras como o *Outro*. As consequências para o conhecimento são então a construção de novos paradigmas epistemológicos, a não a adequação aos vigentes e também a valorização da nossa própria voz, princípios e *ethos*, em muitos sentidos distintas da busca por uma neutralidade.

Um exemplo desta compreensão em Davis é a afirmação de que “qualquer ação crítica contra o racismo exige que compreendamos a tirania do universal”, pois “por muito tempo a categoria ser humano não abarcou pessoas negras e de minorias étnicas. Seu caráter abstrato era formado pela cor branca e pelo gênero masculino” (2018, p. 85). Com essa argumentação, Davis aborda em *A Liberdade é uma Luta Constante* a compreensão global do racismo, refletida nos protestos globais recentes contra a violência policial nos Estados Unidos, mas também a necessidade de compreensão das mudanças teóricas com consequências práticas ocorridas ao longo das muitas décadas de lutas pela igualdade racial. Lutas estas que já não são lideradas por indivíduos carismáticos como Martin

Luther King e Malcolm X, mas por coletivos que têm construído modelos de liderança renovados.

Para a autora, tal fenômeno exemplifica a necessidade de um chamado ao diálogo público sobre raça e racismo e, por consequência, à criação de um vocabulário renovado, “mais crítico e rico com o qual expressar nossas percepções em relação ao racismo” (DAVIS, 2018, p. 87). Sob o risco de, ao mantermos o uso de um vocabulário historicamente obsoleto, dificultarmos o desenvolvimento de movimentos sociais que contribuam para o “entendimento do alcance global de nossas lutas” (DAVIS, 2018, p. 87).

Nesse sentido, para Davis, a “popularização de análises mais complexas sobre o racismo – especialmente aquelas que têm sido desenvolvidas no contexto dos feminismos negros e das minorias étnicas – pode nos ajudar a compreender o quanto a violência racista [está] enraizada nas estruturas econômicas e ideológicas” (2018, p. 87). Sendo o feminismo e o abolicionismo entendidos por ela como “teorias e práticas essenciais para o século XXI”, os quais abordaremos no capítulo quarto.

CAPÍTULO 3. CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR AS CONEXÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E CULTURA

A discussão sobre o estatuto de humanidade relacionada às condições de existência das mulheres negras na diáspora remete essencialmente à discussão epistemológica. Ao reivindicar distintos modos de produção de conhecimento e intelectualidade, esse grupo social tem em vista, em última instância, a recuperação da condição humana, negada através de discursos e atos racistas que inferiorizam, animalizam, infantilizam e negam racionalidade. A postura de oposição a esses discursos culmina em questionamentos importantes sobre a essência do que é o próprio conhecimento e o que consideramos digno de pesquisas e atenção. Nesse sentido, ela se relaciona ainda a uma questão ontológica, na qual buscamos a compreensão da essência do ser em sua relação com o outro que lhe faz oposição.

Simone de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo* já abordava o estatuto ontológico negativo das mulheres, afirmando serem estas o *Outro* em um sentido muito peculiar, na medida em que não haveria reciprocidade na relação entre homens e mulheres. A intelectual portuguesa Grada Kilomba aprofunda a questão ao criar a categoria da “outridade”, que afirma que o sujeito negro, e demais pessoas de cor, são entendidos como a personificação de aspectos reprimidos da sociedade e daquilo com quem o sujeito branco não quer ser reconhecido, depósito para medos e fantasias do domínio da agressão e sexualidade.

Sueli Carneiro aborda também a problemática ao afirmar a construção do *Outro* como não-ser como fundamento do ser, indicando a relação entre ontologia e epistemologia, e a necessidade de novos parâmetros para o entendimento das condições de existência das mulheres negras e suas demandas. Tal terreno se apresenta fértil para pesquisas que visem ao entendimento da multifacetada experiência de estar no mundo das mulheres negras em suas variadas dimensões.

Como vimos, Davis realiza esse trabalho em especial no que diz respeito ao nível material, ao avaliar o modo como a existência das mulheres negras tem sido considerada a partir do enorme papel que o trabalho possui em nossas vidas. A autora o faz a partir de análises históricas e dialéticas que apontam para a existência de contradições e ambiguidades nas condições de vida e organização política de mulheres negras, que podem se modificar rapidamente a depender do contexto social. Assim, parte de análises políticas que visam esclarecer o quanto capitalismo, racismo e sexismo agem como

sistemas históricos que geram opressões e impedem o desenvolvimento humano. Davis elabora ainda considerações sobre o corpo, relevantes na medida em que abordadas a partir da possibilidade de este ser repositório de opressões interconectadas, mas também lugar de criação de resistências, sendo as performances das cantoras do *blues* um exemplo privilegiado de expressão corporal da liberdade.

No que concerne às subjetividades, Davis considera que a dialética entre opressões e resistências na qual estão inseridas as mulheres negras tem proporcionado o desenvolvimento e cristalização de valores de perseverança, resistência e insistência na busca por igualdade sexual, os quais têm por base as atividades coletivas produzidas por mulheres negras, que ensejaram a consolidação dos feminismos negros. Estes feminismos são entendidos como projetos de justiça social que visam à criação de condições dignas de vida para as populações oprimidas, e não apenas para o grupo social o qual fazem parte. Logo, não sendo por isso corretas as afirmações dos feminismos negros como movimentos unicamente identitários, já que as experiências de opressões interconectadas e resistência, vivenciadas e empreendidas por mulheres negras, consolidaram valores que visam justiça social e econômica, desenvolvimento humano e bem viver a todos. Abordaremos o presente tópico neste momento, visando ao entendimento das contribuições de Davis para a compreensão dos horizontes e valores que perpassam os feminismos negros recentes, seus produtos culturais, intimamente ligados à expressão corporal e constituição de subjetividades que visam à resistência e emancipação.

3.1. Cultura, conhecimento e consciência histórica

A ideia central nas discussões sobre a cultura empreendidas por Davis gira em torno das relações entre cultura e história e o papel das lutas e resistências na consolidação da memória e consciência coletivas. Cultura e arte são compreendidas pela autora como manifestações da criatividade humana que *podem* conter um conteúdo político que vise a emancipação.

Davis diverge de tradições de valoração que defendem a ahistoricidade da cultura e da arte, que as compreendem como componentes orgânicos fundamentais à memória, história e continuidade das comunidades. No entanto, ainda que historicamente determinadas, arte e cultura constituem zonas “semiautônomas” da dimensão humana, não necessariamente vinculadas à ação política.

Nesse sentido, Davis se opõe também a concepções que consideraram que a arte deveria ser *sempre* engajada, embora considere que quando efetivamente o seja, ela deva estar atenta à apropriação e esvaziamento de seu conteúdo político, para que não se perca a possibilidade de que atue como ferramenta de criação de atitudes críticas. Em *A Democracia da Abolição* a cultura é relacionada por Davis a práticas diárias, mudanças nos hábitos, diferenças, compreendida como parte de um conhecimento que é lentamente construído e consolidado, passível de mudanças a depender do contexto social e forma da experiência humana coletiva. Para a autora, “a cultura não é estática; ela é viva” (DAVIS, 2005, p. 56), estando entrelaçada à história, na medida em que possibilita a constituição de um espaço imaterial de consolidação de consciência, relevante para a constituição de estratégias de transformação da sociedade.

Davis aborda o tema da cultura em distintos momentos de sua obra. A iniciar por *Mulheres, Cultura e Política*, obra publicada em 1989, nas quais figuram os temas “mulheres e a busca pela paz”, “questões internacionais” e “sobre educação e cultura”. Nela, a autora reflete sobre problemas sociais do período (alguns anteriormente analisados, tais como o aumento da violência sexista e a negação do acesso a direitos básicos como saúde e educação), mas também questões novas como a campanha contra as armas nucleares, contra o regime do *apartheid* (naquele período ainda em vigor na África do Sul), os encontros internacionais de mulheres ocorridos na década de 1980 e a necessidade de construção de um feminismo transnacional.

Tópico relevante em suas análises é a interpretação da centralidade da cultura para as lutas por libertação, tema abordado especialmente na parte terceira do livro. Nesses textos Davis investiga a capacidade imaginativa da juventude de criar condições alternativas de existência e a necessidade de que esta esteja acompanhada de ações efetivas e variados meios de “resistência coletiva” na busca por justiça social e econômica. Analisa as perdas e ganhos das reivindicações por educação na história da população negra estadunidense, indicando a urgência da continuidade nas lutas por direitos — que na década de 1980 estavam passando por vários retrocessos com consequências para a formação de crianças e jovens e para o acesso a empregos.

Tendo em vista as históricas demandas por educação em seu país e o momento de agitação política, ligado a situações complexas como o *apartheid* na África do Sul e as revoluções e contrarrevoluções na América Latina e Caribe, Davis inicia uma discussão sobre a importância de um ativismo que tenha em vista o papel da educação e cultura, em um momento de consolidação de tendências econômicas neoliberais, no qual se torna

cada vez mais visível a percepção do caráter global do racismo, da opressão das mulheres e da exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, incita-nos a refletir sobre “a luta de nossos antepassados”, que deve ser justa ao espalhar as sementes dos frutos colhidos pelas lutas de décadas e séculos anteriores (DAVIS, 2017, p. 155) e possibilita-nos o entendimento inicial da relação estabelecida pela autora entre memória, história e cultura.

Ao retomar um fragmento de W. E. B. Du Bois sobre o significado de África para um homem negro em diáspora, a história comum, a catástrofe comum da escravidão e o papel da memória, Davis indica a transmutação dessa herança em contestação ao racismo, construção de pontes para com minorias étnicas de todo o mundo, posição não apenas voltada à ascensão das populações negras estadunidenses, mas caracterizada por uma preocupação com as transformações pelas quais passavam a humanidade no período.

Como uma espécie de “comunidade de destino e resistência”, afirma que os elos que ligam África, Ásia, Oriente Médio, América Latina e Caribe estão envoltos em heranças culturais e raciais, mas também em uma busca comum por liberdade e igualdade, o que tem auxiliado para a consolidação dos estudos étnicos e de uma atenção à cultura e à educação, ao propor a descolonização dos espaços de conhecimento tradicionais e dos sistemas educacionais. Logo, em contextos revolucionários como os de Granada, por exemplo (país caribenho que passou por uma revolução na década de 1980, sendo esmagada posteriormente), visavam à criação de uma nova identidade cultural e afirmação da herança africana em suas manifestações.

É interessante notar nessa obra o início de uma atenção e elaboração sobre a centralidade da herança africana para a constituição da cultura nos Estados Unidos e outros países nas Américas, o que nos leva a sugerir que, a partir da argumentação construída nesse livro e de posteriores que analisaremos a seguir, a cultura é um tema central nas análises de Davis. Nesse livro ela aborda a ausência de representação fotográfica de pessoas negras na história de seu país, o relacionamento da e do artista com a experiência coletiva de sua raça, o uso na cultura e literatura de imagens estereotipadas de inferioridade racial, a compor uma “mitologia visual do racismo” (DAVIS, 2017, p. 188) e a busca por uma redefinição das imagens ideologicamente condenadas do povo negro.

Ao retomar a afirmação de Marx e Engels de que a arte é uma forma de consciência social, Davis busca evidenciar o vínculo entre a arte, e em especial a música, e as lutas por libertação negra nos Estados Unidos. Questiona como podemos manter o legado dessa cultura popular, quando às massas do povo “tem sido negado o acesso aos

espaços sociais reservados à arte e à cultura” (DAVIS, 2017, p. 166). Essas questões são, para ela, passos importantes para a mudança dessas condições e investigação sobre essa tradição, sua reivindicação enquanto sustentação cultural e seu reconhecimento como contraofensiva política às instituições.

Sabemos o quanto movimentos culturais como a *Négritude* francesa e o “*Black is Beautiful*” sul-africano foram importantes para a consolidação de uma identidade negra nessas nações e em outros países afrodiáspóricos. Esse tema estava a algumas muitas décadas sendo abordado pela pesquisa social estadunidense, e data da década de 1920 manifestos como o *O Artista Negro e o Obstáculo Racial*, de Langston Hughes, importante literato a abordar as relações entre cultura e raça.

Davis escreve em um momento profícuo de debate sobre a cultura negra estadunidense, mas acrescenta a essa abordagem considerações marxistas sobre a função social da arte e a possibilidade de que esta incite indivíduos e comunidades a ações que visem emancipação social. Se afasta da defesa do multiculturalismo, importante tendência de análise do período, que em seu entendimento não aprofunda as dimensões reais de raça e classe, em detrimento da valorização superficial da diversidade e inclusão.

Em *Mulheres, Cultura e Política*, sugere, em consonância com Marx e Engels que

a arte é uma forma de consciência social – uma forma peculiar de consciência social que tem o potencial de despertar nas pessoas tocadas por ela um impulso para transformar criativamente as condições opressivas que as cercam. A arte pode funcionar como sensibilizadora e catalisadora, impelindo as pessoas a se envolverem em movimentos organizados que buscam provocar mudanças sociais radicais. A arte é especial por sua capacidade de influenciar tanto sentimentos como conhecimento (DAVIS, 2017, p. 166).

Na busca pela confirmação de suas generalizações, Davis analisa distintas manifestações culturais produzidas pelas comunidades negras, afirmando ainda que a arte progressista não precisa necessariamente lidar com problemas explicitamente políticos, mas pode conformar consciências na busca pelo desenvolvimento social, mesmo quando o que se discute são questões consideradas privadas, como a vida afetiva e sexual.

Em uma recuperação histórica, ao afirmar a existência de uma tentativa deliberada de “genocídio cultural” empreendida no período de escravidão, Davis afirma que os proprietários de indivíduos escravizados dos séculos XVI ao XIX não apreenderam corretamente a função social da música em geral e “seu papel central em todos os aspectos da vida na sociedade africana ocidental” (DAVIS, 2017, p. 167). Partindo de exemplos e de menções a músicas, Davis considera a criatividade dos africanos e africanas escravizados nos Estados Unidos ao criar os *spirituals*, gênero musical conformador de

uma consciência política nos escravizados, que a partir de fragmentos bíblicos compuseram uma linguagem de luta, que revelava um “profundo anseio por liberdade”, em um contexto desumanizador no qual a ação política era limitada.

Eles estiveram presentes no cotidiano dessas comunidades de escravizados como músicas de trabalho, servindo “epistemológica e psicologicamente para moldar a consciência das massas do povo negro” (DAVIS, 2017, p. 168), mas também foram utilizadas para ações práticas que mapeavam rotas de fugas e organização de rebeliões. Em suas análises, Davis considera que os *spirituals* deram vazão ao surgimento das canções de liberdade nas lutas pelos direitos civis e contribuíram para a consolidação de uma nova consciência de raça, gênero e classe com o advento do *blues*, erroneamente por muitos estudiosos interpretado como estilo musical centrado em trivialidades ligadas a vivência afetiva.

O tema, como veremos, é aprofundado em *Blues Legacies*. Entretanto já em *Mulheres, Cultura e Política* o gênero musical é abordado como possibilidade de expressão corporal humana, conformadora de uma consciência de classe, em letras como “Poor Man’s Blues”, de Bessie Smith, e denúncia da opressão racista em “Strange Fruit”, canção antilinchamento interpretada por Billie Holiday. Em uma defesa do Partido Comunista e de Lênin – uma de suas mais importantes referências intelectuais e comumente acusado de desvalorizar o domínio da cultura –, Davis realiza uma breve crítica à arte entendida como “produto subjetivo da criatividade individual”. Para ela, o objetivo dessa compreensão transcendental da arte é a desvinculação desta com as realidades socioeconômicas, sendo necessário o fortalecimento de movimentos de massa que compreendam a importância da cultura e arte progressista para a emancipação econômica, racial e sexual em direção ao socialismo (DAVIS, 2017, p. 180).

Centrada na defesa de uma relação entre a cultura e uma continuidade histórica de manifestações de resistência, Davis cita a música/estilo *rap* “gênero musical com raízes na tradição milenar de narração de histórias” (2017, p. 174), e a música feita por mulheres na década de 1980, que teria construído pontes importantes para a consolidação de uma postura feminista e o aprofundamento da consciência de classe. Ainda que considere que de modo geral a cultura musical do período estava permeada por valores violentos, sexistas, individualistas e contrários à classe trabalhadora, sugere que a arte e a cultura popular só poderiam refletir temas progressistas “com o fortalecimento de um movimento

artístico associado em termos organizacionais e filosóficos às lutas populares” (2017, p. 177).

Realizada a partir de meados dos anos 1980, a discussão de Davis sobre a cultura está presente nos artigos editados em 1989 em *Mulheres, Cultura e Política*, originalmente publicados entre 1983 e 1987, sendo eles compostos de discursos e ensaios, dois deles republicados na coletânea *Angela Davis Reader*, de 1998. Nesta última obra há ainda um artigo originalmente publicado em *Blues Legacies*, e três outros publicados em coletâneas organizadas por outros autores, intitulados *Afro Images: Politics, Fashion, and Nostalgia* [Afro-imagens: política, moda e nostalgia], *Meditations on the Legacy of Malcolm X* [Meditações sobre o legado de Malcolm X] e *Black Nationalism: The Sixties and the Nineties* [Nacionalismo Negro: os anos sessenta e os anos noventa].

Em *Afro Images: Politics, Fashion, and Nostalgia*, Davis apresenta o desconforto de ter sua imagem relacionada a uma estética datada, qual seja, a da militância negra dos Estados Unidos da década de 1960. Tal desconforto é entendido como humilhante em dois aspectos: por sua associação superficial a um penteado, o “afro”, e mais ainda, a redução de movimentos sociais que visavam uma política de libertação a uma política da moda. Revelam então a despolitização das lutas por libertação negra e o uso midiático e apolítico das imagens visuais do período.

Partindo da discussão sobre os usos de sua própria imagem, Davis analisa a fragilidade e mutabilidade das imagens históricas das populações negras e também outro aspecto de sua imagem pública: a relação desta com a criminalidade, relação estendida a outras mulheres negras. Davis considera que as implicações de uma interpretação da estética a ela associada são múltiplas e contraditórias, no entanto, comumente revelam uma desconexão com o contexto histórico no qual foram produzidas, sendo seu penteado e roupas fetichizados como moda, quando na verdade eram declarações políticas relevantes para o contexto do período. Para a autora, a memória visual possui grande relevância para as populações negras e podem revelar uma relação com a história e sua recuperação, mas também correr o risco de serem tomadas de forma a-histórica e apolítica.

Ao afirmar sua relutância inicial em refletir sobre os usos de sua própria imagem no período em que foi perseguida, Davis indica o quanto ela foi retratada de modo violento como o “outro”, que configurava um inimigo interno ao capitalismo, devido à

sua reconhecida atuação no Partido Comunista, e também símbolo de uma militância negra, e, portanto, de um movimento anti-branquitude. É importante mencionar, vivia-se o macartismo, e as lutas pelos direitos civis eram ainda uma constante.

Sua representação foi ainda idealizada como uma importante e carismática liderança, papel que ela também recusa, e mesmo o disfarce utilizado pela autora no período enquanto foi fugitiva foi transmutado em glamourização da estética negra, apropriado pela moda da década de 1980, interessada em uma nostalgia de períodos anteriores.

Davis escreve *Afro Images: Politics, Fashion, and Nostalgia* em 1994, e naquele período sua imagem ainda era plenamente associada à estética dos Panteras Negras, visível em publicações de revistas, peças teatrais sobre sua vida e obra e mesmo no imaginário coletivo que sempre a associava ao uso do cabelo *Black Power* e a uma jaqueta de couro. Mormente, na atualidade e no Brasil, essa é ainda também a imagem reificada da autora.

Essa representação previsível tem a faceta de fashionização de sua imagem, que esvazia todo e qualquer conteúdo com o objetivo de mercantilização para publicidade, mas possui também o conteúdo oculto de uso do estereótipo para a repressão, em razão de sua experiência como presa política. Certamente, ela afirma, outras mulheres negras foram perseguidas em razão da aproximação a essa estética.

Com essa digressão Davis afirma as dimensões múltiplas dos usos das imagens vinculadas às lutas por libertação negra, que podem ser transmutadas em possibilidades de “desenvolver estratégias para engajar imagens (...), buscando ativamente transformar seus contextos interpretativos em educação, cultura popular, mídia, organização comunitária”. Ela considera ainda que, “particularmente em relação às imagens históricas afro-americanas, precisamos encontrar maneiras de incorporá-las à ‘memória social e política, em vez de usá-las como um substituto que incentive a atrofia dessa memória”” (DAVIS, 2017, p. 278). A relação entre cultura e história é pela autora estabelecida como possibilidade de consolidação de consciência que vise à transformação da sociedade.

O uso das imagens estereotipadas de figuras importantes das lutas por libertação negra é também por Davis analisado no artigo *Meditations on the Legacy of Malcolm X*. Nele a autora aborda possíveis implicações feministas do legado de Malcolm, realizando

perguntas especulativas ao modo socrático, que não visam necessariamente respostas, mas mudar o foco do discurso popular sobre este ativista.

No texto, Davis interpreta a filiação de Malcolm ao nacionalismo negro, um possível afastamento dessa tendência política e filosófica ao fim da vida, o uso mercantilizado e publicitário de seu legado, indicando a necessidade de uma crítica à iconização e reificação pela qual passava sua figura na década de 1980, mesmo em manifestações culturais relevantes como o *rap*.

Davis não se abstém de considerar a importância do orgulho que jovens expressam pela figura histórica de Malcolm X, mas questiona os limites de uma postura acrítica que, por exemplo, não problematize as posturas masculinistas associadas a este autor e às tendências políticas com as quais dialogava, esvaziando o conteúdo político de seu pensamento. Em um dos primeiros momentos nos quais Davis se associa explicitamente ao feminismo, ao afirmar-se “uma feminista afro-americana com aspirações ao socialismo”, Davis se insere no contexto histórico das lutas empreendidas pelos movimentos negros do período e dos quais Malcolm fez parte, rememora tê-lo ouvido na Universidade de Brandeis e sugere que possamos ir além de uma “apropriação unidimensional” da história passada, que a entenda como padrão de ação política no contemporâneo. Dessa forma, aduz a conceitos como memória histórica e conjuntura histórica para refletir a necessidade de repensar e remodelar o ativismo político (DAVIS, 1998a, p. 287).

Ao questionar hipoteticamente quais seriam os desenvolvimentos do pensamento e atuação política de Malcolm X, caso esse não tivesse sido assassinado, Davis está problematizando a construção da memória histórica de um importante movimento e figura nas lutas por libertação negra. O nacionalismo negro exerceu importante papel na construção de uma identidade negra nos Estados Unidos, e possui ainda hoje grande relevância. Entretanto, segundo a autora, esteve permeado por posturas masculinistas que afastaram muitas mulheres de seus programas nos anos 1960, dentre elas a própria Davis.

Tema também abordado em *Black Nationalism: The Sixties and the Nineties*, a influência que o nacionalismo negro exerceu sobre as lutas por libertação negra nos anos 1990 é interpretada por Davis novamente à luz da figura de Malcolm e da estética dos Panteras Negras. Neste texto a autora apresenta uma distinção entre a execução do poder

e as emoções subjetivas ocasionadas pela consciência da possibilidade de exercê-lo, refletindo sobre como essas imagens podem ou não levar à ação.

Rememorando suas experiências no período, Davis afirma a potência das palavras de Malcolm para a construção de um “espaço psicológico” de aceitação de sua negritude, que, no entanto, não teve o efeito prático de instar à ação, exercido, por exemplo, pela imagem dos Panteras Negras, vista em um jornal da Alemanha no período em que ela estudava com Adorno em Frankfurt.

Para além da recusa ao machismo das organizações negras e ao feminismo branco de classe média, Davis revisita sua história com os movimentos sociais do período com o objetivo de sugerir a impossibilidade de olhar de maneira homogênea ou unitária as expressões culturais associadas às lutas por libertação negra. Visando compreender como essas imagens se cristalizaram na consciência histórica dos afrodescendentes na diáspora e na imaginação coletiva da juventude. Considera que têm ocorrido tentativas de exploração descontextualizada da década de 1960, e o apagamento de importantes iniciativas políticas como a construção de alianças com movimentos chicanos, ou a discussão das masculinidades e homoafetividade, ocorridas ainda naquele período naquelas organizações negras.

Levando em consideração haver na juventude da década de 1980 uma consciência da relevância dos movimentos por libertação negra, expostas na cultura, música e recuperação histórica, Davis sugere a necessidade de que a juventude tenha a oportunidade de conhecer as variadas tradições de organização política e pensamento negro estadunidense, tais como o nacionalismo negro, e não apenas aquela cristalizada por uma estética descontextualizada, que, por exemplo, deturpa o legado de Malcolm X. Problematisa então que

por mais entusiastas que possamos estar sobre a capacidade da cultura hip-hop de encorajar a consciência de oposição entre os jovens de hoje, ela às vezes defende um nacionalismo com tons misóginos tão fortes que milita contra a própria prática revolucionária que parece promover. Onde está a porta - ou mesmo a janela - que se abre para uma concepção de prática política? Onde as representações culturais não vão além de si mesmas, existe o perigo de que funcionem como substitutos do ativismo, de que constituam tanto o início quanto o fim da prática política (DAVIS, 1998a, p. 293).

Com essa argumentação Davis incita ao entendimento da arte e cultura como dimensões fundamentais da expressão humana que possuem o potencial de conformar

atitudes críticas, mas que podem não configurar ação política efetiva. Indica assim a autonomia de cada uma dessas instâncias da experiência humana, ainda que essas possam dialogar e servir a mudanças que visem à construção de sociedades onde haja maior justiça social e econômica.

Para que isso ocorra, considera necessária a recuperação do conhecimento produzido por mulheres negras, o que corresponde à valorização de uma epistemologia alternativa, por alguns denominada “conhecimento subjugado” –conceito foucaultiano que ela chega a mencionar – e que revela mais uma vez a condição experiencial dialética de opressões e resistências das mulheres negras. Condição esta permeada pela atribuição de inferioridade a nós e nossas produções, mas também por resistências culturais ancoradas na agência feminina negra.

Em Davis, tais considerações são realizadas em especial na análise do *blues*, em sua tripla dimensão de gênero musical constituído por uma consciência histórica de gênero, raça e classe; em seu potencial político de denúncia das opressões; na conformação de valores de autodeterminação, independência e assertividade, reveladores de agência sexual, autonomia de discurso e consciência “feminista negra”.

3.2. *Blues Legacies and Black Feminism* e a constituição de uma consciência histórica de gênero, raça e classe

O fato de que modos históricos de transmissão de cultura não são determinados mecanicamente pelas relações econômicas não significa que todos os modos sejam igualmente possíveis, independentemente da posição de classe de um grupo. Tenho me interessado pela história da consciência de gênero nas comunidades negras desde a pesquisa que fiz para *Mulheres, Raça e Classe*. Muito do material que utilizei naquele trabalho - mesmo aquele que tratava especificamente de questões da consciência das mulheres da classe trabalhadora - foi produzido por mulheres e homens que podem ser definidos como membros da intelectualidade negra. Meu próprio interesse pela cultura popular está relacionado a uma tentativa de expandir aquele projeto original sobre a consciência de gênero nas comunidades negras, enfocando o *blues* como um local para refletir sobre a consciência feminista da classe trabalhadora negra e sobre a transmissão dessa consciência. Neste livro, que é chamado *Blues Legacies and Black Feminism*, tento apresentar performances de *blues* como um local alternativo para recuperar formas históricas de consciência das mulheres da classe trabalhadora (DAVIS, 1998a, p. 314).

O fragmento acima, retirado de uma entrevista de Davis de 1995, oferece-nos um vislumbre da continuidade da reflexão sobre a cultura na obra de Davis. Publicado em 1998, *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and*

Billie Holiday constitui uma análise cultural das performances e discurso de algumas das mais importantes cantoras de *blues* dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, reflete sobre história e consciência.

No texto Davis constrói sua argumentação partindo da hipótese de que tais performances correspondem importante lugar de recuperação de formas históricas de construção da consciência de mulheres negras e da classe trabalhadora, além de abordar temas como ideologia, sexualidade, violência, relações afetivas, ativismo político, estética. Além disso, analisa os desenvolvimentos pelos quais passa esse gênero musical ao longo das décadas iniciais do século XX, e como este exerceu importante papel na constituição de uma consciência racial, de classe e “proto-feminista” nas comunidades negras do período. Uma das mais instigantes análises da cultura negra produzida por e sobre mulheres nos Estados Unidos, que consolida uma nova etapa de sua produção intelectual, voltada para análises da cultura e iniciada com artigos e falas públicas do período de publicação de *Mulheres, Cultura e Política*.

Interessada em boa parte de suas obras anteriores nas condições de vida material das mulheres negras, na importância do trabalho, opressões e privação social as quais estiveram submetidas, em *Blues Legacies and Black Feminism* Davis visa à análise de tradições não reconhecidas de “consciência feminista nas comunidades negras da classe trabalhadora” (DAVIS, 1998b, *Introduction*, p. xi). A autora esclarece de antemão as contradições e descontinuidades possíveis nesse estudo, já que, de início, a própria afirmação de uma “consciência feminista” nas cantoras do *blues*, tal qual compreendemos hoje, seria imprópria. Sugere, entretanto, a existência de “atitudes feministas” na música, através de “fissuras nos discursos patriarcais”.

Na introdução à obra, Davis ambienta-nos no contexto histórico de produção do livro, informando seu objetivo inicial e o modo como suas hipóteses de pesquisa se modificam ao longo do percurso. Ao afirmar a relevância da categoria raça para a consciência social negra estadunidense, em parte devida à sua relação com o histórico de escravização e segregação racial, Davis sugere que as análises dessa consciência têm se refletido em estudos que buscam rememorar essas histórias, mas que podem ser nomeados como unidimensionais na medida em que refletem uma escassez de pesquisas que abordem as inflexões de classe para as comunidades negras, e em especial para as mulheres negras. Segundo a autora, mesmo as tradições feministas negras teriam negligenciado as ideias produzidas pelas comunidades pobres e da classe trabalhadora,

que na maioria dos casos, não possuíam acesso à publicação de textos escritos. Nesse contexto o que sugere é que, na impossibilidade da publicação de textos escritos, as comunidades negras estadunidenses desenvolveram uma tradição de textos orais, que possuem nos Estados Unidos o *blues* como exemplo privilegiado, sendo as mulheres negras pioneiras nessas gravações.

Para Davis, tal tradição se tornou um legado cultural rico, que demorou algum tempo para ser reconhecido em seu potencial político, mesmo pela comunidade negra, que, segundo Davis, em determinados períodos considerou-o uma música de pouco valor, contrária aos movimentos culturais que visavam à elevação das produções negras como o Harlem Renaissance ⁶¹ (1998b, *Introduction*, p. xiii).

Tendo em vista a supervalorização da categoria racial para os estudos sobre a consciência histórica das comunidades negras, Davis afirma que esperava encontrar em suas pesquisas a comprovação “de uma forte consciência de raça contra um pano de fundo de construções patriarcais prevalecentes de gênero”. O que observa, no entanto, é “um terreno rico para examinar uma consciência feminista histórica que refletia a vida das comunidades negras da classe trabalhadora” e “o fato de suas representações estéticas da política de gênero e sexualidade serem informadas e entrelaçadas [*interwoven*] com suas representações de raça e classe (DAVIS, 1998b, *Introduction*, p. xv).

Mais uma vez o que percebemos na obra de Davis é um procedimento atento às *conexões* entre gênero, raça e classe, aqui acrescida a categoria sexo, fundamental à denúncia das opressões interconectadas as quais estavam submetidas as mulheres negras do período. Tal “entrelaçamento” expresso nesse momento de sua obra em análises de manifestações culturais que valorizavam a expressão corporal e a consolidação de subjetividades, e que legaram às mulheres negras descendentes valores de independência, autonomia, assertividade e liberdade. Na experiência coletiva do *blues* Davis investiga a existência de antagonismos nas relações, que revelariam uma oposição não contraditória: ao mesmo tempo em que é possível que uma letra afirme total subserviência ao desejo

⁶¹ Movimento cultural da década de 1920 e 1930, também conhecido como “New Black Movement”, que visava o florescimento da cultura negra estadunidense, com importantes contribuições na música e em especial, na literatura.

masculino, ela pode simultaneamente expressar autonomia e recusa a situações degradantes.

Consideramos de grande relevância a percepção na obra de Davis de que tanto na organização e atuação política, quanto na expressão da subjetividade e criação de valores prevalecem as conexões, as contradições, um pensamento não maniqueísta e de simultaneidade. Eles informam, creio, um pensamento dialético influenciado pela teoria marxista, mas revelam também a atenção a valores negro-africanos que possibilitam a criação de princípios de conduta individual e coletiva pautados na comunidade, em uma visão holística e não binária das relações sociais.

Retomando à *Blues Legacies*, considera-se as políticas de gênero e sexualidade consolidadas nas comunidades negras da classe trabalhadora através da cultura, e em especial do *blues*. O faz a partir da análise da vida e obra de três das mais importantes cantoras desse gênero musical estadunidense: duas ligadas à era clássica desse gênero musical, Gertrude “Ma” Rainey e Bessie Smith, e Billie Holliday, cantora de jazz assumidamente herdeira da tradição de mulheres negras do *blues*.

Davis esclarece que seu estudo tem objetivos específicos e não se pretende um esgotamento da compreensão desse gênero. Trabalho realizado por Daphne Duval Harrison em *Black Pearls*, obra que a inspira e para a qual pretende contribuir ao criar um complemento que visa acentuar as contribuições feministas dessa tradição e dessas autoras, que ao ultrapassar as fronteiras das comunidades negras, se inseriram e se consolidaram como parte da tradição cultural estadunidense.

Com esse trabalho mais uma vez contribui para que se repense a historiografia feminista estadunidense, que afirmava as origens brancas do feminismo. Considera ter havido nas atitudes feministas expressas na estética do *blues* um precursor do pensamento crítico que se opunha à dominância masculina, ao mesmo tempo em que denunciava o racismo e a opressão de classe. O objetivo de Davis nessa obra é forjar “outros legados”, legados relacionados à consciência feminista da classe trabalhadora de que suas vidas são permeadas pelas consequências do racismo, sexismo e exploração do trabalho, forjados através de conhecimentos tidos como não tradicionais, como a oralidade. Adverte, entretanto, que

um livro como *Blues Legacies and Black Feminism* não popularizará o feminismo nas comunidades negras. No entanto, eu espero que demonstre que existem várias tradições feministas americanas. Espero que demonstre que as tradições feministas não são apenas escritas, são orais, e que essas oralidades revelam não apenas traços culturais africanos reformulados, mas também a genialidade com que ex-escravas forjaram novas tradições que simultaneamente contestaram o passado escravo e preservaram alguns dos ricos produtos culturais da escravidão (DAVIS, 1998b, *Introduction*, xix).

Nesse fragmento Davis atribui grande relevância à oralidade como conhecimento próprio e válido para as comunidades negras, e ainda que um motivo para tal seja a negação às pessoas escravizadas e descendentes ao acesso à educação formal, a oralidade tem sido interpretada por estudiosos como um princípio de conhecimento para as comunidades negras em África e na diáspora. Remetendo a princípio à agrafia de comunidades africanas migradas forçadamente para as Américas⁶², a oralidade tem sido compreendida como princípio para uma epistemologia alternativa e, nesse sentido, à palavra é adicionado o componente de verdade e em alguns casos de ironia, sendo transmitida de maneira dosada e implicando relação com a ação prática.

Em *Blues Legacies* Davis analisa não apenas as letras de algumas populares canções do *blues*, mas também a entonação de voz, a performance nos palcos, a construção de imagens sexuais incomuns no período (inclusive as consideradas desviantes, como a homossexualidade), a relação do dito com a vida cotidiana, a independência e liberdade performadas e vividas por essas mulheres⁶³, além do oneroso trabalho de transcrição das letras das canções de “Ma” Rainey e Bessie Smith — trabalho ainda não realizado nos anos finais da década de 1990. Considera que as atitudes reveladas na maioria das músicas conformaram versões das relações afetivas e sexuais

⁶² Aqui é preciso dizer que a migração forçada do continente africano para as Américas aconteceu ao longo de muitos séculos, variando de acordo com o período, contexto político e território. Muitas vezes as etnias africanas nomeadas por colonizadores sequer correspondiam à origem real do indivíduo escravizado. Pesquisas têm sido realizadas a esse respeito, tanto históricas quanto genéticas, e prevalecem indicações de que quase a metade do total de pessoas escravizadas nas Américas vieram do Centro-Oeste africano, sendo também comuns povos do Sul e Leste da África. Etnias comuns no século XIX, mais próximas historicamente da abolição e desenvolvimento da cultura negra livre nos Estados Unidos foram as etnias Bantu, Yorubá e Igbo. Para mais informações, ver “América, mosaico africano”, disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/america-mosaico-africano/>, acesso em 20 de maio de 2021 e “Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas”, disponível em <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v6n10/2237-101X-topoi-6-10-00029.pdf>, acesso em 20 de maio de 2021. Relevante nesse sentido é ainda a pesquisa “A Rota do Escravo” da UNESCO.

⁶³ Importante trabalho visual a esse respeito é o filme “A Voz Suprema do Blues”, do diretor George C. Wolfe, sobre a vida de Gertrude “Ma” Rainey, lançado em 2020.

opostas aos padrões dominantes, compondo “um quadro ideológico especificamente afro-americano” (DAVIS, 1998b, p. 4) e “proto-feminista”.

Davis escreve essa obra em um período onde a cultura vinha sendo analisada como componente central da vivência negra estadunidense e no qual havia uma defesa do multiculturalismo, conceito advindo das ciências sociais que privilegia a coexistência de várias culturas em um mesmo ambiente. É um período crucial na consolidação de novas manifestações artísticas como o *Hip Hop*, um retorno às contribuições da década de 1960 e também ao *blues*. Outras importantes intelectuais do período abordam esse gênero, tal como Hazel Carby, e pesquisas sobre o potencial da cultura e arte como mecanismos de resistência política estavam sendo desenvolvidas também por indivíduos e coletivos de outros grupos minoritários como os chicanos e mexicanos, grupos também racial e nacionalmente oprimidos nos Estados Unidos.

Davis considera, entretanto, que os estudos sobre o *blues* teriam negligenciado o papel das mulheres nessa manifestação de cultura e busca encontrar o diferencial das contribuições realizadas por elas. Ademais, compreende a importância de localizar esse gênero musical no quadro mais amplo da história negra estadunidense, indicando sua relação com a emancipação das mulheres e homens escravizados, aos quais foram negadas as possibilidades de alcance de condições materiais para a liberdade: para ela, o *blues* reflete sobre uma ruptura substancial nas condições de existência dos indivíduos recém-libertos.

Em sua interpretação, não obstante as condições materiais de vida não tivessem mudado substancialmente, é preciso recordar que a escravização impedia, dentre muitas outras coisas o exercício da sexualidade, âmbito relevante da condição humana. Para Davis, o exercício da sexualidade pode ter sido compreendido pelas populações negras do início do século XX como “o domínio mais tangível de transformação e ruptura com a escravidão” para pessoas que foram “libertas”, mas não viram mudanças materiais significativas em suas condições de vida. Em síntese, “o nascimento do *blues* foi uma evidência estética de novas realidades psicossociais na população negra” (DAVIS, 1998b, p. 5).

Ainda que a música tivesse exercido papel relevante nas comunidades de pessoas escravizadas, sendo o maior exemplo os *spirituals*, tais manifestações tinham um caráter

coletivo, eram músicas de trabalho que propiciavam um sentimento de unidade e de esperança pelo fim da exploração e opressões; estavam na maioria das vezes relacionadas à linguagem bíblica. Para Davis elas certamente tiveram importância, “estabeleceram uma narrativa comunitária do povo africano escravizado na América do Norte que simultaneamente transcendeu o sistema escravista e encorajou sua abolição”, se tornando um “um meio importante de preservar a memória cultural africana”. Entretanto, com o *blues* surge uma expressão nova, ligada ao corpo e a um modo individualizado de apresentação, “que teve uma influência duradoura na música afro-americana” (1998b, p. 7).

Ao se afastar dos temas religiosos dos *spirituals* – segundo Davis, importante expressão musical da religiosidade como possibilidade de transformação social – os *blues* refletiram e ajudaram a construir uma nova consciência negra. Interessante evidenciar que a oposição entre esses gêneros musicais por longo período foi apresentada em termos de “música de Deus” e “música do Diabo”, sem que tal posição binária fosse necessariamente excludente e ambos os gêneros tivessem relevância para as comunidades negras do início do século XX. Tal compreensão de valorização das contradições é, segundo a autora, frequentemente associada na cultura negra dos Estados Unidos ao orixá Eleguá, no contexto brasileiro, nosso Exu, orixá das encruzilhadas, como anteriormente mencionado.

Em tal conjuntura de contradições, Davis considera que o *blues* criou um discurso que representava a liberdade em termos mais acessíveis e imediatos, já que as condições materiais de vida não haviam se alterado substancialmente, e a emancipação – termo mais comumente utilizado para se referir à abolição nos Estados Unidos – transformou radicalmente a vida das populações negras de três principais modos:

(1) não havia mais proibição de viagens individuais livres; (2) a educação era agora uma meta realizável para homens e mulheres individualmente; (3) a sexualidade poderia ser explorada livremente por indivíduos que agora poderiam entrar em relacionamentos pessoais escolhidos de forma autônoma (DAVIS, 1998b, p. 8).

O *blues* aborda, segundo a autora, dois desses temas: as viagens e a sexualidade. Para ela, ele “registrou a sexualidade como uma expressão tangível de liberdade”, se afastando de posições idealizadas de feminilidade que opunham a esfera pública e a esfera privada.

Retomando a intelectual Aida Hurtado, para quem essa oposição não teria feito sentido para a vida das mulheres negras, “acostumadas” a ter sua vida privada invadida na condição de escravizadas e trabalhadoras, Davis reconhece na expressão do *blues* uma possibilidade de representação da liberdade, a partir do discurso aberto sobre a sexualidade e vida interior. Tal procedimento tem muitas e diversas implicações, como a possibilidade de liberdade no âmbito político e econômico, advindo da posição social, o questionamento da idealização da vida doméstica, mas também a própria possibilidade inédita de vida familiar e sexual autônoma, às ancestrais negada.

Ao enunciar a pluralidade de temas abordados pelas cantoras do *blues* em suas letras, Davis sugere a existência de ênfase em questões ligadas às relações amorosas e sexualidade, sem que, no entanto, haja uma relegação das mulheres à esfera doméstica⁶⁴. Temas como casamentos e filhos aparecem muito raramente, embora isso não signifique uma negação da maternidade, mas um entendimento de que esta não é uma prioridade, como comum às mulheres brancas do período, cujas formações foram forjadas no culto à feminilidade. Havendo, em oposição a isso, o questionamento à monogamia, ao casamento, conselhos sobre o potencial ilusório do amor romântico e contrários às expectativas burguesas e patriarcais de relação afetiva.

Passividade e domesticidade, valores comumente associados às mulheres, não foram valores comuns às mulheres negras representadas nas músicas de Bessie Smith e “Ma” Rainey, mesmo quando estas abordaram abusos ou abandono, segundo Davis. Sendo mais comuns críticas à divisão sexual do trabalho que mantinha mulheres no espaço doméstico, e aos casamentos, que não exerciam tanto fascínio em razão de homens e mulheres terem questões materiais como a busca por trabalho como prioridade. Tal situação levava muitos homens a realização de viagens em busca de empregos, outra importante possibilidade imediata de fruição da liberdade, anteriormente negada.

⁶⁴ Temas comuns coletados por Harrison em sua obra *Blues Pearls* são, segundo Davis: conselhos para outras mulheres; álcool; traição ou abandono; casos de amor rompidos ou fracassados; morte; partida; dilema de ficar com o homem ou voltar para a família; doenças e aflições; imagens eróticas; inferno; homossexualidade; infidelidade; injúria; prisão e tempo de serviço; perda de amante; amor; homens; maus tratos; assassinato; outra mulher; pobreza; promiscuidade; tristeza; sexo; suicídio; o sobrenatural; trens; viagens; vingança; cansaço, depressão e desilusão; perda de peso (DAVIS, 1998b, p. 13).

Dentre os comportamentos valorizados e incitados pelas mulheres que analisa, a assertividade é considerada por Davis um dos valores cruciais expressos no *blues*, que em suas letras revelavam um “realismo sem adornos” na recusa à idealização do amor romântico e do “felizes para sempre”. A análise das letras informa à Davis um modo muito natural de relacionar-se com a satisfação do desejo sexual, que antecipa muitas das questões abordadas pelos feminismos da chamada segunda onda e que prezavam pela autonomia sexual e livre expressão do desejo. Para ela, “há um núcleo de significado nos textos das mulheres clássicas do *blues* que, embora pré-feministas em um sentido histórico, revela que as mulheres negras daquela época estavam reconhecendo e abordando questões centrais do discurso feminista contemporâneo” (DAVIS, 1998b, p. 24).

Um desses temas recorrentes é a violência doméstica, uma das mais importantes demandas do feminismo da década de 1970, cristalizada no lema “o pessoal é político”. Tal debate foi previamente estabelecido pelas mulheres negras do *blues*, segundo Davis, na medida em que este, “como gênero, nunca reconheceu as fronteiras discursivas e ideológicas que separam a esfera privada da pública” (DAVIS, 1998b, p. 25). Para ela, é somente a partir da década de 1970 que as mulheres que tinham acesso à publicação e a possibilidade de escrever sobre o tema (ou seja, em sua grande maioria mulheres brancas) compreenderam que abordar o espancamento era importante. “Há, no entanto, um corpo preservado de cultura oral – ou ‘oralitura’ para usar um termo empregado por alguns estudiosos – sobre violência doméstica em mulheres do *blues* como Gertrude Rainey e Bessie Smith” (DAVIS, 1998b, p. 25). Para Davis, este tema sempre foi um tópico importante para as mulheres negras e os movimentos atuais contra a violência de gênero têm um precursor estético no *blues*.

Entretanto, na análise das músicas e da produção intelectual sobre o tema dos espancamentos, Davis observa que não há homogeneidade. Mulheres negras do *blues* têm sido, por exemplo, acusadas de aquiescência ao espancamento, de performarem músicas de cunho masoquista, sendo por vezes explícitos, tristes e indefensáveis alguns fragmentos. Davis sugere, no entanto, o exercício de observar a possibilidade do uso da ironia e do discurso indireto como legado das músicas de trabalho e da impossibilidade de fala livre na escravidão, levando em consideração a ironia como mecanismo de denúncia.

A mera possibilidade de abordagem pública do tema é por ela compreendida como possibilidade de compreensão da violência em sua dimensão política. Para Davis, ainda na década de 1920, a violência é nomeada e cantoras do *blues* o trazem ao debate público. O que a leva a considerar a possibilidade de que as ouvintes do gênero tivessem posturas críticas ao crime após ouvir as músicas. Ademais, “nomear questões que representam uma ameaça ao bem-estar físico ou psicológico do indivíduo é uma função central do *blues*” e o próprio nome remete a isso (DAVIS, 1998b, p. 33).

Em uma dimensão de recuperação da consciência histórica e memória coletiva, para Davis, o ato de nomear é importante e relaciona-se a tradições culturais africanas. Segundo ela,

(...) o *blues* preserva e transforma a centralidade filosófica da África Ocidental do processo de nomeação. Nos Dogon, Yorubás e outras tradições culturais da África Ocidental, o processo de nomear coisas, forças e modos é um meio de estabelecer controle mágico (ou, no caso do *blues*, estético) sobre o objeto do processo de nomenclatura (DAVIS, 1998b, p. 33).

Mais uma vez, a oralidade como componente central às tradições culturais negras estadunidenses é interpretada em seu potencial de espaço crítico para a formulação de valores e conduta, revelando haver na obra madura de Davis uma especial atenção ao legado cultural africano, no Brasil frequentemente associado à noção de ancestralidade. Ainda que a autora não aprofunde o tema, consideramos ser possível afirmar que em Davis, a cultura produzida pelas mulheres negras do *blues* parece herdar valores tradicionais africanos como o uso do debate público para a resolução de conflitos, exemplo de práticas comuns às etnias mencionadas. Entretanto, Davis não se debruça efetivamente sobre o tema, optando por focalizar as transformações realizadas em território estadunidense de princípios de atuação social que ainda que sejam heranças remotas, foram transmutados.

No que concerne aos temas das músicas e a questões centrais para os feminismos negros, Davis observa que nas letras das autoras analisadas não há referências ao estupro, ausência que sugere decorrer da atenção das cantoras ao caráter racista das falsas acusações de estupro, que levavam ao linchamento de homens negros, e que eram muito comuns no período. Considera também a própria natureza do discurso do *blues* negro feminino, que não se encaixava na postura “tradicional” da vítima de abuso: para Davis, a grande maioria das músicas expressavam valores de independência e agressividade que beiravam a violência.

Tais comportamentos não correspondiam à aceitação do estereótipo de mulheres negras como agressivas, mas à “afirmação das pessoas negras, e em especial das mulheres negras de sua absoluta e irredutível humanidade”, que desafiavam a inferiorização baseada no gênero, compondo uma tradição afro-americana de desafio às noções prevalentes de feminilidade (DAVIS, 1998b, p. 37).

Para a autora, “Daphne Duval Harrison observou que o *blues* feminino na década de 1920 introduziu um modelo novo e diferente de mulheres negras – mais assertivas, sexy, sexualmente conscientes, independentes, realistas, complexas, vivas” (DAVIS, 1998b, p. 38). Na análise das letras das duas cantoras pioneiras, Smith e “Ma” Rainey, Davis encontra imagens de mulheres que impunham um desafio às normas de feminilidade, ao abordar, por exemplo, a lesbiandade, a poligamia, a recusa à domesticidade e o erotismo. Para ela,

(...) as canções de *blues* gravadas por Gertrude Rainey e Bessie Smith nos oferecem um vislumbre privilegiado das percepções predominantes de amor e sexualidade nas comunidades negras pós-escravidão nos Estados Unidos. Ambas as mulheres foram modelos para incontáveis milhares de suas irmãs, às quais entregaram mensagens que desafiavam o domínio masculino encorajado pela cultura dominante. As mulheres do *blues* desafiaram abertamente a política de gênero implícita nas representações culturais tradicionais do casamento e dos relacionamentos amorosos heterossexuais. Recusando-se a romantizar relacionamentos, na tradição do *blues* do realismo bruto, elas, em vez disso, expuseram os estereótipos e exploraram as contradições desses relacionamentos. Ao fazer isso, redefiniram o “lugar” das mulheres. Elas forjaram e memorizaram imagens de mulheres duras, resilientes e independentes, que não temiam nem sua própria vulnerabilidade, nem defender seu direito de serem respeitadas como seres humanos autônomos (DAVIS, 1998b, p. 41).

A politização do âmbito pessoal, contemporaneamente identificada com a ideia de “conscientização”, é apontada por Davis na estética política do *blues*, que valorizou a experiência única das mulheres negras, mas também se conectou à experiência da condição coletiva de ser parte da classe trabalhadora. Davis aprofunda as diferenças identificadas entre os valores das mulheres negras das classes médias e das classes trabalhadoras, opondo a defesa da pureza sexual das primeiras à agência sexual expressa no *blues* das segundas.

Para ela, enquanto algumas das principais lideranças dos movimentos associativos do início do século XX saíam em defesa de uma feminilidade negra dissociada dos estereótipos sexuais, as mulheres do *blues* não apoiavam acriticamente tais noções, porque isso implicaria negar um dos poucos espaços de liberdade a elas garantido. Em

suas palavras, a autora sugere que “o *blues* feminino forneceu um espaço cultural para a construção de comunidade entre as mulheres negras da classe trabalhadora, que foi um espaço no qual as coerções das noções burguesas de pureza sexual e ‘verdadeira feminilidade’ estavam ausentes” (DAVIS, 1998b, p. 44).

Essa construção de comunidade legou também representações de uma nova individualidade, possível de ser construída somente após o fim formal das condições materiais de negação da liberdade. A exposição de temas como amor e sexualidade conformavam a possibilidade de expressão de subjetividades, negada no período anterior e permeada por variadas contradições. O que não as isentava de reproduzir modelos sexistas de conduta feminina, como os que valorizavam as rivalidades entre as mulheres. Entretanto, para Davis, ainda que muitas pudessem seguir a ideologia dominante, no mais das vezes o que essas mulheres faziam era desviar desta, e “este modelo de feminilidade foi baseado em parte em uma memória histórica coletiva do que foi anteriormente exigido das mulheres para lidar com a escravidão” (DAVIS, 1998b, p. 46).

Para Davis, no potencial político de afirmação da liberdade na vida interior, de denúncia das opressões e conformação de valores de independência residem as contribuições significativas do *blues* para a transmutação da memória coletiva da opressão em valores comunitários, de valorização da singularidade e para a consolidação de uma consciência histórica de gênero, raça e classe. Segundo a autora,

esta característica do *blues*, a incorporação estética de várias perspectivas e dimensões, pode ser interpretada como reflexo das perspectivas filosóficas e estratégias representacionais da África Ocidental. Sob a aparente simplicidade e franqueza do *blues*, visões complexas - refletindo a complexidade com a qual a realidade é percebida - podem sempre ser descobertas. Esta é outra maneira pela qual o *blues* está localizado em um continuum cultural africano (DAVIS, 1998b, p. 49).

Estão presentes nas músicas e performances dimensões de vivência coletiva na forma de conselhos, atenção ao bem-estar emocional, rejeição à passividade, diálogo entre as mulheres e com a comunidade. Essas características são indicativos de simultaneidade entre a afirmação dos valores comunitários e de sentimentos individuais. Uma das expressões dessa característica de simultaneidade é a performance musical que dialoga com o público através da estrutura de chamamento e resposta, que segundo a autora, tem origens na África Ocidental (DAVIS, 1998b, p. 54).

Davis interpreta essa forma de expressão como lugar de construção de consciência, na medida em que revela uma prática de conhecimento que tem persistido em outras manifestações culturais. Patrícia Hill Collins aborda também o tema, segundo Davis, sem, no entanto, discutir as raízes musicais dessa tradição, o que tornaria seu trabalho ainda mais poderoso (DAVIS, 1998b, p. 57). A autora sugere, entretanto, e com outros objetivos, que ao procedimento de chamamento e resposta no *blues* corresponde a criação de uma comunidade imaginária, que sugestiona à consolidação de valores como independência e a identificação das diferenciações baseadas em gênero e raça, mas também em classe. Ao analisar o fragmento de uma música na qual a cantora aconselha às ouvintes que busquem “um homem trabalhador”, Davis sugere que isso seja mais que um conselho, mas uma identificação com estes homens e com os valores de classe que eles representam.

Nesse sentido, consideramos que essa obra produz importantes contribuições para a teoria feminista do fim do século XX. Em primeiro lugar, nela Davis analisa algumas das mais importantes canções do *blues* para afirmar a existência de uma consciência simultânea de gênero, raça e classe nas comunidades negras do início do século passado. Mais que isso, ressalta a oposição à invasão de valores burgueses nas comunidades negras de trabalhadores, incentivados pelas classes médias negras emergentes no período, e enfatiza a existência de uma consciência de classe, que teria sido ofuscada pela centralidade que a categoria raça tem tido na experiência e análises sociais das comunidades negras nos Estados Unidos. Em segundo lugar, Davis considera o *blues* uma manifestação de cultura que dá continuidade ao legado de resistência das mulheres negras escravizadas. Seja através de canções que afirmavam a independência, agência e autonomia na vida afetiva e sexual, considerada importante espaço para a fruição da liberdade, seja através da denúncia direta das opressões interconectadas as quais mulheres negras estiveram submetidas, tema abordado no próximo tópico.

3.3. A cultura em seu potencial político de denúncia das opressões

Davis considera haver na possibilidade de realizar viagens (algo proibido às pessoas escravizadas no contexto de escravização nas Américas) um segundo elemento de representação da liberdade no *blues* negro feminino. Ainda que estas não estivessem

totalmente disponíveis para as mulheres negras de um modo geral, muitas das cantoras do *blues* abordaram o tema, o que leva Davis a considerar este como um momento significativo de oposição ideológica aos pressupostos prevalentes sobre o lugar das mulheres na sociedade.

Tais noções de independência relacionadas às viagens teriam passado a compor o quadro ideológico de uma consciência cultural negra, refletindo o papel das mulheres na busca por libertação e um reposicionamento psicológico que valorizava a liberdade de movimento, não apenas para a comunidade, mas também para os indivíduos. Em adição, podem ser interpretadas como denúncia das condições opressivas de vida que levavam homens e mulheres à mudança constante em busca de empregos.

Para Davis, às canções do *blues* se relacionam uma “autoexploração psicológica” que revelava a unidade e heterogeneidade da experiência negra, a simultaneamente individual e coletiva natureza das relações pessoais, as quais afluem constantemente entre público e privado. A sexualidade, por exemplo, não é privatizada no *blues*, “em vez disso, é representada como experiência compartilhada produzida socialmente. Essa mistura (*intermingling*) de privado e público, pessoal e político, está presente em muitos milhares de canções de *blues*”, havendo um número significativo de “canções sobre trabalho, prisão, prostituição, desastres naturais e outras questões que, juntas, constituem uma colcha de retalhos da história social dos negros americanos durante as décadas que se seguiram à emancipação” (DAVIS, 1998b, p. 91).

Ao entrar na seara da consideração do *blues* como música de protesto, Davis argumenta que, contrariamente ao que afirmaram estudiosos deste gênero, não havia apatia política nesta expressão musical, mas a denúncia da injustiça social de maneira não necessariamente direta. Segundo ela, o uso de recursos de ironia e a articulação pública dos problemas sociais tornaram as canções do *blues* pioneiras no estabelecimento do protesto social, o que estabeleceu um *continuum* na música negra estadunidense no *blues*, no *jazz*, no *rhythm and blues*, no *funk* e no *rap* (DAVIS, 1998b, p. 97).

Para a autora, o “protesto, quando expresso por meio de formas estéticas, raramente é um chamado direto à ação. Embora a representação estética crítica de um problema social possa ser entendida como constituindo atos sociais e políticos poderosos”. Desta feita, a “articulação pública da reclamação – da qual há muitos casos

no *blues*– deve ser vista como uma forma de contestação das condições opressivas, mesmo quando carece de uma dimensão de protesto político organizado (DAVIS, 1998b, p. 101). Tais dimensões se fazem presentes na denúncia da rejeição das mulheres às atividades domésticas, na denúncia da arbitrariedade de prisões, da falta de moradias e da ausência de condições dignas de sobrevivência.

Tais considerações permitem Davis sugerir que “o *blues* representa a experiência configurada emocionalmente pela psique individual, historicamente moldada pelas condições pós-guerra civil e pela emancipação dos escravizados” e, portanto, tanto um estado subjetivo quanto um fenômeno objetivo, assim como um desafio a estes (DAVIS, 1998b, p. 113). E por isso, ela nos diz: “muitas vezes, essas condições são simplesmente designadas como “o *blues*”. As respostas emocionais a eles também são chamadas de “*blues*”. “O *blues*”, portanto, designa os sentimentos e as circunstâncias que os provocaram” (DAVIS, 1998b, p. 112),

Davis esclarece, entretanto, no que concerne à relação entre as formas estéticas e a ação política, que,

para que o protesto adquira um caráter explicitamente político, deve haver uma estrutura política organizada capaz de funcionar como um canal para transformar a reclamação individual em um protesto coletivo efetivo. Ao mesmo tempo, o protesto social nunca pode se tornar a função exclusiva ou limitadora da arte. A arte pode encorajar uma atitude crítica e instar seu público a desafiar as condições sociais, mas não pode estabelecer o terreno do protesto por si mesma. Na ausência de um movimento popular de massa, isso só pode encorajar uma atitude crítica. Quando os blues “nomeiam” os problemas que a comunidade deseja superar, eles ajudam a criar as condições emocionais para o protesto, mas não constituem e não poderiam, por si próprios, constituir protesto social (DAVIS, 1998b, p. 113)

Vemos aqui uma continuidade com algumas das elaborações de Davis em *Mulheres, Cultura e Política* e em artigos de *Angela Davis Reader*, na consideração de que a arte e cultura são zonas que dialogam com a política, mas que possuem certa autonomia. A música por essas mulheres interpretada é considerada em sua possibilidade de criação de atitudes críticas às injustiças, mas a ação política que leva à transformação social deve ultrapassá-la. Nesse sentido,

vistas sob este prisma, as canções de Gertrude Rainey e Bessie Smith podem ser interpretadas precisamente como uma preparação histórica para o protesto político. Certamente são muito mais do que reclamação, pois começam a articular uma consciência que leva em conta as condições sociais de exploração de classe, racismo e dominação masculina, vistas através das lentes das complexas respostas emocionais das mulheres negras. Embora possa não haver

uma linha direta com o ativismo social, as posturas ativistas são inconcebíveis sem a consciência que essas canções sugerem (DAVIS, 1998b, p. 119).

A argumentação de Davis segue a tentativa de identificação de formas de consciência social que desafiavam a ideologia dominante do racismo, valorizavam as condições de existência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que contestavam o lugar da mulher na cultura dominante e nas comunidades negras. Essas autoras ajudaram a construir em seu entendimento uma comunidade estética que afirmava a capacidade feminina de realizar atividades ditas masculinas, como as relacionadas à sexualidade e às viagens, e denunciavam o racismo e as condições opressivas de vida da classe trabalhadora.

Para além dessas implicações, há em *Blues Legacies and Black Feminism* uma contestação a noções de alta cultura que se consolidaram no início do século XX e que menosprezavam as produções da classe trabalhadora, assim como um desafio à predominância dos valores da mais importante instituição afro-americana do início do século, as igrejas cristãs. Davis sugere que ao *blues* correspondeu a constituição de uma integridade cultural própria, distinta dos valores dominantes pertencentes a estas nomenclaturas. Eles se relacionavam a continuidades e rupturas com a cultura da escravidão, ao abordar temas novos, acrescido do precedente histórico da distorcida forma de equidade de gênero entre homens e mulheres no trabalho. Sendo o *blues* feminino “uma fonte importante de insights sobre a consciência histórica afro-americana precisamente porque não tenta erradicar a memória de uma era de relações de gênero relativamente igualitárias” (DAVIS, 1998b, p. 121).

É preciso rememorar que o período de auge do *blues* é simultâneo à valorização do ideário de matriarcado negro, posteriormente apropriado por algumas vertentes do nacionalismo negro que, segundo ela, possuía uma “ênfase abstrata na herança africana, na representação cultural contemporânea [que] frequentemente invoca[va] um passado heroico e masculinista, situado em um imaginário africano que tende a deslocar a era da escravidão como o período histórico formativo para os americanos de ascendência africana” (DAVIS, 1998b, p. 123). Davis sugere que, “como a música da escravidão, o *blues* incorporou elementos reformulados da cultura musical europeia, bem como características da África Ocidental reconhecíveis, mas transformadas”. E estes foram considerados mesmo pelos intelectuais negros de movimentos culturais relevantes como o Harlem Renaissance cultura de baixa qualidade, exceção feita a Langston Hughes e

Zora Neale Hurston, importantes escritores do período a propor análises não estereotipadas da cultura popular negra.

Para Davis, devido ao caráter subjetivo da escrita desse gênero musical, a estética do *blues* é uma estética da autoconsciência de autoras e autores que abordaram questões consideradas privadas, mas que ao publicizar problemas sociais legaram implicações feministas. Entre as mais importantes está, por exemplo, o desafio à dominância masculina na música, na cultura e nas comunidades (DAVIS, 1998b, p. 127).

A obra *Blues Legacies* se insere, como sugerimos, em um momento bastante peculiar da produção intelectual de Davis. Ao abordar o *blues* como uma das mais expressivas manifestações originadas nas comunidades negras da classe trabalhadora, Davis indica as possíveis origens dos valores de autodeterminação e assertividade manifestados pelas cantoras que analisa e como estes podem ter reverberado e legado às mulheres da posteridade um *ethos* próprio. Ela relaciona esses comportamentos e princípios ao legado das condições materiais da escravidão, em razão da proximidade histórica das autoras com esse período, mas também ao modo como as instituições da escravização permaneceram, mesmo após a sua abolição, permeadas por valores racistas que se mantêm e são constantemente reelaborados para a manutenção da inferioridade das comunidades negras.

Nesta obra, entretanto, Davis aborda resistências, e faz um retorno a valores da África Ocidental, demonstrando o quanto ex-escravizadas e suas descendentes foram capazes de preservar e reelaborar traços culturais africanos, criando manifestações novas e singulares, ao mesmo tempo em que contestavam o passado da escravidão, a dominância masculina e os valores burgueses.

Um dos exemplos dessa abordagem é a remissão constante na obra às práticas de nomeação e também aos valores e práticas religiosas de matriz africana, expressos no *blues*. Uma das referências de sua análise é a obra de Janheinz Jahn *Muntu: The New African Culture*, originalmente publicada em 1961 e tornada um clássico. Nesta o autor aborda o tema da importância da nomeação e palavra para algumas das mais importantes etnias da África Ocidental e Davis relaciona essas elaborações ao *blues*, entendendo-o como “oralitura”, como corpo de conhecimentos orais que consolidaram consciência nas comunidades negras. Nestas tradições, como dito, o ato de nomear é de grande

importância, pois nomear é tornar real. Nesse sentido, ela afirma que ao *blues* corresponde uma função sociopsicológica expressa em uma forma de arte autoconsciente, para além do ato comunicativo.

Muitas são as religiões que relacionam palavra e realidade, a própria gênese do pensamento judaico reside na ideia de que “no princípio era o verbo”. Entretanto, para Davis, a tradição de nomeação originária das comunidades da África Ocidental transcende tal compreensão na medida em que, em lugar de atribuir o poder de criação a um Deus ou energia unicamente, nas tradições religiosas africanas abordadas por sua referência, ao ser humano também é dada a possibilidade de exercício desse poder criativo e transformador. Para ela, esta “é uma importante característica distintiva do discurso filosófico das sociedades tradicionais africanas ocidentais”, que “também pode nos ajudar a entender a estética do *blues*, que ligava a cultura americana pós-escravidão à sua antecedente africana (DAVIS, 1998b, p. 129).

Na investigação dessa possibilidade, Davis analisa a música “Countin’ Blues”, na qual “Ma” Rainey “conta”, ou nomeia, em uma atividade de autoreflexão sobre sua atividade, o que Davis considera uma contestação à noção de que as músicas do *blues* são criações inconscientes e ingênuas. Há ainda nessa análise a referência ao caráter espiritual da música *blues*, que não dissociava espiritualidade e sexualidade, de maneira diametralmente oposta ao que apregoava o cristianismo e as instituições religiosas que exerciam importante função nas comunidades negras do período.

Nesse sentido, para Davis, as igrejas desempenharam relevante papel para a consolidação da ideologia racista que sexualizava pessoas negras de maneira pejorativa, ao condenar a sexualidade e sua representação e afirmação no *blues* (DAVIS, 1998b, p. 131). Em oposição a isso, considera que, “ao transformar o *blues* em um discurso espiritual sobre o amor, essa música revela uma afinidade interessante com as afirmações filosóficas da África Ocidental sobre a conexão da alegria espiritual e sexual” (DAVIS, 1998b, p. 130).

Outro ponto relevante sobre os valores que permeavam o *blues* era, para Davis, seu caráter não judicante. Para a autora, “como uma forma cultural que há muito tem sido um alvo de marginalização de inspiração racista, o *blues* categoricamente se abstém de relegar à margem qualquer pessoa ou comportamento. Seu caráter não judicante permite

ideias que seriam rejeitadas pela cultura dominante” (DAVIS, 1998b, p. 132). Eles eram ainda, em uma relação direta com tradições de matriz africana, “propriedade coletiva da comunidade negra, disseminados como contos populares, de acordo com a tradição oral da comunidade” (DAVIS, 1998b, p. 133). Sendo a espiritualidade também objeto de discurso e de consolidação de consciência.

Em uma época em que a igreja havia fornecido a principal fonte de espaço social autônomo para os afro-americanos, mulheres como Gertrude Rainey e Bessie Smith ajudaram a criar um novo espaço no qual trabalhadores negros pudessem se reunir e se sentir como uma comunidade. Os shows de barraca no Sul e os clubes e bufês no Norte, onde a música do Diabo era tocada por mulheres irreprimíveis e sexualmente destemidas, ajudaram a produzir um novo sentimento de comunidade, no qual a cultura negra foi afirmada e o domínio masculino da igreja negra fortemente contestado (DAVIS, 1998b, p. 137).

Em uma análise de estudiosos do período a abordar o tema, Davis identifica posições depreciativas que consideravam o *blues*, mesmo em grupos de brancos progressistas e negros pertencentes às classes médias, como uma manifestação cultural exótica. Percepção que, no entanto, não era compartilhada pela classe trabalhadora negra. Através da análise de críticos e historiadores desse gênero musical Davis observa a existência de uma posição elitista na apreciação dessa música, sugerindo ser produtiva a compreensão das alterações pelas quais passa esse gênero nas décadas iniciais do século XX. Em “Ma” Rainey, Davis identifica as origens desse gênero, a liberdade da fruição da sexualidade como elemento de representação da liberdade, em um período muito próximo à abolição formal da escravidão (apenas uma geração). Em Bessie Smith verifica o prenúncio “do desenvolvimento posterior da consciência feminista durante a década de 1960 e início dos anos 1970”, no qual “sua música exercia um apelo tão universal quanto as circunstâncias em que estava ancorada fossem histórica e culturalmente específicas (DAVIS, 1998b, p. 143). Em Billie Holiday, sugere um momento de transição no qual a autora negocia sua entrada na cultura *mainstream* sem, no entanto, abdicar de suas origens na canção popular.

Nas três artistas/autoras Davis compreende haver um corpo de conhecimentos orais nos quais se articulam identidade e consciência através da simultaneidade de consideração à raça, classe e gênero em suas produções que, entretanto, não esteve isenta de ambivalências. Davis considera “ilusões de assimilação” as posturas de alguns intelectuais negros do período que tendiam a considerar o *blues* como, por um lado “a única forma de arte dentro da cultura negra que manteve o vigor das realidades históricas da cultura” fornecendo “evidências de identidade racial e consciência racial”, e por outro

“alvo, como a cultura como um todo, de caracterizações racistas como “selvagem”, “primitivo” e “subdesenvolvido” (DAVIS, 1998b, p. 150).

Um dos domínios de análise do *blues* que o aproxima de tradições africanas e comportamentos da classe trabalhadora rechaçados pelas classes médias negras era a associação com as práticas religiosas de matriz africana, como as ligadas ao vodu. Davis sugere que “do ponto de vista da cultura dominante, o *hoodoo* (ou vodu) era um conglomerado primitivo de superstições irracionais. Mas para os negros que acreditavam ou realizavam os rituais mágicos dessa religião – e muitas vezes paralelos às suas crenças e práticas cristãs – o *hoodoo* era uma ligação vital, embora não reconhecida, com o passado africano”. Além disso afirma que, dentre as figuras literárias associadas ao Renascimento do Harlem, “foi principalmente Zora Neale Hurston que explorou o significado do *hoodoo*” (DAVIS, 1998b, p. 155)⁶⁵.

Zora Neale Hurston foi uma importante escritora e pesquisadora da cultura negra estadunidense do início do século XX. São de sua autoria as importantes obras *Mules and Man*, *Their Eyes Were Watching God* e *Tell My Horse: Voodoo and Life in Haiti e Jamaica*. Davis dialoga com essas obras, sugerindo a centralidade das tradições religiosas de matriz africana na cultura negra estadunidense, também expressa na música de Bessie Smith, permeada por menções a práticas religiosas e culturais da África Ocidental.

Sabemos o quanto a busca por desenraizamento configurou importante mecanismo de subalternização das populações negras. Nesse sentido, consideramos que a manutenção e reelaboração da memória cultural coletiva negra nos Estados Unidos constitui importante mecanismo de resistência. Na afirmação da liderança das mulheres negras nas práticas religiosas de matriz africana e no *blues* reside a possibilidade de uma aproximação com a cultura brasileira, na qual Yalorixás e mulheres negras empreendedoras exerceram função central em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, assim como em manifestações musicais como o samba, o jongo e a capoeira. Tais considerações revelam a centralidade da cultura como espaço de resistência às opressões

⁶⁵ Aqui Davis parece por vezes assemelhar as práticas do vodu, voodoo e hoodoo. Entretanto, em pesquisas observamos que são religiões e tradições distintas, ainda pouco exploradas em livros em nosso país. Para mais informações ver, por exemplo, *Vodu, Voodoo e Hoodoo: a magia do Caribe e o império de Marie Laveau*. Mairiporã: Arole Editorial, 2021.

de gênero, raça e classe nas sociedades afro-diaspóricas nas Américas e o papel da experiência e expressão popular para a manutenção das identidades⁶⁶.

A partir da análise do texto de Zora Neale Hurston *High John, the Conqueror*, Davis sugere, por exemplo, que as práticas religiosas de matriz africana estavam secularmente associadas à esperança por dias melhores, presente nas comunidades negras escravizadas, expostas à subalternidade e negação de direitos. Sendo fundamentais à consolidação da cultura negra estadunidense, elas estavam intimamente ligadas às tradições ancestrais africanas.

Como os artistas literários, visuais e performáticos afro-americanos – e também os críticos – perceberiam mais tarde, as práticas religiosas afro-americanas baseadas na África Ocidental e especialmente na religião yorubá permeiam a cultura como um todo. A articulação de uma estética especificamente negra – o objetivo anunciado da Renascença do Harlem – não pode se localizar na tradição viva da cultura afro-americana sem levar a sério as práticas chamadas variadamente de conjure, voodoo ou hoodoo. Bessie Smith e Zora Neale Hurston eram semelhantes em suas respectivas atitudes em relação ao hoodoo no sentido de que nenhuma delas o abordava como uma superstição infundada que precisava ser expurgada das práticas culturais das comunidades em que estavam presentes. Pareciam-se também na resistência à construção do hoodoo imposto pela cultura dominante, que o definia como um material a ser exotizado e sensacionalizado. Zora Neale Hurston foi capaz de combinar efetivamente o conhecimento que adquiriu através de sua exposição ao longo da vida às práticas culturais afro-americanas com seu trabalho acadêmico na disciplina de antropologia – um feito raro e desafiador, dados os preconceitos eurocêntricos tradicionais de seu campo. Bessie Smith cantou sobre essas práticas no cotidiano dos negros, transcendendo as limitações da segregada indústria fonográfica ao vender milhões de discos durante sua carreira (DAVIS, 1998b, p. 159).

Davis sugere a recuperação das produções e análise crítica da música de Bessie Smith, pois isso possibilitaria a valorização desse conhecimento alternativo, fundamental para a cultura negra de seu país. Parte de uma tradição musical de tratamento das injustiças raciais e valorização da cultura negra que tem vários outros gêneros musicais como herdeiros.

Quanto à Zora Neale Hurston, membro do movimento *Harlem Renaissance* nas décadas de 1920 e 1930, esta foi “esquecida” em sua importância e contribuição para a literatura e cultura estadunidense, sendo recuperada décadas depois pelo trabalho de Alice Walker. Davis sugere que isso tenha ocorrido em razão de sua insistência no valor da

⁶⁶ Sobre o tema no contexto brasileiro, a tese de jurema Werneck *O Samba Segundo as Ialodês: Mulheres Negras e Cultura Midiática* é um importante documento a abordar o papel das mulheres negras na preservação da cultura e memória nas comunidades negras. O texto encontra-se disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=10. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

cultura popular negra e afirma que tal situação não pode se repetir com Bessie Smith, especialmente “em um momento como o presente, quando as questões de raça, classe, gênero e sexualidade estão sendo contestadas a cada passo em nossa sociedade” (DAVIS, 1998b, p. 160).

É pertinente notar que a atenção às conexões entre gênero, raça e classe passavam no período de publicação da obra por um momento crucial. Publicado em 1998, *Blues Legacies and Black Feminism* se insere em um momento no qual as análises integrativas e o conceito de interseccionalidade estavam consolidados nos Estados Unidos, assim como os *Black Women Studies*. Davis analisa essas conexões a partir de uma reflexão sobre a cultura, em um momento importante de produção intelectual sobre o tema e de revisão dos ganhos e perdas das lutas por libertação negra ao longo do último século.

Nesse sentido, a última das autoras analisadas por Davis é Billie Holiday, cantora inserida no *Jazz* e responsável por um momento de transição, no qual a música e cultura negra adentram outros espaços e dialogam com a cultura dominante, sendo por essa apropriada. A argumentação de Davis aborda dois aspectos da obra da cantora, frequentemente associada a dois momentos: sua carreira inicial, na qual interpretava canções de amor, e a gravação de “*Strange Fruit*”, música antilinchamento interpretada como protesto contra a injustiça racial e um clássico da música estadunidense. Davis considera haver implicações sociais relevantes nas músicas sobre o amor, comumente consideradas ingênuas e superficiais, ao mesmo tempo em que denuncia a arbitrariedade com a qual Holiday foi tratada por críticos musicais, que a consideraram politicamente alheia às consequências políticas de suas ações.

No que concerne ao conteúdo social das músicas interpretadas por Holiday, Davis considera a existência de conexões entre amor, sexualidade, individualidade e liberdade, herdeiras das tradições anteriores, e explicitamente pela cantora designadas como parte do legado das outras cantoras analisadas, “Ma” Rainey, e especialmente, Bessie Smith. Considera que “suas meditações musicais sobre as dores de amor aparentemente intermináveis das mulheres iluminaram as construções ideológicas de gênero e as maneiras como elas se insinuam na vida emocional das mulheres”. Utiliza a noção de “dimensão estética” marcuseana, historicizada e pensada em um âmbito coletivo (DAVIS, 1998b, p. 163).

Ao instrumentalizar a noção de “dimensão estética” de Herbert Marcuse – por ele criada em *Eros e Civilização* e aprofundada em *A Dimensão Estética* – Davis sugere o potencial subversivo da arte, sem que esta, no entanto, esteja necessariamente vinculada

à ação política. Afirmar que para Marcuse, “o potencial político da arte reside apenas em sua própria dimensão estética”, que em sua obra promove uma crítica à noção de que “o político e o estético, o conteúdo revolucionário e a qualidade artística tendem a coincidir” (MARCUSE *apud* DAVIS, 1998, p. 164). A ideia central é de que a arte contém um potencial, constitui um âmbito semiautônomo no qual se pode criar e imaginar mundos possíveis que se oponham à cultura dominante. No caso das músicas de Holiday, em uma época durante a qual o domínio masculino era incontestável dentro da cultura popular, suas canções constituem oposição ao discurso dominante através da valorização da agência feminina.

Ainda que Davis compreenda que a formulação de uma compreensão da estética em Marcuse estava vinculada a concepções de alta ou autêntica cultura, informadas por sua formação tradicional europeia, a autora compreende que “aspectos de sua teoria do potencial subversivo da arte, desenvolvido como uma crítica à estética marxista ortodoxa, pode ser invocado, não com o propósito de assimilar a música de Holiday ao cânone da ‘grande’ arte, mas sim como uma forma de compreender o poder persistente e o apelo de suas performances”. A partir da compreensão marcuseana da existência de qualidades radicais na arte, sugere que estas “fundamentam-se precisamente nas dimensões em que a arte transcende sua determinação social e se emancipa do universo dado de discurso e comportamento, preservando sua presença avassaladora”, criando um “reino no qual a subversão da experiência própria da arte se torna possível” (DAVIS, 1998b, p. 164).

Davis elabora uma compreensão pautada nas possibilidades críticas da arte, para além de designações sobre o que é ou não alta e baixa cultura. Em lugar de termos que visam à universalidade da experiência estética, tais como aquelas que pretendem retirar seu caráter histórico ou afirmar a singularidade do gênio, Davis realiza o contrário ao sugerir que,

a “dimensão estética” do trabalho de Billie Holiday representa uma simbiose, extraindo e contribuindo para uma sociedade afro-americana e história musical em que a agência política das mulheres é nutrida pela agência estética e, por sua vez, a nutre. É essa “dimensão estética” das canções de Lady Day que explica seu apelo inalterado, por sua capacidade simultânea de confirmar e subverter as representações racistas e sexistas das mulheres apaixonadas (DAVIS, 1998b, p. 164).

Para ela, Billie Holiday contribuiu para a consolidação de uma tradição cultural única e singularmente afro-americana, ao mesmo tempo em que a subverte em um trabalho de transformação dessa tradição que desafia representações estereotipadas de mulheres, baseadas em gênero e raça.

Em uma análise do potencial crítico contido na música, Davis recupera as discussões que ocorriam no período sobre o “inglês negro”, para sugerir as transformações pelas quais passaram a língua, o discurso e a música afro-americana, remetendo essas transformações ao contexto histórico de transvaloração da experiência africana no contexto norte-americano (DAVIS, 1998b, p. 166). Para a autora, nas músicas da Holiday estão subsumidos tanto um discurso que não era exatamente o tipo de música que esta cantora gostaria de expressar – de acordo com sua autobiografia –, quanto tradições de matriz africana que remetiam à escravidão e nas quais o discurso não necessariamente corresponde ao que se deseja representar, a princípio em razão de a palavra naquele contexto poder representar um risco à sobrevivência e à vida, mas também como possibilidade de resistência e construção de comunidade.

Davis explica que, em virtude de instrumentos musicais tradicionais africanos serem proibidos em razão de seu potencial de comunicação na escravização estadunidense, a musicalização da fala é também uma característica singular da música afro-americana. Davis sugere relacionar tal fenômeno às transformações de costumes linguísticos da África Ocidental, forjados dentro e muitas vezes contra o sistema de escravidão (DAVIS, 1998b, p. 167).

Tendo em vista os perigos de uma interpretação fácil e literal, Davis sugere que se leve em consideração a ambiguidade e as contradições da localização das mulheres negras nos relacionamentos amorosos, revelando a relação entre o compartilhamento de experiências relacionadas à sexualidade e vida afetiva, com a constituição de uma subjetividade e autoconsciência. Ainda que se considere a relevância da apreensão da dimensão estética de Holiday como possibilidade de constituição de uma consciência coletiva de gênero, raça e classe, para Davis, é importante que se reconheça que suas canções revelam também a possibilidade de constituição de um lugar de criticidade, no qual as mulheres ouvintes pudessem, a partir da apreensão de sua obra, refletir sobre suas próprias condições de existência, permeadas por contradições sociais. Para Davis, a arte de Holiday

expressava e incorporava uma postura crítica, em um contexto estético, em relação às relações sociais que na época não eram popularmente vivenciadas como capazes de transformação histórica. Permanecemos comovidos por suas canções porque experimentamos nelas a presença antecipada e incipiente de um ponto de vista posteriormente produzido e sistematicamente elaborado por movimentos sociais que insistiriam em transformações históricas de gênero, raça e relações de classe (DAVIS, 1998b, p. 180).

Davis analisa com minúcia algumas das mais conhecidas canções de Billie Holiday com o objetivo de demonstrar suas contribuições para a consolidação posterior de uma consciência feminista negra, entretanto, o ponto alto da contribuição de Holiday para a consolidação de uma arte preocupada com a transformação social é geralmente atribuído à sua gravação da canção “*Strange Fruit*”. Considerada um hino antilinchamento e um “protesto pessoal” contra a injustiça racial a que estavam submetidas as pessoas negras nos Estados Unidos naquele período. Desta maneira, de uma cantora respeitada por suas performances e produção musical, Holiday passa, após essa gravação, a artista engajada em uma tendência musical de denúncia do racismo.

Ainda que considere a arte e cultura como dimensões da condição humana próprias, para Davis, “a arte nunca alcança grandeza por meio da transcendência da realidade sócio-histórica. Ao contrário, mesmo que transcenda circunstâncias e convenções específicas, está profundamente enraizada nas realidades sociais” (DAVIS, 1998b, p. 183). Com a análise da contribuição de Holiday para a música de protesto, Davis consolida sua percepção de que a arte pode ser capaz (e não necessariamente é esse seu objetivo) de provocar atitudes críticas, criando novas perspectivas na busca por libertação e transformação radical da sociedade. Afirmo que

na mimese transformadora, a imagem da libertação é fragmentada pela realidade. Se a arte promettesse que no final o bem triunfaria sobre o mal, tal promessa seria refutada pela verdade histórica. Na realidade, é o mal que triunfa, e só existem ilhas do bem onde se pode encontrar refúgio por um breve período. As obras de arte autênticas estão cientes disso: rejeitam a promessa feita com muita facilidade; elas recusam o final feliz aliviado. Eles devem rejeitá-lo, pois o reino da liberdade está além da mimese (DAVIS, 1998b, p. 185).

Nessa bela passagem Davis indica o seu entendimento da autonomia da arte frente à ação política e aponta o horizonte de liberdade que perpassa sua obra. Horizonte este que será alcançado apenas a partir da ação.

No que concerne às contribuições de Holiday, ainda que apresente dados biográficos da cantora e as circunstâncias opressivas nas quais viveu, Davis privilegia em sua análise o papel desta para estabelecer o lugar do protesto na tradição musical popular negra e o desfazimento da oposição entre a carreira de sucesso e a consciência social presente na música de Holiday. É bastante impactante o modo como Davis apresenta a repercussão da gravação de “*Strange Fruit*” e o modo como críticos e mesmo músicos que acompanhavam Holiday subestimam sua inteligência, enredando-a em uma “teia de

inferioridade de gênero” que a apresentava como absolutamente incapaz de grandes obras sem a tutela masculina e branca.

Para refutar a posição que afirmava a ingenuidade de Holiday na gravação dessa música, Davis questiona a possibilidade de que a cantora estivesse alheia às dimensões políticas de sua música, quando o que se vivia era um contexto de segregação racial, no qual ela sequer poderia se apresentar em determinados lugares, convivendo com notícias constantes de linchamento, sendo parte da classe trabalhadora e tendo vivido com inúmeras situações de racismo cotidiano, como, por exemplo, a mais grave que impediu atendimento médico a seu pai, o que o levou à morte (DAVIS, 1998b, p. 197).

A partir de um breve panorama histórico da discriminação racial dos Estados Unidos da década de 1930, nele incluso um relato perturbador de um linchamento ocorrido em 1934, Davis argumenta que o período de atuação de Billie Holiday coincide com a denúncia dos linchamentos (que mesmo naquele período ainda eram uma prática comum), a consolidação de importantes organizações negras e movimentos culturais como o já mencionado *Harlem Renaissance*, as lutas políticas pela soltura dos *Scottsboro Nine*⁶⁷ e por dessegregação racial e garantia dos direitos civis. Com isso pretende que a cena cultural, na qual se insere a produção de Holiday, é uma consequência dos movimentos de massa existentes no período, não apenas os relacionados diretamente à questão racial, mas também os que concerniam à classe, haja vista o período anterior de urbanização, a quebra da bolsa de valores de 1929, a organização sindical, dentre outros movimentos multirraciais de trabalhadores e trabalhadoras do período.

Davis argumenta que ainda que Holiday não tenha se engajado diretamente em ações políticas de oposição ao racismo, através, por exemplo, de análises políticas extensas, sua autoafirmação como mulher negra esteve presente em sua trajetória, assim como nesta importante música. E através de uma observação de Fanon, para quem o racismo está presente mesmo em situações não explícitas, Davis sugere que o fato de Holiday não ter efetivamente presenciado um linchamento não impossibilita sua capacidade de compreender as nuances do racismo e o modo como este incide de outras maneiras nas vidas e comunidades negras. Sua contribuição reside na produção e

⁶⁷ Nome dado a nove jovens presos e condenados à morte por uma acusação posteriormente revelada falsa de estupro no Alabama em 1931. A luta pela libertação deles é considerada uma das mais emblemáticas nas reivindicações antilinchamento e contra a injustiça racial nos Estados Unidos.

representação de Holiday de sua música, ao apontar a “devastação corporal”, os “danos psíquicos”, a “violência e a teia de instituições racistas implicadas na cultura do linchamento”, além de sua “permanência cultural” (DAVIS, 1998b, p. 194).

Gravada em 1939 por Holiday, “*Strange Fruit*” é na verdade um poema do escritor Abel Meeropol, que Davis considera “um dos exemplos mais influentes e profundos, locais e contínuos da intersecção entre música e consciência social”.

Ao recuperar outras cantoras negras como Nina Simone, Davis parece sugerir a existência de uma continuidade histórica na música produzida por mulheres negras, capaz de exercer importante impacto na cultura popular estadunidense. As cantoras por ela analisadas desempenharam relevante papel na consolidação da cultura negra de seu país, contribuindo não apenas com sua produção artística, mas como conformadoras de uma consciência simultânea de gênero, raça e classe.

Em um período atual de análises e consolidação da área de estudos integrativos de gênero, raça e classe, Davis sugere que através da oralidade e música, “Ma” Rainey, Bessie Smith e Billie Holiday contribuíram para a conformação de atitudes feministas, que consideravam as peculiaridades da experiência coletiva das mulheres negras da classe trabalhadora, em um período no qual as organizações feministas e negras do início do século abdicavam de análises interconectadas. Para além da recuperação da relevância cultural do *blues* produzido por mulheres negras nos Estados Unidos das décadas de 1930 e 1940, essa obra de Davis é singular em dois fundamentais aspectos: na consideração às conexões entre gênero, raça e classe para a constituição das subjetividades e na atenção às contribuições das tradições de matriz africana para a consolidação da cultura negra estadunidense.

Ao sugerir um “continuum de lutas” que é estético e político ao mesmo tempo (DAVIS, 2017, p. 167); um continuum cultural africano” (DAVIS, 2017, p. 49), no qual está localizado o *blues*; e um continuum na música negra estadunidense produzida por mulheres, que estabelece uma relação histórica entre gêneros musicais (DAVIS, 1998b, p. 97), Davis parece sugerir o âmbito da cultura como dimensão crucial para suas análises. Estando as mulheres em um lugar central na consolidação das manifestações culturais da diáspora negra que, ao subverter os papéis tradicionais de gênero na América ocidentalizada, possui ligação direta com aspectos da vida em sociedades africanas com as quais dialoga.

Nesse sentido, a recuperação do conhecimento produzido por mulheres negras corresponde à valorização de uma epistemologia alternativa, que atribui valor à produção cultural de uma parcela da população mundial considerada menos humana, sendo o *blues* uma evidência estética das realidades psicossociais singulares da população negra. Assim, ao recriar tradições africanas ligadas à valorização da expressão corporal e oralidade, as mulheres negras influenciaram de maneira duradoura a cultura negra norte-americana. Essa herança é para Davis constituída por uma tripla dimensão, na medida em que ela considera o *blues* um gênero musical que expressa uma consciência histórica simultânea de gênero, raça e classe; uma expressão do potencial político de denúncia das opressões possível através da arte e cultura; e como contribuição para a conformação de valores de autodeterminação, independência e assertividade, reveladores de agência sexual, autonomia de discurso e consciência feminista negra.

No que concerne à consciência de gênero, raça e classe perceptível na expressão do *blues*, Davis considera este como uma manifestação cultural originada nas comunidades negras da classe trabalhadora, caracterizada por um comportamento desviante, em que a memória histórica coletiva do que foi anteriormente exigido das mulheres negras para lidar com a escravidão estava presente. Desta feita, ainda que haja referências à subalternidade das mulheres à dominância masculina, o que predomina é uma expressão singular de domínios considerados masculinos, isso se se leva em consideração o padrão de cultura dominante heterossexual/branco/capitalista.

Suas análises sobre o *blues* refletem sobre a relevância de temas como amor e viagens, mas o horizonte é de emancipação e liberdade. Com essa argumentação Davis retoma a relação entre identidade, consciência e liberdade, elaborada brevemente nas *Lectures on Liberation* de 1969, nas quais aborda a importância da constituição de um espaço de identidade individual e coletiva para as pessoas negras escravizadas no âmbito da condição humana tolhidas. A expressão da sexualidade, como possibilidade quase única de expressão da liberdade é importante elemento no que concerne também à classe, na medida em que se opõe aos valores das classes altas e médias, consolidados a partir de atribuição de inferioridade feminina e repressão em todos os níveis, dentre eles o sexual.

No que concerne à sua relação com a política, ainda que não necessariamente música engajada, o *blues* possui variadas canções que apresentam protestos explícitos contra o racismo e sexismo. Nesse ponto, Davis aborda tanto o potencial político existente

na música produzida por mulheres negras, como cultura e arte como dimensões da expressão humana que possuem autonomia, mas que podem levar ao despertar do pensamento crítico.

Há em *Blues Legacies and Black Feminism* extensa bibliografia sobre a música negra estadunidense de modo geral e sobre o *blues* em particular, mas também algumas das mais importantes obras, autoras e autores publicados no período que auxiliaram na consolidação do pensamento feminista negro, com destaque para autoras como Patricia Hill Collins, Toni Cade Bambara, Hazel Carby, Paula Giddings, Berverly Guy-Sheftall, Gina Dent, estudiosas dos feminismos das mulheres de cor e cultura popular negra. Algumas importantes referências para o pensamento negro são W. E. B. Du Bois e Franz Fanon, e também filósofos europeus como Marx, Engels, Marcuse, Theodor Adorno e Max Horkheimer. Complementam suas análises representantes da fértil literatura negra produzida por mulheres na década de 1980 como Audre Lorde, bell hooks, Alice Walker, Toni Morrison, além dos já anteriormente citados Langston Hughes e Zora Neale Hurston.

Sua escrita se insere em uma miríade de referências que dialogam para a criação de análises autônomas, como perceptível em outras de suas obras analisadas. O que surpreende, no entanto, é a menção aos valores morais e religiosos advindos de culturas tradicionais africanas e suas religiosidades, análise que destoa de suas obras anteriores. Sua principal referência para esta temática é, como mencionamos, a obra *Muntu: The New African Culture*, de Janheinz Jahn e também *Tell My Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*, de Zora Neale Hurston.

Davis aborda a partir das obras supracitadas a influência do pensamento africano para a consolidação do conhecimento a partir do processo de nomeação, remetendo em especial às culturas yorubás e à prática religiosa do *hoodoo* e vodu. Ela sugere que tais culturas auxiliaram a compor o quadro ideológico que distingue os valores das mulheres negras do início do século XX de suas companheiras brancas, entretanto não aprofunda tal assertiva. Além disso, Davis afirma a liderança religiosa das mulheres nas comunidades negras, sem indicar as estratégias por elas consolidadas para evitar o apagamento de seus saberes — interpretação que enriqueceria sobremaneira o seu trabalho.

Nesse sentido, ainda que possamos estabelecer possíveis paralelos com a cultura brasileira ao, por exemplo, aproximar suas análises à marginalização as quais estiveram

submetidas as mulheres negras sambistas cariocas ou as Yalorixás baianas do início do século XX, não poderíamos fazê-lo senão a partir de conjecturas.

Importa considerar, entretanto, que a cultura é compreendida por Davis como instância viva de produção humana, passível de refletir e consolidar atitudes de diagnóstico e prescrição de posturas críticas frente às opressões baseadas em gênero, raça e classe. O *blues* estadunidense do início do século passado é para ela um exemplo paradigmático dessa possibilidade, que teria auxiliado para a consolidação de uma consciência histórica das conexões entre racismo, sexismo e exploração de classe, realizado por mulheres negras, muitos anos antes de análises acadêmicas sobre essas interconexões serem elaboradas.

CAPÍTULO 4. “AS MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UTOPIA”

“As mulheres negras na construção de uma nova utopia” é o título da conferência realizada por Davis em 1997, em São Luís do Maranhão, na ocasião da realização da I Jornada Cultural Lélia Gonzalez, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Naquele momento Davis realizava a pesquisa sobre as cantoras do *blues*, que se tornaria no ano seguinte o livro *Blues Legacies and Black Feminism*, e no qual, como vimos, a autora afirma a agência feminina das cantoras do *blues* no início do século XX e seu papel na consolidação de atitudes críticas “feministas negras”.

Com o título dessa conferência, que corresponde à primeira apresentação de Davis no Brasil, dentre as oito ocorridas até o presente momento, gostaria de enfatizar o lugar central que a autora atribui a estas mulheres para a construção imaginativa de outros mundos possíveis. Lugares estes, como desde as lutas políticas contemporâneas que insistem na memória das experiências históricas de negação da humanidade, à criação coletiva de novos parâmetros de ação política, gestados por organizações negras em distintos modelos de associação, presentes em países como o Brasil e os Estados Unidos e em muitos outros lugares do mundo onde nos façamos presentes.

O caráter global do racismo, a hierarquização generificada das sociedades ocidentais, aliadas à destruição sem precedentes do meio ambiente e à exploração capitalista, tem sido o pano de fundo para as reflexões produzidas por mulheres negras organizadas, que têm instado indivíduos e sociedade a repensar os marcos civilizatórios do Ocidente e a manutenção de sociedades moldadas por posições políticas e econômicas que visam unicamente o lucro.

O feminismo ao qual Davis se associa, um feminismo que compreende as interconexões entre gênero, raça e classe para a produção das opressões e exploração humana, tem sido grande aliado para o trabalho imaginativo e prático de construir “futuros mais habitáveis”, bem como também associado ao abolicionismo penal, teoria política radical que reflete sobre a possibilidade futura de abolição das prisões como forma primária de punição. É crucial a interpretação do modo como Davis considera feminismo e abolicionismo teorias e práticas fundamentais para o século XXI. Trabalho

que realiza em *Estarão as Prisões Obsoletas?*, *A Democracia da Abolição*, *The Meaning of Freedom and Other Difficult Dialogues* e *A Liberdade é uma Luta Constante*.

Argumentamos que a essas obras correspondem importantes contribuições para os estudos críticos contemporâneos, ao consolidar o feminismo negro e o abolicionismo penal como tendências de pensamento político fundamentais à teoria social, ciências humanas e filosofia, e também ao produzir inflexões relevantes na apreciação de dois conceitos caros à filosofia ocidental como liberdade e democracia.

Pretendemos nesse momento o entendimento da relação estabelecida por Davis entre a opressão simultânea de gênero, raça e classe e o sistema prisional. Em sua relação com o histórico de escravização e a ação política de mulheres negras na busca por alternativas ao encarceramento e combate ao racismo, sexismo e exploração capitalista. Tendo em vista a consideração da autora de que a estes sistemas históricos de opressão correspondem um conjunto de relações sociais que influenciam a organização política contemporânea e impedem que construamos noções mais abrangentes, inclusivas e reais de liberdade e democracia.

4.1. Lutas políticas contemporâneas e “alternativas abolicionistas”

Na articulação entre uma crítica antirracista ao feminismo hegemônico, crítica à supremacia masculina em movimentos sociais negros e uma crítica marxista ao capitalismo, reside uma das mais fundamentais contribuições de Davis para o ativismo e a teoria política contemporânea. Interpretamos, entretanto, que a estas se conectam outras, tais como as que concernem à popularização das discussões sobre o abolicionismo penal.

Envolvida com as lutas antiprisoniais desde a juventude, a obra de Davis que aborda o tema de modo mais sistematizado é *Estarão as Prisões Obsoletas?*, livro publicado em 2003. Esta obra se insere em um período profícuo de análises interseccionais e também no que concerne à raça, haja vista a relevância da Conferência Mundial contra o Racismo, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001, para a qual Davis contribuiu com um texto sobre as mulheres negras e o sistema prisional. Essa conferência foi um marco para as elaborações feministas negras, havendo no Brasil importantes nomes a produzir análises sobre o evento, como Sueli Carneiro.

Entretanto, ainda que o abolicionismo penal possua um histórico de produções que remonta a diversos autores e disciplinas, a obra de Davis tem sido interpretada como parte fundamental desse conjunto teórico, tendo em vista suas análises históricas do desenvolvimento do encarceramento em massa nos Estados Unidos, em sua relação com o racismo e o capitalismo. Sua produção acerca do tema está intimamente ligada a uma análise que visa o entendimento das interconexões entre racismo e capitalismo, associada à categoria gênero que, para ela, é também categoria fundamental instrumentalizada pelo sistema prisional.

O primeiro convite feito pela autora em *Estarão as Prisões Obsoletas?* é que o leitor e a leitora questionem a evidência da prisão como única possibilidade de punição e manutenção da ordem social. Depois dessa reflexão inicial, aponta o crescimento exponencial do sistema prisional, que em três décadas elevou a população carcerária estadunidense de 200 mil a 2 milhões de pessoas. Em terceiro, Davis realiza uma investigação sobre o envolvimento corporativo no fornecimento de bens e serviços para as prisões, o que, em aproximação ao complexo industrial-militar, proporcionou a criação do conceito de complexo industrial-prisional, termo cunhado pelo historiador Mike Davis. Para Angela, o aumento do aprisionamento está vinculado à crença em uma redução da criminalidade, mas também à possibilidade de desenvolvimento econômico nas regiões nas quais foram implantadas.

A onipresença das prisões no imaginário popular revela para Davis o modo como a ideologia age na conformação da relação do indivíduo com a comunidade. Esta onipresença foi consolidada através de recursos audiovisuais como a televisão e o cinema, que tornaram as prisões uma instituição naturalizada, que esconde complexos problemas sociais. Para a autora, “o trabalho ideológico que a prisão realiza” é nos livrar “da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global” (DAVIS, 2018a, p. 17). A materialidade das questões econômicas corresponde à desindustrialização e busca por força de trabalho barata em outras regiões do mundo, o que empobreceu comunidades estadunidenses, tornando as populações pobres e negras as candidatas perfeitas ao encarceramento. O resultado de todo esse processo é o fato de que “a prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo” (DAVIS, 2018a, p. 17).

O questionamento posto no título do livro remete à disponibilidade de explorar de maneira criativa alternativas à prisão. Um dos tópicos relevantes desse estudo de Davis é

a demonstração de uma continuidade histórica entre o encarceramento, a escravização, os linchamentos no pós-abolição e a segregação racial, institucionalizada desde as leis Jim Crow até o movimento pelos direitos civis na década de 1960. A autora sugere que ao longo da maior parte da história dos Estados Unidos a igualdade racial não pareceu menos que uma quimera e essa percepção pode ser útil à constituição de perspectivas que façam coro à abolição das prisões (DAVIS, 2018a, p. 26).

À escravidão, aos linchamentos e à segregação, entendidas como expressões históricas do racismo estadunidense, Davis conecta o sistema prisional, com o objetivo de demonstrar a possibilidade de mudança das condições sociais e atitudes, a partir da organização dos movimentos sociais. Compreende que os conectam o fato de serem ambas instituições racistas e que, tal qual as experiências do passado, ao ser combatida, a indústria da prisão pode também chegar à obsolescência.

Sobre o surgimento das prisões, afirma que essas consolidaram um avanço entre as punições corporais e capitais comuns no início da modernidade e a penitência, um espaço para a reflexão que poderia gerar mudanças positivas de comportamento. Esse ideário se modifica ao longo do tempo e mesmo em seus primórdios é impossível ignorar as semelhanças significativas entre a escravização e a prisão penitenciária, tais como a subordinação à vontade de um superior, o trabalho forçado e o isolamento.

Leis aprovadas no imediato posterior à abolição da escravidão, que criminalizavam pessoas negras, como as que abordavam a vadiagem, contribuíram para consolidação do sistema de arrendamento de prisioneiros, que em pouco se distinguiu do trabalho e das punições violentas da escravidão. Na atualidade, instituições prisionais recebem por indivíduo e as penas têm se tornado cada vez mais longas, o que gera o aumento do encarceramento. A persistência do racismo nessas situações é para Davis o indicativo de uma continuidade nas estruturas de cunho racial e exploratório, que foram os propulsores do surgimento do complexo industrial-prisional. Segundo a autora,

a persistência da prisão como a principal forma de punição, com suas dimensões racistas e sexistas, criou essa continuidade histórica entre o sistema de arrendamento de prisioneiros do século XIX e início do século XX e o atual negócio da privatização das prisões. Apesar de o sistema de arrendamento de condenados ter sido legalmente abolido, suas estruturas de exploração ressurgiram nos padrões da privatização e, de maneira mais geral, na ampla corporativização que produziu o complexo industrial-prisional (DAVIS, 2018a, p. 40).

Davis relaciona aprisionamento e reforma prisional, indicando o surgimento concomitante de ambas as formas na medida em que à prisão penitenciária correspondeu

a oposição a penas mais brutais e violentas, herdadas da Inglaterra e de outros países europeus, no contexto da Revolução Americana. A autora considera que, “o processo por meio do qual o encarceramento se tornou a maneira primária de punição imposta pelo Estado estava intimamente relacionado à ascensão do capitalismo, ao surgimento de um novo conjunto de condições ideológicas”, tais como a consolidação da burguesia e o patrocínio a ideais liberais na cultura e na ciência, e se pergunta se esse sistema constituído em um contexto determinado faria sentido na atualidade (DAVIS, 1998a, p. 46). Para a autora, a princípio criado como mecanismo de transformação dos hábitos e moral que visava à regeneração, as prisões na atualidade abandonaram a crença no potencial de transformação humano, se tornando repositórios para o indivíduo considerado abjeto ou não quisto.

Nesse momento de sua obra Davis considera ter havido uma substancial modificação na percepção social do indivíduo na modernidade, que pode ser exemplificada a partir dos ideais das Revoluções Francesa e Americana e expressos em suas máximas “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e “Consideramos essas verdades evidentes em si mesmas: todos os homens são criados iguais”. Tais novas compreensões de mundo asseveraram uma “aceitação do caráter sagrado dos direitos individuais”, fundamental para que o encarceramento e a retirada desses direitos possam ter passado a ser concebidos como formas de punição. Aliada a essa compreensão de valores individuais burgueses, Davis sugere a relação entre o capitalismo e a quantificação abstrata do tempo, através de sua relação com o trabalho, como causa para a punição estatal computada em meses, anos e décadas.

Suas análises apresentam uma relação entre o capitalismo e o racismo como sistemas de opressão que conformaram o sistema prisional atual em seus primórdios, ao expressar uma nova percepção do indivíduo pautada em valores burgueses que, quando acrescida a categoria raça, revela suas relações com a era das escravizações africanas e a similitude entre a desumanização daquele período histórico e o mundo contemporâneo⁶⁸.

Ao abordar a temática do gênero, Davis demonstra que historicamente este tem desempenhado um papel importante no sistema prisional: a princípio não consideradas

⁶⁸ Nessa recuperação histórica Davis aborda autores do século XVIII que compactuavam com a noção de possibilidade de regeneração moral para prisioneiros, o papel da literatura naquele período e em posteriores. Informa a relevância dos escritos do cárcere para as lutas por libertação negra e o modo como estes consolidaram críticas ao sistema prisional e pena de morte. São exemplos os textos dos Soledad Brothers, os seus e de outros autores em *If They Come in the Morning*, e obras recentes como as do preso político Mumia Abu-Jamal, jornalista e ex-pantera negra, preso desde 1982 e condenado à pena capital.

sujeitos de direitos, as mulheres eram menos aprisionadas no período de consolidação do aprisionamento como mecanismo primordial de punição, sendo mais comuns internações psiquiátricas como meio de controle social das populações femininas. Em um período de reformas, presídios femininos passaram a ser configurados de modo a valorizar e incutir valores de domesticidade às mulheres brancas, estando negras e pertencentes a outras minorias étnicas ausentes dos relatos sobre o tópico e sobrerrepresentadas estaticamente ao longo da história. Na atualidade as mulheres correspondem a uma das populações que mais crescem no sistema prisional, sendo submetidas a formas específicas de opressão, como as revistas íntimas (acompanhadas muitas vezes de exame de cavidades corporais), medicalização excessiva ou ausência de serviços de saúde e abusos sexuais, estando as mulheres negras, em uma relação com o histórico de escravização, frequentemente associadas à hipersexualização e consideradas repositórios óbvios para a violência (DAVIS, 2018a, p. 73).

Em uma denúncia de demandas liberais de igualdade nas prisões, pautadas no direito igual à opressão, Davis considera a importância da construção de alternativas ao aprisionamento, que não sejam pautadas na opressão exercida nesses espaços masculinos, considerados “normais”. Risco semelhante é exemplificado na decisão de 1996 de reinstaurar o acorrentamento de mulheres no trabalho forçado no estado do Alabama, após ter sido sancionado nos presídios masculinos. Fato resultante de ações judiciais movidas por prisioneiros homens que alegavam prática discriminatória, ele revela que nem sempre o uso jurídico da interseccionalidade é construído com fins emancipatórios. Por outro lado, uma mirada interseccional revela que “a criminalização de mulheres negras e latinas inclui imagens persistentes de hipersexualidade que servem para justificar os abusos sexuais cometidos contra elas tanto dentro quanto fora da prisão” (DAVIS, 2018a, p. 86), muitos deles confirmados por organizações de direitos humanos como a ONU e a Human Rights Watch (DAVIS, 2018a, p. 87).

Para Davis, a onipresença do abuso sexual de mulheres nas prisões revela um comportamento que alia misoginia e racismo e que, ainda que amplamente combatido na sociedade em geral, é naturalizado e institucionalizado nas instituições prisionais. Tais práticas revelam, segundo a autora, a perpetuação da violência contra a mulher e um exemplo dramático da necessidade de transformação de atitudes e práticas opressivas, sendo este considerado um dos aspectos das relações que configuram o que hoje é denominado complexo industrial-prisional: sistema baseado na exploração da mão-de-obra prisional por corporações privadas, racialização das populações carcerárias e uso de

tecnologias militares que, com a desculpa da garantia de combate à criminalidade, consomem recursos públicos e incorporam nas prisões e fora delas processos de controle e destruição social (DAVIS, 2018a, p. 95).

A denúncia do complexo industrial-prisional tem sido um tema relevante na produção intelectual recente de Angela Davis e em falas públicas ao longo dos últimos vinte anos. Ainda que não possamos nos aprofundar no tema, tendo em vista os objetivos da presente tese, é preciso salientar que esta tem se tornado uma questão central ao seu pensamento, ao considerar que a consolidação desse sistema se opõe a avanços políticos em direção à justiça, democracia e igualdade social, pois intimamente relacionado à ampliação do racismo e da xenofobia nas últimas décadas. Em suas palavras,

a oposição radical ao complexo industrial-prisional global vê o movimento antiprisional como um meio vital para expandir o terreno no qual a busca pela democracia possa se desdobrar. Este movimento é, portanto, antirracista, anticapitalista, antisexistista e anti-homofóbico. Exige a abolição da prisão como o modo dominante de punição, mas ao mesmo tempo reconhece a necessidade de uma genuína solidariedade com os milhões de homens, mulheres e crianças que estão atrás das grades. Um dos grandes desafios desse movimento é levar adiante um trabalho que crie ambientes mais humanos e habitáveis para as pessoas na prisão sem reforçar a permanência do sistema prisional (DAVIS, 2018a, p. 112).

O convite que Davis apresenta em suas elaborações sobre o sistema prisional é que construamos alternativas ao encarceramento. Alternativas abolicionistas que compreendem a amplitude do complexo industrial-prisional que, para ela, “é muito mais do que a soma de todas as cadeias e prisões do país. É um conjunto de relações simbióticas entre comunidades correcionais, corporações transnacionais, conglomerados de mídia, sindicatos de guardas e projetos legislativos e judiciais” (DAVIS, 2018a, p. 115).

De maneira propositiva, a autora nos sugere o exercício de “imaginar uma sociedade na qual raça e classe não sejam causas determinantes primárias de punição” (DAVIS, 2018a, p. 115). E para além do esforço imaginativo de pensar alternativas, Davis aponta possibilidades que incluam a desmilitarização das escolas, a revitalização da educação, sistemas de saúde que garantam atendimento físico e mental gratuito, um sistema de justiça pautado na reparação e reconciliação, a descriminalização do uso de drogas e do trabalho sexual. Em suma, a criação de novas instituições que nos auxiliem a mudar o modo como percebemos a relação entre crime e castigo.

Como sabemos, a educação ocupa um lugar de destaque nas elaborações de Davis e aqui ressaltamos o caráter utópico de seu convite a pensar possibilidades alternativas ao encarceramento. Em verdade, o que Davis sugere é que não existe caminho único para

abolir as prisões como mecanismo de punição primário, tendo em vista que o sistema prisional não é uma instituição isolada, mas um complexo emaranhado sustentado por relações sociais diversas. Para ela, faz-se necessário imaginar um *continuum* de alternativas ao encarceramento, que vise à criação de uma justiça restaurativa ou reparadora, que compreenda o lugar da racialização no sistema prisional e que se oponha ao trabalho ideológico que permite que consideremos normal que pessoas encarceradas não usufruam dos direitos humanos concedidos aos demais integrantes da sociedade.

Para Davis, tal como no regime de escravização, o que se nega ao indivíduo encarcerado é em última instância sua condição humana, seu direito ao exercício da política e o acesso a direitos humanos básicos como saúde e educação. Daí a nomenclatura *abolicionista*, como estratégia que visa demonstrar a relação entre o encarceramento e a escravização; e o termo complexo *industrial-prisional*, que demonstra o conjunto de relações políticas e econômicas envolvidos em seu surgimento e manutenção. Para a autora tal sistema impede que desenvolvamos noções mais amplas e reais de democracia, tema de seu livro *A Democracia da Abolição*, publicado originalmente em 2005.

Assim, após a denúncia em *Estarão as Prisões Obsoletas?* do caráter exploratório, racista e sexista do complexo industrial-prisional, em *A Democracia da Abolição* Davis afirma que não haverá real democracia enquanto for mantida a subalternização e a negação do acesso a direitos a parcelas enormes da população.

Dois tópicos se destacam nessa obra, que recupera e consolida uma trajetória de mais de três décadas de ativismo e reflexão política: a ideia de construção de comunidades de lutas e a importância de alianças entre causas progressistas. No que diz respeito à relação entre eles, ao rememorar sua trajetória como perseguida e presa política, Davis aponta a impossibilidade de sua soltura e declaração de plena inocência na juventude se não tivesse ocorrido uma campanha global por sua libertação. A escrita de sua autobiografia se justifica, segundo ela, apenas na medida em que revela o poder dos movimentos de massas na busca por sua libertação.

Quanto às suas influências intelectuais, revisita algumas de suas referências e declara a importância de sua formação em filosofia e do diálogo com Marcuse, em especial com sua obra *Contrarrevolução e Revolta*, para dimensionar as conquistas da década de 1960 e a importância de uma atitude crítica e questionamento da ideologia para construção de outras possibilidades de existência. Considera a “novidade” da Teoria Crítica o reconhecimento do quanto a investigação filosófica ganha ao dialogar com áreas do conhecimento variadas como a sociologia, a literatura e a cultura, interpretando estes

como os “primeiros esforços sérios para legitimar a investigação interdisciplinar” (DAVIS, 2019b, p. 23), o que consideramos procedimento recorrente em sua produção intelectual.

Como uma espécie de avaliação das lutas políticas, em *A democracia da Abolição* Davis aborda as mudanças no discurso político e no ativismo das últimas décadas ao, por exemplo, afirmar seu compromisso com o comunismo e a crítica ao capitalismo, mesmo após a queda das nações socialistas soviéticas. Afirma que “deve haver um sistema alternativo ao capitalismo”, o que exige que desenredemos esse sistema econômico da noção de democracia, para que possamos construir noções mais reais de igualdade. Sugere a importância da criação de “solidariedades globais, solidariedades multirraciais atentas às lutas contra a exploração econômica, o racismo, o patriarcado e a homofobia” (DAVIS, 2019b, p. 24), e o chamado parece ser à constituição de alianças para a ruptura com os sistemas interligados de opressão, já que estes estão cada vez mais atentos às conexões que podem ser estabelecidas para a manutenção das desigualdades.

Na busca pelo diálogo entre causas, alianças e solidariedades, Davis considera a importância de reconhecer o apagamento das contribuições das mulheres negras para as teorias e organizações políticas que visaram igualdade ao longo da história dos Estados Unidos. Faz duras críticas ao multiculturalismo como categoria política que, sob o véu da valorização da “diversidade”, pode contribuir para o aumento de posições conservadoras, sendo assim cooptadas.

Em uma importante passagem que revela o cerne do entendimento do que é o antirracismo para Davis, ela afirma, em uma nova recuperação do pensamento de Du Bois, que a responsabilidade das pessoas negras no Ocidente para com África, América Latina e Ásia reside, “não em virtude de uma ligação biológica ou racial, mas em virtude de uma identidade política forjada na luta”. Para ela, “devemos ficar atentos à África não apenas por que esse continente é povoado por negros, mas principalmente porque a África tem sido o maior alvo do colonialismo e do imperialismo” (DAVIS, 2019b, p. 27).

Este entendimento, nomeadamente advindo da identificação com o pan-africanismo de Du Bois, revela a importância atribuída pela autora a este autor e às solidariedades transnacionais por ele incentivadas – inclusive aquelas afro-asiáticas – e a constituição de uma abordagem política que “não é definida racialmente, mas, em vez disso, descobre sua identidade política em suas lutas contra o racismo” (DAVIS, 2019b, p. 27).

A noção de identidade é, desta maneira, fundamental à obra de Angela Davis. Entretanto, ela se afasta de posturas comuns de valorização superficial da identidade, na medida em que considera estruturas. Para Lamas, em Davis,

as identidades têm menos a ver com os indivíduos e mais com as relações sociais sistematicamente estruturadas e interconectadas por meio das quais a vida é vivida (...). Tais identidades socialmente construídas são menos descritivas dos indivíduos do que reveladoras de expressões históricas e espaciais, dependentes de contexto, de relações hierárquicas, que, no que diz respeito a classe, raça, gênero, sexualidade (e mais), na época capitalista, desenvolvem-se como assimetrias de poder entrelaçadas, cruzadas e simultâneas (LAMAS, 2021, p. 413).

Na obra de Davis, a noção de identidade relaciona-se a solidariedade, diferença e crítica aos falsos universais na medida em que ela considera que o capitalismo racial explora as identidades para gerar desigualdades. Logo, esse processo torna possível que as relações econômicas reflitam hierarquias raciais.

Na interpretação de Lamas, “a manipulação da identidade é uma característica primária da ideologia capitalista e da acumulação de capital”, que age dialeticamente “como reconhecimento e negação de identidade, cada um apresentando uma cobertura ideológica para a acumulação”. Na manipulação via reconhecimento da identidade há a defesa multicultural da igualdade e do acesso igualitário aos recursos da sociedade, mas que na efetividade manipula as diferenças para a criação de hierarquias, intensificando a dominação a partir do discurso da liberdade. E na manipulação, via negação de identidade, há o apagamento da diferença por meio da comoditização que torna tudo mercadoria e que a princípio independe da condição identitária do sujeito (LAMAS, 2021, p. 415).

As identidades são então manipuladas de diferentes formas com vistas à manutenção da subordinação, mas podem, entretanto, ser veículos de construção de solidariedades para a elaboração de resistências e, nesse sentido, o conceito de identidade política possui relevância na obra de Davis.

Em lugar de uma adesão às políticas de identidade (*identity politics*) em sua obra, Davis passa a abordar com mais profundidade o tema a partir de sua obra *A Democracia da Abolição*, tendo em vista a busca pelo aprofundamento de uma questão importante para as lutas políticas do século presente. Também chamadas políticas identitárias, as políticas de identidade alcançaram relevância no debate público a partir dos anos de 1980, com a criação de organizações variadas de defesa de pautas específicas, com os movimentos feministas negros, LGBTQIA+, dentre outros. Essenciais para aquele

momento histórico, no qual membros destes e de demais grupos subalternizados alcançaram espaços para “falar por si próprios”, desenvolvendo um discurso que privilegia a fala dos indivíduos que experienciam opressões específicas. Na atualidade, o alcance das políticas de identidade tem sido questionado, na medida em que estas tem sido cooptadas por discursos conservadores que, em lugar de defender a inclusão de grupos sociais minoritários, utilizam as categorias gênero, raça e classe para a defesa da exclusão e da pureza de seus ideais conservadores. Tais políticas revelam, assim, uma fluidez que pode não servir à fins de libertação.

É nesse sentido que consideramos a noção de identidade política mais robusta e tão central para a compreensão da obra de Davis que aqui propomos, assim como para as lutas que simultaneamente se opõem ao racismo, ao sexismo e à exploração capitalista. Para a autora, racismo, sexismo e exploração de classe têm sido instrumentalizados de múltiplas formas para a manutenção da inferioridade de grandes parcelas da população mundial. Esses sistemas de opressão possuem relações entre si que visam a sua manutenção e a subalternização daqueles que destoam do sujeito que tem sua humanidade plenamente validada: o homem branco, burguês cisheteropatriarcal. Em um contexto de capitalismo globalizado, o agravamento das desigualdades tem chegado a níveis inimagináveis, sendo necessário às lutas políticas que visam equidade um melhor entendimento dessas conexões para que a elas possamos opor resistência.

Em nosso entendimento, a noção de identidade política se adéqua ao projeto político da autora na medida em que Davis considera que as categorias gênero, raça e classe expressam identidades, mas não apenas marcam singularidades e diferenças. Elas têm sido instrumentalizadas para a consecução de hierarquias. A obra de Davis propõe que elas sejam também instrumentos para a consolidação de alianças, por um pensamento e prática política que compreenda e elabore sobre as conexões com objetivos progressistas, pautados na diminuição e eliminação do racismo, sexismo e exploração de classe.

Desta maneira, em *A Democracia da Abolição* Davis aborda também o racismo em sua dimensão estrutural. Enfatiza que a busca por justiça racial deve focar as “estruturas nas quais o racismo continua a ser firmado”, em lugar da defesa de políticas identitárias que incluem pessoas negras, sem que isso gere compromisso com a transformação mais ampla da sociedade. Para ela, somente uma “nova política que trate do racismo estrutural poderá realizar a promessa da liberdade estendida às grandes massas (DAVIS, 2019b, p. 28 e 29). Somente discursos políticos que desafiem as desigualdades

estruturais possuem potencial emancipatório. Nesse sentido, para a autora, “nossa missão hoje é promover comunidades multirraciais de luta que se originem das comuns – e esperançosamente radicais – aspirações políticas” (DAVIS, 2019b, p. 32). O que nos une é, portanto, a identidade política de enfrentamento ao racismo, sexismo e exploração de classe. E isso pode ser alcançado através de alianças com aqueles e aquelas que não necessariamente são alvos desses sistemas de opressões, embora estes não possuam lugar de protagonismo nessas lutas.

Dentre as tendências de atuação política com as quais Davis dialoga, o abolicionismo penal é, desta maneira, uma das mais radicais. Davis se relaciona com ela desde a juventude e, tal como afirma, este envolvimento é anterior ao seu próprio aprisionamento, possuindo longa tradição nos Estados Unidos⁶⁹. Um dos primeiros artigos por ela publicados, o *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves*, anteriormente analisado, estabelece já no início da década de 1970 uma relação entre escravidão, racismo e encarceramento.

Entretanto, é nesse momento de sua obra que Davis aprofunda suas análises ao indicar que, ao compreendermos a escravidão como uma instituição que legou novas instituições racistas após a sua abolição, esta foi a base para o advento do encarceramento em massa. Tais processos estão intimamente relacionados à consolidação da democracia nos Estados Unidos, na medida em que, com o surgimento e consolidação desse sistema político, formas de punição violentas passaram a ser consideradas bárbaras para o sistema, e a escravidão o receptáculo para elas. Em uma relação que faz lembrar a aproximação feita por Arendt no que concerne à consolidação da violência racista no continente africano, posteriormente transposta ao regime nazista na Alemanha, para Davis, existe “uma clara relação entre o surgimento do complexo industrial-prisional na era do capitalismo global e a persistência de estruturas racistas no sistema de punição que se originou na escravidão” (DAVIS, 2019b, p. 34). Sendo a persistência da pena de morte uma delas e o caráter racializado do sistema prisional outra.

Essa configuração racial do poder em sua relação com o sistema prisional tem consequências severas para a democracia, segundo Davis. A naturalização da “morte civil” que impede o exercício ao voto de presidiários e ex-presidiários nos Estados Unidos

⁶⁹ A autora revela ter crescido ouvindo histórias de lutas por libertação de presos políticos, tais como os Scottsboro Nine, dentre outros. Os Scottsboro Nine, como dito, foram nove jovens negros acusados falsamente de estupro e para os quais se organizou importantes movimentos de massa por libertação na década de 1930.

é uma delas, sendo inclusive capaz de mudar resultados eleitorais, como ela afirma ter sido o caso da eleição de George W. Bush. Uma segunda consequência grave é o crescente investimento de recursos públicos no sistema prisional, recursos estes que poderiam servir à garantia de acesso a direitos básicos em outros ambientes.

Essa dimensão do problema é apontada em *Estarão as Prisões Obsoletas?* e retomada em *A Democracia da Abolição* como meio de enfatizar que o complexo industrial-prisional é um conjunto de relações e instituições que, estruturadas no racismo e sexismo, solapam a democracia e a busca por justiça social e econômica em níveis variados. Para Davis o complexo industrial-prisional i. permeia as estruturas do senso comum de modo que a grande maioria das pessoas não questiona o crescente encarceramento, quando em muitas regiões do mundo os níveis de criminalidade vêm diminuindo; ii. compõe grandes corporações e conglomerados que alcançam lucros estratosféricos, tal qual o complexo industrial-militar; e iii. Retira investimentos sociais e “devoram recursos públicos”.

Davis nos incita a considerar o complexo industrial-prisional e o imaginário sobre criminalidade e punição como ele é verdadeiramente: um instrumento para vigilância racial. Tal como as normas jurídicas que tivemos no Brasil no pós-abolição, responsáveis por prender indiscriminadamente pessoas negras que vagavam nas ruas, o complexo industrial-prisional se tornou um mecanismo eficiente de controle social. Para a autora,

a prisão é a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais que deveriam ajudar as pessoas na conquista de uma vida mais satisfatória. Esta é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construírem moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização, da globalização do capital e do dismantelamento do *welfare state*. Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade. Seguindo essa lógica, as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas, com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam (DAVIS, 2019b, p. 39).

Para Davis, um importante exemplo do não funcionamento da relação que o senso comum estabelece entre criminalidade, punição e sensação de segurança, é o aumento vertiginoso da violência doméstica. Ela revela que nem sempre o inimigo é externo – a maior parte das mulheres violentadas ou assassinadas o são por seus parceiros afetivo/sexuais – e pouco é feito para que esse tipo de violência diminua. Tal violência está tão naturalizada que sequer é considerada violência extrema e criminalidade. Ainda assim a família permanece sendo considerada um lugar seguro.

Para a autora, é parte do que nomeia “pânicos morais” essa tendência à criação de inimigos internos e externos em contextos particulares de opressão. Nos Estados Unidos, um dos maiores exemplos teria sido o mito do estuprador negro, que por muitas décadas justificou linchamentos, e que no Brasil poderíamos exemplificar a partir da associação das populações negras à criminalidade. Estas são para Davis um conjunto de estratégias ideológicas de gestão de grandes populações, formuladas para o controle de pessoas de cor que, no contexto atual, se tornaram dispensáveis para o sistema capitalista⁷⁰. Essas pessoas compõem um excedente que necessitou ser gerido e controlado, inclusive em sua dimensão de atuação política. Por isso ela afirma: “os direitos e liberdades democráticos são definidos em relação ao que é negado aos presidiários”, o que revela uma “concepção equivocada de democracia” (DAVIS, 2019b, p. 44)⁷¹.

4.2. Novas concepções de democracia

Tendo em vista esse estado de coisas e a prevalência de uma “concepção equivocada de democracia”, o convite de Davis é então para que possamos “refletir mais a fundo sobre a dimensão bastante intensa e profunda que tais práticas determinam o tipo de democracia que vivemos hoje”. A autora afirma a possibilidade de que haja outras versões de democracia, democracias outras, nas quais “os problemas sociais que possibilitaram o surgimento do complexo industrial-prisional serão, se não completamente solucionados, pelo menos confrontados e reconhecidos” (DAVIS, 2019b, p. 45).

Para Davis, essas novas versões da democracia devem confrontar técnicas de castigo comuns no sistema prisional e compreender a negação de cidadania que impede o acesso a direitos como uma constante na história. Nesse sentido, o poder das ideologias

⁷⁰ Outro autor fundamental para essa discussão na atualidade é o filósofo camaronês Achile Mbembe, em obras como *A Crítica da Razão Negra* e *Necropolítica*.

⁷¹ O exemplo mais dramático anteriormente mencionado, advém das revistas íntimas, com vasculhamento de vaginas e retos, as quais são submetidas mulheres no sistema prisional. O que no Brasil e Estados Unidos são proibidos, mas continuam a acontecer. Elas seriam consideradas em qualquer circunstância um abuso sexual, mas como ocorre com mulheres aprisionadas não é algo que seja questionado, afinal, elas estão presas – e são, na maioria dos casos, pretas. Davis incita-nos a nos colocar no lugar dessas mulheres e ao fazer esse exercício imaginativo, confirmar que não há quem discorde que este ato é um abuso.

de inferioridade racial não deve ser subestimado, assim como naquilo que concerne ao gênero. Davis considera, em uma interessante intervenção, que “há uma diferença entre o corpo gerado como fêmea e o conjunto dos discursos e ideologias que informam o sistema de sexo/gênero” (DAVIS, 2019b, p. 61). Essa distinção é relevante na medida em que auxilia a compreender que a violência sexista permeia as estruturas, permitindo que mulheres as reproduzam, tal qual pessoas negras são capazes de reproduzir racismo.

Uma compreensão abrangente da busca por igualdade, no que concerne a gênero e raça, necessita recusar as posições dicotômicas e a indicação de inimigos fáceis, na medida em que essas reivindicações passaram por muitas mudanças ao longo das décadas, podendo facilmente ser cooptadas por discursos conservadores que demandam a igual capacidade de oprimir.

Davis considera que, na atualidade, boa parte das teóricas e ativistas feministas compreendem que “a categoria mulher é uma unanimidade falsa”, e este entendimento aconteceu a partir da relevante contribuição das teóricas e ativistas vinculadas aos “feminismos de cor” (DAVIS, 2019b, p. 63). Desta feita, a reivindicação por igualdade de gênero em nosso tempo deve desafiar as instituições que promovem violência, independente de atos serem cometidos por homens ou mulheres, lógica que poderia ser aplicada à questão racial. Para ela,

essa abordagem feminista não estaria sempre obrigada a colocar a “mulher” ou o “gênero” no centro, mas, quando ela tenta compreender o gênero, presta uma atenção especial à produção do gênero dentro e através dessas instituições. De uma maneira geral, eu diria que o impulso radical da análise feminista é precisamente pensar desesperadamente sobre as categorias juntas, pensar através das fronteiras disciplinares, pensar através das divisões categóricas (DAVIS, 2019b, p. 64).

Essa afirmação de Davis é realizada em um momento em que a autora analisa a divulgação de fotografias publicizadas meses antes pela mídia e que confirmou o uso de técnicas de torturas por soldados estadunidenses nas prisões de Abu Ghraib, Iraque. Entretanto, a consideramos relevante para os objetivos desta tese, na medida em que o que ela define como meta para análises feministas radicais é precisamente o que ela faz: “pensar categorias juntas”. Para além das disciplinas e categorias, esse procedimento corresponde ao compromisso da autora com análises complexas que demonstrem que as categorias e modos tradicionais de análises das teorias políticas necessitam desenvolvimentos.

No prefácio à *The Meaning of Freedom*, Robin Kelley afirma, em consonância com esse entendimento, que a obra de Angela Davis se abstém de promover uma “linha”

política, muito embora nos instigue a imaginar futuros radicais, a desafiar criticamente a história e a lidar com as dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas do momento presente (KELLEY, 2012, p. 10). Trabalho que Davis realiza ao elaborar análises polêmicas sobre os perigos de considerar com mesmos parâmetros e nostalgia as lutas políticas da década de 1960 e as do início do século XXI.

A isso Davis acrescenta, em *A Democracia da Abolição*, que a construção de feminismos transnacionais passa pela capacidade de fazer perguntas em lugar de apresentar propostas. Segundo a autora, tal como é um erro pressupor que a democracia dos Estados Unidos deva ser o modelo político para outras regiões do globo “é igualmente perigoso presumir que o feminismo norte-americano – seja ele liberal ou radical – é superior aos feminismos de outras partes do mundo” (DAVIS, 2019b, p. 64).

Como uma obra que atribui grande relevância à construção de alianças entre causas progressistas, Davis considera uma forma de racismo a compreensão que afirma que as “feministas mais avançadas do mundo – sejam elas brancas ou de cor – residem nos Estados Unidos e na Europa” (DAVIS, 2019b, p. 65). A construção de um feminismo radical passa pela construção de feminismos transnacionais que apoiem, mas também deem espaço para que mulheres organizadas politicamente encontrem respostas aos problemas os quais estão envoltas.

A compreensão elaborada por Davis nesse momento de sua obra perpassa o entendimento de que o gênero e a raça estruturam instituições na contemporaneidade, dentre elas o sistema prisional. O convite realizado pela autora é para que cristalizemos o entendimento de que a abolição das prisões é um projeto político amplo, que visa não apenas o fim de prisões e cadeias, mas que nos desafia a “discutir os problemas da versão particular de democracia representada pelo capitalismo norte-americano”, que se pretende modelo para o mundo. Em suas palavras,

o capitalismo – especialmente em sua forma global contemporânea – continua a gerar problemas que nem ele nem suas prisões são capazes de solucionar. Desse modo, a abolição das prisões exige que reconheçamos o grau em que a nossa atual ordem social – onde está incrustada uma complexa coleção de problemas sociais – precisará ser radicalmente transformada (DAVIS, 2019b, p. 69).

Segundo a autora, esse processo “significa falar não unicamente, e nem fundamentalmente sobre a abolição como um processo negativo de demolição, mas também como um processo de construção, de criação de novas instituições” e envolve,

portanto, “reimaginar as instituições, ideias e estratégias, e criar novas instituições, ideias e estratégias que tornarão os presídios obsoletos” (DAVIS, 2019b, p. 71). Desta maneira, para Davis,

cabe a nós insistir na obsolescência do encarceramento como forma dominante de castigo, mas não podemos fazer isso brandindo machados e investindo literalmente contra os muros dos presídios, mas sim reivindicando novas instituições democráticas que discutam os problemas que nunca são discutidos pelos presídios de maneira produtiva (DAVIS, 2019b, p. 72).

Em uma tentativa de visão global desses processos, Davis sugere ser importante relacionar o momento presente com os modos que o capitalismo vem se desenvolvendo ao longo do último século: para ela, momentos históricos como a ascensão do capitalismo monopolista, a postura imperialista dos Estados Unidos para com países do Caribe como Cuba e Porto Rico e a consolidação das leis segregacionistas estão interligados e demonstram que o capitalismo global que vivemos hoje tem se organizado há muitas décadas. Não é um produto da globalização atual.

Davis revisita muitas de suas investigações anteriores nessa obra. Entretanto, parece-nos que os termos “liberdade” e “democracia” passam a ser elaborados de forma singular em suas obras recentes. O que revela um retorno e aprofundamento de concepções que ela indicou em seus primeiros escritos *If They Come in the Morning* e *Lectures on Liberation*.

Em *If They Come in the Morning*, de 1971, Davis anuncia uma crítica à noção de democracia, ao indicar uma incongruência entre democracia e capitalismo, já que “a despeito de toda a retórica em contrário, o povo não é a matriz última das leis que o governam, e menos ainda as pessoas negras e nacionalmente oprimidas” (DAVIS, 2016a, p. 27). Em *Lectures on Liberation*, de 1969, considera que a tradição filosófica não havia abordado o conceito de liberdade de maneira suficientemente crítica e, por isso, interpreta o conceito a partir da literatura negra e das elaborações de autores sobre indivíduos para quem a liberdade tem sido negada. Ao refletir sobre a liberdade a partir dessa perspectiva, Davis defende uma abordagem não meramente abstrata. Afirma que quando interpretada por pessoas que não a possuem, a liberdade ganha o caráter dinâmico de um processo de libertação, que envolve resistências múltiplas.

Conclui três décadas depois, em *A Democracia da Abolição*, que os conceitos de democracia e liberdade têm sido tomados como inequívocos e incontestes, e que “esse

nivelamento do discurso político a um grau que não requer nenhum esforço para ser compreendido – soando auto-evidente, irrefutável e lógico – possibilita a agressão e a injúria (DAVIS, 2019b, p. 85). Nesta obra centra suas análises na desconstrução e reconstrução da noção de democracia, enquanto em obras posteriores aborda o tema da liberdade.

Título do livro, a noção de democracia da abolição é inspirada na obra de W. E. B. Du Bois. Davis explica que esse autor elabora o conceito para tratar do período imediatamente posterior à abolição da escravidão nos Estados Unidos, no qual, afirmou ele, condições materiais para subsistência e vida digna não foram dadas a ex-escravizados recém-libertos. Estes viram-se sem meios econômicos para garantir a vida, sem instituições que garantissem o acesso a direitos e que combatessem a discriminação.

No contexto dos Estados Unidos, um processo de alteração desse status foi iniciado, conhecido historicamente como Reconstrução, porém ficou inconcluso. Na obra que Davis referencia de Du Bois, intitulada *Black Reconstruction*, esse autor afirma que seria necessária a criação de “um leque de instituições democráticas para atingir plenamente a abolição – a democracia da abolição” (DU BOIS *Apud* DAVIS, 2019b, p. 90).

Davis aprofunda essa abordagem, indicando que na atualidade essas instituições permanecem um desejo e que a pena de morte e encarceramento em massa se relacionam a essa inexistência. Para a autora,

ao pensarmos especificamente na abolição das prisões usando a abordagem da democracia da abolição, iríamos sugerir a criação de uma série de instituições sociais que começariam a resolver os problemas sociais que colocam as pessoas na trilha da prisão, ajudando, assim, a tornar os presídios obsoletos. Existe uma conexão direta com a escravidão: quando a escravidão foi abolida, os negros foram recém-libertos, mas lhes faltava acesso a recursos materiais que lhes possibilitariam moldar vidas novas, livres. As prisões prosperaram no último século precisamente por conta da falta dessas estruturas e pela permanência de algumas estruturas da escravidão. Elas não podem, portanto, ser eliminadas, a não ser que novas instituições e recursos estejam disponíveis para essas comunidades, que fornecem, em grande parte, os seres humanos que compõem a população carcerária (DAVIS, 2019b, p. 91).

O projeto político de abolição das prisões é assim um projeto de transformação radical da sociedade, o qual necessita esforço imaginativo de mudança de pensamento, novas instituições e uma nova compreensão do racismo; tal como este tem se modificado ao longo dos séculos, o capitalismo e sexismo tem se alterado. A proposta de entendimento das conexões entre sistemas de opressão em Davis exige que

compreendamos que, da mesma maneira que as estruturas políticas, econômicas e ideológicas do racismo persistem, elas também se atualizam. No momento atual elas “não expõem abertamente suas estratégias discriminatórias, mas servem, todavia, para manter as comunidades de cor em um estado de inferioridade e opressão” (DAVIS, 2019b, p. 92), sendo o sistema prisional um de seus maiores exemplos.

Nesse momento, a noção de identidade em Davis ganha uma interessante formulação, sendo exposta a um entendimento crítico, na medida em que tem sido utilizado como instrumento de definição de pautas políticas, em especial em movimentos feministas e antirracistas. Vivendo um período no qual vemos pessoas negras e mulheres alcançando espaços de poder sem, necessariamente, propor projetos de igualdade, Davis alerta que “a identidade, por si só, nunca foi um critério adequado em torno do qual as comunidades de luta pudessem ser organizadas – nem mesmo durante aqueles períodos em que imaginávamos a identidade como o motor mais potente dos movimentos. As comunidades são sempre projetos políticos, projetos políticos que não podem depender sempre da identidade” (DAVIS, 2019b, p. 94). Assim, para a autora,

faz sentido pensar em organizar as comunidades, não apenas em torno de sua negritude, mas principalmente em torno de objetivos políticos. Na verdade, a luta política nunca foi tanto uma questão de como ela é identificada ou escolhe ser identificada, mas, sim, o fato de que o modo como se pensa sobre raça, gênero, classe ou sexualidade afetam a forma pela qual as relações humanas são construídas no mundo (DAVIS, 2019b, p. 95).

Para Davis, a democracia em sua dimensão capitalista atual, reforça gênero, raça e classe como mecanismos de opressão e exclusão, mesmo que uma parcela minoritária de pessoas advindas de comunidades subalternizadas nela adentre e alcance espaços de poder. Seu convite, ela insiste, é que imaginemos e criemos “critérios diferentes para a democracia”, que garantam “direitos substantivos, bem como formais, o direito de se ver livre da violência, o direito ao emprego, à moradia, à saúde e à educação de qualidade”, o que ela considera concepções socialistas de democracia (DAVIS, 2019b, p. 96).

Em sua “estrutura conceitual” Davis (2019b, p. 78) afirma haver um procedimento recorrente que visa à compreensão da relação entre processos históricos aparentemente desconexos – como é o caso da manutenção da pena de morte e escravidão –, e o que ela denomina “continuidade histórica” (DAVIS, 2019b, p. 103). Tendo em vista o período atual que demonstra mais claramente que o capitalismo age de maneira globalizada, fenômenos como a consolidação do complexo industrial-prisional não podem ser vistos

como uma ocorrência singular que afeta unicamente Estados Unidos, ainda que esse tenha a maior e mais crescente população carcerária.

Em suas análises Davis considera que as resistências devem ser múltiplas também a esses processos. Elas são possíveis através da legislação, uma ferramenta que embora útil, tem suas limitações. Elas dependem em última instância de organização política. Tais esforços exigem a complexificação do discurso político, a criação de nova linguagem e vocabulário para abordar as opressões, e a já dita organização política, que em seu entendimento é muito distinta da noção de mobilização, que por si só não garante a transformação social. Afirma que “organizar-se não é sinônimo de mobilizar-se” e criticamente insta-nos a pensar que “quando se organizar está subordinado a mobilizar-se, o que você faz após a bem-sucedida mobilização?” (DAVIS, 2019b, p. 120).

Este é um importante questionamento quando, o que vivemos, quinze anos após a publicação de *A Democracia da Abolição*, é o ressurgimento de grandes manifestações globais, em especial no que concernem à oposição ao racismo e violência policial e contrárias a medidas de austeridade. O que sugere é que sejamos capazes de “gerar uma sensação de pertencer a comunidades de lutas”, que não se esvaíam de modo efêmero. Compreendendo que a conjuntura política se alterou profundamente nas últimas décadas e estando dispostos a experimentar novas respostas e cometer novos erros (DAVIS, 2019b, p. 121).

A noção de democracia da abolição é elaborada por Davis no contexto de discussão sobre a abolição das prisões para, como vimos, instar ao questionamento da prisão como mecanismo prioritário de punição e crítica ao racismo, sexismo e capitalismo. Entretanto, conforma uma discussão mais abrangente, na medida em que coloca sob suspeita as nossas próprias noções de democracia e liberdade. Insta a pensar outros sistemas políticos nos quais gênero, raça e classe não sejam instrumentalizados para criar desigualdades e manter sistemas históricos de opressão que impedem o desenvolvimento humano.

Consideramos que nas elaborações de Davis sobre a democracia da abolição e sobre as identidades políticas residem uma importante contribuição. Em seus escritos mais recentes há uma atenção à noção de identidade que nos parece ser focada no entendimento de que ela é uma categoria que faz sentido na sua obra apenas em um sentido coletivo. Quando Davis sugere que os vínculos entre pessoas negras nas Américas

e África residem no fato de que a colonização e racismo compõem o nosso passado comum, ela está instando também a uma oposição às consequências desse passado para a construção de um novo futuro. Desta feita, o que nos une não é apenas a cor da pele, mas uma identidade política de oposição ao racismo e injustiça social e econômica. Esta compreensão é muito relevante na medida em que ela aponta o projeto político e de atuação da obra de Davis, que é a luta constante por liberdade.

4.3 Abordagem crítica do conceito de liberdade

As obras recentes de Angela Davis têm se voltado à abordagem do abolicionismo penal, compreendido como teoria e prática fundamental ao tempo presente. Em adição a isso, destacamos em seus dois últimos livros publicados a retomada da investigação sobre a liberdade, conceito caro à filosofia ocidental, que é por Davis analisado desde suas primeiras aulas na Universidade da Califórnia Los Angeles, em 1969.

Tornadas uma publicação no contexto de sua prisão, as *Lectures on Liberation* [Discursos sobre Libertação] são anotações de aulas ministradas por Davis no outono de 1969, intituladas “Recurring Philosophical Themes in Black Literature” [Temas Filosóficos Recorrentes na Literatura Negra], nas quais a autora propõe analisar temas filosóficos recorrentes na literatura negra, iniciando uma investigação sobre a liberdade.

Questionando o entendimento desta como valor inalienável do “homem” e como premissa para definição de humanidade no pensamento ocidental, Davis indica a existência de um paradoxo. Enquanto a liberdade tem sido definida no plano filosófico como o mais importante dos valores, as sociedades ocidentais têm convivido, desde a antiguidade, com a mais brutal alienação da liberdade: a escravidão.

Davis impõe críticas ao fato de que a democracia grega (definida como a possibilidade do exercício da liberdade cidadã na polis), origem dos modernos sistemas políticos, convivia com a ausência de cidadania para mulheres, além da escravização ter sido uma instituição amplamente aceita. Além disso, havia ainda, uma clara forma de racismo que permitia apenas aos gregos os benefícios da liberdade; aos não-gregos, chamados bárbaros, ela era peremptoriamente negada.

Em outro contexto, a autora rememora as figuras de Thomas Jefferson e outros importantes fundadores dos Estados Unidos, formuladores dos conceitos de liberdade tão caros ao país, a conviver com escravizados, considerados mera propriedade. Tendo em vista essa breve recuperação histórica, Davis questiona: é o ser humano livre ou não? Deveria ele ser livre? Em resposta, afirma que a literatura negra pode prover caminhos a essa questão, a começar pelo fato de refletirem a consciência de pessoas para quem a liberdade foi negada. O objeto de sua investigação é, portanto, a experiência negativa da liberdade a ser analisada a partir da experiência de um ex-escravizado sobre sua escravização.

Utilizando como referência a obra *A Narrativa da Vida de Frederick Douglass*, do abolicionista estadunidense homônimo, o que pretende é a transformação do conceito estático de liberdade em um conceito dinâmico, o que passa pelo entendimento da libertação como luta ativa por liberdade. Estavam em seus objetivos a análise de autores como W. E. B. Du Bois, Jean Tommer⁷², Richard Wright⁷³, John A. Williams⁷⁴, Franz Fanon⁷⁵, poetas estadunidenses variados e o poeta cubano Nicolás Guillén⁷⁶.

Antes de adentrar ao material selecionado, a autora incita ao questionamento da subjetividade e objetividade da liberdade, se perguntando se seria ela uma característica inerente ao ser humano, confinada à mente humana ou uma experiência interna. Seria ela a liberdade de movimento, de escolhas, de pensar e de agir, possível, por exemplo, nos limites da escravidão material? Davis retomará décadas depois esses questionamentos ao afirmar a necessidade de desatrelarmos valores democráticos de valores burgueses, sendo a liberdade um dos conceitos fundamentais a sofrer esse tipo de deturpação⁷⁷. Entretanto,

⁷² Jean Toomer (1894-1967) foi um poeta e romancista estadunidense, reconhecido por seu romance *Cane* (1923), no qual entrelaça a história de seis mulheres, havendo ainda elementos autobiográficos.

⁷³ Richard Wright (1898-1960) foi um escritor e ativista estadunidense, conhecido por seu livro de memórias *Black Boy* (1945), no qual narra experiências de racismo, sua carreira e envolvimento com o Partido Comunista dos Estados Unidos.

⁷⁴ John Alfred William (1925-2015) foi um autor, jornalista e acadêmico afro-americano, conhecido, dentre outras coisas pelo bestseller *The Man Who Cried I Am* (1967).

⁷⁵ Franz Fanon (1925-1961) foi um psiquiatra e filósofo martinicano. Autor fundamental para os movimentos de libertação anticoloniais e para os estudos pós-coloniais no século XX. Possui inúmeras influentes obras como *Peles Negras, Máscaras Brancas* e *Os Condenados da Terra*.

⁷⁶ Nicolás Guillén (1902-1989) foi um poeta cubano, conhecido pela discussão das questões raciais e pela defesa da Revolução Cubana na década de 1960.

⁷⁷ Para mais informações, ver *Angela Davis Criticizes Mainstream Feminism / Bourgeois Feminism* em <https://www.youtube.com/watch?v=bzQkVfO9ToQ>. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

para abrir os caminhos à investigação, Davis analisa as elaborações de Jean-Paul Sartre sobre o tema.

Segundo Davis, Sartre afirma, em uma discussão sobre liberdade e facticidade, que mesmo o homem acorrentado permanece livre, pois na possibilidade de escolha entre seu estado de cativo e sua própria morte. Para a autora, esta definição se distancia da noção que ela pretende elaborar, já que ao obliterar sua condição de escravizado, ao optar pela morte este renuncia à vida, condição para a liberdade. Tal escolha, retirada de um contexto abstrato e examinada sob o prisma de uma situação real, na qual o escravizado encontra sua morte na luta por liberdade concreta, impõe que a escolha entre a escravização e a morte, ou a escravização e o suicídio, é distinta da escolha entre escravização e libertação a todo custo.

Para o entendimento dessa passagem buscamos na obra sartreana a discussão de questões raciais, as localizando em especial em quatro momentos: em *Colonialismo e Neocolonialismo: Situações V*, no qual analisa o sistema colonial francês na Argélia e sua recusa aos direitos de independência da população argelina, no contexto das lutas por libertação; no prefácio de *Os Condenados da Terra*, de Franz Fanon; em um pequeno fragmento de *O Ser e o Nada*; e em *Orfeu Negro*, introdução à *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache* [Antologia da Nova Poesia Negra e Malgaxe], do escritor e político senegalês Léopold Senghor. O fragmento ao qual Davis faz referência em sua aula consta da quarta parte de *O Ser e o Nada*, no tópico “Liberdade e Facticidade: a Situação”. Sartre dialoga ao longo da obra com a filosofia de Hegel e a dialética do senhor e do escravo descrita na *Fenomenologia do Espírito*, elaboração que, como ele afirma, afetou profundamente Marx. Importante dizer que nesta obra Hegel aborda a relação interna da consciência consigo mesma e a consciência no encontro com o outro, partindo de um saber precário, com vistas a um saber absoluto para a realização do espírito. Não há uma análise da relação entre senhor e escravo como experiência histórica, mas uma análise especulativa que visa o conceito de reconhecimento.

A filosofia francesa de meados do século passado dialoga profundamente com essa temática, em especial através dos cursos do filósofo francês de origem russa Alexandre Kojève sobre a *Fenomenologia do Espírito*, ministrados na École des Hautes Études de 1933 a 1939. Davis é leitora de Sartre e dialoga com ele nesse momento. Entretanto, ao retomar o fragmento de Sartre em *O Ser e o Nada*, observamos que ele

conceitua liberdade como autonomia da escolha. Ao longo da discussão ele afirma, partindo de uma hipótese que nos parece pautada na concretude, que o escravo acorrentado é tão livre quanto seu senhor, porque na possibilidade de romper os próprios grilhões. Ele esclarece que essa liberdade é determinada, já que não os coloca no mesmo lugar: o escravo não alcançará as riquezas e o modo de vida de seu senhor, pode apenas sonhar com elas, não sendo esses os objetos de seu desejo. Sua liberdade, ou seja, sua autonomia de escolha se relaciona à sua experiência de vida e a um sentido que porventura possa dar à coerção que vive; suas opções são, nas palavras de Sartre “continuar escravo ou arriscar o pior para livrar-se da servidão” (SARTRE, 2007, p. 672). E aqui o autor afirma a possibilidade da liberdade para o escravo revoltoso que morre durante a rebelião. Importante ressaltar: a liberdade do senhor e do escravo são incomparáveis. Com essa argumentação Sartre visa afirmar que cada existência só adquire seu sentido em situação e a partir da livre escolha de seus fins. Em suas palavras, “cada pessoa só realiza uma situação: a sua” (SARTRE, 2007, p. 673).

Assim, o escravo pode realizar a sua liberdade dentro dos parâmetros de sua situação, podendo aceitar ou não a escravização imposta ou “arriscar o pior para livrar-se da servidão”. Davis interpreta esse “arriscar o pior” como o entendimento deliberado da morte por vir que se equipararia ao suicídio, mas não é exatamente o que está dito, como vimos. Havendo inclusive a afirmação em seguida da liberdade – enquanto autonomia da escolha – do escravizado que se revolta. Para o autor, “o suicídio é uma absurdidade que faz minha vida soçobrar no absurdo” (SARTRE, 2007, p. 661), e o suicídio é mencionado apenas como possibilidade de escolha da passividade que é ainda assim ação, e de fuga a uma situação indesejada como no contexto de guerra, o que exemplifica a relação entre liberdade e responsabilidade, mesmo em situações adversas.

Interpretamos que Davis compreende que a liberdade elaborada por Sartre, nesse contexto, abre a possibilidade dessa compreensão ambígua e é deveras individual, distante do entendimento do escravizado, para quem importa não apenas esta, mas a destruição da escravização como instituição. Entretanto, tendo em vista o fato das *lectures* terem sido interrompidas, podemos supor que o tema seria aprofundado pela autora em aulas posteriores.

Já a *Narrativa da Vida de Frederick Douglass*, texto inicial com o qual a autora dialoga na primeira de suas *Lectures*, é por ela compreendida como a narrativa real da

escravização em direção à liberdade, empreendida pelo ex-escravizado e abolicionista, mas também espaço para uma reflexão filosófica sobre libertação. Termos próximos, mas não sinônimos, entendidos como complementares e como processo dinâmico de passagem de um ao outro. A libertação implica a consciência coletiva das pessoas oprimidas das condições de sua opressão, resultando na busca por possibilidades de abolição ampla das determinações opressoras.

Davis está interessada em um novo entendimento da noção de liberdade, possível apenas a partir do ponto de vista daquele que não a possui e pensado de modo coletivo. Nesse sentido, ela aponta para uma importante lacuna nas investigações sobre esse valor humano tão caro à nossa tradição de pensamento. Para ela, a liberdade como um bem inalienável, entendida como um dado permanente e ponto de partida para a formulação das relações sociais e políticas, não é um valor fixo ao qual podemos sempre recorrer, mas constantemente passível de mudanças a depender das condições históricas. Para pessoas em situação de privação de liberdade, ela perde seu caráter abstrato, passando a ser algo a ser conquistado, algo pelo qual lutar.

O entendimento da liberdade como bem inalienável e a existência da escravidão em toda a história da humanidade e, mais ainda, durante a escravidão moderna na consolidação do sistema capitalista, impõe algumas contradições que devem ser examinadas. Pois que na consolidação de um sistema econômico que pela primeira vez possibilitou maior liberdade individual, o que predominou foi a negação da humanidade do indivíduo escravizado e as justificações para essa instituição. Fossem elas religiosas, como no cristianismo, ou naturalistas, como na recuperação de filósofos da antiguidade como Aristóteles e Platão.

Para Davis, isso resulta da dificuldade das sociedades ocidentais em lidar com a natureza contraditória da escravidão, o que tem resultado na aceitação do discurso ideológico que nega ao escravizado sua condição humana, fundamental para a justificção da exploração e acumulação do capital. A essa dinâmica é acrescida a alienação, através da exposição a condições animais de vida e desumanização, sendo possível a saída dessa condição através da resistência física e psicológica que visa a recuperação da condição humana negada. E nesse momento a autora dialoga com duas de suas principais influências teóricas: a teoria marxista e a tradição de pensamento negro estadunidense.

Como sabemos, o conceito de alienação é um dos mais caros conceitos da teoria marxista. Para compreendê-lo é necessário dizer que, para Marx, o trabalho é atividade humana imprescindível para o processo de sociabilidade, necessário para a produção e reprodução de meios de sobrevivência e ato vital que nos distingue dos demais animais, portanto espaço de humanização quando realizado em condições determinadas. A noção de alienação, tratada por ele em especial nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de 1844, remete a essa valorização do processo de intelecção do trabalho e do trabalho em si, o qual se efetiva através do processo que envolve finalidade e pensamento para o alcance do objetivo desejado. Sua crítica reside na compreensão de que no capitalismo não se produz bens para a vida humana, mas mercadorias para os proprietários e lucro, o que torna o trabalho alienado, por separar trabalhador e trabalhadora do produzido. A separação entre obra e produtor produz o não reconhecimento do trabalho criado, o que resulta em alienação e desumanização. O indivíduo não se reconhece como ser humano no trabalho. Nesse contexto o que prevalece é o trabalho alienado gerador de lucro para os proprietários dos meios de produção, o oposto ao trabalho livre, considerado por Marx aquele que é útil à sociedade e, portanto, uma associação de indivíduos livremente associados que produzem o que é útil à vida.

Entretanto, ainda que haja a possibilidade de muitas formas de alienação, é importante dizer que esta não é uma característica fixa da sociedade capitalista que levaria a uma atitude fatalista. Ela é para Marx espaço de sujeição, mas também quando ultrapassada encerra a possibilidade de resistência. A noção de alienação de Marx é por Davis instrumentalizada nesse momento para demonstrar que a alienação a qual o indivíduo escravizado é submetido é tal que o aliena de si mesmo ao nível da consciência de si e de sua liberdade ao impedir o trabalho livre, este entendido enquanto possibilidade de trabalho útil à vida em sociedade e liberdade enquanto autodeterminação.

Com a análise e reformulação da ideia de liberdade em luta por libertação via o conceito de resistência, Davis dialoga, a partir da experiência concreta da escravização narrada por Douglass, com i. a dialética senhor e escravo hegeliana, presente em sua *Fenomenologia do Espírito*, ii. com a compreensão kantiana da liberdade como possibilidade de valorar o mundo de forma autônoma, iii. com a ideia de trabalho e filosofia como possibilidade de transformação social de origem marxista.

Entretanto, em lugar de uma abordagem especulativa bibliográfica, opta por buscar na literatura negra a prova de suas generalizações: o entendimento de que a liberdade não é um valor fixo inerente ao que é o ser humano, mas um valor historicamente construído e uma vivência a muitos negada. Com o diálogo com a filosofia, nos informa que o conhecimento deve transcender o imediato, mas que o movimento dialético reside no retorno à realidade e, portanto, na transmutação não apenas teórica do conceito, mas na ampliação da experiência vivida desse valor humano. Tal como Marcuse afirma, em carta, ter aprendido com Angela Davis, “o conceito filosófico abstrato de uma liberdade que nunca pode ser retirada de repente ganha vida e revela sua verdade muito concreta: a liberdade não é apenas o objetivo da libertação, ela começa com a libertação; está aí para ser "praticada"⁷⁸.

O repertório marxista presente na escrita de Davis nesse momento se centra em conceitos fundamentais como alienação e ideologia, instrumentalizados com o objetivo de problematizar a contradição que é a instituição da escravização mesma e a ausência de abordagens filosóficas a uma condição tão comum às sociedades ocidentais. A conclusão a que chega é a de que a escravização tem sido justificada por variados discursos ideológicos, e a liberdade um movimento dinâmico da existência. Sendo a realidade permeada por contradições e estas fundamentais para o movimento e a ação. Não nos parece haver uma expectativa de síntese, embora haja o horizonte de superação da dominação material e ideológica que permitiria à espécie humana uma vida apropriada ou *bem viver*, conceito caro à tradição de pensamento do feminismo negro.

No prefácio à *The Meaning of Freedom*, o anteriormente mencionado professor Robin Kelley descreve Davis como uma filósofa da liberdade, que se opõe à tradição liberal de filosofia política e constrói uma concepção de liberdade mais expansiva e radical. Para ele, a compreensão *daviana* compreende a liberdade como liberdade coletiva, como movimento e luta conjunta por real democracia (KELLEY, 2012, p. 7).

Dentre os procedimentos de Davis, Kelley indica como centrais o convite a imaginar possibilidades radicais de futuro e o desafio a refletir criticamente sobre a história e o modo como lidamos com as dinâmicas sociais, políticas, culturais e

⁷⁸ Herbert Marcuse, "Dear Angela" a letter to Angela Davis. In: MARCUSE, Herbert. *The New Left and the 1960: Collected papers of Herbert Marcuse*. Volume Three. Edited by Douglas Kellner. Nova York: Routledge, 2005.

econômicas do momento presente (KELLEY, p. 10). Na obra *The Meaning of Freedom* Davis considera, como em todas as suas análises, a centralidade da categoria raça e insere suas elaborações no momento histórico em que vive: a eleição de Barack Obama, a crença em uma era pós-racial nos Estados Unidos, o racismo contra pessoas de origem asiática e árabe, as lutas por direitos das comunidades LGBTQIA+ e o surgimento de movimentos sociais como o Occupy Wall Street.

Composta por discursos realizados entre os anos de 1994 e 2009, em *The Meaning of Freedom* Davis reafirma que novas teorias, estratégias e práticas são necessárias para as lutas políticas do século XXI. Se opõe à nostalgia das reivindicações políticas da década de 1960 e afirma que a juventude contemporânea é capaz de ver mais claramente hoje o quanto “nossas vidas são moldadas pelas intersecções de raça, classe, gênero e sexualidade”. Sendo necessário o entendimento de que “as vitórias alcançadas pelos movimentos por liberdade nunca estão gravadas em pedra” e que precisamos “continuamente reconfigurar os termos e transformar o terreno das lutas” (DAVIS, 2012, p. 19).

Davis rememora a Revolução Cubana, o fim do regime de *apartheid* na África do Sul, a revolução esmagada em Granada e a cultura popular negra estadunidense, para indicar que circunstâncias novas necessitam novas teorias e práticas. Além disso, compreende a manipulação midiática, o crescente número de pessoas encarceradas e o componente racial que considera jovens negros um inimigo interno as condições factuais que devem fazer emergir uma “comunidade de lutas”, para a construção de pontes entre movimentos sociais e a criação de instituições alternativas.

Sendo constituído de discursos que perpassaram uma década e meia, vemos em *The Meaning of Freedom* o desenvolvimento de temas que geraram os livros sobre as prisões e também importantes considerações sobre as relações complexas entre raça, classe e gênero. Ainda que Davis interprete que as interrelações entre modos de opressão tenham sido debatidas de modo bem sucedido no âmbito acadêmico e círculos ativistas, para a autora, a política de uma maneira geral continua sendo pautada por discursos e estratégias antiquadas, sendo, portanto, fundamental desenvolver uma consciência popular dessas relações, que reflita as conexões entre as opressões e que conteste a dicotomia “público-privado”.

Davis considera que vivemos em uma sociedade complexificada e necessitamos novas noções do que conta como política. Não obstante estejamos mais atentos às relações entre racismo, capitalismo e sexismo, é comum que reproduzamos comportamentos os quais buscamos nos opor. Em adição a isso, o capitalismo em sua dimensão global tem se utilizado de ferramentas novas e variadas para sua manutenção, e isso leva-a a considerar que estejamos cientes do papel das grandes corporações na economia mundial, o que tem levado a racialização das populações a um novo nível.

Para Davis, há uma relação entre o complexo industrial-prisional estadunidense, que tem significativa importância para a economia, e a desindustrialização dos Estados Unidos e migração de empresas para países do Sul Global, nos quais a exploração da mão-de-obra tem recrudescido a níveis que colocam muitos trabalhadores e trabalhadoras em condições análogas à escravidão. Davis denomina esse processo “colonização do terceiro mundo” e o exemplifica a partir de denúncias às grandes corporações, frequentemente acusadas no noticiário de superexploração do trabalho.

Ainda que, enquanto uma mulher negra revolucionária, o tema da capacidade imaginativa esteja presente ao longo de sua obra, nos parece que ela ganha novos contornos nessas obras maduras. O estudo das formas culturais da população negra expressas no *blues* parece ter contribuído para uma reflexão sobre os valores que perpassam as sociedades ocidentais regidas pelo mercado. Davis está aberta a considerar a relevância de valores novos para a construção de novas sociedades, ainda que alguns dos escritos do período pareçam menos propositivos em termos de ações diretas, tais como os da década de 1980.

Sua compreensão de liberdade é e sempre foi coletiva, desde a escrita de suas *Lectures*. Entretanto, os aprendizados desenvolvidos em cerca de 40 anos de ativismo político tornam para ela ainda mais clara a necessidade de transformações nas lutas políticas, que acompanhem as transformações sociais e complexificações do capitalismo-racista-cisheteropatriarcal. No que diz respeito ao racismo, por exemplo, perpassa sua obra a compreensão de que este está sempre se alterando. Assim, ao utilizar o termo racismo estrutural, Davis se insere nos desenvolvimentos pelos quais esse sistema de opressão passou ao longo do último século e o modo como as reflexões e ações que o combatem necessitam acompanhar esses desdobramentos, desafiando-nos a criar vocabulários para um engajamento popular contra o racismo (DAVIS, 2012, p. 84).

A necessidade de retirar termos como “liberdade” e “democracia” do lugar de autoevidência é também abordada nessa obra, assim como a equalização entre capitalismo e democracia. Para Davis, “a democracia capitalista deve ser reconhecida como o oxímoro que ela é. As duas ordens são fundamentalmente incompatíveis. Especialmente considerando as transformações contemporâneas do capitalismo sob o impacto da globalização” (DAVIS, 2012, p. 102). São para a autora exemplos disso o desmantelamento de instituições democráticas por organismos como o Banco Mundial e o FMI, as medidas de ajuste econômico utilizadas no Sul Global, e as privatizações estatais, que têm retirado de suas populações a garantia de acesso universal a direitos humanos básicos como à educação e saúde.

Em contrapartida, movimentos sociais tem se organizado mundialmente com vistas a se opor a essas e outras medidas de negação de direitos, e Davis cita o Fórum Social Mundial, realizado frequentemente em Porto Alegre, como um exemplo de que

organizadores, ativistas do trabalho, estudantes, trabalhadores da cultura e pessoas preocupadas proclamaram que elas não têm medo de sonhar com a possibilidade de um mundo melhor. Elas não envolvem raça e gênero de maneira isolada das questões de democracia econômica e justiça social. Eles dizem que uma ordem econômica não exploratória e não racista é possível. Elas dizem que novas relações sociais são possíveis, aquelas que ligam os seres humanos ao redor do mundo não pelas mercadorias que alguns produzem e outros consomem, mas sim por igualdade e solidariedade e cooperação e respeito (DAVIS, 2012, p. 102).

A autora considera que uma das questões mais relevantes para o momento atual dizem respeito ao modo como o capitalismo em sua dimensão neoliberal tem instado as pessoas a atitudes individualistas; ao culpabilizar individualmente pela pobreza, eximem o Estado da garantia de direitos básicos, os quais tem sido amplamente retirados das populações. Davis também considera que a contaminação neoliberal do discurso sobre a liberdade e democracia tem sido prejudiciais a todos, na medida em que incitam a não abordagem dos sistemas de opressão que seguem mantendo inferiorizadas populações negras e outras oprimidas.

Davis recupera a definição de racismo da geógrafa Ruth Gilmore, para quem, o racismo é “a produção e exploração sancionada pelo Estado ou pela legislação de vulnerabilidades diferenciadas por grupos à morte prematura, em geografias políticas distintas, porém densamente interconectadas” (GILMORE *Apud* DAVIS, 2021, p.82), para dizer da capacidade do racismo de se modificar de acordo com as características

sociais e históricas. Estando ele em sua dimensão neoliberal se tornado menos direito e mais visivelmente estruturado nas instituições e consciência coletiva.

Em capítulo intitulado “Diálogos Díficeis”, Davis fala para a Associação Nacional de Estudos de Mulheres (National Women’s Studies Association, na sigla original NWSA) e interpreta as fundamentais contribuições de feministas negras e de cor para a ampliação do escopo do feminismo. Afirma que “as práticas feministas intelectuais, políticas e institucionais não podem ser praticadas adequadamente se a política de gênero for conceituada (aberta ou implicitamente) como substituindo ou transcendendo as políticas de raça, sexualidade, classe social e deficiências”, não sendo o gênero uma categoria autossuficiente ou independente (DAVIS, 2012, p. 190). Este é para ela um novo consenso nas pesquisas feministas, que consolidam o entendimento de feministas de cor, que consideraram que a categoria “mulher” não representou todas as mulheres, mas que existem hierarquias de raça e gênero, e muitas outras que têm desafiado mesmo o entendimento binário de relações generificadas, como as produzidas pela Teoria *Queer*.

Ao rememorar, por exemplo, sua recusa em ser identificada com o feminismo no período em que escreveu *Mulheres, Raça e Classe*, Davis interpreta as mudanças pelas quais as teorias e práticas feministas têm passado, e o quanto estas têm se aproximado de posições antirracistas e solidárias às lutas das mulheres das classes trabalhadoras. Isso implica, nesse sentido, numa contínua expansão que agora incorpora as teorias queer e as críticas ao binarismo realizadas por pessoas transgêneros, intersexo e aquelas que afirmam não se adequar à categoria.

Para Davis, o feminismo encerra em si mesmo a capacidade de abraçar as muitas complexidades impostas pelas circunstâncias históricas, e é esta a característica que o torna tão radical. “É isso que mantém o campo em um estado perpétuo de instabilidade, às vezes à beira da crise” (DAVIS, 2012, p. 193). Para ela essas crises não devem ser evitadas, podendo ser produtivas, a depender da disposição a lidar com a instabilidade.

Entretanto, não obstante Davis considere que o feminismo lida com “mulheres”, “gênero”, “sexualidades” e “raça”, ela interpreta o procedimento metodológico das teorias feministas como seu maior triunfo, tendo em vista que tanto no que diz respeito à pesquisa quanto às organizações, “os feminismos têm impelido indivíduos a explorar as conexões que nem sempre são aparentes, as contradições e métodos de pensamento e ação que podem ou não ser produtivos” (DAVIS, 2018b, p. 99). Para ela, “os métodos

feministas [...] exigem que desafieemos a singularidade, a separação e a totalidade de uma série de categorias sociais”, sendo louvável a “capacidade de conceituar e formular o que não tinha nome” (DAVIS, 2012, p. 193).

Nesse sentido, Davis sugere que estejamos atentas à produção de conhecimento que visa fazer a diferença e se insere em um feminismo ativista-acadêmico que deve considerar não apenas os estudos sobre as mulheres, mas que se relacione a estudos sobre minorias étnicas, igualdade, justiça e liberdade. Em suas palavras,

não estamos interessadas em raça e gênero (e classe e sexualidade e deficiência) per si, mas principalmente porque foram reconhecidos como condições para hierarquias de poder, para que possamos transformá-los em vetores entrelaçados de luta por liberdade.

Quando nos identificamos com o feminismo, queremos dizer novas epistemologias, novas formas de produzir conhecimento e transformar as relações sociais.

Como acadêmicos e ativistas, percebemos que as categorias sempre ficam aquém das realidades sociais que tentam representar, e as realidades sociais sempre excedem as categorias que tentam contê-las.

É por isso que continuamos a mudar nosso vocabulário.

(...)

Nós lutamos as mesmas batalhas continuamente. Elas nunca estão conquistadas para a eternidade, mas no processo de lutar juntos, em comunidade, aprendemos a vislumbrar novas possibilidades que de outra forma nunca teriam se tornado aparentes para nós, e, no processo, expandimos e ampliamos nossa própria noção de liberdade (DAVIS, 2012, p. 198).

A abordagem crítica do conceito de liberdade, iniciada por Davis em suas aulas no ano de 1969 e continuadas em sua obra *The Meaning of Freedom*, parece ser fundamental à consideração de uma unidade na obra de Davis. Sua teoria política se insere em uma nova abordagem do poder que visa à compreensão das conexões entre marcadores sociais instrumentalizados para a geração de opressões, mas que podem se tornar *vetores de liberdade*.

Deste modo, suas elaborações em relação ao gênero, à raça e à classe, realizada em suas análises históricas e filosóficas, são primordiais na medida em que para além de demarcar identidade elas localizam território, localização epistemológica, história e posicionamento nas hierarquias sociais. O que permite que a mulher negra, enquanto sujeita política, se localize como não hegemônica dentro do contexto social mais amplo

no qual seu direito à humanidade foi negado. Trabalho realizado pelos feminismos negros e pelos movimentos de mulheres negras em sua multiplicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da criação de comunidades globais de lutas e alianças entre causas progressistas é um dos mais destacados na peúltima obra publicada por Davis, *A Liberdade é uma Luta Constante*. Nessa obra a autora se insere em um projeto político que visa à transformação radical da sociedade, em consonância com algumas das tradições com as quais dialoga, a saber: a teoria crítica da sociedade, o marxismo, a tradição radical negra estadunidense e a ação política de mulheres negras na diáspora africana.

Como que realizando um balanço das lutas políticas das últimas décadas, e incitando à reflexão sobre os novos desafios impostos, em *A Liberdade é uma Luta Constante* Davis avalia o desenvolvimento das teorias feministas antirracistas das últimas décadas e considera a necessidade de organização coletiva entre as lutas progressistas, cujo alvo continua a ser o capitalismo, o racismo e o sexismo. Além disso, informa que o contexto global no qual se desenrolam as lutas políticas na atualidade é distinto daqueles nos quais foram formuladas as principais teorias políticas modernas contemporâneas, sendo necessárias novas formas de ativismo político que sejam capazes de reconhecer e catalisar conexões entre movimentos progressistas, considerando feminismo e abolicionismo teorias e práticas potentes para o século XXI — temas de sua próxima obra, *Abolition. Feminism. Now*, atualmente em pré-venda.

Em *A Liberdade é uma Luta Constante* também reside as explicações mais completas sobre o entendimento de Davis das características distintivas do feminismo negro e da tendência de atuação política na qual ela se insere. Segundo a autora,

o feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e interconexões entre os dois movimentos. Ainda estamos distantes do desafio de apreender as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade e capacidades se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados. Nesse sentido, insistir que há ligações entre as lutas e o racismo nos Estados Unidos e as lutas contra a repressão israelense ao povo palestino é um processo feminista (DAVIS, 2018b, p. 21).

Ao estabelecer a existência de relações intrincadas entre raça, classe e gênero, o feminismo negro se constitui para Davis como uma prática, mas também uma elaboração

teórica e metodológica que permite pensar a busca por justiça social de uma perspectiva mais ampla. Davis nos apresenta a especificidade e a sua original contribuição para a problemática a partir da compreensão de que os marcadores sociais de exclusão não podem ser analisados separadamente e tão somente em sua relação com os corpos e experiências, mas também no que concerne às causas. Um dos diferenciais dessa última obra de Davis reside na indicação da necessidade de construção do que ela denomina interseccionalidade de lutas.

Para a autora, assim como para outras intelectuais ligadas ao feminismo negro e perspectiva interseccional, é fundamental a compreensão das aproximações possíveis entre causas que visam justiça social e diminuição e eliminação de desigualdades, tendo em vista a existência de procedimentos de opressão semelhantes em todo o mundo. Embora vivamos em um momento cultural de despolitização, Davis sugere que o feminismo negro possui, em si, a característica de proporcionar uma desestabilização significativa nas relações desiguais de poder no capitalismo, ao compreender a importância da coexistência e apoio mútuo entre causas políticas que visam transformação social.

Enquanto orientação prática e metodológica, que une reflexão intelectual e ativismo político, essa tendência de atuação tem propiciado uma visão inovadora do modo como as opressões interconectadas agem simultaneamente, ao utilizar-se de estratégias que ferem indivíduos e grupos em suas dimensões de raça, gênero, sexualidades e classe. A questão fundamental que se coloca, segundo a autora, é como catalisar e estabelecer elos reais entre os movimentos, como criar o que ela denomina solidariedades transnacionais.

Uma das questões prementes de nosso tempo que exemplifica a necessidade de apoio mútuo entre as diversas lutas por justiça social é para Davis a Questão Palestina. Como dito, Davis considera que aproximar as lutas por libertação negra nos Estados Unidos das lutas contra a repressão israelense ao povo palestino é um processo feminista. Isso remete a uma caracterização dos feminismos atuais que, em sua amplitude, tem corroborado com a ideia de englobar variadas causas em suas agendas, procedimento metodológico que, ao ampliar o seu escopo, propicia a diminuição de desigualdades para um mais amplo número de pessoas e grupos, amplifica vozes, torna o conhecimento e a busca por soluções aos problemas humanos mais rica em respostas.

Aliado a esse atual estágio dos desenvolvimentos feministas está o uso das redes sociais e um movimento virtual que tem propiciado conhecimento, compartilhamento de experiências e produção de conteúdo a um número de pessoas há algumas décadas inimaginável. Através dos meios digitais, segundo Davis, podemos ter uma compreensão do quão espreado no mundo está a militarização das sociedades e as relações desse processo com os objetivos de lucro das grandes corporações privadas⁷⁹.

Para Davis, apropriar-se das tecnologias para apoio mútuo tem sido uma estratégia utilizada por diversos movimentos sociais e salientar essa conexão é considerado relevante pela autora e um aprendizado dos desenvolvimentos recentes dos feminismos das mulheres de cor. Tendo em vista a compreensão de que nada ocorre isoladamente e que o discurso ideológico da segurança empreendido por corporações privadas já internalizou isso, Davis considera que campanhas de solidariedade que unam movimentos são fundamentais para que “as pessoas concebam noções mais amplas de interseccionalidade” (DAVIS, 2018b, p. 51). Em suas palavras,

na verdade, acredito que o mais interessante, hoje, dada essa longa história tanto de ativismo quanto de produção de artigos e livros desde então, seja a conceituação da interseccionalidade de lutas. Inicialmente a interseccionalidade se referia aos corpos e às experiências. Mas, agora, como falamos a respeito de unir várias lutas por justiça social, para além das fronteiras nacionais? [...] Como podemos criar de fato um referencial que nos permita pensar essas questões conjuntamente e nos organizar em torno delas? (DAVIS, 2018b, p. 33-4).

Conceito a ser forjado, a interseccionalidade de lutas diz respeito ao aprofundamento do conceito de interseccionalidade, no sentido de que ele seja elaborado não apenas no que diz respeito às identidades e experiências, mas como referencial para criar estratégias globais que objetivem justiça social. A ideia é que se desenvolvam estratégias de organização afim de que movimentos se identifiquem com uma questão específica como se esta lhes dissesse respeito, conexões no contexto das próprias lutas, tal como o indicado por ela no caso da militarização nos EUA e Palestina.

⁷⁹ O maior exemplo indicado pela autora na referida obra é a empresa privada de segurança G4S, terceira maior corporação privada do mundo, a maior empregadora no setor privado em todo o continente africano, responsável por parte significativa das prisões privadas e públicas, centros para jovens em conflito com a lei e detenção de imigrantes nos Estados Unidos, assim como de presos políticos na Palestina. Para Davis, a G4S representa a insistência crescente naquilo que é chamado de “segurança” sob o estado neoliberal e as ideologias de segurança que apoiam não apenas a privatização da segurança, como a privatização do aprisionamento, a privatização da guerra, a privatização da assistência à saúde e da educação (DAVIS, 2018b, p. 60).

O que Davis sugere é que nos livremos do que ela denomina “pensamento identitário estreito”, já que para ela o feminismo não é apenas sobre corpos marcados pelo gênero, mas também age como “uma interpretação conceitual, como uma metodologia, como um guia para estratégias de luta”, que deve possuir por centro de ação a busca por justiça social em muitos níveis; que discuta masculinidades, violência doméstica, pena de morte, o papel das polícias, a relação ideológica entre negritude e criminalização (DAVIS, 2018, p. 40). Para a autora,

precisamos nos engajar em um exercício de interseccionalidade, sempre colocando em primeiro plano essas conexões para que as pessoas se lembrem de que nada acontece isoladamente. Quando vemos a polícia reprimindo protestos em Ferguson, também precisamos pensar na polícia e no Exército israelenses reprimindo protestos na Palestina ocupada (DAVIS, 2018b, p. 53).

Um dos grandes avanços do feminismo na contemporaneidade tem sido a inclusão do gênero nos movimentos antirracistas e a ampliação da concepção de feminismo como uma luta relevante para todos. Para a autora, essas interconexões devem ser aprofundadas para outros movimentos e organizações políticas surgidas recentemente, como é o caso do crescente racismo contra mulçumanos e a situação migratória.

Todo esse processo seria fundamental para a construção de noções mais amplas de comunidade que façam frente ao individualismo como componente ideológico fundamental do capitalismo e que permitam movimentos de solidariedade para além das fronteiras nacionais. Além disso, que possam rememorar as intersecções e interconexões que ativistas como Luther King reconheciam entre o movimento por libertação negra e o movimento de oposição à intervenção americana no Vietnã (DAVIS, 2018b, p. 68); que valorize a importância das empregadas domésticas para a consolidação do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Rememorando o processo de fim do *apartheid* na África do Sul, Davis sugere que a percepção da existência de uma conexão entre movimentos sociais foi fundamental para a criação de grupos de solidariedade transnacionais que pressionaram o referido país, ocasionando o fim daquele regime racista. Embora existente, o vínculo que permite a visualização das conexões precisa ser em alguma medida visibilizado. Somente através desse procedimento é possível que as pessoas se atentem ao fato de que fatos ocorridos em nossas proximidades têm relação e afetam indivíduos em outras regiões do mundo, sendo necessária a essa construção a criação de uma linguagem de aproximação.

Segundo Davis, por exemplo, muitas pessoas não se envolvem com as lutas contra a repressão ao povo palestino por acreditarem não possuir conhecimento suficiente para um julgamento adequado. Tal fato clarifica para a autora a necessidade de criação de uma linguagem que efetivamente chegue às pessoas. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade se apresenta como um bom exemplo, mas que necessita ser aprofundado.

Ainda que um termo relativamente estranho e um conceito recente, com recepção em nosso país em construção, a noção de interseccionalidade é hoje uma das responsáveis por variadas possibilidades de leitura social, aceita e reproduzida nos meios acadêmicos e nas práticas dos movimentos sociais organizados. Exemplifica o papel que pode desempenhar um conceito nas práticas políticas de um determinado tempo histórico. Sendo o movimento *Occupy Wall Street* outro exemplo dos usos da linguagem pelos movimentos sociais, que teve por consequência a popularização de termos como “feminismo para os 99%”⁸⁰.

Para Davis, perpassa a construção dessa transformação a importância de um vocabulário renovado para discutir o sexismo, o racismo e as demais injustiças sociais. E nesse sentido, podemos considerar os feminismos negros parte dessa alteração, na medida em que estes têm sido fundamentais para a reflexão política que questiona o sujeito do feminismo e a branquitude enquanto norma. Tem nos auxiliado na compreensão da “tirania do universal”, a partir da qual “por muito tempo a categoria ser humano não abarcou pessoas negras e de minorias étnicas”. Sendo em muitos momentos as categorias universais “clandestinamente racializadas” de modo que em seu caráter abstrato, a categoria ser humano “era formada pela cor branca e pelo gênero masculino” (DAVIS, 2018b, p. 85).

Nesse sentido, consideramos que as elaborações de Davis e dos feminismos negros foram fundamentais para o desvelamento de atribuições inequívocas de raça e gênero para a criação de categorias supostamente universais. Sendo esses

⁸⁰ Referência à obra *Feminismo para os 99% - Um manifesto*, produzida pelas intelectuais Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser e escrito no contexto das greves feministas realizadas em muitos lugares do mundo em 2017 e 2018. De inspiração anticapitalista, ecossocialista e antirracista, o livro aborda o feminismo de um ponto de vista combativo e tem sido fonte de inspiração para diversos movimentos sociais em todo o mundo.

desenvolvimentos práticas fundamentais para as ações políticas no século XXI, em especial por seu caráter metodológico de aprendizado das conexões. Para Davis,

o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo – quer dizer, o feminismo a que me associo. E há múltiplos feminismos, certo? Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidades do que pensamos poder nomear. O feminismo não nos ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero” (DAVIS, 2018b, p. 99).

O feminismo ao qual Davis se associa é então compreendido por ela como uma orientação metodológica que, em sua fase atual, se caracteriza pela possibilidade do estabelecimento de relações com outros movimentos progressistas, o que permite a criação de solidariedades internacionais. A interseccionalidade, “não tanto a interseccionalidade das identidades, mas a interseccionalidade das lutas” (DAVIS, 2018b, p. 131), mostra-se como uma construção teórica de valor vocabular crítico e rico, possibilitador de análises complexas da política contemporânea e dos limites das democracias, ainda que a esta a autora imponha críticas.

Formulado a princípio como mecanismo jurídico para uma resposta mais específica a opressões interseccionais, a interseccionalidade poderia vir a ser maculada pelo racismo característico do Direito contemporâneo, instituição profundamente ligada ao racismo, que imputa crime a cor, sendo conhecidos e frequentes os casos de acusações forjadas de crimes e a criminalização da população negra a partir de procedimentos formais baseados em expressões como “suspeito cor padrão”. Estes têm sido plenamente aceitos pelos órgãos de segurança pública e crescem vertiginosamente os casos de violência policial em muitas regiões do mundo. Segundo Carla Akotirene, “o pensamento da filósofa estadunidense denuncia o paradoxo dessa interseccionalidade, por sugerir paz e justiça social através da legitimidade do Direito moderno, condenado politicamente pela seletividade racial e estereótipos pós-coloniais” (AKOTIRENE, 2018, p. 101).

Davis realiza, como vimos, uma crítica ao termo no sentido de valorizar uma continuidade histórica que visibiliza organizações como a Aliança das Mulheres do Terceiro Mundo, criada nos anos 1960, que publicava um jornal intitulado Triple Jeopardy [Tripla Ameaça], sendo essas o racismo, o sexismo e o imperialismo. Valorizar obras como *This Bridge Called my Back* [Essa ponte chamada minhas costas] de Glória

Anzaldúa e Cherríe Moraga e a antologia *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, but Some of Us Are Brave* [Todas as mulheres são brancas, todos os negros são homens, mas algumas de nós somos corajosas] (DAVIS, 2018b, p. 33).

Com essa recuperação Davis tenciona mediar a relação entre uma continuidade histórica, a não-sacralização de indivíduos, termos e seus criadores e o fortalecimento e aprofundamento do ativismo e da produção intelectual de mulheres negras comprometidas com projetos de justiça social.

Consideramos relevante a explanação sobre essas críticas, na medida em que, tendo em vista o fato de atualmente a interseccionalidade ser uma concepção consolidada em diversas áreas do conhecimento, sendo frequentemente relacionada à produção intelectual de Davis, faz-se necessário dizer que a reflexão filosófica e ativismo político dessa autora contribui para a consolidação dessa perspectiva, que vem sendo elaborada desde a década de 1970, período no qual ainda no cárcere ela afirmava haver uma “interpenetração mútua de modos de opressão” (DAVIS, 1998a, p. 162).

Entretanto, a interseccionalidade é um conceito recente, com autoria declarada e criado com objetivos bem definidos, a saber, como uma resposta à desproteção jurídica que grupos atravessados por dois ou mais marcadores sociais sofrem no âmbito do direito. Sendo posteriormente alargado para usos variados e aprofundado por autoras como Patricia Hill Collins e Silma Birge.

Davis contribui para essa perspectiva e utiliza-a como possibilidade de análise após sua consolidação, mas é incorreto afirmar que ela seja uma autora interseccional. Suas filiações de pensamento são outras e suas interpretações do social mais amplas, na medida em que visam não apenas a localização identitária dos indivíduos, mas o entendimento das conexões e possibilidades de resistência ao racismo, sexismo e capitalismo, estes entendidos como sistemas históricos de opressão que agem conjuntamente e de forma estrutural.

Ao descrever sua filiação ao feminismo que é antipcapitalista, antirracista e anticapacitista, Davis se insere na perspectiva do feminismo negro descrita por Patricia Hill Collins como um projeto de justiça social. Este possui por centro intelectual o pensamento feminista negro, entendido como “filosofia intelectual e política” que fundamenta o ativismo das mulheres afro-americanas. Pensamento e ativismo que têm

sido desenvolvidos há algumas décadas pelas mulheres negras estadunidenses, mas [que] extrapolam as fronteiras nacionais ao possuir no interior de seu projeto uma dimensão transnacional (COLLINS, 2019, p. 23). E embora as experiências das mulheres negras possam ser muito distintas em distintos espaços da diáspora, algumas características, tais como a recusa a estereótipos, o entendimento da educação enquanto estratégia de empoderamento e a busca pela consolidação de autodefinições positivas, perpassam as organizações de mulheres negras e produções intelectuais em muitos lugares do mundo.

No contexto dos Estados Unidos, país comumente compreendido como lugar de origem das principais elaborações do pensamento feminista negro e interseccionalidade, este vem sendo socialmente construído há muitas décadas, havendo relatos do entendimento do modo particular de atuação das opressões interseccionais desde a primeira metade do século XIX. Collins recupera, assim como Davis, a produção e ativismo de intelectuais como Maria W. Stewart e Zora Neale Hurston para corroborar sua posição e informar a necessidade de visibilizar a atuação dessas mulheres, como parte de um esforço comum a muitas feministas negras, que compreendem que o apagamento dos conhecimentos produzidos por nós é parte de um projeto consciente de manutenção da subalternidade. Para Collins, por exemplo,

suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização. A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção das desigualdades sociais (2019, p. 32).

No contexto brasileiro, o tema da negação do conhecimento produzido por populações racializadas é abordado por Sueli Carneiro em sua tese *A Construção do Outro como Não-Ser Como Fundamento do Ser*, obra na qual autora realiza uma análise dos elementos que configuram a racialidade como domínio dos saberes na sociedade brasileira. Elabora sobre a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder⁸¹ operando em nossa sociedade, sendo o epistemicídio um dos seus mecanismos mais

⁸¹ Sueli Carneiro realiza no referido estudo uma “aplicação dos conceitos de dispositivo e de biopoder elaborados por Michel Foucault ao domínio das relações raciais com o qual pretende-se averiguar a potencialidade daqueles conceitos para a apreensão e análise da dinâmica das relações raciais no Brasil”. A autora constrói a partir deles a noção de “dispositivo de racialidade/biopoder” que visa “dar conta de um duplo processo: da produção social e cultural da eleição e subordinação racial e dos processos de produção de vitalismo e morte informados pela filiação racial, sendo o epistemicídio um mecanismo que emerge da articulação do dispositivo de racialidade ao biopoder (2005, p. 2).

eficazes e possuindo por finalidade a justificação da exploração econômica de africanas e africanos escravizados e seus descendentes e a manutenção dos privilégios de seu polo oposto.

Podendo se apresentar de muitos modos, o dispositivo de racialidade/biopoder tem no epistemicídio o seu mecanismo privilegiado, na medida em que “se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento” (CARNEIRO, 2005, p. 96). Segundo a autora, ele não apenas anula e desqualifica o conhecimento de grupos sociais subjugados, como produz uma persistente “indigência cultural”:

pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Davis aborda ao longo de toda a sua obra a invisibilização do conhecimento produzido por mulheres negras e de outras minorias étnicas. Uma de suas mais relevantes contribuições para o feminismo reside justamente na crítica à historiografia tradicional do feminismo, que até a década de 1980 considerava o feminismo a partir da divisão consagrada em ondas. Nestas figuravam uma remissão à primeira onda como parte do esforço das mulheres sufragistas para a garantia do acesso ao voto, a segunda voltada a análises sobre a libertação sexual na década de 1960, estando nesta interpretação o feminismo produzido pelas mulheres de cor localizadas na terceira onda.

Os esforços de Davis de recuperação de produção intelectual e ativismo de mulheres negras visa, entretanto, a demonstração de que mulheres negras tem produzido teorias e práticas políticas relevantes desde o século XIX, e o discurso *Não Sou Eu uma Mulher?*, de Sojourner Truth, é exemplo de uma elaboração que dessencializa o “ser mulher”, indica a relevância da categoria raça e as demandas específicas que marcadores sociais não hegemônicos produzem.

A recuperação dessas produções e vozes corresponde a um procedimento político-metodológico da autora, e no artigo *Black Women and Academy* ela afirma que, “a maneira mais poderosa de reconhecer e dar continuidade a uma tradição que nos fará avançar é, simultaneamente, afirmar a continuidade histórica e efetuar algumas rupturas históricas conscientes” (DAVIS, 1998a, p. 226).

Nesse sentido, o diálogo entre a produção intelectual de mulheres negras nos Estados Unidos, Brasil e outras regiões do mundo é relevante, mas deve ser realizado com atenção às aproximações e dessemelhanças entre as experiências e demandas dessas mulheres. Angela Davis é, sem sombra de dúvidas, uma das mais importantes intelectuais a contribuir com essas tendências de reflexão e atuação política. O feminismo, uma das tendências com a qual ela se identifica, e que considera “um método de pesquisa, mas também de ativismo” (DAVIS, 2021f, s/p).

Argumentamos que na medida em que ela é pioneira nessas elaborações, tendo continuamente dialogado com a academia e movimentos sociais em prol da justiça social e econômica, Davis realizou abordagens que perpassaram a filosofia tradicional, mas instaram ao entendimento das contribuições da produção de conhecimentos que estão fora dos muros da academia, contribuindo para o questionamento das epistemologias vigentes, valorizando conhecimentos alternativos produzidos por mulheres negras, de outras minorias étnicas e das classes trabalhadoras, sendo estas algumas das mais relevantes contribuições da autora para a teoria política contemporânea.

Esta heterogeneidade revela também uma aproximação ao preceptor e amigo Marcuse, autor responsável pela noção de “Grande Recusa”, a partir da qual considera a necessidade de diferentes estratégias, teóricas e práticas, de oposição às opressões. Davis recupera os legados de Marcuse para a teoria e lutas políticas contemporâneas, para si própria e sua obra no prefácio à coletânea de textos de Marcuse *The New Left and the 1960s*. Neste texto ela considera a existência de uma nostalgia quanto à figura de Marcuse, associada aos movimentos estudantis de 1968, que ofusca sua produção intelectual, a memória histórica daquele período de lutas e a relevância de suas elaborações sobre a utopia. Adverte para a necessidade de novos vocabulários de resistência e da obstinação filosófica como possibilidade de manutenção das promessas de emancipação, elaboradas em obras como *Ensaio Sobre a Libertação e Filosofia e Teoria Crítica*.

Entretanto, para além da influência de Marx, Marcuse ou quaisquer outros autores na obra de Davis, pretendemos demonstrar a particularidade de suas elaborações, centradas nas conexões que ela estabelece entre gênero, raça e classe. Este foi o nosso objetivo, não obstante haja análises que visam a afirmação de elementos pós-modernistas/pragmatistas (idealistas) na filosofia de Davis⁸²; a crítica a uma aproximação com a sociologia de autoras como Patricia Hill Collins, considerada teoricamente contrária à teoria marxista⁸³; a discussão sobre o *locus* de Davis como filósofa ou ativista marxista e os méritos de suas contribuições para esta teoria⁸⁴. Além de vertentes de interpretação de sua obra e ativismo de uma perspectiva afrocêntrica, que a consideram uma *griot* moderna, no contexto de valorização da memória e história negras a partir dos African American Studies⁸⁵.

Muitas são as possibilidades de interpretação de sua obra, tais como as que a aproximam de autores como os anteriormente citados, com outros filósofos como Adorno e Arendt, com a obra de Giorgio Agamben⁸⁶ ou com a produção intelectual de Lélia Gonzalez⁸⁷. Consideramos, entretanto, que em um momento de construção de fortuna

⁸² Ver, por exemplo, o artigo de Judith Mary Green e Blanch Radford Curry. "Notorious Philosopher: The Transformative Life and Work of Angela Davis." In: *Hypathia Daughters: Fifteen Hundred Years of Women Philosophers*. Org. Linda Lopez McAllister (Bloomington: Indiana University Press, 1996), 301-25.

⁸³ Ver a respeito o texto de John h. Mclendon III "Angela Davis: Marxist Philosophy, Patricia Hill Collins, and the Matter of Black Feminist Thought", publicado na Newsletter da The American Philosophical Association, v. 10 número 1, de 2010. Disponível em <https://cdn.ymaws.com/www.apaonline.org/resource/collection/950518C1-3421-484C-8153-CDA6ED737182/v10n1Black.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

⁸⁴ Esse debate foi realizado no artigo "More About Angela Davis: Response to Anatol Anton" de Leonard Harris, disponível na Newsletter da Radical Philosophy Association 21 (Winter 1990). De acordo com Mc Clendon, neste texto Anton argumenta que o trabalho de Davis carece de conteúdo teórico sustentado, enquanto a resposta de Harris a essa crítica visa ampliar o caráter ativista concreto de seu trabalho como uma forma necessária de fazer filosofia.

⁸⁵ Sobre essa vertente de interpretação, ver de Pero Gaglo Dagbovie "History as a Core Subject Area of African American Studies: Self-Taught and Self-Proclaimed African American Historians, 1960s-1980s". Disponível em *Journal of Black Studies*, May., 2007, Vol. 37, No. 5 (May., 2007), pp. 602-629.

⁸⁶ A esse respeito ver a tese de Pommerening, Amy M., "The Time of Liberation: Angela Davis's Prison Abolition and Giorgio Agamben's Coming Community" (2016). Disponível em https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2024&context=open_access_dissertations. Acesso em 18 de setembro de 2021.

⁸⁷ A dissertação de mestrado de Raquel Barreto *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez* é o primeiro trabalho acadêmico de fôlego sobre a obra de Davis no Brasil, e, no entanto, permanece um dos poucos, mesmo após 15 anos. A tradução paulatina das obras de Davis a partir de 2015 tem levado a uma crescente nos estudos sobre a autora no país, e recentemente o trabalho de conclusão de curso de Bruna Santiago foi publicado pela Editora Letramento com o título *O Pensamento de Angela Davis: perspectivas de liberdade e resistência*. Para mais informações ver os textos referenciados na bibliografia.

crítica sobre a autora, textos que focalizem a peculiaridade de sua obra podem se tornar valiosas contribuições e um convite a uma maior produção acadêmica sobre sua obra.

Na atualidade, Davis tem sido relacionada ao desenvolvimento de uma práxis crítica e libertadora, que tem sido nomeada como Feminismo Negro Radical ou Feminismo Abolicionista. Esta perspectiva nega o apagamento da diferença e aponta para a criação de amplas solidariedades de resistência (LAMAS, 2021, p. 410), em um compromisso com o combate às simultâneas formas de opressão racista, sexista e de classe e com outros projetos progressistas de transformação radical da sociedade.

Para Andrew Lamas, professor e pesquisador da Universidade da Pennsylvania, o marxismo de Davis, “tão texturizado, em camadas e complexo quanto a experiência daqueles que lutam para viver e mudar o mundo”, tomou forma nas décadas finais do século XX, se consolidando como Feminismo Negro Radical. O diferencial de sua obra reside em um compromisso com as lutas contra a opressão e exploração, com a busca pelo socialismo, mas também com a análise e contraposição às opressões múltiplas, que ao se aproximar do anticapitalismo, se distancia de teorias próximas como as da interseccionalidade. Para este autor,

no pensamento de Karl Marx, a exploração do trabalho é intrínseca ao capitalismo. A análise de opressões múltiplas é frequentemente justaposta à teoria da exploração. Davis demonstra não apenas que isso é possível, mas que é necessário considerar as formas pelas quais múltiplas opressões se conectam com processos de exploração na experiência vivida - histórica e contemporaneamente - de pessoas pobres e trabalhadoras em todo o mundo, sejam as circunstâncias de escravidão, trabalho assalariado ou outras formas de relação capital-trabalho e reprodução social. Ela afirma que essas conexões, se levadas ao nível de consciência política, podem fornecer base e motivação para a resistência coletiva (LAMAS, 2021, p. 410).

Nesse sentido, as contribuições de Davis são relevantes na medida em que ela se opõe a distintos modos de reducionismo, seja o reducionismo econômico, característico de algumas interpretações marxistas, seja o reducionismo de gênero, comum ao feminismo *mainstream*, seja aos reducionismos nacionalistas, dentre estes os dos nacionalismos negros da década de 1970. Sua obra visa corroborar o compromisso marxista de entendimento da totalidade para compreender as partes, o que pode se efetivar tanto no que se refere ao diagnóstico das opressões quanto para a consecução de estratégias de solidariedades e resistências. Entretanto, para além das lutas políticas em níveis econômicos, o que Lamas sugere, em consonância com a obra de Davis, é que “a situação atual exige a heterogeneidade da luta política” (LAMAS, 2021, p. 411).

Consideramos que Davis realiza esse trabalho ao incorporar a complexidade do tempo presente, dialogando com as sensibilidades analíticas surgidas no bojo dos movimentos sociais e organizações políticas, sem abdicar de uma análise estrutural de um sistema econômico e político inerentemente exploratório que a todos afeta. Repetimos: gênero, raça e classe em sua obra são categorias que importam na medida em que instrumentalizadas para a consecução de hierarquias e desigualdades, mas o objetivo é que possam se tornar vetores de liberdade, a auxiliar na busca pela emancipação humana. Esta tarefa impõe a relação entre teoria e prática, entendimento das conexões, capacidade imaginativa e ação política, características que em sua obra são abundantes e que possuem por tema unificador a liberdade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é Interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALMEIDA, Sílvio. *O que é Racismo Estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVARENGA, Rafael F. *Dialética negativa e radicalismo negro: Angela Davis nos anos 1960*. In: Margem Esquerda (2018). Recuperado em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/10/dialetica-negativa-e-radicalismo-negro-angela-davis-nos-anos-1960/>. Acesso em 24 de junho de 2021.

ALVES, Álvaro. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia da UNESP* 9(1), 2010, p. 1-13.

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, nº11, 2000, p.70.

BARNETT, Bernice McNair. *Angela Davis and Women, Race & Class: A Pioneer in Integrative RGC Studies*. In: *Race, Gender & Class*, Vol. 10, N. 3, Interdisciplinary Topics in Race, Gender, and Class (2003), p. 9-22.

BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez* (2005). Dissertação - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BARROSO, Milena. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Tradução De Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Tradução De Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução e organização da edição brasileira Antonio Monteiro Guimarães. São Paulo: Editora Schwarcz/ Companhia das Letras, 1988.

BUELLI, Arlena. *Autobiografia e Interseccionalità. Angela Yvonne Davis Teórica Crítica*. Tese em História das Doutrinas Políticas. Universitat D'Bologna. 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

CALDEIRA, O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. In: *Revista Três Pontos*, v.13, n.1, 2016 - Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386>. acesso em 22 de julho de 2021.

CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles. *Black Power: The Politics of Liberation in America*. Disponível em <https://mygaryislike.files.wordpress.com/2016/12/black-power-kwame-ture-and-charles-hamilton.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2021.

CARMICHAEL, Stokely. *O Poder Negro*. 2 edição. Tradução e organização de Amauri Mendes Pereira. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma Vida*. São Paulo: Pólen livros, 2019.

_____. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro edições, 2011.

_____. Mulheres Negras em Movimento. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

_____. *A Construção do Outro como Não-Ser Como Fundamento do Ser*. Tese de doutorado (USP), 2005.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e Política do Empoderamento*. Tradução de Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>. Acesso em 20 de março de 2020.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COLE, Johnetta. Affirmation of Resistance: A Response to Angela Davis. In: *Massachusetts Review*, 1971. Disponível em <https://www.massreview.org/sites/default/files/Cole.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2021.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. *Manifesto do Coletivo Combahee River*. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.197-207.

DAGBOVIE, Pero. History as a core subject area of african american studies self-taught and self-proclaimed african american historians, 1960s-1980s. In: *Journal of Black Studies*, Vol. 37, No. 5 (May., 2007), pp. 602-629.

DAVIS, Angela. *Lectures on Liberation*. In: *Narrative of the life of Frederick Douglass, an American slave, written by himself: a new critical edition / by Angela Y. Davis*. Collection The Open media series. San Francisco, CA: City Lights Publishers, 2010.

_____. *If they Come in the Morning...Voices of Resistance*. Nova York, NY: Verso, 2016a.

_____. *Uma Autobiografia*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, SP Boitempo editorial, 2019a.

_____. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2016b.

_____. *Mulheres, Cultura e Política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2017a.

_____. *The Angela Davis Reader*. JAMES, Joy [ed]. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1998a.

_____. *Blues, Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday*. New York, NY: Ed. Random House, 1998b.

_____. *Estarão as Prisões Obsoletas?*. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 2018a.

_____. *A Democracia da Abolição: Para Além do Império, das Prisões e da Tortura*. Tradução de Artur Neves Teixeira. 3a edição. Rio de Janeiro, RJ: Difel, 2019b.

_____. *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues*. San Francisco, CA: City Lights, 2012.

_____. *A Liberdade é uma Luta Constante*. Organização Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2018b.

_____. Sobre o Futuro do Radicalismo Negro. In JOHNSON, G. T e LUBIN, A. (Eds.). *Futures of Black Radicalism*. Londres, GL: Verso. Disponível em português na *Revista Anticapitalista*, nº. 7, jun. 2018. Tradução de Andrea Peniche e Paula Sequeiros. Recuperado em <https://redeanticapitalista.net/angela-davis-uma-entrevista-sobre-o-futuro-do-radicalismo-negro/>. Acesso em: 20 de fev. de 2021, 2021a.

_____. *As Mulheres Negras na Construção de uma Nova Utopia*. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzalez, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grup. Recuperado em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso 05 de mai. de 2021, 2021b.

_____. *Angela Davis no Brasil: Curso Feminismo Negro Decolonial*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Az3uvwz0P1M&ab_channel=TVBoitempo. Acesso em 30 de junho de 2021. 2021c.

_____. *A liberdade é uma Luta Constante com Angela Davis*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=mAB0ZS19Ndo&ab_channel=SescS%C3%A3oPaulo. Acesso em 30 de junho de 2021. 2021d.

_____. *Angela Davis: Capitalism is Racial Capitalism*. Disponível em <https://www.ajplus.net/stories/angela-davis-on-racial-capitalism>. Acesso em 10 de agosto de 2021. 2021e.

_____. *Angela Davis: I Still Believe that Capitalism is the Most Dangerous Kind of Future We Can Imagine*. Disponível em <http://www.criticatac.ro/angela-davis-believe-capitalism-dangerous-kind-future-imagine/>. Acesso em 10 de agosto de 2021. 2021f.

_____. Critical Refusals and Occupy. In: *Radical Philosophy Review*, v. 16, n. 2 (2013), 425-439.

_____. Marcuse's Legacies. In: MARCUSE, Herbert. *The New Left and the 1960: Collected papers of Herbert Marcuse*. Volume Three. Edited by Douglas Kellner. Nova York: Routledge, 2005.

_____. *Os Legados de Marcuse*. Em: *Margem Esquerda* #30. Tradução: Pedro Davoglio. Boitempo, 2018c. p. 139-146.

ARRUZA, Cinzia Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Disponível em <http://outubrorevista.com.br/consideracoes-sobre-gênero-reabrindo-o-debate-sobre-patriarcado-eou-capitalismo>. Acesso em 23 de setembro de 2021.

FARR, Arnold L.; KELLNER, Douglas; LAMAS, Andrew T.; REITZ, Charles; MENDIETA, Eduardo. Critical Refusals in Theory and Practice: The Radical Praxis of Herbert Marcuse and Angela Davis. In: *Radical Philosophy Review*, 2013, 16(2), 405–424.

FIGUEIREDO, Angela. Prefácio à Edição Brasileira. In: *A Liberdade é uma Luta Constante*. Organização Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

FOLSCHEID, D. & WUNENBURGER, J. J. *Metodologia Filosófica*. Trad. De Paulo Neves. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GIMENEZ, Martha. Marxism, and class, gender and race: rethinking the trilogy. In: *Race, Gender and Class*, Vol. 8, n. 2, 2001, p. 23-33.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, M, T. (Org). *O Lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina da sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 87-106.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983.

HIRATA, Helena; LABORIE, F; DOARÉ, H; SENOTIER, D. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

HURSTON. Zora Neale. *Tell My Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*. Califórnia: Amistad, 2008.

JAHN, Janheinz. *Muntu: The New African Culture*. Nova York: Grove Press, 1961.

JAMES, Joy. An Introduction. In: *The Angela Davis Reader*. JAMES, Joy [ed]. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1998.

KELLEY, Robin. Foreword. In: DAVIS, Angela. *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues*. San Francisco, CA: City Lights, 2012.

LAMAS, Andrew T. Angela Davis. In: *Routledge Handbook of Marxism and Post-Marxism*. Org. CALLINICOS, Alex; KOUVELAKIS; Stathis e PRADELA, Lucia. Nova York, Londres: Routledge/ Taylor & Francis, 2021.

LICHTENSTEIN, Alex. *Twice the Work of Free Labor: The Political Economy of Convict Labour in the New South*. Nova York: Verso Press, 1996.

SANTOS, Já. Diáspora Africana: Paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, Jr., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

MARCUSE, Herbert. *The New Left and the 1960: Collected papers of Herbert Marcuse*. Volume Three. Edited by Douglas Kellner. Nova York: Routledge, 2005.

_____. “Dear Angela,” a letter to Angela Davis. In: MARCUSE, Herbert. *The New Left and the 1960: Collected papers of Herbert Marcuse*. Volume Three. Edited by Douglas Kellner. Nova York: Routledge, 2005.

_____. *Negations: Essays in Critical Theory*. Translations from the German by Jeremy J. Shapiro. Londres: MayFlyBooks, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. 3ª Edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007. <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>

_____. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. In: Karl Marx e Friedrich Engels [1859]. São Paulo: Edições Sociais, 1977. P. 300-303.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Boitempo-UNESP, 1997.

PEREIRA, Ana Claudia. *Intelectuais Negras Brasileiras: Horizontes Políticos*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

POMMERENING, Amy M., The Time of Liberation: Angela Davis's Prison Abolition and Giorgio Agamben's Coming Community (2016). Disponível em https://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2024&context=open_access_dissertations. Acesso em 18 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Djamila. Prefácio à Edição Brasileira. In: *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

SANTIAGO, Bruna. *O Pensamento de Angela Davis: perspectivas de liberdade e resistência*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. O Ser e o Nada: ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução de Paulo Perdigão. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 15 de julho de 2021.

TAYLOR, Ula. The Historical Evolution of Black Feminist Theory and Praxis. In: *Journal of Black Studies*, Vol. 29, No. 2 (Nov., 1998), pp. 234-253.

TEMPIO, Christina. *Arendt, Adorno, and Angela Davis: A Critique of Capitalist Culture*. (Tese de doutorado). Northwestern University, 2019. Disponível em <https://arch.library.northwestern.edu/downloads/736664941>. Acesso de 22 de julho de 2021.

VERGER, Pierre. *Lendas Africanas dos Orixás*. Editora Fundação Pierre Verger, 2010.

DU BOIS, W. E. B. *Black Reconstruction*. New York: Russell and Russell, 1963.

WEST, Cornel. Foreword. In: DAVIS, Angela. *Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine and the Foundations of a Movement*. Chicago: Haymarket, 2016.

YANCI, George. *African-American Philosophers: 17 conversations*. New York, NY: Routledge, 1998.